

UNIVERSIDADE FEDERAL DO MARANHÃO
CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIAS SOCIAIS

ROSEANE GOMES DIAS

**TEMPO DE MUITO CHAPÉU E POUCA CABEÇA, DE MUITO PASTO E POUCO
RASTRO:** ação estatal e suas implicações para *comunidades tradicionais* no Parque Nacional
dos Lençóis Maranhenses.

São Luís

2017

ROSEANE GOMES DIAS

TEMPO DE MUITO CHAPÉU E POUCA CABEÇA, DE MUITO PASTO E POUCO

RASTRO: ação estatal e suas implicações para *comunidades tradicionais* no Parque Nacional dos Lençóis Maranhenses.

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação de Ciências Sociais da Universidade Federal do Maranhão como requisito para obtenção do título de doutora em Ciências Sociais.

Orientador: Prof. Dr. Benedito Souza Filho

São Luís

2017

Ficha gerada por meio do SIGAA/Biblioteca com dados fornecidos pelo(a) autor(a).
Núcleo Integrado de Bibliotecas/UFMA

Gomes Dias, Roseane.

Tempo de muito chapéu e pouca cabeça, de muito pasto e pouco rastro: ação estatal e suas implicações para comunidades tradicionais no Parque Nacional dos Lençóis Maranhenses / Roseane Gomes Dias. - 2017.

193 f.

Orientador(a): Prof. Dr. Benedito Souza Filho. Tese (Doutorado) - Programa de Pós-graduação em Ciências Sociais/CCH, Universidade Federal do Maranhão, São Luís/MA, 2017.

1. Comunidades Tradicionais. 2. Conservação Ambiental. 3. Parque Nacional. 4. Territorialização. I. Souza Filho, Prof. Dr. Benedito. II. Título.

ROSEANE GOMES DIAS

TEMPO DE MUITO CHAPÉU E POUCA CABEÇA, MUITO PASTO E POUCO

RASTRO: ação estatal e suas implicações para *comunidades tradicionais* no Parque Nacional dos Lençóis Maranhenses.

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação de Ciências Sociais da Universidade Federal do Maranhão como requisito para obtenção do título de doutora em Ciências Sociais.

Aprovada em: ____/____/____.

BANCA EXAMINADORA

Prof. Dr. Benedito Souza Filho - PPGCSoc-UFMA (Orientador)

Profa. Dra. Annelise Caetano Fraga Fernandez – UFRRJ

Profa. Dra. Cíndia Brustolin - DESOC-UFMA

Prof. Dr. Horácio Antunes de Sant'Ana Júnior - PPGCSoc – UFMA

Prof. Dr. Joaquim Shiraishi Neto - PPGDIR-UFMA

Com grande carinho, dedico o presente trabalho à Dona Maria José Santos Aguiar e José Alves, ao Sr. Lino e ao Sr. Manuel Nunes das Neves, de Tratada dos Carlos, ao Sr. Francisco Diniz, de Tucuns e ao Sr. Celso Pinto de Menezes, de Ponta do Mangue.

In memoriam

AGRADECIMENTOS

À minha família pelo amor e encorajamento.

Aos colegas de trabalho da Sociedade Maranhense de Direitos Humanos (SMDH) pela compreensão nos períodos de ausências e liberação quando precisei.

Aos colegas da turma do Curso de Doutorado com os quais convivi, compartilhei ideias e que deram as primeiras contribuições às reformulações do meu projeto de pesquisa.

Aos professores do Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais da Universidade Federal do Maranhão pelo aprendizado.

Aos professores que participaram das bancas de qualificação do meu projeto de pesquisa e da tese pela disponibilidade em contribuir com meu trabalho.

Aos colegas do GERUR, de modo particular aqueles com quem convivi durante a realização da pesquisa, pela convivência, pelo aprendizado, pelas descobertas.

À Profa. Dra. Maristela de Paula Andrade pelo carinho, pela confiança em fazer parte da pesquisa e pelas contribuições valiosas ao meu projeto de pesquisa.

Ao meu orientador, Prof. Dr. Benedito Souza Filho, pela paciência, pela compreensão e pelo aprendizado que sua orientação me proporcionou.

Ao Prof. Ms. Ulisses Denache Vieira de Souza pelo esforço e disponibilidade em me ajudar na elaboração dos mapas.

Aos professores Maria José Aquino, Pierre Teisserenc e Andrea Siqueira pela enriquecedora convivência e ao professor Antonio Carlos Diegues pelo breve aprendizado que me permitiu saber perguntar sobre a pesca.

Aos representantes do Sindicato de Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais, da Colônia de Pescadores e do Centro de Direitos Humanos de Barreirinhas pelo apoio e pelas reflexões durante todo o período de pesquisa.

À Viviane e Reginaldo, Sr. Zé Pulu e Dona Nazaré, Leandro, Rafaele e Beatriz, de quem fui professora e aluna, Silas, Riba, Geisa, Nilza e Dona Mariazinha, de Tratada dos Carlos; à Dona Maria do Celso, Ireude e Cleudiomar, Dona Socorro e Sr. Emídio, e Dona Zuca, em Ponta do Manguê; e ao Sr. Antonio Reis e Dona Sebastiana, Dos Reis e Adriano, Francenilde e Ronildo, Joice e Ribamar, Dona Naires e Sr. Miguel, Sr. João dos Tucuns, Sr. José Maria e Edinalva, de Tucuns.

A todos agradeço pelo generoso acolhimento e disponibilidade para ajudar no fornecimento de informações durante o trabalho de campo, imprescindíveis para a elaboração da presente tese.

LISTA DE SIGLAS

ACS	Agente Comunitário de Saúde
AGRUTUC	Associação de Agricultores de Tucuns
DNPM	Departamento Nacional de Produção Mineral
FAPEMA	Fundação de Amparo à Pesquisa e Desenvolvimento Científico do Maranhão
GERUR	Grupo de Estudos Rurais e Urbanos
GPS	Global Positioning System/Sistema de Posicionamento Global
GTI	Grupo de Trabalho Interministerial
IBAMA	Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis
IBDF	Instituto Brasileiro de Desenvolvimento Florestal
ICMBio	Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade
IPEMA	Instituto de Pesquisa, Educação e Meio Ambiente
IUCN	International Union for Conservation of Nature
MPF	Ministério Público Federal
NUPAUB /USP	Núcleo de Apoio à Pesquisa sobre Populações Humanas e Áreas Úmidas Brasileiras/Universidade de São Paulo
ONGs	Organizações Não Governamentais
PARNA	Parque Nacional
PIN	Programa de Integração Nacional
PND	Plano Nacional de Desenvolvimento
PNAP	Plano Estratégico Nacional de Áreas Protegidas
PNLM	Parque Nacional dos Lençóis Maranhenses
PNPTC	Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais
PROBIO	Projeto de Conservação e Utilização Sustentável da Diversidade Biológica Brasileira
SEMA	Secretaria do Meio Ambiente
SMDH	Sociedade Maranhense de Direitos Humanos
SNUC	Sistema Nacional de Unidades de Conservação
STTR	Sindicato dos Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais
UFMA	Universidade Federal do Maranhão

LISTA DE DIAGRAMAS E FOTOS

Foto 1	Casa do Sr. Pelé, em Tratada dos Carlos	21
Foto 2	Casa da Dona Maria do Celso, em Ponta do Mangue	21
Foto 3	Casa de Sr. Neto e Dona Edinalva, em Tucuns	21
Foto 4	Sepultura de Francisco Diniz de Souza no cemitério de Tucuns	85
Diagrama 1	Diagrama genealógico dos descendentes de Pedro Carlos.....	86
Diagrama 2	Diagrama genealógico dos descendentes de Rosa Pinto	92
Foto 5	Duna soterrando o Rio Achuí, em Baixa da Onça.....	112
Foto 6	Pesca de arrasto no Rio Negro.....	129
Foto 7	Vargem do Bode, em Ponta do Mangue.....	132
Foto 8	Plaquinhas usadas para marcar animais	135

LISTA DE QUADROS

Quadro 1	– Dados gerais sobre as localidades pesquisadas.....	21
Quadro 2	– Acesso às políticas públicas pelas localidades pesquisadas	23
Quadro 3	– Formas de organização das localidades pesquisadas	24
Quadro 4	– Trabalho de campo nas localidades pesquisadas	27
Quadro 5	– Unidades de conservação integral no Brasil	53
Quadro 6	– Parques Nacionais criados no Brasil.....	58
Quadro 7	– População da Freguesia de Barreirinhas em 1860	83
Quadro 8	– Atividades Realizadas por Regiões e Vinculação a Entidades de Classe ..	111
Quadro 9	– Calendário/Meses/Atividades Desenvolvidas pelas famílias de Tratada dos Carlos	119
Quadro 10	– Calendário de atividades desenvolvidas pelas famílias de Tucuns.....	121
Quadro 11	– Ambientes, apetrechos de pesca e espécies de peixes	128
Quadro 12	– Caracterização geral do zoneamento do Parque Nacional dos Lençóis Maranhenses	144
Quadro 13	– Número de processos de Autos de Infração no PARNA Lençóis Maranhenses, no período de 2010 a 2016.....	148
Quadro 14	– Áreas Embargadas no Parque Nacional dos Lençóis Maranhenses, no período de 2009 a 2014.....	149
Quadro 15	– Localidades e modalidades de geração de energia	170

LISTA DE MAPAS

Mapa 1	Parque Nacional dos Lençóis Maranhenses com localização da sede de Barreirinhas e as três localidades onde incidiu a pesquisa	20
Mapa 2	Perímetro do PARNA dos Lençóis Maranhenses.....	76
Mapa 3	Mapa Etno-Histórico de Curt Nimuendajú.....	80
Mapa 4	Localização dos Povoados: região das praias e das areias	88
Mapa 5	Circulação de pessoas – Tucuns	96
Mapa 6	Circulação de pessoas – Ponta do Mangue.....	98
Mapa 7	Circulação de pessoas – Tratada dos Carlos.....	100
Mapa 8	Perímetro do PARNA Lençóis Maranhenses com localização das 23 localidades de Barreirinhas.....	109
Mapa 9	Tucuns, Ponta do mangue e Tratada dos Carlos – Locais de pesca nas praias e lagoas.....	126

RESUMO

A presente tese é resultado de um conjunto de investimentos de pesquisa realizado em três localidades do Parque Nacional dos Lençóis Maranhenses, no município de Barreirinhas: Tratada dos Carlos, Tucuns e Ponta do Mangue. Buscou compreender como se processou a territorialização dessas *comunidades tradicionais* e as transformações na organização social e econômica desses grupos, a partir da atuação dos agentes de órgãos ambientais do Estado desde a criação dessa unidade de conservação de proteção integral, em 1981. O trabalho etnográfico, consolidado por meio da observação direta e da participação em eventos do cotidiano dos grupos familiares, permitiu identificar as condutas territoriais que promoveram a consolidação de um modo de vida, a partir da interação entre humanos e ambiente. As práticas das famílias, antes e depois da criação do Parque Nacional, possibilitaram a consolidação de organizações sociais que estão sendo afetadas em decorrência da introdução, por parte do ICMBio, de novas regras de uso dos recursos e de permanência no Parque Nacional. A ação de fiscalização dos agentes do órgão ambiental, pautada rigorosamente nas normas relativas às unidades de conservação de proteção integral, tem gerado conflitos socioambientais envolvendo esses agentes públicos e grupos familiares. Nesse contexto de proibições, restrições e sanções impostas às famílias, formas cotidianas de resistência (SCOTT, 2002) têm sido acionadas por agricultores, pescadores, criadores de animais e extrativistas como forma de contraposição a tais ações, ou como estratégias para continuar desenvolvendo as atividades que atendem às suas necessidades materiais, sociais e simbólicas. Subjacente a essa forma de atuação dos agentes do órgão ambiental, caracterizada pelos constantes constrangimentos à organização social e econômica das famílias, pode-se identificar uma estratégia dissimulada de desocupação gradual dessa unidade de conservação, sem que nenhuma indenização, desapropriação, reassentamento ou Termo de Compromisso tenham sido efetivamente realizados pelo Estado.

Palavras-chave: Parque Nacional. *Comunidades tradicionais*. Conservação ambiental. Territorialização.

ABSTRACT

The present thesis is the result of a set of research investments in three locations at Lençóis Maranhenses National Park, in Barreirinhas: Tratada dos Carlos, Tucuns and Ponta do Mangue. It pursued to understand how the territorialisation of those traditional communities has been processed and the changes in those groups social and economic organization, after the action of the State environmental department agents, since the creation of that integral protection conservation unit in 1981. Ethnographic work, consolidated through direct observation and participation in family groups everyday events allowed to identify the territorial conducts which promoted the consolidation of a way of life, from the interaction between humans and the environment. Families practices, before and after the establishment of the National Park, enabled the consolidation of social organizations which are being affected as a result of the introduction of new rules for the use of resources and permanence in the National Park by ICMBio. Inspection activity by the environmental department agents, rigorously based on norms related to integral protection conservation units has generated social and environmental conflicts involving the public agents and family groups. In such a context of prohibitions, restrictions and sanctions imposed to the families, everyday forms of resistance (SCOTT, 2002) have been used by farmers, fishermen, livestock raisers and gatherers as a form of opposing such action, or as strategies to remain developing activities which provide their material, social and symbolic needs. Underlying such form of action by the environmental department agents, characterized by constant constraints to the families' social and economic organisation, a disguised gradual disengagement from that conservation unit may be identified, with no reparation, dispossession or Settlement Term having effectively been performed by the State.

Key-words: National Park. Traditional communities. Environmental conservation. Territorialisation.

SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO	13
INTRODUÇÃO	17
Itinerário da pesquisa	25
Definição do problema	34
Apresentação da tese	40
ALGUNS ASPECTOS CONCEITUAIS QUE BALIZAM O TRABALHO	42
CAPÍTULO 1 – A CRIAÇÃO DE PARQUES NACIONAIS NO BRASIL	52
A criação do Parque Nacional dos Lençóis Maranhenses	74
CAPÍTULO 2 – CARACTERIZAÇÃO HISTÓRICA E SOCIOLÓGICA DAS LOCALIDADES PESQUISADAS	79
Processos de territorialização das localidades pesquisadas e sua dimensão histórica	79
Dispersão de parentes para outras localidades	94
CAPÍTULO 3 – REGRAS DE APROPRIAÇÃO DOS RECURSOS	106
Caracterização ecológica e regras de apropriação	106
Uso comum e apropriação privada familiar dos recursos	117
O mundo não material, sistema de crenças e saber local	136
CAPÍTULO 4 – TEMPO DE MUITO CHAPÉU E POUCA CABEÇA, DE MUITO PASTO E POUCO RASTRO	140
Recuperação histórica da presença dos órgãos de monitoramento ambiental no PARNA	141
Alteração na relação do Estado com as famílias das localidades: a criação do ICMBio	145
Modalidades de intervenção do órgão ambiental	147
Liberação de práticas admitidas pela legislação ambiental brasileira em lagoas e praias de um Parque Nacional	152
Proibições de atividades relativas à agricultura, pesca e criação de animais	155
Autorização para construção de novas edificações como casas, igrejas ou campos de futebol	159
Implicações da ação estatal para a reprodução do modo de vida de grupos familiares no Parque Nacional dos Lençóis Maranhenses	163

Redução de ambientes para o desenvolvimento de atividades realizadas pelos grupos familiares	164
Diminuição ou desaparecimento de práticas tradicionalmente desenvolvidas pelas famílias.....	165
Perda de autonomia dos grupos familiares para realizar algo que fazia parte de suas decisões.....	168
Falta de acesso à política pública de energia elétrica e condições de saúde	169
Desorganização dos sistemas de autoridade tradicional.....	172
Saída de membros das famílias para outras localidades fora do Parque Nacional.....	174
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	179
REFERÊNCIAS	183

APRESENTAÇÃO

Apesar da criação do primeiro Parque Nacional no mundo, o de Yellowstone, datar de 1872, e no Brasil, o Parque Nacional de Itatiaia datar de 1937, as preocupações e reflexões sobre áreas protegidas são anteriores a esses marcos temporais, tanto na Europa (DIEGUES, 2008) quanto no Brasil (BARRETO FILHO, 2004).

Esse modelo importado de Parques Nacionais como áreas onde deveria existir uma natureza intocada, sem a presença de moradores, acabou inspirando a concepção de que tais espaços seriam destinados à visitação pública e controlados pelo Estado.

Ainda que essa definição ampla tenha sido objeto de diversos debates em eventos internacionais desde o século XIX, as bases ideológicas que orientaram a criação dessas unidades de conservação se assentaram (e continuam assentadas) em um princípio de conservação do mundo natural e, nessa condição, tanto nos planos da ideologia quanto das práticas, devem ser protegidas para fins de contemplação.

Trata-se do “culto ao silvestre” (ALIER, 2015, p. 22), concepção que encontra suas bases explicativas na “defesa da natureza intocada” e que “coloca em discussão uma ‘ação de retaguarda’”. A criação de Parques Nacionais seria uma das formas pretendidas pelos defensores do “culto ao silvestre” para atender tal proposta política (ALIER, 2015).

Essa perspectiva de preservar e manter o que resta dos espaços de natureza original vincula-se a uma outra ideia defendida pelos adeptos da corrente ambientalista do “culto ao silvestre”, ou seja, a de que a preservação da natureza original só é possível sem a interferência humana.

A noção de conservação do mundo natural está referida ao que Diegues (2008) destacou como o manejo científico de ambientes naturais e de seus recursos, e não propriamente o manejo por parte daqueles que tradicionalmente usam e controlam os recursos dessas áreas. Em outros termos, a conservação está relacionada aos valores estéticos, educacionais e recreacionais.

Nesse contexto, a noção de natureza subjacente é compreendida a partir das “[...] distinções ontológicas absolutas entre os humanos, de um lado, e um grande número de espécies animais e vegetais, de outro” (DESCOLA, 1997, p. 249).

Foi a partir dessa noção de conservação do mundo natural que os Estados-nação criaram Parques Nacionais, associando a presença de grupos humanos a problemas e processos de destruição da natureza. Nesse caso, de acordo com os conservacionistas, quanto menos interferência humana houver nessas áreas, maior a garantia da proteção da natureza.

Esse modelo de Parques Nacionais sem moradores foi aplicado em diferentes países sem levar em conta realidades completamente distintas daquela que serviu de referência para a criação do primeiro parque nacional, desconsiderando a anterioridade da presença de grupos humanos nessas áreas.

No Brasil, foi criada uma institucionalidade ambiental, aqui entendida como um conjunto de normas legais que reafirmaram os princípios basilares desse modelo de conservação do mundo natural, como o Regulamento dos Parques Nacionais Brasileiros, de 1979, e o Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza (SNUC), de 2000.

Ocorre que os Parques Nacionais brasileiros, assim como outros fora do Brasil, foram criados onde já existiam distintos grupos humanos que, a partir de suas condutas territoriais produziram nessas áreas territórios sociais (LITTLE, 2002). Assim, indígenas, quilombolas, pescadores, agricultores e extrativistas tiveram sobrepostos aos seus territórios limites definidos pelo Estado brasileiro.

Assim ocorreu nos Parques Nacionais do Pico da Neblina, do Araguaia, do Cabo Orange e de Superagui, que se sobrepuseram a territórios indígenas, ou a territórios quilombolas, conforme demonstraram Abirached, Brasil e Shiraishi (2010).

Além das sobreposições referidas, agentes ambientais de fiscalização desenvolveram a aplicação de diferentes modalidades de intervenção para dar cumprimento às finalidades dessas unidades de conservação.

Assim, tais agentes proíbem práticas, restringem o uso dos recursos, embargam construções ou reformas de edificações, responsabilizam administrativamente moradores que não cumprem as regras impostas, e autorizam a realização do turismo e atividades associadas em ambientes já manejados por quem já vivia nessas áreas.

A aplicação desse modelo de Parques Nacionais resultou em diversos conflitos entre o Estado e *comunidades tradicionais*, tanto no Brasil como em vários países, como assim registraram Dowie (2006), Arruda (1999), Diegues et al. (2011), Abirached, Brasil e Shiraishi (2010).

Os conflitos gerados manifestam não só a disputa pelo território, mas, sobretudo, as oposições resultantes das práticas em torno da permanência e da retirada das famílias dessas áreas. As modalidades de intervenção do Estado, de modo geral, criam dificuldades para a própria reprodução social dos grupos familiares que dependem do uso e controle dos recursos ambientais, enquanto que formas cotidianas de resistência (SCOTT, 2002) são mobilizadas pelas *comunidades tradicionais* como alternativas para assegurar a permanência nesses territórios.

Em alguns parques nacionais brasileiros esses conflitos resultaram em processos de extinção de grupos que ali viviam, como indígenas do Parque Nacional de Superagui; na remoção dos moradores, como no Parque Nacional de Anavilhanas; ou no envelhecimento das populações, como no Parque Nacional do Jaú.

Assim, em nome da proteção integral da natureza, o Estado brasileiro tem colaborado para a extinção, remoção e fragilização dos direitos de diversos grupos cuja presença é anterior à própria criação dos parques nacionais.

É nesse contexto que no transcurso de minha participação na Pesquisa “Ação estatal de conservação da natureza e populações tradicionais no Brasil: conflitos socioambientais no Parque Nacional dos Lençóis Maranhenses”¹, meus esforços voltaram-se à compreensão de como se processou a territorialização por parte de *comunidades tradicionais* no Parque Nacional dos Lençóis Maranhenses, e das transformações na organização social e econômica desses grupos, a partir da atuação dos agentes de órgãos ambientais do Estado.

Em termos específicos, a minha pesquisa voltou-se à compreensão das seguintes questões: como se deu o processo de territorialização dessas localidades? Quais as relações sociais estabelecidas por esses grupos? Quais os ambientes de que faziam uso? Quais as regras que presidiam o uso e a apropriação dos recursos? Como se deu a imposição de novas regras de uso dos ambientes em diferentes contextos de atuação dos órgãos e agentes do Estado? Como se deu a ação dos agentes dos órgãos ambientais responsáveis pela gestão do Parque, em sucessivos momentos históricos? Quais as modalidades de intervenção dos agentes de órgãos ambientais no Parque?

A partir do trabalho etnográfico realizado em Tratada dos Carlos, Tucuns e Ponta do Mangue, três localidades situadas no perímetro do Parque Nacional dos Lençóis Maranhenses, no município de Barreirinhas, verifiquei tanto a atuação dos agentes ambientais de fiscalização do ICMBio criando dificuldades para a reprodução material e social das *comunidades tradicionais*, quanto formas de resistências desenvolvidas pelas famílias dessas localidades no sentido de garantir a sua permanência nos seus lugares de residência e trabalho.

Cabe registrar que nas 23 localidades situadas no perímetro do Parque Nacional

¹ Essa pesquisa foi coordenada pela Profa. Dra. Maristela de Paula Andrade, do Programa de Pós-graduação em Ciências Sociais e líder do Grupo de Estudos Rurais e Urbanos (GERUR), e trata dos distintos modos de interação com a natureza, que opõem, neste momento, comunidades tradicionais que vivem e trabalham em localidades situadas dentro do Parque Nacional dos Lençóis Maranhenses, e órgãos de licenciamento e monitoramento ambiental do Estado, que têm adotado políticas e práticas de conservação ambiental que comprometem a organização social e econômica dessas famílias.

(PARNA) Lençóis Maranhenses, em Barreirinhas, para além das promessas, não houve nenhuma aquisição ou indenização pelo Governo Federal a nenhum grupo familiar, assim como procedimentos previstos até o reassentamento não foram realizados pelo Estado, como a revisão do Plano de Manejo e os Termos de Compromissos.

Assim, ao levantar a tese de que a ação dos agentes dos órgãos ambientais contribui para alcançar a desocupação gradual do Parque Nacional, meu objetivo não é afirmar a inevitabilidade da retirada das famílias, mas antes sinalizar para um processo que, mediante práticas dissimuladas, está em curso.

O resultado do trabalho desenvolvido, que buscou responder às questões levantadas, está distribuído na seguinte estrutura: *Introdução*, que apresenta o itinerário da pesquisa, o problema trabalhado, o universo empírico, os caminhos trilhados para dar conta das questões levantadas em relação ao problema e à formulação da tese; *Alguns aspectos conceituais que balizam o trabalho*, que apresenta elementos que justificam o uso dos conceitos para compreensão do objeto de estudo; Capítulo 1 – *A criação de parques nacionais no Brasil*, que situa o trabalho no contexto das unidades de proteção integral no Brasil, a construção do conceito de Parques Nacionais e a criação do Parque Nacional dos Lençóis Maranhenses; Capítulo 2 – *Caracterização histórica e sociológica das localidades pesquisadas*, recuperando a dimensão histórica dos processos de territorialização operados por diferentes grupos na área em que estão situadas as localidades pesquisadas, assim como a circulação de parentes para outras localidades do Parque como um aspecto constitutivo da organização social dos grupos familiares que lá vivem e trabalham; Capítulo 3 – *Regras de apropriação dos recursos*, que apresenta uma caracterização ecológica das regiões onde estão situadas as localidades pesquisadas, as regras de apropriação e uso que foram produzidas pelos grupos familiares, destacando as relações estabelecidas com o mundo não material e o seu sistema de crenças; Capítulo 4 – *Tempo de muito chapéu e pouca cabeça, de muito pasto e pouco rastro*, que analisa a atuação dos órgãos e agentes estatais no Parque Nacional, contextualizando a presença das instituições de monitoramento ambiental no PARNA, situando o momento de alteração na relação do Estado com as famílias das localidades a partir da criação do ICMBio, que desenvolve modalidades de intervenção que criam inúmeras dificuldades para quem lá vive e trabalha. Por fim, apresenta as implicações da ação estatal para a reprodução do modo de vida de grupos familiares no Parque Nacional dos Lençóis Maranhenses; e considerações finais onde são sublinhadas algumas questões trabalhadas ao longo da tese.

INTRODUÇÃO

O presente trabalho, intitulado “Tempo de muito chapéu e pouca cabeça, de muito pasto e pouco rastro: ação estatal e suas implicações para *comunidades tradicionais* no Parque Nacional dos Lençóis Maranhenses” é resultado de minha participação como pesquisadora no projeto de cooperação internacional aprovado pela Fundação de Amparo à Pesquisa e Desenvolvimento Científico do Maranhão (FAPEMA), que tem como foco entender os problemas enfrentados por grupos de pescadores, extrativistas e produtores de alimentos, atualmente conceituados como *populações tradicionais* que vivem dentro do perímetro da área identificada como Parque Nacional dos Lençóis Maranhenses.

A escolha do meu problema de pesquisa e do universo empírico se deu em função de fatores pessoais e acadêmicos. Nasci em Barreirinhas e, no mesmo ano de criação do Parque, em 1981, meus pais decidiram que nos mudaríamos para São Luís, considerando que duas irmãs e um irmão já estavam estudando na capital. Nos mudamos, porém sempre voltávamos para nossa casa naquele município. Embora já tenham passado quase trinta e seis anos residindo em São Luís, nunca perdi os laços afetivos com a “terra natal”: seja pelos parentes maternos que lá residem, seja pela manutenção da casa de minha família, o que permitiu a mim e aos meus familiares sempre voltar a Barreirinhas. Até os 11 anos não conhecia nenhum povoado situado no que hoje é identificado como Parque Nacional dos Lençóis Maranhenses. Isso ocorreu somente em 1981, quando fui ao Povoado Atins, que possui parte de sua área incluída no referido perímetro.

Algum tempo depois da criação do Parque, no início dos anos 2000, tomei conhecimento dos problemas enfrentados pelas famílias, que historicamente ali viviam e trabalhavam, em decorrência da ação de funcionários do órgão ambiental responsável pela gestão do Parque, naquela época Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (IBAMA). Um sócio da Sociedade Maranhense de Direitos Humanos (SMDH)², e sócio fundador do Centro de Direitos Humanos de Barreirinhas, informou à Coordenação da SMDH algumas dificuldades enfrentadas pelas famílias que viviam em localidades do Parque e solicitou que fossem incluídas em suas pautas de discussão junto ao Ministério Público Federal (MPF) os problemas enfrentados pelas comunidades naquela unidade de conservação. Em função dessa situação, participei de duas reuniões com o

² A SMDH é uma organização não governamental à qual estou vinculada profissionalmente desde 1997.

representante do MPF, nas quais discutimos os problemas vivenciados por esses grupos familiares.

Em dezembro de 2012, realizei uma viagem de turismo a Sucuruju, uma das localidades do Parque situadas no município de Santo Amaro. Naquela oportunidade, visitei também Baixa Grande e Rio Negro, localizadas no município de Barreirinhas. Durante essa viagem, e em conversa com um morador, ouvi relatos dos conflitos existentes entre eles e o Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMBio)³, e suas dificuldades em permanecer naquelas localidades. Naquele momento, cogitei a possibilidade de estudar essa situação, buscando compreender tanto a atuação do ICMBio, quanto o modo de vida das famílias.

Diante da oportunidade de participar do projeto de cooperação internacional que seria desenvolvido e que, além dos integrantes do Grupo de Estudos Rurais e Urbanos (GERUR) o projeto contava com a participação de colaboradores internacionais, considerei também os benefícios de realizar trabalho de campo com meu orientador, – que integra a equipe de pesquisa – e as condições do aprendizado que a experiência poderia me propiciar, permitindo o aprofundamento das questões que pretendia dar conta.

Assim, a escolha do problema e do universo empírico está relacionada tanto com aspectos acadêmicos quanto pessoais, visto que, além de pesquisadora, também me encontrava na posição de “nativa”, por ser de Barreirinhas, o que poderia facilitar o estabelecimento de relações com os outros “nativos” que viviam nas localidades do Parque. No desenvolvimento da pesquisa, essa possibilidade se confirmou, inclusive pelo fato de ser reconhecida como “parente distante” de alguns deles.

Essa posição de “nativa” me colocou diante de facilidades, mas também trouxe dificuldades que precisavam ser epistemologicamente controladas tanto na realização do trabalho de campo, quanto na produção e análise dos dados: não deixar a familiaridade dificultar ou interferir no meu olhar como pesquisadora; construir as condições de estranhamento necessárias à apreensão do que pretendia compreender; não reproduzir o ponto de vista nativo em detrimento da análise e crítica sociológicas; me abster, na medida do possível, de um posicionamento político que ultrapasse os limites autorizados pela pesquisa acadêmica.

A perspectiva de superação desses desafios, porém, não podia me levar a pensar que assumindo a posição de “estrangeira” resolvia a condição de “nativa”. Florence Weber

³ Até 1989 o IBAMA era o órgão gestor das unidades de conservação federais, e a partir de 2007, com a criação do ICMBio, essa responsabilidade passa a ser atribuição deste órgão ambiental.

(2009, p. 31), a partir de sua própria experiência, chamou de “ilusão de exterioridade” o seu esforço de “observar os nativos como estrangeira”, ainda que tivesse decidido assumir essa posição de expectadora, para os pesquisados,

[...] a ideia de um expectador exterior e desinteressado era inconcebível para eles, e minha simples presença era ativa, quer eu quisesse, quer não [...]. Foi então que compreendi a que ponto a não-participação era uma ficção: minha simples presença devia significar uma apreciação, positiva ou negativa. Era uma aliada ou uma adversária. De fato, a simples presença de um desconhecido em um meio de interconhecimento desencadeia um processo de reconhecimento em larga medida não controlado pelo intruso. À espreita dos mínimos elementos que lhes possibilitem uma interpretação, os nativos – cada um com sua posição e sua estratégia próprias – constroem progressivamente o lugar do recém-chegado (WEBER, 2009, p. 31).

Nesse contexto, a saída, segundo a autora, passa pelo esforço da “análise de todos os lugares” que são atribuídos ao pesquisador. Só assim, diz ela, “[...] o etnólogo poderá compreender ao mesmo tempo o que lhe é dito e o que ele observa – já que saberá a *quem* se diz e a *quem* se mostra” (WEBER, 2009, p. 31). Esse esforço de análise se materializa no

[...] questionamento constante de seu próprio lugar, graças a uma vigilância extrema aos menores sinais de mudança de suas relações com os nativos, e suportando os riscos que comporta, sobretudo no início, sua necessária ignorância prática dos meios de controle do estatuto individual (WEBER, 2009, p. 32).

É possível afirmar, de acordo com essa autora, que não há receita de como fazer isso, a não ser por meio de um “verdadeiro aprendizado social” (WEBER, 2009, p. 32) que se constrói durante a realização da pesquisa. Para Weber (2009, p. 32), “[...] é nesse sentido que qualquer pesquisa comporta uma dimensão de autoanálise. Não há exterioridade absoluta do pesquisador: este último torna-se um nativo, isto é, um sujeito a ser observado, na medida em que um lugar lhe foi atribuído no espaço social local”.

Foi vivendo nessa dupla condição de “nativa”, por meio da rede de parentesco à qual estou vinculada a algumas famílias do Parque, e por meio da condição de pesquisadora, que também assumi a posição de mediadora entre representantes de organizações locais e o grupo de pesquisa.

Nesse contexto, busquei compreender como se constituiu a territorialização desenvolvida por *comunidades tradicionais* no Parque Nacional dos Lençóis Maranhenses e as transformações na organização social desses grupos, a partir da atuação dos agentes de órgãos ambientais do Estado.

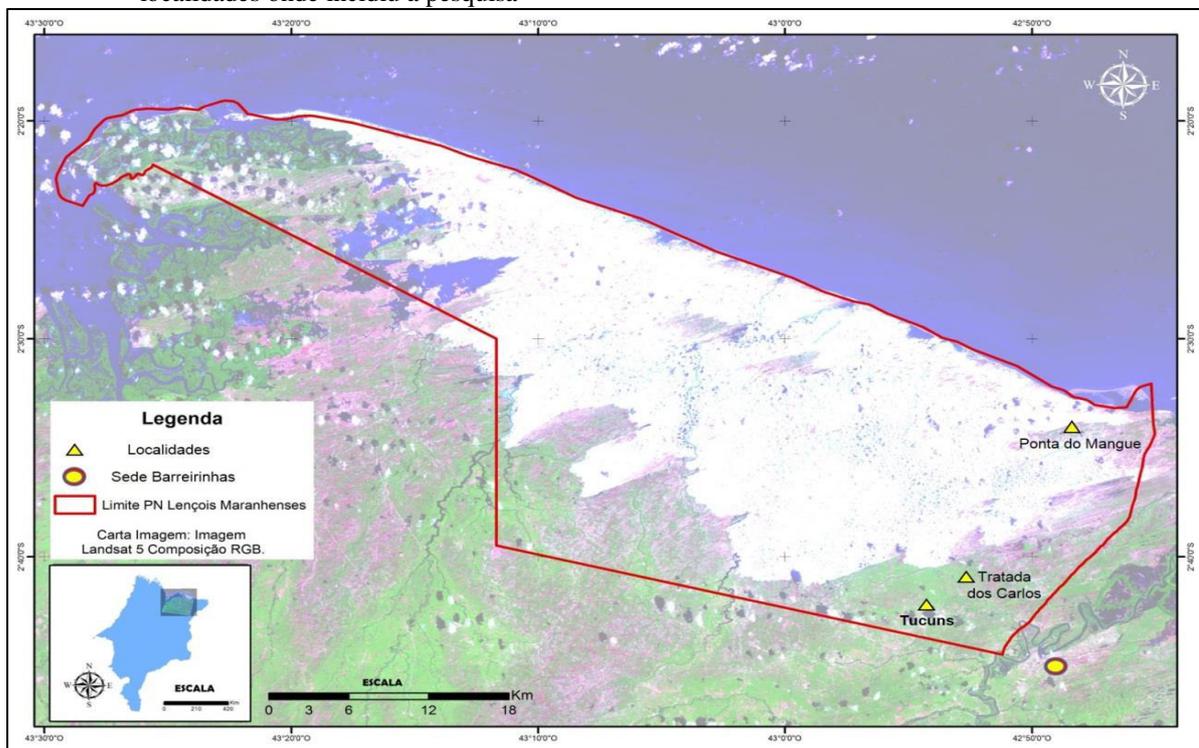
Cabe ressaltar que Tratada dos Carlos, Tucuns e Ponta do Mangue - universo

empírico de observação e análise - situadas no perímetro do Parque Nacional dos Lençóis Maranhenses, no município de Barreirinhas, foram as localidades onde realizei os maiores investimentos de pesquisa, cujos resultados serviram tanto para o projeto de cooperação internacional, do qual participava como integrante da equipe, quanto para o trabalho de tese.

As três localidades estão situadas em duas regiões distintas do Parque Nacional – Tratada dos Carlos e Tucuns na *região das areias* e Ponta do Mangue na *região das praias*. Nas duas primeiras localidades, onde há maior disponibilidade de solo arenoso, *mato* e com maior distância de ambientes de praia, a agricultura é a principal atividade econômica desenvolvida pelas famílias, enquanto que em Ponta do Mangue, com menor disponibilidade de recursos para agricultura e com maiores condições de acesso às praias e ambientes de água doce, a pesca é a atividade mais desenvolvida pelos grupos familiares.

Em função dessas localizações, Ponta do Mangue é a mais distante das três em relação à sede do município – 30 km, enquanto que Tratada dos Carlos e Tucuns estão a 7 km da sede de Barreirinhas.

Mapa 1 – Parque Nacional dos Lençóis Maranhenses com localização da sede de Barreirinhas e as três localidades onde incidiu a pesquisa



Fonte: Elaborado por Ulisses Denache a partir de imagem de satélite (GERUR)

Em termos populacionais, as localidades pesquisadas somam 117 famílias, totalizando 382 pessoas que residem em 96 casas e que estão associadas em distintas

organizações. Cinquenta e nove famílias são beneficiárias do Programa Bolsa Família do Governo Federal, e 64 idosos são aposentados, conforme quadro abaixo:

Quadro 1 – Dados gerais sobre as localidades pesquisadas.

Localidade	Casas	fam	peçoas	Aposentados	Prog. Bolsa Família	Assoc. STTR	Assoc. Col.Pesc	Assoc. Funer. ⁴	Assoc. Moradores
Ponta do Mangue	40	46	148	29	17	07	29	48	46
Tratada dos Carlos ⁵	37	48	159	21	32	51	04	33	17
Tucuns	19	23	75	14	10	21	-	23	25
TOTAL	96	117	382	64	59	79	33	104	88

Fonte: Elaborado pela autora a partir de informações do trabalho de campo em 2016 e atualizado em 2017

As 96 casas das três localidades são construídas, em sua maioria, com materiais de alvenaria comprados em diferentes lugares. Em Ponta do Mangue, tijolos, telhas e ladrilhos são comprados no Povoado de Tapuio, enquanto que as telhas de fibrocimento (da marca Brasilit) e cimento são comprados na sede de Barreirinhas. Em Tratada dos Carlos e Tucuns, tijolos e telhas também são comprados na sede do município e transportados em Toyotas até a localidade.

		
Casa do Sr. Pelé, em Tratada dos Carlos. Foto: Roseane Dias, em agosto de 2014.	Casa da Dona Maria do Celso, em Ponta do Mangue. Foto: Roseane Dias, em maio de 2015.	Casa de Sr. Neto e Dona Edinalva, em Tucuns. Foto: Roseane Dias, em janeiro de 2015.

Além das casas de alvenaria, há também casas construídas de adobe e cobertura de palhas de buriti. Em Ponta do Mangue⁶, como não possuem buritizais, as famílias

⁴ Associações Funerárias são organizações constituídas com associados de várias localidades, e que têm como finalidade apoiar financeiramente a família com as despesas do funeral e sepultamento quando da morte de um dos associados ou dependentes. Esse apoio resulta das contribuições dos demais associados.

⁵ Os dados aqui apresentados incluem as famílias de Baixa da Onça, Lavado do Sula e Vargem D'água, considerando que estão incluídos na Delegacia Sindical de Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais, no acompanhamento da Agente Comunitária de Saúde de Tratada dos Carlos, e participam da comunidade religiosa desta localidade.

⁶ Segundo alguns moradores, a maioria das casas é de telha de fibrocimento por conta do menor custo desses materiais de construção e da longevidade dos mesmos em relação à palha de buriti, que precisa ser trocada

compram palhas de povoados como Tapuio, Cedro, Aterro, Atoleiro e Tratada dos Carlos. Nessa localidade e em Tucuns, as famílias que possuem casas cobertas de palhas as tiram dos seus próprios buritizais.

Em termos de acesso às políticas públicas, só Tratada dos Carlos e Ponta do Mangue dispõem de unidades escolares, enquanto que em Tucuns, na inexistência de um prédio, a Unidade Escolar Francisco Diniz de Sousa funciona na casa de uma família.

Em todas as localidades, a Prefeitura Municipal de Barreirinhas ofereceu, em 2016, ensino fundamental, do primeiro ao quinto ano, o que não atende todas as demandas de crianças e adolescentes dessas localidades. Registre-se que em nenhuma delas há escolas de ensino médio, o que obriga as famílias a matricularem seus filhos em localidades vizinhas ou na sede do município.

Quanto à política pública de saúde, só Tratada dos Carlos dispõe de uma agente comunitária de saúde que assiste 43 famílias, incluindo grupos familiares da própria localidade, Vargem D'água e Baixa da Onça. Em Ponta do Mangue e Tucuns, as famílias são assistidas por agentes comunitários de saúde residentes em outras localidades, Atins e Massangano, respectivamente.

Em nenhuma das três localidades pesquisadas as famílias têm acesso à política pública de energia elétrica, disponível em povoados fora do Parque Nacional dos Lençóis Maranhenses e distantes a 1,5 km, como é o caso de Tucuns, em relação à localidade de Bom Passar.

anualmente, considerando que a cada inverno as palhas apodrecem. Para melhor exemplificar a longevidade das telhas, o Sr. Celso informou que sua casa ainda tem telhas da época em que a comprou de outro dono “na era de 10”. Para trazer palhas de outro lugar (Tapuio, Cedro, Aterro), afirmou ele, fica mais caro, considerando que isto deve ser feito anualmente.

Quadro 2 – Acesso às políticas públicas pelas localidades pesquisadas*

Localidades	Educação	Saúde	Energia
Ponta do Manguê	A Unidade Escolar Maximiano Diniz Aguiar, em 2016, funcionou nos turnos matutino e vespertino, do 1º ao 4º ano, e os professores são moradores de Ponta do Manguê ⁷ .	As famílias são atendidas por um agente comunitário de saúde de Atins.	02 famílias possuem placa de captação de energia solar e 05 possuem geradores de energia a diesel.
Tratada dos Carlos	A Unidade Escolar Pero Vaz de Caminha, em 2016, atendeu 19 crianças, do jardim ao 5º ano, em salas multisseriadas que funcionaram no turno vespertino, e a professora é de Tratada dos Carlos ⁸ . Em 2017 foram matriculadas 18 crianças.	As famílias de Tratada dos Carlos, Vargem D'água e Baixa da Onça são assistidas pela agente comunitária de saúde residente em Tratada dos Carlos.	04 famílias possuem geradores de energia a diesel, que funcionam das 18 às 22hs, e beneficiam 09 famílias; e 02 famílias possuem placa de energia solar.
Tucuns	A Unidade Escolar Francisco Diniz de Sousa, em 2016, funcionou no turno matutino com o jardim 1 e do 1º ao 5º ano, com 07 alunos ao todo; só o 3º ano teve 02 alunos, os demais contaram com 01 aluno cada um. A professora é de Tratada dos Carlos, que durante a semana reside em Tucuns. Em fevereiro de 2017, 07 alunos foram matriculados do primeiro ao 5º ano.	Há aproximadamente 3 anos uma equipe com médico e enfermeira, às vezes mensal ou bimestralmente, vai ao povoado e faz atendimento em uma das casas da localidade. O Agente Comunitário de Saúde (ACS) reside em Massangano.	Em Tucuns há um gerador de energia a diesel que funciona das 18 às 21hs, e beneficia 13 casas. Uma família tem gerador próprio em sua casa, e as demais não têm energia.

Fonte: Elaborado pela autora em 2016 e atualizado em fevereiro de 2017.

*O quadro acima foi montado a partir dos relatos coletados nas localidades em diferentes datas: em Tucuns, em janeiro/2015, em Ponta do Manguê em novembro/2014 e em Tratada dos Carlos, em julho/2015 e todos atualizados em fevereiro de 2017.

Assim como em outras localidades do Parque Nacional, os grupos familiares estão associados em distintas formas de organização, por meio das quais estabelecem relações entre si e com famílias de outras localidades.

⁷ Em fevereiro de 2017, a professora de Ponta do Manguê, que é aposentada e trabalhava como contratada na escola, estava morando com os filhos na sede de Barreirinhas. O outro professor, permaneceu em Ponta do Manguê e aguardava orientações da Secretaria Municipal de Educação sobre o funcionamento da escola em 2017.

⁸ Em Tratada dos Carlos existem dois prédios escolares públicos: um antigo, onde funcionou a escola João Paulo II e que atualmente está desativado, e o outro onde funciona a Unidade Escolar Pero Vaz de Caminha. Em fevereiro de 2017, a professora da localidade informou que estava aposentada e que não sabia quem assumiria a escola em 2017.

Quadro 3 – Formas de organização das localidades pesquisadas

Localidades	Formas de organizações existentes
Ponta do Manguê	Associação de Moradores de Ponta do Manguê, Igreja Católica, Igreja Adventista, Associação Funerária Santa Maria ⁹ , Capatazia da Colônia de Pescadores de Barreirinhas.
Tratada dos Carlos	Associação de Moradores de Tratada dos Carlos, Igreja Católica, Igreja Adventista, Associação Beneficente das Famílias Carentes do Povoado Cantinho ¹⁰ , Delegacia Sindical de Tratada dos Carlos ¹¹ .
Tucuns	Associação de Agricultores de Tucuns (AGRUTUC), Igreja Católica, Associação Funerária de Massangano II ¹² .

Fonte: Elaborado pela autora a partir dos relatos em trabalho de campo. (2016).

A escolha desse universo empírico foi feita após a realização de três reuniões com moradores de diferentes localidades do Parque, em Barreirinhas, três reuniões com representantes de organizações locais desse município, com os quais foram discutidos detalhes do processo de desenvolvimento da pesquisa, além de reuniões preparatórias no GERUR.

A definição dessas localidades se deu tanto no sentido de observação das questões central e específicas já mencionadas, como também o início do trabalho de campo logo me permitiu identificar situações representativas nas quais se pudesse observar as relações entre os agentes do órgão ambiental do Estado e os grupos familiares, procurando entender as implicações das ações desses agentes do Estado para a organização social e econômica desses grupos.

A título de exemplos, em 2009, Sr. Aílton Cabral de Sousa e o Sr. José Carlos dos Santos Aguiar, de Ponta do Manguê, foram multados pelos fiscais do ICMBio pela construção de suas casas, o que provocou uma reunião na localidade envolvendo a Associação de Moradores, ICMBio, Sindicato de Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais e a Colônia de Pescadores de Barreirinhas, que teve como resultado a liberação da construção das duas casas por parte do órgão ambiental. Em 2012, o Sr. Manoel dos Santos Nunes, de Tratada dos Carlos, foi abrir um caminho próximo de sua roça e por isso foi multado pelos fiscais do ICMBio. Pagou a multa de R\$ 250,00 (duzentos e cinquenta reais) e, a partir dessa situação e com receio de novos problemas, aconselhou seus filhos a não construírem casas em Tratada

⁹ A Associação Funerária Santa Maria possui 302 sócios distribuídos nas localidades de Atins, Ponta do Manguê (no qual estão incluídos sócios de Canto do Atins) e Santo Inácio, e na sede de Barreirinhas; estes são antigos moradores de uma das três localidades que se mudaram para a sede do município.

¹⁰ A Associação Beneficente das Famílias Carentes do Povoado Cantinho possui 812 sócios distribuídos nas localidades de Achuí, Aeroporto, Atoleiro, sede de Barreirinhas, Cantinho, Cedro, Gambá, Laranjeira, Santo Antonio, Serraria, Sucuruju, Tapuio e Tratada dos Carlos.

¹¹ A Delegacia Sindical de Tratada dos Carlos faz parte da estrutura organizativa do Sindicato de Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais de Barreirinhas e é constituída pelas localidades de Achuí, Baixa da Onça, Janaúba, Mirinzal, Tratada dos Carlos, Tucuns e Vargem D'água.

¹² A Associação Funerária de Massangano II tem sócios nas localidades de Aníbal, Buritizal, Caboclo I e II, Carnaubeira, Massangano do Massu, Massangano I e II, sede de Barreirinhas e Tucuns.

dos Carlos, porque se fizessem poderiam ter problemas.

Verificando as implicações dessas e outras modalidades de intervenção dos agentes do órgão ambiental do Estado nas três localidades pesquisadas, e ouvindo os relatos dos colegas que pesquisavam em outras, percebi que as situações identificadas em Tratada dos Carlos, Ponta do Mangue e também em Tucuns somavam-se a outras vivenciadas por famílias no Parque Nacional, em Barreirinhas. Essa percepção foi permitindo a construção de uma hipótese relacionada com a tese que levanto – ao criar dificuldades para a reprodução material e social das *comunidades tradicionais*, a ação dos agentes do órgão ambiental do Estado contribui para a desocupação gradual do Parque Nacional dos Lençóis Maranhenses.

A tese levantada neste trabalho, assim como a definição das questões central e específicas e o universo empírico aqui indicados, não fazia parte do projeto de pesquisa apresentado no processo seletivo para o Doutorado em Ciências Sociais, em 2012. O projeto teve que ser reformulado em função da minha participação na equipe de pesquisa do projeto coordenado pela professora Maristela de Paula Andrade, do qual meu orientador também fazia parte. Considerei esse aspecto como importante na tomada de decisão de reformulação da proposta inicial em virtude da possibilidade de melhor interlocução com os professores que participavam da equipe de pesquisa.

Itinerário da pesquisa

O projeto de pesquisa submetido ao processo seletivo do doutorado, em 2012, cujo título era “Processos sociais que levam instituições e agentes a acionar categoria *populações tradicionais*: o caso de Barro Vermelho” pretendia dar continuidade e ampliar as reflexões realizadas na minha dissertação de mestrado¹³ “Direitos humanos no Maranhão: concepções, agentes e institucionalização”, defendida em 2011.

Em 2014, com minha participação na Pesquisa “Ação estatal de conservação da natureza e populações tradicionais no Brasil: conflitos socioambientais no Parque Nacional dos Lençóis Maranhenses”, meu projeto foi reformulado e com ele houve reorientação da temática e do universo empírico.

O título passou a ser “A disputa pela natureza e a natureza da disputa: lógicas ambientais e territoriais no Parque Nacional dos Lençóis Maranhenses” e tinha como objetivo compreender as lógicas ambientais e territoriais em conflito, a partir de sua dinâmica interna,

¹³ Cursei o Mestrado em Ciências Sociais, no Programa de Pós-graduação em Ciências Sociais, pela Universidade Federal do Maranhão (UFMA).

e de modo particular, a partir do processo de territorialização, tendo as relações de parentesco como um de seus elementos constitutivos. Essa proposta inicial foi elaborada durante a disciplina Seminário de Tese e discutida com a professora responsável pela disciplina, colegas do Programa, uma professora convidada e o meu orientador.

Após as discussões em sala de aula, fizemos a primeira modificação no projeto de pesquisa: não bastava apenas apontar que existiam lógicas ambientais e territoriais, deveria ser enfatizado que eram lógicas distintas e que estavam em confronto; a ideia de lógicas pareceu muito cartesiana. Tratavam-se, na verdade, de concepções de natureza e ideologias que tinham a ver com visões de mundo, ideias, crenças, dimensão simbólica, aspectos políticos e também identitários. Assim, deveria buscar um título que desse conta dessas questões.

A partir dessas reflexões, o título do projeto passou a ser “Concepções de natureza em disputa: ideologias ambientais e conflitos territoriais no Parque Nacional dos Lençóis Maranhenses”. Preliminarmente, o universo empírico era a área denominada pelas famílias de *região das areias*, aquela mais distante do litoral e próxima do campo de dunas.

A apresentação e discussão dessa versão do projeto com os colegas do GERUR produziu novas modificações no seu conteúdo. O título passou a ser “Concepções de natureza, ideologias ambientais e conflitos socioambientais no Parque Nacional dos Lençóis Maranhenses”. O universo empírico foi redefinido para uma localidade situada na *região das areias* – Tratada dos Carlos - que poderia ser uma referência para as demais localidades do Parque Nacional, e o objeto de estudo procurou compreender o processo histórico de territorialização operado pelos grupos familiares da área do Parque Nacional dos Lençóis Maranhenses no contexto de enfrentamento, de disputa territorial relativa à retirada ou permanência das *comunidades tradicionais* no Parque.

Em 2015, pensando o processo de qualificação do projeto de pesquisa, no qual teria que ser apresentado um sumário da tese, eu e meu orientador retomamos algumas ideias e refizemos outras. O título passou a ser “A disputa pela natureza e a natureza da disputa: ideologias ambientais e conflitos territoriais no Parque Nacional dos Lençóis Maranhenses”.

As observações feitas durante a qualificação do projeto, ao mesmo tempo em que o trabalho etnográfico foi sendo aprofundado, nos levaram a outras alterações, não só no título, mas nos objetivos e no universo empírico do trabalho. “A disputa pela natureza e a natureza da disputa: os desafios da reprodução do modo de vida de populações tradicionais no Parque Nacional dos Lençóis Maranhenses” passou a ser o novo título, assim como as localidades pesquisadas por mim – Tratada dos Carlos, Tucuns e Ponta do Mangue - passaram

a integrar o universo empírico do trabalho. Ainda buscando um título que contemplasse o problema da pesquisa, decidimos adotar como parte do título do trabalho uma frase de uma moradora de Tucuns que consideramos representativa da situação estudada. Fazia referência ao que o seu pai e outros antigos moradores previram acontecer com as famílias do Parque Nacional: “Tempo de muito chapéu e pouca cabeça, de muito pasto e pouco rastro: ação estatal e suas implicações para *comunidades tradicionais* no Parque Nacional dos Lençóis Maranhenses”.

Durante a pesquisa, realizada em dois anos e seis meses (agosto de 2014 a fevereiro de 2017), foram realizados 74 dias de trabalho de campo, distribuídos da seguinte forma nas localidades pesquisadas: 47 em Tratada dos Carlos, 17 em Ponta do Mangue e 10 em Tucuns, conforme o quadro abaixo:

Quadro 4 – Trabalho de campo nas localidades pesquisadas (continua)

LOCALIDADE	ETAPAS
Tratada dos Carlos	a) 12 e 13, 14 a 17 de agosto de 2014. b) 04 a 07 de dezembro de 2014. c) 18 e 19 de abril de 2015, em Lavado do Sula e Tratada dos Carlos. d) 13 a 17 de julho de 2015. e) 1 a 10, 15 a 23, e de 26 a 30 de dezembro de 2015. f) 26 e 27 de maio de 2016. g) 27 de fevereiro de 2017.
OBJETIVOS	
a) CARACTERIZAÇÃO GERAL DA LOCALIDADE: levantar dados gerais sobre a localidade e as famílias; história da localidade; atividades econômicas e uso dos recursos ambientais; festas/celebrações; conflitos com ICMBio; sistema de classificação e diferenciação social e econômica das famílias; b) continuação de levantamento dos dados das famílias; construção de croqui; conversa e entrevistas com moradores sobre o cultivo, beneficiamento e comercialização da castanha de caju; entrevista com uma moradora sobre o cultivo, extração da fibra do buriti (linho), confecção e comercialização de produtos artesanais; c) CARACTERIZAÇÃO GERAL DA LOCALIDADE: levantar dados gerais sobre Lavado do Sula e da única família, além da história da localidade; atividades econômicas e uso dos recursos ambientais; conflitos com ICMBio; sistema de classificação; levantar dados de duas famílias de Tratada dos Carlos; d) QUALIFICAR E ATUALIZAR INFORMAÇÕES - construção do croqui, atualizar dados relativos a casas, famílias e pessoas, associados na associação de moradores, associação funerária, sindicalizados, aposentado e beneficiários do Programa Bolsa Família; continuidade de levantamento de dados das famílias; conversa com um morador sobre pesca; e) QUALIFICAR E ATUALIZAR INFORMAÇÕES (continuidade) - marcar localização das edificações com Global Positioning System/Sistema de Posicionamento Global (GPS), conversas e entrevistas sobre uso das lagoas, cultivos de feijão, arroz, caju e ainda sobre pesca, fontes, plantas medicinais, artesanato, antigas áreas de uso das famílias, regras de uso; organização e funcionamento da associação funerária, acompanhamento de uma reunião da diretoria da associação funerária; realização de percurso até às praias usadas pelas famílias com marcação com GPS; continuidade do levantamento de dados de famílias; realização de um percurso da casa de um grupo familiar até suas roças e cajuais; acompanhamento de extração do olho do buriti; realização de percurso do Rio Achuí de Baixa da Onça até Tratada dos Carlos; f) Conversa com a delegada sindical sobre o festejo de Santa Luzia, em Tratada dos Carlos; atualização de informações sobre a família de Baixa da Onça; realização, pela segunda vez, do percurso de Tratada dos Carlos até às praias usadas pelas famílias para marcação com GPS dos córregos e praia do Rio Negro; g) ATUALIZAR DADOS SOBRE A LOCALIDADE: atualização dos dados da localidade com a Agente Comunitária de Saúde; conversa com a professora, que agora está aposentada, sobre o funcionamento da escola.	

Fonte: Elaborado pela autora a partir do trabalho de campo realizado de agosto de 2014 a fevereiro de 2017.

(conclusão)

LOCALIDADE	ETAPAS
Ponta do Mangue	a) 13 a 17 de novembro de 2014. b) 1 a 3 de maio de 2015. c) 1 a 8 de setembro de 2015. d) 26 de fevereiro de 2017.
OBJETIVOS	
a) CARACTERIZAÇÃO GERAL DA LOCALIDADE: levantar dados gerais sobre a localidade e das famílias; história da localidade; atividades econômicas e uso dos recursos ambientais; festas/celebrações; conflitos com ICMBio; sistema de classificação e diferenciação social e econômica das famílias; b) Conversa com um morador sobre mudanças ecológicas na localidade e criação de animais; c) QUALIFICAR E ATUALIZAR INFORMAÇÕES – marcar localização das edificações com GPS, construção do croqui, atualizar dados relativos a casas, famílias e pessoas, associados na associação de moradores, associação funerária, número de sindicalizados, aposentados e beneficiários do Programa Bolsa Família; continuidade do levantamento de dados das famílias; entrevistas com moradores sobre agricultura, pesca, artesanato e criação de animais; d) ATUALIZAR DADOS SOBRE A LOCALIDADE: atualização de dados da localidade com a presidente da associação; conversa com um grupo familiar sobre mariscagem realizada pelas mulheres, e com o professor de Ponta do Mangue sobre funcionamento da escola.	
Tucuns	a) 07 a 11 de janeiro de 2015. b) 12 a 15 de janeiro de 2016. c) 27 de fevereiro de 2017.
OBJETIVOS	
a) CARACTERIZAÇÃO GERAL DA LOCALIDADE: levantar dados gerais sobre a localidade e das famílias; história da localidade; atividades econômicas e uso dos recursos ambientais; festas/celebrações; conflitos com ICMBio; sistema de classificação e diferenciação social e econômica das famílias; b) QUALIFICAR E ATUALIZAR INFORMAÇÕES – marcar localização das edificações com GPS, construção do croqui, atualizar dados relativos a casas, famílias e pessoas, associados na associação de moradores, na associação funerária, números de sindicalizados, aposentados e beneficiários do Programa Bolsa Família; continuidade do levantamento de dados das famílias; entrevistas com moradores sobre agricultura, pesca, artesanato, criação de animais e caça, cultivo, beneficiamento, comercialização da castanha e sobre venda de cajuais; c) ATUALIZAR DADOS SOBRE A LOCALIDADE: atualização dos dados sobre a localidade com dois grupos familiares, e conversa com o Presidente da Associação de Moradores sobre a ligação da energia de Bom Passar, que fica fora do Parque Nacional, a Tucuns.	

Fonte: Elaborado pela autora a partir do trabalho de campo realizado de agosto de 2014 a fevereiro de 2017.

O maior investimento verificado em trabalho de campo em Tratada dos Carlos justifica-se pela definição da mesma como universo empírico até antes da qualificação do projeto de pesquisa em 2015. Cada etapa do trabalho de campo foi orientada pela definição de objetivos específicos, contribuindo assim, em termos de informações, nas respostas aos problemas da pesquisa.

Importante destacar que além do trabalho de campo acima referido, na condição também de integrante da equipe de pesquisadores no projeto de cooperação internacional, participei de 03 reuniões sobre a realização da pesquisa com representantes do Sindicato de Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais, Colônia de Pescadores, Centro de Direitos Humanos e Secretaria Municipal de Meio Ambiente de Barreirinhas; 03 reuniões em Tratada dos Carlos,

Tucuns e Buritizal com coordenadores da pesquisa, representantes do Sindicato de Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais, Colônia de Pescadores, Centro de Direitos Humanos, Secretaria Municipal de Meio Ambiente de Barreirinhas e representantes de localidades de dentro do perímetro do Parque Nacional; 02 reuniões em Humberto de Campos e Santo Amaro com representantes de organizações de Barreirinhas, Santo Amaro, Primeira Cruz e comunidades que também estão situadas no Parque Nacional nesses municípios; 07 reuniões de planejamento e relatos do trabalho de campo na sede de Barreirinhas com representantes do Sindicato de Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais (STTR), Colônia de Pescadores, Centro de Direitos Humanos e Secretaria Municipal de Meio Ambiente de Barreirinhas; 03 reuniões de apresentação dos dados parciais da pesquisa para representantes do Sindicato de Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais, Colônia de Pescadores, Centro de Direitos Humanos, Secretaria Municipal de Meio Ambiente de Barreirinhas e representantes das localidades pesquisadas; e workshops sobre a pesquisa, em 2015, que tiveram a participação de representantes do STTR, Colônia de Pescadores, Secretaria Municipal de Meio Ambiente e professores colaboradores da pesquisa.

Outra atividade importante que contribuiu para a realização do trabalho de tese foi a minha participação de 05 a 16 de outubro de 2015, em São Paulo, na Disciplina do Programa de Pós-graduação em Ciência Ambiental – PROCAM 2015 “O mar como espaço de estudos interdisciplinares: o papel da socioantropologia marítima”, ministrada pelo Prof. Dr. Antonio Carlos Diegues e pelo Prof. Dr. Adrian Ribaric.

Durante a pesquisa de campo foi realizado o trabalho etnográfico por meio da observação direta relacionada às formas de manejo dos recursos, às características do processo de territorialização das localidades, à dinâmica de desenvolvimento das atividades econômicas realizadas, às formas de classificação dos ambientes etc.

Foi a partir da observação de tais aspectos que se pautou o trabalho de campo, no sentido de dar conta dos aspectos que permitiram compreender não só o conjunto de práticas que definiam o modo de vida das famílias das localidades pesquisadas, como também das transformações decorrentes da atuação dos fiscais do órgão ambiental do Estado sobre tais práticas.

Esses aspectos estiveram localizados em momentos formalmente definidos de observação ou de intervenção da pesquisadora, assim como em eventos da vida cotidiana das famílias. Nesse contexto de realização da pesquisa, Foote-Whyte (2005) ressalta alguns cuidados que devem ser considerados na realização do trabalho etnográfico, a exemplo da cuidadosa observação dos eventos e das atividades diárias, ressaltando a necessidade de

aprender quando perguntar e quando não perguntar, além dos cuidados relativos à organização das anotações de campo.

Importante destacar que é no trabalho etnográfico, na observação direta ou na intervenção da pesquisadora, ou ainda na participação em eventos da vida dos grupos familiares que as questões de interesse, os conceitos, as noções e ideias vão aprofundando nossa capacidade de produzir, analisar e compreender os dados de pesquisa. De acordo com Foote-Whyte (2005, p. 283-284),

As ideias que temos durante a pesquisa são apenas parcialmente um produto lógico que cresce a partir de uma cuidadosa avaliação das evidências. Em geral, nossa maneira de refletir sobre os problemas não é linear. Com frequência temos a sensação de estarmos imersos numa massa confusa de dados. Nós os analisamos cuidadosamente, colocando sobre eles todo o peso de nosso poder de análise lógica. Saímos disso com uma ou duas ideias. Mas os dados ainda não revelam qualquer padrão coerente. Então, passamos a viver com os dados – e com as pessoas – até que, quem sabe, algum acontecimento fortuito lance uma luz totalmente diferente sobre eles e comecemos a enxergar um padrão até então não visualizado. Esse padrão não é puramente uma criação artística. Quando pensamos que o vemos, somos forçados a reexaminar nossas notas e, talvez, coletar novos dados a fim de determinar se o padrão percebido representa adequadamente a vida que observamos ou é simplesmente um produto de nossa imaginação. A lógica, então, tem uma participação importante. Mas estou convencido de que a evolução real das ideias na pesquisa não acontece de acordo com os relatos formais que lemos sobre métodos de investigação. As ideias crescem, em parte, como resultado de nossa imersão nos dados e do processo total de viver.

O processo de construção do objeto do presente trabalho, descrito no itinerário da pesquisa, foi resultado da imersão nos dados, articulada aos estudos e discussões permanentes com o orientador, coordenadora e colaboradores da pesquisa a qual estava vinculada e com os colegas do GERUR. Nesse contexto, a sensação de estar imersa numa massa confusa de dados foi se diluindo e as ideias sobre o objeto de estudo se delimitando e configurando.

Weber (2009, p. 27) chama a atenção para outros dois aspectos do trabalho etnográfico: o primeiro, relativo à postura do pesquisador que deve ser de “[...] escutar e observar as pessoas, e não interrogá-las, para preservar suas iniciativas de classificação e o domínio de suas palavras”; o segundo se refere ao poder de manipulação e de ocultação dos conceitos nativos, quando afirma que “[...] levá-los a sério significa ser capaz de ouvi-los e analisá-los e não se render diante deles, como se fossem os únicos autênticos. Aqui, o risco de populismo – de renúncia, de recusa da análise em definitivo – é grande” (WEBER, 2009, p. 28).

Esses aspectos, ainda que discutidos no âmbito das reuniões preparatórias ao trabalho etnográfico, só foram efetivamente cuidados, ou passaram a ser motivos de

preocupação, após a realização de algumas etapas de trabalho de campo, quando começamos a examinar juntos como nos colocávamos como pesquisadores observando, intervindo e participando de eventos da vida das famílias. No meu caso, mais cuidado ainda, considerando que esse foi meu primeiro trabalho etnográfico.

O aprofundamento da investigação sobre o modo de vida das famílias foi produzindo o aprofundamento sobre o próprio universo empírico. Nesse sentido, acercar-se ao universo das famílias por meio do trabalho de campo objetivando a produção dos dados pelo próprio pesquisador, reforça a exigência do rigor epistemológico imposto às ciências sociais (SARDAN, 2008) a partir da mobilização de aportes teóricos que melhor respondam a essa exigência.

Um desses aportes diz respeito à ecologia política. Segundo Alier (2015), a forma como determinados grupos estabelecem a relação com o ambiente natural, preocupados ao mesmo tempo com o uso dos recursos e a sua conservação, definiu o que ele denominou de ecologismo dos pobres, uma corrente do ecologismo que tem como um dos seus principais princípios a garantia da justiça social a partir de formas específicas de relação com a natureza e manejo dos recursos. Segundo esse autor, essa corrente

[...] não é uma reverência sagrada à natureza, mas, antes, um interesse material pelo meio ambiente como fonte de condição para a subsistência; não em razão de uma preocupação relacionada com os direitos das demais espécies e das futuras gerações de humanos, mas, sim, pelos humanos pobres de hoje (ALIER, 2015, p. 34).

Ainda que a relação com o meio natural não seja identificada como o “[...] culto ao silvestre” e nem que haja preocupação com as futuras gerações, ainda assim permanece a preocupação com os “recursos e serviços ambientais” (ALIER, 2015, p. 335), na medida em que a disponibilidade desses são fontes para a subsistência humana.

Foi justamente preocupada em entender como essa forma de se relacionar com a natureza se dá, observando o cotidiano das famílias, que o trabalho de campo foi realizado. O esforço foi o de entender essas relações nos tempos e lugares em que ocorriam, dentro de seus respectivos espaços sociais, políticos e ambientais. Para isso, foram mapeados os lugares de trânsito das pessoas, por meio da marcação de pontos com GPS, buscando identificar os lugares dos diferentes ambientes manejados pelas famílias.

A perspectiva era dar conta dos ambientes utilizados pelas famílias e das formas de manejo dos recursos e, sobretudo, da dinâmica da organização social dos grupos familiares que por gerações sucessivas ocupam a área que é hoje identificada como Parque Nacional dos

Lençóis Maranhenses. De acordo com Acsehrad (2010, p. 7),

[...] nos mapas que procuram incorporar a historicidade dos processos sociais, o espaço torna-se um vasto tabuleiro de xadrez sobre o qual os sujeitos evoluem, se deslocam, se orientam. A delimitação do espaço torna-se, assim, não mais um meio de representá-lo simplesmente pelos objetos geográficos que o compõem, mas pelos conhecimentos associados a seu uso e pela intenção política que preside a sua apropriação.

Buscando compreender a territorialização da região do Parque Nacional pelos grupos familiares, assim como as relações implicadas nesse processo – estabelecidas entre si e com famílias das próprias localidades –, a memória oral foi o instrumento por meio do qual se buscou a recuperação de eventos, acontecimentos, situações e experiências vivenciadas por eles, pelos seus antepassados e pelo grupo do qual fazem parte.

Para Halwbachs (2003), é a partir da memória individual que a memória do grupo se afirma. Para ele,

[...] se a memória coletiva tira sua força e sua duração por ter como base um conjunto de pessoas, são os indivíduos que se lembram, enquanto integrantes do grupo. [...] [Segundo o autor], [...] cada memória individual é um ponto de vista sobre a memória coletiva, que este ponto de vista muda segundo as relações que mantenho com outros ambientes (HALBWACHS, 2003, p. 69).

Porém, destaca este autor, “[...] a memória coletiva contém as memórias individuais, mas não se confunde com elas” (HALBWACHS, 2003, p. 72).

Outra ferramenta metodológica mobilizada foi a realização de entrevistas com aqueles indicados ou selecionados como informantes privilegiados, ou seja, como interlocutores considerados especialistas em determinados assuntos, ou detentores da memória coletiva.

No processo de realização de entrevistas busquei observar os “[...] efeitos da estrutura social na qual ela se realiza” (BOURDIEU, 1997, p. 694), que não serão reconhecidos e minimizados apenas com a boa vontade do pesquisador, mas com um esforço de “[...] fazer um uso reflexivo dos conhecimentos adquiridos da ciência social para controlar os efeitos da própria pesquisa e começar a interrogação já dominando os efeitos inevitáveis das perguntas” (BOURDIEU, 1997, p. 694). Nesse esforço, ressalta Bourdieu (1997, p. 695), é fundamental

[...] instaurar uma relação de escuta ativa e metódica, tão afastada da pura não-intervenção da entrevista não dirigida, quanto do dirigismo do questionário. Postura de aparência contraditória que não é fácil de se colocar em prática. Efetivamente, ela

associa a disponibilidade total em relação à pessoa interrogada, a submissão à singularidade de sua história particular, que pode conduzir, por uma espécie de mimetismo mais ou menos controlado, a adotar sua linguagem e a entrar em seus pontos de vistas, em seus sentimentos, em seus pensamentos, com a construção metódica, forte, do conhecimento das condições objetivas, comuns a toda uma categoria.

Se a instauração de uma relação de escuta ativa e metódica nas entrevistas por si só já traz enormes dificuldades, o esforço foi duplicado em um contexto em que os interlocutores reconhecem na pesquisadora vínculos de parentesco. O que poderia indicar maiores facilidades, na verdade indicaram limites no esforço de reconhecer e neutralizar os efeitos inerentes à realização de entrevistas.

Outras ferramentas metodológicas utilizadas foram registros fotográficos de ambientes e práticas desenvolvidas pelas famílias, marcação de pontos com GPS e produção de croqui, que para além de produzir imagens, produziram uma representação da realidade, uma construção gráfica que se inscreveu numa preocupação de qualificar informações. Além disso, foram analisados documentos oficiais relativos tanto à legislação ambiental sobre unidades de proteção integral como, especificamente, ao Parque Nacional dos Lençóis Maranhenses, a exemplo do Plano de Manejo, relatórios e outros documentos institucionais.

A perspectiva foi combinar as bases conceituais sobre as questões que pretendia analisar, o trabalho de campo etnográfico e a reconstrução histórica, onde a observação direta estava articulada à memória dos grupos analisados.

Considero importante essa combinação de aspectos no meu trabalho de pesquisa, porque permitiram descobertas etnográficas (WOORTMANN, 1995) interessantes para o meu estudo. Ressaltando a importância do trabalho etnográfico, Woortmann (1995, p. 18) destaca que, “[...] há uma enorme diferença entre *ler sobre* e *falar com* pessoas ‘estranhas’, vivenciar a alteridade; entre lidar com descobertas feitas por outros e descobrir por si mesmo”.

Nessa perspectiva, destaco a importância das contribuições dos principais informantes nas localidades pesquisadas acerca das temáticas trabalhadas. Sobre histórias do surgimento das localidades, os familiares dos moradores mais antigos contribuíram decisivamente com suas narrativas, como o Sr. Afonso e Dona Mariazinha, o Sr. Zé Pulu, Sr. Alberico e Dona Priscilia, Sr. Pelé e Dona Maria José (em Tratada dos Carlos); o Sr. Antonio Reis, o Sr. Francisco Diniz, Dona Filomena, o Sr. José Maria, o Sr. Bernardo, o Sr. Pedro e Dona Maria Elisa (em Tucuns) e Dona Maria do Celso, o Sr. Celso e o Sr. Emídio (em Ponta do Mangue).

Sobre as atividades realizadas pelas famílias, alguns informantes as abordaram com maior profundidade. Em Tratada dos Carlos, o Sr. Zé Pulu, o Sr. Alberico, o Sr. Afonso, Dona Glória, Genilson, Dona Nazaré Lisboa, Dona Nazaré Neves, Dona Mariazinha, Dona Viviane e Dona Nilza falaram sobre agricultura, cultivo, beneficiamento e comercialização de castanha de caju, pesca, criação de animais e artesanato. A participação desses interlocutores permitiu a compreensão de detalhes dessas atividades.

Em Ponta do Mangue, o Sr. Celso, Dona Maria do Celso, o Sr. Vanja, Dona Ana América e o Sr. Raimundo forneceram importantes detalhes acerca da criação de animais, pesca e agricultura. Em Tucuns, o Sr. Antonio Reis, o Sr. Ribamar, o Sr. José Maria, o Sr. Bernardo, o Sr. Pedro, o Sr. Adriano, Dona Naires e Kerliane foram imprescindíveis no fornecimento de informações sobre agricultura, criação de animais, caça, pesca e extrativismo vegetal.

O acompanhamento de atividades nas localidades foi feito com a contribuição de Dona Maria do Celso, o Sr. Emídio e o Sr. Vanja, em Ponta do Mangue, que possibilitaram o conhecimento dos ambientes, recursos e atividades da localidade. Em Tratada dos Carlos, Dona Nazaré Neves e o Sr. Zé Pulu me permitiram conhecer a área manejada pela família, percorrer o trajeto do Rio Achuí até Tratada dos Carlos, e o percurso da localidade até os ambientes (Ilhas, Vargens e Praias) de pesca manejados pelas famílias; Dona Marizinha, Dona Viviane e Dona Maria Nilza me permitiram acompanhar a atividade de artesanato desde a extração do olho do buritizeiro até a confecção dos produtos. E em Tucuns, o Sr. Antonio Reis, o Sr. Ribamar e o Sr. Romildo me possibilitaram conhecer a localidade, as formas de uso dos recursos e as atividades realizadas pelas famílias, como pesca no rio e o cultivo e beneficiamento da castanha de caju.

Definição do problema

Em Barreirinhas, dentro do perímetro do Parque Nacional dos Lençóis Maranhenses, os grupos familiares estão distribuídos em áreas denominadas por eles como *região das praias* e *região das areias*. Essas regiões designam aquelas zonas do Parque que apresentam determinados ecossistemas nos quais, por conta disso, é possível realizar distintas atividades econômicas a partir de formas específicas de manejo.

São aproximadamente 23 localidades¹⁴ onde as famílias realizam, de forma combinada, atividades como agricultura, pesca, extrativismo, artesanato, criação de animais, dentre outras. Dependendo de em qual região estejam situados e dos recursos disponíveis nessas zonas, algumas dessas atividades são mais realizadas que outras.

O uso dos recursos encontrados em distintos ambientes é realizado de forma comum pelas famílias, o que não significa dizer que são abertos a qualquer pessoa, mas àquelas que fazem parte de um conjunto de relações estabelecidas por um determinado grupo, a exemplo das relações de parentesco e compadrio. Com regras estabelecidas pelas próprias famílias, manejam os recursos disponíveis em ambientes como lagoas, rios, *praias*, *lavados* e áreas de extrativismo e de agricultura, sendo que a apropriação da produção oriunda dessas atividades é familiar.

A noção de regra neste trabalho é inspirada nas formulações de Ostrom (2005, p. 19), ao argumentar que, “[...] working rules are the set of rules to which participants would make reference if asked to explain and justify their actions to fellow participants”. Essas regras não necessitariam estar escritas, mas compartilhadas pelos membros do grupo.

Foram observadas formas distintas de apropriação da terra para moradia e trabalho - compra e venda estabelecidas entre duas famílias, doações feitas pelos pais aos filhos, consanguíneos ou não - e apropriação da terra diz respeito ao uso regular que os grupos familiares fazem de uma determinada área para desenvolver alguma atividade econômica, como, por exemplo, a agricultura.

Cada família foi construindo seus limites de uso, o que não significou, necessariamente, demarcações físicas, mas o reconhecimento do controle desses espaços pelos demais grupos familiares, como destacou o Sr. Josimar, de Tratada dos Carlos: “aqui se respeita a frente e o fundo do vizinho. As áreas que são mais longe são melhores, mas tendo apossante, não se entra”.

No relato acima identificam-se também elementos do que poderíamos chamar de regime de governança local (TUCKER; OSTROM, 2009), construído pelos grupos familiares por meio do qual definiriam regras e estabeleceriam sanções pelo não cumprimento das regras.

Ao contrário do que foi avaliado pelo IBAMA, em 2003, quando da elaboração do Plano de Manejo, no território do Parque Nacional já existiam regras que orientavam um

¹⁴ Achuí, Atins, Baixa da Onça, Baixa Grande, Bom Jardim, Buriti Amarelo, Bracinho, Buritizal, Canto do Atins, Cedro, Janaúba, Lagoa da Esperança, Lavado do Sula, Mata Fome, Mirinzal, Mocambo, Ponta do Mangue, Santo Antonio, Santo Inácio, Tratada dos Carlos, Tratada de Cima, Tucuns e Vargem D’água, .

conjunto de práticas desenvolvidas por grupos familiares que ali viviam e trabalhavam. E foram precisamente essas regras, historicamente construídas por esses grupos, que contribuíram para que o próprio IBAMA constatasse que o perímetro da área decretada como Unidade de Proteção Integral estava em bom estado de conservação.

Essa forma específica de uso dos ambientes e seus recursos pode ser praticada também em relação a outros ambientes utilizados pelas famílias para a pesca e para a criação de animais. As praias são usadas por qualquer pescador ou grupo de pescadores, mas cada um tem um lugar de pesca, cuja referência são as *barracas* de cada grupo. Essas referências indicam os limites da área de pesca de cada grupo¹⁵.

Há, porém, ambientes que não são compartilhados por famílias de outras localidades, a exemplo dos locais de caça em Tucuns. As queixas por parte de algumas famílias que realizavam tal atividade – de pessoas de outras localidades caçarem em áreas pertencentes aos seus limites territoriais – sinalizam para a discordância do compartilhamento desses recursos e ambientes.

Outro aspecto dessa forma de apropriação e uso comum dos recursos refere-se a quem pode usá-los. Ambientes e recursos de uma dada localidade podem ser usados por famílias e animais de outras. O gado bovino de Tucuns durante o período de inverno, de julho a dezembro, é levado para locais onde existe capim verde, a exemplo de Buriti Amarelo, Mata Fome, *morrarias* e Vila Regina (esta, fora do perímetro do Parque Nacional). Animais de criadores de Ponta Mangue pastam na praia do Canto do Atins, como informou o Sr. Celso¹⁶, de Ponta do Mangue.

As *vargens*, áreas de vegetação rasteira com diversos tipos de capim, que alagam durante o inverno, podem servir como local de pesca (quando as águas começam a baixar, após o inverno); como local de pastagem para os animais; e como área de cultivo. O relato do Sr. Zé Pulu expressa bem esse uso compartilhado dos ambientes e dos recursos pelos grupos familiares.

No inverno, quando a gente vinha pescar, trazia os animais que ficavam numa vargem perto da nossa barraca, na Praia do Guajiru. Já plantamos feijão, melancia, abóbora numa parte dessa área, que hoje é ocupada por essa duna. Antigamente, essa vargem não secava, durante verão e inverno, e dava muito peixe. Pescadores de Atins vinham pescar nela. Os invernos ruins prejudicaram a pesca, porque com

¹⁵ Em maio de 2016, na praia do Bonzinho existia uma barraca que era do Sr. Alberico e Zé Raimundo, de Tratada dos Carlos, e Zé Inácio, de Mirinzal. Próxima do igarapé da Baixa Grande existia uma barraca de pescadores de Massangano. Entre as praias de Guajiru e Bonzinho existia uma barraca de pescadores de Atins (Antonio José e Zé dos Reis). Na praia da Capivara existiam duas barracas - uma, de Antonio Carlos, de Santo Inácio, e a outra de Grilo, de Canto do Atins.

¹⁶ Essa informação foi repassada pelo Sr. Celso em maio de 2015; em dezembro de 2015 ele faleceu.

muito vento, os peixes não vêm para a beira da praia, e, sem canoas, os pescadores não vão pescar; e se tivessem canoas, não tinha água doce, para os animais e para o consumo deles mesmos. É por esse motivo que as barracas são construídas perto de igarapés. (Conversa informal, em maio de 2016).

Outra situação que sinaliza o compartilhamento dos ambientes por humanos e animais é o uso das margens de praias. Com frequência, em períodos de marés baixas, em praias como Guajiru e Capivara, vê-se animais como caprinos (de Canto do Atins e de Ponta do Mangue) e aves comendo folhas e frutos de mangue que acumulam na beira da praia. De acordo com o Sr. Zé Pulu, “os bodes também sabem das marés”.

O uso dos ambientes é também orientado por regras construídas a partir de elementos simbólicos, do imaginário. Em relação à pesca, Diegues (2004, p. 206) afirma que “[...] a posse social do espaço marítimo implica não somente relações com o meio ambiente e com a sociedade, mas também em conexões simbólicas com o mundo não-material”. Essas relações com o mundo não-natural se aplicam aos ambientes marítimos e terrestres, como veremos nos relatos abaixo:

Os pescadores não devem pegar ou comer o caranguejo espera maré. Se matarem um desses caranguejos podem ter alguma ventania ou tempestade. Além disso, antes de entrarem no mar, os pescadores devem pedir licença à dona do mar, chamada Vovó. Também se benzem antes de entrar no mar (Genilson, de Tratada dos Carlos, Conversa informal, em dezembro de 2015).

Para Diegues (1998, p. 107), “[...] quando uma sociedade reivindica o acesso, o controle e o uso tanto das realidades visíveis quanto das potências invisíveis ela está, na realidade, afirmando sua propriedade sobre o território”. Outras crenças que conformam preocupações no âmbito do que se poderia chamar de sustentabilidade ecológica (LIMA; POZZOBON, 2005) também orientam o uso dos recursos.

De acordo com Dona Nazaré, de Tratada dos Carlos, a extração do *olho* do buritizeiro deve ser feita de três em três meses e durante as *luadas*; o linho tirado na lua nova é considerado bom; o linho tirado na lua minguante sai *rasgado*.

Essa forma de manejo dos recursos está ancorada em vínculos de parentesco e compadrio e tem relação com os processos de territorialização (LITTLE, 2002) operados pelas famílias a partir da dispersão de parentes por diferentes localidades no interior do Parque. Esse aspecto confere certa especificidade ao tipo de territorialização dessa região, conforme os relatos abaixo:

Nasci no Coqueiro, morei mais ou menos 01 ano com minha sogra, aqui na Tratada dos Carlos, quando me casei com o Bibiu; minha sogra foi morar no Atins; ela não sabia e construiu a casa dela dentro da área do Parque (Gisele, de Tratada dos Carlos, Conversa informal, em agosto de 2014).

Sou de Tratada de Cima, casei em 27 de janeiro de 1958 e vim morar em Ponta do Mangue (Dona Cândida, de Ponta do Mangue, Conversa informal, em setembro de 2015).

Meus pais me deram para ser afilhada do pai do cunhado do Alberico [seu marido], que convidaram os meus pais, que moravam no Braço, para morar em Tratada dos Carlos (Priscilia, de Tratada dos Carlos, Conversa informal, em agosto de 2014).

Os relatos acima ajudam a entender algumas das motivações para os constantes deslocamentos das famílias de um lugar para o outro: mudança de residência após o casamento; disponibilidade de recursos para o desenvolvimento de atividades que garantem o sustento da família; necessidade de educação formal para os filhos, e mudança de residência a partir de vínculos de compadrio.

Foi nesse território, onde diversas famílias manejam os recursos a partir de regras próprias, que o Estado brasileiro criou uma unidade de conservação na qual não é admitida a presença de moradores. Com a criação do Parque Nacional dos Lençóis Maranhenses, em 1981, novas finalidades e formas de uso foram estabelecidas, normatizadas e orientadas por ideologias diferenciadas nos seus desenvolvimentos, chocando-se com aquelas dos grupos familiares, resultando em conflitos.

A aplicação das novas finalidades de uso da área do Parque ficaram sob responsabilidade do órgão ambiental gestor da unidade de conservação. Ressalte-se que desde 1981 até a presente data, 2017, a gestão do Parque Nacional dos Lençóis Maranhenses foi assumida por três órgãos ambientais.

No período de 1981 até 1989, a gestão do Parque foi de responsabilidade do Instituto Brasileiro de Desenvolvimento Florestal (IBDF), órgão vinculado ao Ministério da Agricultura. Em 14 de fevereiro de 1989 esse órgão foi extinto e no mesmo ano foi criado o IBAMA, órgão vinculado ao Ministério do Meio Ambiente, que assumiu a gestão do Parque. Passaram-se 17 anos entre a data da criação do Parque e a chegada de representantes do órgão ambiental na sede de Barreirinhas.

Nos anos de 2002 e 2003, o IBAMA coordenou o processo de elaboração do Plano de Manejo¹⁷ do Parque que atribuiu novas classificações aos ambientes, finalidades e

¹⁷ De acordo com o IBAMA (2003, p. 5), o Plano de Manejo é um “[...] instrumento oficial de planejamento das Unidades de Conservação [e que] determina o zoneamento de uma unidade de conservação, caracterizando cada uma de suas zonas, propondo seu desenvolvimento físico de acordo com suas finalidades e estabelecendo diretrizes básicas para o manejo da unidade”.

usos à área territorializada pelos grupos familiares.

De acordo com o Plano de Manejo, a presença dos grupos familiares é associada aos “principais conflitos”, e são também atribuídos os usos permitidos - pesquisa científica, proteção, uso público restrito, uso público controlado. Destaque-se que embora a presença física de fiscais do IBAMA já fosse sentida na sede de Barreirinhas desde 1998, essas novas finalidades e usos só passaram efetivamente a ser aplicadas a partir de 2007, com a criação do Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMBio), também vinculado ao Ministério do Meio Ambiente, que passou a assumir a gestão de todas as áreas de proteção ambiental, a exemplo do Parque Nacional dos Lençóis Maranhenses.

É a partir desse momento que grupos familiares das localidades no perímetro do Parque Nacional, em Barreirinhas, sentem a aplicação das novas regras de uso dos recursos, assim como as modalidades de intervenção dos agentes do órgão ambiental do Estado – restrições, proibições e sanções – sinalizando, assim, para uma aplicação efetiva das novas finalidades e formas de uso dos recursos do território.

A coerção tem sido a maneira mais empregada pelo Estado brasileiro aos grupos familiares que vivem no Parque Nacional dos Lençóis Maranhenses. Realizam intimações, aplicam multas, fazem visitas *in loco* com ameaças de uso da força legal, entre outros mecanismos, conforme relato de Dona Nazaré Lisboa, de Tratada dos Carlos.

Eu e meu neto possuímos uma roça de sununga¹⁸ do ano passado. Em 2013 o ICMBio me proibiu de fazer roça numa área de cultivo de caju que é da família. Apareceram e disseram que eu estava mandando destruir o mato. Expliquei que ia ser feito no lugar de um velho cajual da família e que tinha mandado aradar¹⁹ para plantar maniva. Os fiscais, que não sei informar os nomes, me perguntaram se eu pretendia plantar ali algodão e respondi que pretendia plantar melancia, maniva, maxixe, abóbora. Eu estava só e fiquei muito nervosa com aquela conversa, porque eles estavam armados. Perguntaram também se eu tinha casa de forno²⁰, se tinha motor, disse que sim e eles então disseram: então, a Sra. é dona do Parque? (Nazaré Lisboa, de Tratada dos Carlos, Conversa informal, em julho de 2015).

Além das restrições, proibições e responsabilização impostas pelo ICMBio, o modo de reprodução das famílias é impactado pela pesca de arrastão²¹ e pelos efeitos do desenvolvimento de atividades autorizadas pela legislação ambiental em áreas de unidade de proteção integral, a exemplo do turismo.

¹⁸ É denominada de roça de sununga ou roça de São Miguel o roçado implantado no período do verão.

¹⁹ Aradar a terra para o plantio refere-se à limpeza da área onde será implantado um roçado.

²⁰ Casa de forno é o local onde a produção da farinha é realizada. É composta por todos os equipamentos necessários, como o forno de torrar a massa de mandioca.

²¹ Pesca de *arrastão* é a pesca de camarão realizada em alto mar utilizando uma rede que arrasta camarões, peixes e outras espécies marinhas.

Hoje, na praia da Capivara, não pescamos mais; o trânsito de pessoas é grande; os pontos de pescaria se acabaram; o peixe é afugentado (Zé Pulu, de Tratada dos Carlos, Conversa informal, em agosto de 2014).

É justamente em função dessas restrições, proibições e responsabilização das famílias pelo descumprimento das novas regras impostas no território do Parque Nacional, que alguns grupos familiares já se mudaram para outras localidades, ou construíram casas para seus filhos fora do Parque, ou ainda aconselham seus filhos, ao constituírem novos grupos familiares, a construírem suas casas fora do seu próprio lugar. Assim, o território onde não é admitida a presença de moradores vai sendo desocupado gradualmente.

Apresentação da tese

A partir do contexto de restrições, proibições e responsabilização descrito acima, que é também marcado pela perspectiva de remoção dos grupos familiares da área do Parque Nacional, levanto a tese de que, a medida em que ação dos agentes de órgãos ambientais cria dificuldades para a reprodução das famílias, ela contribui para alcançar o objetivo de desocupação gradual do Parque.

A presente tese se fundamenta em um conjunto de eventos protagonizado pelos agentes ambientais, como liberações de práticas desportivas e de turismo em locais de desenvolvimento de atividades econômicas, proibições relativas ao desenvolvimento de práticas historicamente realizadas pelas famílias – implantação de roçados, criação de animais, construção de novas edificações, abertura de novos caminhos – e aplicação de multas contra famílias que descumprem as novas regras de uso dos recursos.

Esses eventos têm produzido implicações que comprometem a reprodução do modo de vida dos grupos familiares na medida em que contribuem para: a) perda de autonomia desses grupos em decidir sobre onde e como morar e trabalhar; b) desaparecimento de práticas tradicionais como a criação de animais; c) comprometimento do uso e controle de ambientes, e d) redução de recursos e ambientes para o desenvolvimento de práticas fundamentais para a reprodução das famílias.

Nesse contexto, a desocupação gradual pode ser verificada por meio de vários indicadores – a permanência dos mais idosos nas localidades, considerando que para estes é mais difícil a mudança para a sede de Barreirinhas, para outros municípios ou até fora do Maranhão, para onde estão indo morar a maioria dos filhos adultos; a saída dos filhos da casa dos pais e do lugar onde nasceram, especialmente os mais novos, diante da ausência ou

fragilização de políticas públicas que garantam condições de permanência - como educação e eletrificação - e diante de ameaças de retirada dos grupos familiares da área do Parque, alguns pais, de modo particular aqueles que já sofreram algum tipo de penalização, orientam seus filhos a construir suas residências fora do Parque Nacional, diminuindo assim a quantidade de novas famílias nessas localidades; e a construção de residências por algumas famílias em outras localidades fora do Parque Nacional, como uma estratégia de sobrevivência, caso sejam retiradas.

A experiência diária de restrições, proibições e penalização de grupos familiares em áreas de Parques Nacionais, articulada com a ameaça constante da retirada desses grupos, em função do cumprimento de uma legislação ambiental que não admite a permanência de moradores em unidades de proteção integral, foi verificada por Diegues et al. (2011) em outros Parques Nacionais no Brasil e por Dowie (2006) em outros países.

ALGUNS ASPECTOS CONCEITUAIS QUE BALIZAM O TRABALHO

Embora não seja admitida a presença humana em unidades de proteção integral, a história de ocupação da área que hoje corresponde ao Parque Nacional dos Lençóis Maranhenses remonta ao século XVIII com grupos indígenas (IBGE, 1987), e ao século XIX, com escravos e homens livres (MARQUES, 1970), o que é confirmado por meio da memória oral dos grupos familiares de Barreirinhas que atualmente vivem e trabalham na área onde foi criada uma unidade de conservação pelo Estado brasileiro.

Ainda que não haja registro específico das atividades desenvolvidas pelos indígenas, Simões e Pereira (2009) indicam a pesca e a criação de animais como principais atividades daqueles grupos. De acordo com Marques (1970), nos chamados *quarteirões* da Freguesia de Barreirinhas eram desenvolvidas atividades agrícolas, de pesca e de criação de animais. As famílias que ali vivem há no mínimo cinco gerações continuaram realizando essas atividades, a exemplo daquelas de localidades como Tratada dos Carlos, Ponta do Mangue e Tucuns, situadas no município de Barreirinhas.

Isso significou a constituição histórica de organizações sociais baseadas em relações específicas com a natureza e com outros grupos familiares, em regimes de propriedade comum, com limites e regras próprias de uso do território.

Ocorre que essa presença histórica não foi reconhecida pelo Estado brasileiro quando criou uma unidade de proteção integral, em 1981, na qual definiu limites, proibiu o uso direto dos recursos, permitiu a realização de atividades de uso indireto como o lazer, visitação pública e pesquisa, e estabeleceu regras de uso dos recursos a partir dos seus próprios critérios de zoneamento.

Em seu conjunto, essas práticas, tanto dos grupos sociais cuja presença é anterior a 1981, quanto do Estado podem ser melhor compreendidas a partir das noções de razão instrumental e razão histórica discutidas por Little (2002), tendo como referências as contribuições de autores como Quijano (1988), Fabregat (1996) e Gellner (1983).

De acordo com Little (2002, p. 22), a razão histórica possui três elementos que a constituem: “[...] regime de propriedade comum, sentido de pertencimento a um lugar específico e profundidade histórica da ocupação guardada na memória coletiva”, enquanto que a razão instrumental é resultante das condutas territoriais do Estado-nação que conformaram uma ideologia territorial. Esta se vincula ao nacionalismo e se “[...] fundamenta no conceito legal de soberania, que postula a exclusividade do controle de seu território nas mãos do Estado” (LITTLE, 2002, p. 6).

Para Little (2002, p. 7), um dos mecanismos construídos pelo Estado brasileiro para assegurar essa soberania foi o estabelecimento de “[...] parâmetros legais definidos pelo regime de propriedade vigente no Brasil. Em grandes linhas, a terra é dividida em duas categorias básicas: terras privadas e terras públicas”. Por esse regime, aquelas terras que não são privadas são do Estado, e nessa condição “[...] é o aparelho de Estado que determina os usos dessas terras, supostamente em benefício da população em seu conjunto” (LITTLE, 2002, p.7).

Nessa perspectiva, a delimitação de limites legais estabelecidos pelo Estado brasileiro quando da criação do Parque Nacional por meio de um decreto pode ser compreendida como

[...] ato que consiste em "traçar as fronteiras em linhas retas", em separar "o interior do exterior", o reino do sagrado do reino do profano, o território nacional do território estrangeiro, é um ato religioso realizado pela personagem investida da mais alta autoridade, o *rex*, encarregado de *regere sacra*, de fixar as regras que trazem a existência aquilo por elas prescrito, de falar com autoridade, de pré-dizer no sentido de chamar ao ser, por um dizer executório, o que se diz, de fazer sobrevir o porvir enunciado (BOURDIEU, 2008, p.114).

Foi exercendo o ato de “traçar as fronteiras em linhas retas” que o Estado brasileiro definiu arbitrariamente o perímetro do Parque Nacional dos Lençóis Maranhenses, dividindo lagoas, rios, localidades, áreas de cultivo de produtos agrícolas e extrativos, assim como áreas de criação de animais, definindo o que está “dentro” e o que está “fora” ou no “entorno” do limite arbitrariamente estabelecido. Esse limite não reconhece as fronteiras construídas historicamente por grupos de camponeses que desenvolvem a agricultura, a pesca, o extrativismo e a criação de animais.

A ação do Estado brasileiro pode ser associada à razão instrumental na medida em que, em nome da proteção integral da natureza, não reconheceu (e continua não reconhecendo) a existência de outro território construído historicamente por distintos grupos sociais que, por meio de suas práticas, produziram formas próprias de organização social.

Outros aspectos que relacionam a criação de áreas protegidas pelo Estado à razão instrumental foram destacados por Little (2002, p. 16):

Em primeiro lugar, as áreas protegidas são criadas pelo Estado mediante decretos e leis e conformam parte das terras da União, sendo, portanto terras públicas. Em segundo lugar, a criação dessas áreas inclui sofisticadas pesquisas científicas envolvendo um grande leque de especialistas, mostrando o alto grau de conhecimento humano implicado nelas. Em terceiro lugar, as áreas protegidas estabelecem planos de manejo que especificam com minuciosos detalhes as atividades permitidas e proscritas dentro desses territórios.

Por outro lado, a presença histórica de distintos grupos nesse mesmo território pode ser compreendida a partir da razão histórica, considerando sua anterioridade à criação do Parque Nacional, os regimes de propriedade e regras de uso comum dos recursos, que conformaram a produção de um território com o qual se identificam.

É nesse contexto de encontro e confronto entre agentes que encarnam, respectivamente, a razão instrumental e a razão histórica, que a noção de territorialização pode ser pensada, isto é,

[...] como um processo de reorganização social que implica: 1) a criação de uma nova unidade sociocultural mediante o estabelecimento de uma identidade étnica diferenciadora; 2) a constituição de mecanismos políticos especializados; 3) a redefinição do controle social sobre os recursos ambientais; 4) a reelaboração da cultura e da relação com o passado (OLIVEIRA, 1998, p. 4).

Para Oliveira (1998), trata-se de uma “intervenção da esfera política (...) que associa um conjunto de indivíduos e grupos a limites geográficos bem determinados” (1998, p. 4). Porém, não é um processo de “mão única, dirigido externamente e homogeneizador” (1998, p. 4), alerta o autor. No caso do Parque Nacional dos Lençóis Maranhenses, a noção de territorialização estará associada ao processo construído por distintos grupos humanos e em diferentes contextos históricos.

A partir dos anos 1990, esses grupos constituídos por agricultores, criadores, pescadores, extrativistas e produtores de alimentos passaram a ser agrupados e conceituados na categoria de *populações tradicionais* ou *comunidades tradicionais*, com o adjetivo *residentes em áreas protegidas* sinalizando para o não reconhecimento da anterioridade de sua presença quando foram criadas.

Essas categorias, como “povos tradicionais” e “sociedades tradicionais”, dentre outras elencadas por Barreto Filho (2006) e Little (2006), são construções políticas, jurídicas e teóricas resultantes de lutas por direitos empreendidas nos anos 1980. Para Miranda (2012, p. 54),

[...] a expressão “povos e comunidades tradicionais” foi constituída a partir da articulação dos “novos” movimentos sociais com agentes situados em diferentes espaços sociais e institucionais (ONGs, universidades, instituições de pesquisa e desenvolvimento...) com vistas à garantia de direitos e de efetivação de políticas públicas que contemplassem as especificidades desses grupos.

De acordo com Barreto Filho (2006, p. 126),

Nesse processo, a incorporação da noção [população tradicional] às distintas agendas conservacionistas da sociedade civil e do poder público no Brasil foi influenciada diretamente por dois outros vetores. De um lado, os formuladores nativos da noção de “população tradicional” foram beber em certas correntes do pensamento social brasileiro caudatárias dos estudos antropogeográficos e preocupadas em caracterizar os tipos culturais regionais brasileiros, definidos a partir do conceito de sociedades e/ou culturas “rústicas”. De outro, a noção ganhou um novo ímpeto e significado em função de vários movimentos sociais, que incorporaram a variável ambiental como dimensão importante do seu ativismo – em especial os atores sociais diretamente afetados pelo desmatamento na Amazônia e cuja mobilização política enfoca os efeitos sociais das políticas públicas dirigidas para a região e toma corpo nos embates contra a ação do Estado.

Situadas num contexto de luta por direitos socioambientais, essas construções também foram objeto de disputas em distintas áreas do conhecimento. De acordo com Miranda (2012, p. 54),

[...] pode-se afirmar que há a formação de um domínio discursivo em torno da temática que, embora tenham como eixo central as discussões travadas no âmbito das ciências sociais, resvalam para outros campos de conhecimento, como o jurídico, por exemplo, possibilitando a formação de categorias de classificação e identificação.

No âmbito jurídico, o processo de reconhecimento de direitos desses grupos na Constituição Federal de 1988 foi marcado por embates entre distintas percepções sobre quem são esses sujeitos. Esses embates também foram deslocados para o processo de tramitação do projeto de lei do SNUC, que durou 10 anos. Preservacionistas e socioambientalistas discutiam o conceito de populações tradicionais, conforme assinalaram Miranda (2012) e Little (2002).

Nas ciências sociais a profusão de categorias usadas pelos diversos autores – sociedades tradicionais (ARRUDA, 1999), culturas e sociedades tradicionais (DIEGUES, 1998), populações tradicionais (CUNHA; ALMEIDA, 2009; BARRETO FILHO, 2006); povos tradicionais (LITTLE, 2002) -, sinaliza para a ideia de que estamos diante de uma categoria com conteúdo aberto, que indica diversidade de grupos e que, mais do que expressar indefinições, pode indicar extensividade e abrangência, conforme apontaram Cunha e Almeida (2009, p. 278),

Por enquanto, achamos melhor definir as “populações tradicionais” de maneira “extensional”, isto é, enumerando seus “membros” atuais, ou os candidatos a “membros”. Essa abordagem está de acordo com a ênfase que daremos à criação e à apropriação de categorias, e, o que é mais importante, ela aponta para a formação de sujeitos por meio de novas práticas.

Para Barreto Filho (2006, p. 121), “trata-se de construto ideológico cuja força reside exatamente na generalidade do seu significado e na flutuação do seu emprego”.

Analisando criticamente essas categorias, Cunha e Almeida (2009) chamam a atenção para o fato de que elas são construções externas que, ainda assim, são apropriadas pelos sujeitos políticos.

Termos como “índio”, “indígena”, “tribal”, “nativo”, “aborígene” e “negro” são todos criações da metrópole, são frutos do encontro colonial. E embora tenham sido genéricos e artificiais ao serem criados, esses termos foram progressivamente habitados por gente de carne e osso (CUNHA; ALMEIDA, 2009, p. 278).

Também afirmando o caráter de atribuição exterior dessas categorias, Barreto Filho (2006, p. 137) destaca que “[...] são categorias classificatórias construídas de fora, ou seja, como nós os definimos aos nossos olhos e a partir das nossas preocupações - e não como o conjunto diferenciado de grupos que reunimos sob a rubrica ‘tradicional’ se autodefine”.

De outro modo, Little (2002, p. 2) considera problemática qualquer forma de classificação que não leve em conta a “abrangência e diversidade de grupos que engloba”.

No contexto desse debate, aqui apenas referenciado, utilizarei neste trabalho a expressão *comunidades tradicionais* para designar os moradores do Parque Nacional dos Lençóis Maranhenses, considerando seu caráter menos biologizante e a articulação com a ideia de *povos tradicionais*²². Em alguns momentos utilizarei pescadores, agricultores, extrativistas e produtores de alimentos para me referir às atividades econômicas que desenvolvem.

As *comunidades tradicionais* que já viviam na área decretada pelo Estado como Parque Nacional construíram relações com os diferentes ambientes ecológicos, que implicaram a constituição de distintos lugares e territórios, produto da ação de seus integrantes ao longo de sucessivas gerações.

Vivem e trabalham no “interior” e no “entorno” do Parque, no município de Barreirinhas. Não ocuparam áreas denominadas localmente como *morrarias* e nomeadas pelo órgão ambiental de dunas, mas localizaram suas moradias e áreas de trabalho nas áreas com vegetação, água e próximas às praias, onde pudessem garantir os meios para a sua reprodução material e social. Ao mesmo tempo, essa territorialidade (LITTLE, 2002) se deu (e se dá até hoje) por meio dos deslocamentos e fixação de famílias, que se estabeleceram em determinados lugares, construindo moradias e definindo áreas de trabalho, a partir de uniões conjugais, relações de compadrio, relações de consanguinidade ou por outras razões. Portanto,

²² Para Little (2002, p. 23), esse conceito está situado dentro do debate sobre os direitos dos povos, “[...] onde se transforma num instrumento estratégico nas lutas por justiça social desses povos. Essas lutas, por sua vez, têm como foco principal, o reconhecimento da legitimidade de seus regimes de propriedade comum e das leis consuetudinárias que os fundamentam”.

a dinâmica de construção do território está intimamente associada ao processo de reprodução dos grupos que historicamente vivem e trabalham na área do Parque.

Esse conjunto de características das *comunidades tradicionais* que marcam o seu modo de vida pode ser associado ao que Parajuli (2008) denominou de identidade ecológica.

Nesse sentido, essas comunidades constroem sua identidade na relação próxima e específica que mantêm com os ambientes do Parque. É a especificidade e a importância dessa relação que define sua identidade ecológica.

Algumas das práticas desenvolvidas demonstram e, ao mesmo tempo, constroem essa identidade ecológica – o desenvolvimento articulado do cultivo de caju e a criação de animais em áreas de implantação de roçados ou de pesca, agricultura e criação de animais em *vargens*; o cultivo de buritizeiros e a extração da fibra em *luadas* alternadas; a produção, conservação e o uso de variedades de sementes de mandioca, macaxeira, feijão; e o cultivo de espécies vegetais para uso familiar em construção e reforma de edificações.

Assim, as relações sociais, culturais, ambientais e territoriais existentes no Parque Nacional dos Lençóis Maranhenses devem ser entendidas como resultantes do processo de interação entre humanos e ambiente.

Essa forma de relação com os ambientes e seus recursos pode ser compreendida a partir do que Lima e Pozzobon (2005, p. 2) chamam de sustentabilidade ecológica: “[...] a capacidade de uma dada população de ocupar uma determinada área e explorar seus recursos naturais sem ameaçar, ao longo do tempo, a integridade ecológica do meio ambiente”.

Ter essa perspectiva como referência implica também pensar a noção de natureza como algo construído a partir, tanto de elementos ditos *naturais*, a exemplo da ação dos ventos e marés sobre os deslocamentos de dunas, como a partir da intervenção da cultura, por meio das *comunidades tradicionais* que residem e trabalham dentro do perímetro do Parque, a partir da relação que estabelecem com o meio biofísico (BALÉE, 2008).

Nesse contexto, é possível sublinhar a noção de paisagem cultural como produto da interação humana com ambientes biofísicos; como construções sociais e culturais. Para Balée (2008), a construção de paisagens está relacionada a processos de ocupação de ambientes que podem resultar em melhorias ambientais, ou em degradação. Para ele, “[...] paisagens são encontros de pessoas e lugares cujas histórias estão impressas na matéria, incluindo matérias vivas” (BALÉE, 2008, p. 11), ou seja, paisagens são produtos da intervenção humana, são paisagens humanizadas.

Essa noção de paisagem como produto da intervenção da cultura ajuda na compreensão de que no Parque Nacional dos Lençóis Maranhenses, onde o processo de

territorialização humana remonta ao século XIX, não há como falar exclusivamente em paisagens naturais, ou seja, de uma natureza em estado natural, original, onde não houvesse intervenção humana.

Foi no contexto dessa intervenção humana que os grupos familiares produziram e compartilharam regras, como cada família ter seus limites de uso dos recursos reconhecidos pelos demais, a criação de animais soltos e roçados cercados, a criação de símbolos para marcação dos animais ou ainda o uso comum combinado com a apropriação privada familiar dos recursos.

Essas regras construídas e compartilhadas pelos grupos familiares são aqui entendidas como aquelas que incluem “[...] regras formais que sejam seguidas de forma geral, assim como regras de costume que possam ter surgido ou sido formuladas em condições em que não são reconhecidas por lei” (TUCKER; OSTROM, 2009, p. 111).

As regras em uso, construídas pelas *comunidades tradicionais* no Parque Nacional, estão vinculadas a um regime de propriedade onde o uso comum de recursos com apropriação privada familiar permite que um grupo familiar residindo e trabalhando numa localidade desenvolva atividades como agricultura, pesca e criação de animais em outra, ou que um dado recurso seja reconhecido como sendo de um chefe de família e, ainda assim, não seja de uso exclusivo deste, mas de uso aberto a um determinado grupo de famílias.

Esse regime de propriedade pode ser associado ao que McKean e Ostrom (2001, p. 80) chamaram de regime de propriedade comum:

[...] propriedade comum ou recursos de propriedade comum referem-se aos arranjos de direitos de propriedade nos quais os grupos de usuários dividem direitos e responsabilidades sobre os recursos. O termo propriedade está relacionado a instituições sociais e não a qualidades naturais ou físicas inerentes aos recursos.

Esse tipo de regime, assim como a organização social mais ampla a que está vinculado, confrontou-se com a ideologia territorial do Estado brasileiro, não só quando criou o Parque Nacional, como quando aplicou as novas regras.

O cumprimento das novas regras produziu modificação de regras preexistentes, gerando dificuldades para a reprodução das famílias e provocando o surgimento de eventos nos quais grupos familiares das localidades situadas no município de Barreirinhas como Tratada dos Carlos e Ponta do Mangue foram proibidos de construir ou reformar edificações, de implantar novos roçados e de criar animais soltos. Descumprindo tais proibições, alguns foram ameaçados de ser multados e outros foram efetivamente multados pelos fiscais do ICMBio.

Essas modalidades de atuação do órgão ambiental foram denunciadas ao Procurador da República (Ministério Público Federal) por representantes de grupos familiares de algumas localidades junto com entidades de classe e de apoio, assim como as restrições de acesso à energia nas localidades situadas no perímetro do Parque Nacional foram objeto de manifestação de uma representante de Ponta do Mangue para a Ministra do Meio Ambiente e o Presidente do ICMBio, por ocasião de uma visita de ambos à Barreirinhas.

O surgimento desse tipo de conflito pode ser associado ao que Zhouri e Laschefski (2014) denominaram de conflitos ambientais. Para esses autores eles “[...] surgem das distintas práticas de apropriação técnica, social e cultural do mundo material” (ZHOURI; LASCHEFSKI, 2014, p. 17).

Incorporando elementos para além do mundo material, Little (2002, p. 91) chama de conflitos socioambientais aqueles que “[...] referem-se a um conjunto complexo de embates entre grupos sociais em função de seus distintos modos de inter-relacionamento ecológico”. Nesse contexto, esse autor destaca o que constitui um conceito propriamente antropológico do conflito.

Um conceito propriamente antropológico do conflito vai além de um foco restrito nos embates políticos e econômicos para incorporar elementos cosmológicos, rituais, identitários e morais que não sempre são claramente visíveis desde a ótica de outras disciplinas. Um olhar antropológico pode enxergar conflitos latentes que ainda não se manifestaram politicamente no espaço público formal, porque os grupos sociais envolvidos são politicamente marginalizados ou mesmo invisíveis ao olhar do Estado (LITTLE, 2006, p. 91-92).

No caso do Parque Nacional nem todos os conflitos foram manifestados nos espaços públicos. Grande parte dos eventos que nos foram relatados não era sequer de conhecimento dos próprios órgãos de classe, como Sindicato de Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais e Colônia de Pescadores, e tampouco das autoridades públicas competentes.

Outro aspecto a registrar é que as novas regras impostas pelo Estado às famílias não foram (e não são) efetivamente aceitas e cumpridas na sua totalidade. Essas regras que, de acordo com Tucker e Ostrom (2009, p. 111), podem ser consideradas formais porque “[...] incluem a legislação, as decisões do executivo e do judiciário e contratos entre particulares, que são respeitados e submetidos a controle” não são efetivamente cumpridas, portanto, não podem ser consideradas regras em uso, como assim destacaram essas autoras: “[...] se regras formais são amplamente ignoradas ou desconhecidas, elas não são consideradas efetivamente regras *em uso*” (TUCKER, OSTROM, 2009, p.112).

Nessa perspectiva, ainda que enfrentando proibições e restrições formuladas pelo ICMBio, as famílias continuaram exercendo suas atividades produtivas, como a criação de animais, a pesca, o cultivo de produtos agrícolas, e o extrativismo de fibras e frutos como o buriti e o caju. Reformaram edificações existentes, realizaram melhorias em suas casas e em seus cercados, onde colocam alguns animais ou cultivam produtos agrícolas; construíram novas edificações, como escolas, residências, igrejas; e recorreram (e ainda recorrem) a órgãos públicos para apresentar suas reivindicações, a exemplo acerca da instalação de energia elétrica em suas localidades.

De outro modo, num contexto de ameaça de reassentamento, as famílias acionam estratégias de sobrevivência, como manter terrenos e casas e criar animais em outras localidades fora do Parque Nacional. Essas iniciativas de parte das famílias podem ser compreendidas a partir do que Scott (2002, p. 24) chamou de formas cotidianas de resistência, ou seja,

[...] qualquer ato de membros da classe que tem como intenção mitigar ou negar obrigações (renda, impostos, deferência) cobradas a essa classe por classes superiores (proprietários de terra, o estado, proprietários de máquinas, agiotas ou empresas de empréstimo de dinheiro) ou avançar suas próprias reivindicações (terra, assistência, respeito) em relação às classes superiores.

Chamando a atenção para a não idealização dessas “armas dos fracos”, o autor destaca que “[...] elas provavelmente não poderão fazer mais do que afetar lateralmente as várias formas de exploração que os camponeses enfrentam” (SCOTT, 2002, p. 12). Elas também “[...] não produzem manchetes de jornais. Assim como milhões de pólipos de antozoários criam um arrecife de corais, milhões e milhões de atos individuais de insubordinação e de evasão criam barreiras econômicas e políticas por si próprios” (SCOTT, 2002, p. 13).

Ainda segundo Scott (2002, p. 13), diante dessas formas cotidianas de resistência, o Estado pode responder de várias maneiras:

(1) novas políticas podem ser elaboradas a partir de novas expectativas mais realistas; (2) algumas dessas políticas podem ser mantidas e reforçadas com incentivos positivos, objetivando o encorajamento de um comprometimento voluntário; e, é claro, pode simplesmente escolher empregar mais coerção.

Nesse cenário, é possível afirmar que as formas de resistência cotidiana (SCOTT, 2002) levadas a cabo pelas famílias das distintas localidades em Barreirinhas não foram desenvolvidas sem o enfrentamento das dificuldades impostas pelo ICMBio. A coerção tem sido a maneira mais empregada pelo Estado brasileiro, por meio dos agentes ambientais -

intimações, multas, visitas *in loco* com ameaças de uso da força legal, entre outros mecanismos. Esse cerceamento e restrições aos grupos familiares se intensificaram a partir da criação do ICMBio, em 2007.

Essas situações, que levam a constrangimentos, configuram o que Ostrom (2005, p. 13) denominou de arenas de ação, nas quais “[...] participants and an action situation – interact as they are affected by exogenous variables (at least at the time of analysis at this level) and produce outcomes that in turn affect the participants and the action situation”. A situação ação, por sua vez, de acordo com Ostrom (2005, p. 11), são “[...] the social spaces where individuals interact, exchange goods and services, solve problems, dominate one another, or fight (among the many things that individuals do in action situations)”. No caso do Parque Nacional, essa proposta de análise tem como pano de fundo conflitos em torno de regimes de propriedade adotados para regular direitos de apropriação e uso dos recursos.

De modo específico, relativamente à erradicação da criação de porcos em localidades do Parque Nacional como Ponta do Mangue, os grupos familiares que ali vivem antes mesmo da criação da unidade de proteção e o Estado brasileiro são os participantes dessa arena de ação, cujas interações se dão em torno da continuidade de regras informais (TUCKER; OSTROM, 2009) construídas pelas famílias, que orientam a prática de criação solta desses animais pelos diversos ambientes, dentre eles, lagoas e dunas; e regras formais (TUCKER; OSTROM, 2009) decretadas pelo Estado, que proíbem essa prática no Parque Nacional por meio do próprio decreto que o criou, pelo Plano de Manejo e, mais recentemente, pelo Conselho Consultivo. Essas interações são afetadas por variáveis externas, como a aprovação da lei municipal de Barreirinhas, em 2006, que permite a criação de animais soltos no que denominou de *região das areias*, e como a manifestação contrária a essa lei pelo Ministério Público Federal, o que resultou numa denúncia à Justiça Federal contra o município por legislar em área federal, sendo a posição do Judiciário local contrária à criação de animais soltos. Nesse contexto, se verifica a diminuição, mas não a extinção da prática de criação de porcos em Ponta do Mangue, o que pode ser um indicador de novas interações entre grupos familiares e ICMBio em espaços como o próprio Conselho Consultivo, que já determinou a criação de uma Comissão Técnica cuja finalidade é propor ações para a erradicação dessa prática no Parque Nacional.

Assim, nesse quadro de enfrentamento, a análise proposta por Tucker e Ostrom (2009) permite a compreensão de situações de conflitos entre regras de uso dos recursos associadas a mecanismos de controle e sanções que, por sua vez, produzem disputa territorial relativa à retirada ou à permanência das *comunidades tradicionais* no Parque.

CAPÍTULO 1 – A CRIAÇÃO DE PARQUES NACIONAIS NO BRASIL

Nesse capítulo, pretendemos traçar um panorama do processo de criação de unidades de conservação de proteção integral no Brasil, com especial atenção para os parques nacionais. Tentaremos apresentar, brevemente, a construção histórica do conceito, dos debates e razões institucionais assumidos pelo Brasil, que configuraram a criação dessas unidades de conservação no país. Além disso, pretendemos situar o Parque Nacional dos Lençóis Maranhenses, identificando as motivações do Estado brasileiro para criá-lo, suas características e consolidação territorial.

O Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza (BRASIL, 2000) prevê dois grupos de unidades de conservação: o de proteção integral e o de uso sustentável. A proteção integral é entendida como “[...] a manutenção dos ecossistemas livres de alterações causadas por interferência humana, admitido apenas o uso indireto dos seus atributos naturais” (BRASIL, 2000, art. 2, VI). Nesses termos, são previstas no grupo de unidades de proteção integral: Estação Ecológica, Reserva Biológica, Parque Nacional, Monumento Natural e Refúgio de Vida Silvestre (BRASIL, 2000, art. 8).

Segundo alguns estudiosos como Diegues (2008) e Alier (2015), a criação dessas unidades no Brasil tem se orientado por uma concepção de natureza para a contemplação nos planos da ideologia e das práticas. Segundo Alier (2015, p. 22), trata-se do “culto ao silvestre”, concepção que encontra suas bases explicativas na “defesa da natureza intocada” e que coloca em discussão uma “ação de retaguarda”.

Essa ideia de preservar e manter o que resta dos espaços da natureza original vincula-se a outra ideia defendida pelos adeptos da corrente ambientalista do “culto ao silvestre”, ou seja, a preservação da natureza original só é possível sem a interferência humana. De acordo com Alier (2015, p. 22-24), o “culto ao silvestre”, cuja base científica é “[...] a biologia da conservação, que se desenvolve desde os anos 1960, [tem como principal proposta política] manter reservas naturais, denominadas parques nacionais ou naturais, ou algo semelhante, livres da interferência humana”. Ainda segundo Alier (2015, p. 24), essa proposta foi defendida por biólogos e filósofos ambientais que irradiaram

[...] suas poderosas doutrinas desde as capitais do Norte, como Washington e Genebra, até a África, Ásia e América Latina, apoiados por organizações bem estruturadas como a Internacional Union for the Conservation of Nature (IUCN), o Worldwide Fund of Nature (WWF) e Nature Conservancy.

Nesse contexto, Diegues (2008) chama a atenção para a transposição do modelo de conservação norte-americano para países com situações culturais diversas dos Estados Unidos, como o Brasil.

Esse neomito, no entanto, foi transposto dos Estados Unidos para países do Terceiro Mundo, como o Brasil, onde a situação é ecológica, social e culturalmente distinta. Nesses países, mesmo nas florestas tropicais aparentemente vazias, vivem populações indígenas, ribeirinhas, extrativistas, de pescadores artesanais, portadores de uma outra cultura (chamada neste trabalho de *tradicional*), de seus mitos próprios e de relações com o mundo natural distintas das existentes nas sociedades urbano-industriais (DIEGUES, 2008, p. 14).

Foi a partir desse modelo de conservação que as unidades de proteção integral foram criadas no Brasil, muitas anteriormente ao SNUC. Atualmente, de acordo com o Cadastro Nacional de Unidades de Conservação, do Ministério do Meio Ambiente, atualizado em 09/08/2016, existem no Brasil 146 unidades federais de proteção integral (área de 382.799km²), 348 estaduais (157.907 km²) e 142 municipais (590 km²), totalizando uma área de 1.130 km². Dentre as unidades federais, as que reúnem o maior número são os parques nacionais, conforme o quadro abaixo:

Quadro 5 – Unidades de conservação integral no Brasil

Tipo/categoria	Nº de Unidades	Área (km²)
Estação Ecológica	32	74.746
Reserva Biológica	31	42.628
Parque Nacional	73	262.965
Monumento Natural	03	443
Refúgio de Vida Silvestre	07	2.017
Total Unidades de Proteção Integral	146²³	382.799

Elaborado pela autora com informações do CNUC/MMA (BRASIL, 2016).

Essa predominância dos Parques Nacionais identificada no contexto federal também ocorre no estadual e municipal – das 348 unidades estaduais de proteção integral, 205 são Parques, e das 142 unidades municipais, 117 são Parques Municipais.

Analisando um conjunto de eventos no âmbito internacional e nacional, é possível afirmar que a criação de 73 Parques Nacionais, 205 Estaduais e 117 Parques Municipais no Brasil foi antecedida por uma histórica construção do conceito de parques nacionais e da institucionalidade que orientou a ação do Estado.

De acordo com Diegues (2008, p. 101), a definição do conceito de parque nacional, em nível mundial, foi feita a partir da Convenção para a Preservação da Flora e

²³ De acordo com o ICMBio (2017a), o número de Parques Nacionais é 72 e não 73, e o número de Refúgio de Vida Silvestre é 08 e não 07, o que continua somando 146 unidades de proteção integral.

Fauna, em 1933, em Londres, quando foram definidas três características de um parque nacional: “a) são áreas controladas pelo poder público; b) para a preservação da fauna e flora, objetos de interesse estético, geológico, arqueológico, onde a caça é proibida; c) e que devem servir à visitação pública”.

A legislação brasileira sobre parques nacionais tem suas bases radicadas no início do século XX. De acordo com Barreto Filho (2004, p. 56),

1921 marca a criação do Serviço Florestal e a primeira menção da categoria Parque Nacional num dispositivo legal [...]. Em 1934, [...] foram promulgados os primeiros “códigos” Florestal, de Águas e Minas, e de Caça e Pesca. No mesmo ano, criou-se o Conselho Florestal Federal – por determinação do Código Florestal – e os Serviços de Saúde Vegetal e Animal, e de Irrigação e Reflorestamento do Ministério da Agricultura [...]. A Constituição Federal de 1934 introduziu na legislação brasileira a categoria de monumento público natural, enquanto que o Código Florestal de 1934 introduziu a noção de área reservada – ainda que de forma limitada –, reconhecendo naquele momento três categorias básicas: Parques Nacionais, Florestas Nacionais, Estaduais e Municipais, e Florestas Protetoras [...]. Em 1939, com a aprovação de seu regimento, teve a sua Seção de Parques Nacionais criada.

No Brasil, em 1934, é realizada a 1ª Conferência para a Proteção da Natureza (DIEGUES, 2008) e em 1937, o Estado brasileiro reafirma definições feitas na Constituição de 1934 ao ressaltar as responsabilidades da União, Estados e Municípios em proteger belezas naturais e monumentos de valor histórico.

Em 1962, no III Congresso Mundial de Parques Nacionais, realizado em Bali, o conceito de Parque Nacional é integrado ao de desenvolvimento socioeconômico. “Os parques nacionais deveriam desempenhar papel fundamental no desenvolvimento nacional e na conservação. [Pela primeira vez, aparece a] relação entre as populações locais e as unidades de conservação” (DIEGUES, 2008, p. 102).

Na década de 1960 são criados, no Brasil, instrumentos jurídicos orientadores para a atuação do Estado brasileiro em relação à questão ambiental: a) o Código Florestal, instituído pela Lei nº 4.771, em 15 de setembro de 1965, no qual o Estado “[...] definiu como parques nacionais as áreas criadas com a finalidade de resguardar atributos excepcionais da natureza, conciliando a proteção integral da flora, da fauna e das belezas naturais com a utilização para objetivos educacionais, recreativos e científicos” (DIEGUES, 2008, p. 117); b) o Decreto nº 58.054, de 23 de março de 1966, por meio do qual o Estado brasileiro promulga a Convenção para a proteção da flora, fauna e das belezas cênicas dos países da América que “[...] definiu parques nacionais como áreas estabelecidas para a proteção e conservação das belezas cênicas naturais, da flora e fauna, de importância nacional, das quais o público pode usufruir, ao serem postas sob supervisão oficial” (BRASIL, 1966); e c) o Instituto Brasileiro

do Desenvolvimento Florestal (IBDF), por meio do Decreto Lei nº 289, em 28 de fevereiro de 1967, que tinha a competência de administrar as unidades de conservação no país.

No âmbito internacional, os participantes da 10ª Assembleia Geral da IUCN, em 1969, em Nova Deli, fizeram recomendações quanto ao conceito de parque nacional. Só deveria ser aplicado “[...] a) em áreas onde um ou mais ecossistemas não estejam alterados materialmente pela exploração e ocupação humanas [...]; b) onde a responsabilidade geral caiba ao Estado; c) onde se permita entrada de visitantes” (DIEGUES, 2008, p. 102). Essas recomendações foram seguidas por alguns Estados Nacionais, dentre eles o Brasil que, em 1979, instituiu o Regulamento dos Parques Nacionais do Brasil, por meio do Decreto nº 84.017.

Nos anos 1970, um evento internacional repercutiu, na esfera nacional, a produção de leis e criação de instituições públicas. Em 1972, foi realizada a Conferência de Estocolmo, da qual o Brasil não só participou, mas assumiu compromissos de criar as condições institucionais para a proteção do meio ambiente. Nessa perspectiva, Leite Lopes (2006, p. 3) afirma que, “[...] em 1973, é criada a Secretaria do Meio Ambiente (SEMA), subordinada ao Ministério do Interior, além de novas instituições de controle ambiental em São Paulo e Rio de Janeiro. Cria-se a figura do ‘licenciamento ambiental’”.

De acordo com Leite Lopes (2006, p. 2), é a partir da década de 1970 que se inicia “[...] um processo de mais longo prazo de invenção, consolidação e avanço da temática ambiental, que se manifesta também por conflitos, contradições, limitações internas, assim como por reações, recuperações e restaurações”.

Na década de 1980, a política pública ambiental continua o seu processo de estruturação. É sancionada pelo Presidente Figueiredo a Lei da Política Nacional de Meio Ambiente – que institui o Sistema Nacional do Meio Ambiente e o Conselho Nacional do Meio Ambiente – e a regulamentação das estações Ecológicas e Áreas de Proteção Ambiental. Segundo Barreto Filho (2004, p. 58), “[...] verifica-se, assim, um grande progresso de medidas conservacionistas, tanto administrativas quanto jurídicas, no tempo dos governos Geisel e Figueiredo”.

No âmbito internacional, em 1986, na Conferência da IUCN sobre Conservação e Desenvolvimento, realizada em Ottawa, colocando em prática a estratégia mundial para a conservação, novamente se fez o debate, no qual foram feitas recomendações quanto à presença de povos tradicionais em unidades de conservação. “Se recomendou de forma mais incisiva, que os povos tradicionais não devem ter seu modo de vida alterado se decidirem permanecer na área do parque, ou que não sejam reassentados fora dela sem seu

consentimento” (DIEGUES, 2008, p. 105).

Essa recomendação pode ser associada às críticas feitas ao modelo de parques nacionais sem moradores. Para Diegues (1999, p. 86), essas críticas vieram “[...] tanto de dentro quanto de fora dos Estados Unidos, sendo que parte das críticas internas partiu dos preservacionistas puros”. Mas, críticas mais recentes foram feitas também pelos “[...] movimentos ecológicos que adotam um enfoque socioambientalista próprio da ecologia social ou da ecologia socialista (ou neomarxista)” (DIEGUES, 1999, p. 90).

Em 1988, tem-se a promulgação da Constituição Federal que, dentre outros direitos, reconhece não só o “[...] direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado”, como também a necessidade de “definir, em todas as unidades da Federação, espaços territoriais e seus componentes a serem especialmente protegidos” (BRASIL, 1988, Art. 225). Nesse mesmo ano, tem-se a ratificação pelo Estado brasileiro da Convenção sobre a Diversidade Biológica, por meio do Decreto nº 2.519, de 16 de março de 1998, que reconhece a “[...] pertinência da plena e eficaz participação de comunidades locais e setores interessados na implantação e gestão de unidades de conservação” (BRASIL, 1998).

Nos anos 2000 são criados novos instrumentos jurídicos para orientar a atuação do Estado brasileiro em relação às unidades de conservação de proteção integral, a exemplo: a) da Lei nº 9985/2000, que institui o Sistema Nacional de Unidades de Conservação (SNUC); b) do Decreto nº 4340/2002, que regulamenta tanto a Lei nº 9985/00, como o processo de reassentamento das populações tradicionais em unidades de conservação de proteção integral; c) da Lei nº 11.516/2007, que cria o Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMBio); d) da Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais (PNPTC), instituída pelo Decreto nº 6040/2007; e) de duas instruções normativas do ICMBio que regulamentam a atuação desse órgão ambiental em áreas de proteção integral, quais sejam: a Instrução Normativa nº 11, de 08 de Junho de 2010, que disciplina as diretrizes, normas e procedimentos para a formação e funcionamento dos Conselhos Consultivos em unidades de conservação federais; e a Instrução Normativa nº 26, de 4 de Julho de 2012, do ICMBio, que estabelece diretrizes e regulamenta os procedimentos para a elaboração, implementação e monitoramento de termos de compromisso entre o Instituto e as populações tradicionais residentes em unidades de conservação onde a sua presença não seja admitida, ou esteja em desacordo com os instrumentos de gestão.

Além desse conjunto de instrumentos jurídicos, outros foram criados com vistas a orientar a atuação do Estado brasileiro em unidades de conservação: a) o Decreto nº

4.339/2002, que instituiu princípios e diretrizes da Política Nacional da Biodiversidade; b) o Decreto nº 4.703/2003, que dispõe sobre o Programa Nacional da Diversidade Biológica e a Comissão Nacional da Biodiversidade; c) o Decreto nº 5.092/2004, que se fundamenta no Projeto de Conservação e Utilização Sustentável da Diversidade Biológica Brasileira – Probio; e, d) o Decreto nº 5.758/2006, que institui o Plano Estratégico Nacional de Áreas Protegidas – PNAP.

Com base nesses eventos, internacionais e nacionais, pode-se inferir que não houve alterações no modelo de criação de parques nacionais no tocante à não admissão de presença humana. No máximo, foi definido o conceito, reconhecida a presença de *comunidades tradicionais* em áreas de parques nacionais e manifestadas preocupações quanto aos direitos desses grupos sociais.

Ainda que seja correta essa afirmação, os eventos relacionados aos parques nacionais vinculavam-se às discussões sobre a questão ambiental mais ampla. De acordo com Leite Lopes (2006), a defesa do meio ambiente, como questão pública, foi ganhando importância não só do ponto de vista político, como do ponto de vista da construção de uma institucionalidade. Diz ele que “[...] nesses mais de 30 anos foi se configurando internacionalmente, e no Brasil, com suas apropriações específicas, uma nova questão pública, com diferentes dimensões: a questão da preservação do meio ambiente” (LEITE LOPES, 2006, p. 2).

A construção dessa institucionalidade pública foi fundamental ao processo de criação de grande parte dos Parques Nacionais brasileiros. Analisando o quadro dessas unidades de conservação integral no Brasil, é possível dizer que, embora sua criação remonte ao início do século XX, é a partir de meados dos anos 1970 que esse processo ganha impulso, conforme o quadro abaixo:

Quadro 6 – Parques Nacionais criados no Brasil

Nº	Nome	Estados/REGIÃO	Ano de criação
01	Parque Nacional da Serra do Divisor	Acre/N	1989
02	Parque Nacional do Cabo Orange	Amapá/N	1988
03	Parque Nacional Montanhas do Tumucumaque	Amapá, Pará/N	2002
04	Parque Nacional da Amazônia	Amazonas, Pará/N	1974
05	Parque Nacional de Anavilhanas	Amazonas/N	1981
06	Parque Nacional do Jaú	Amazonas/N	1980
07	Parque Nacional do Juruena	Amazonas/N, Mato Grosso/CO	2006
08	Parque Nacional do Pico da Neblina	Amazonas/N	1979
09	Parque Nacional dos Campos Amazônicos	Amazonas, Rondônia/N, Mato Grosso/CO	2006
10	Parque Nacional Matinguari	Amazonas, Rondônia/N	2008
11	Parque Nacional Nascentes do Lago Jari	Amazonas/N	2008
12	Parque Nacional Serra da Mocidade	Amazonas, Roraima/N	1989
13	Parque Nacional Serra do Pardo	Pará/N	2005
14	Parque Nacional do Jamaxim	Pará/N	2006
15	Parque Nacional do Rio Novo	Pará/N	2006
16	Parque Nacional da Serra da Cutia	Rondônia/N	2001
17	Parque Nacional de Pacaás Novos	Rondônia/N	1979
18	Parque Nacional do Monte Roraima	Roraima/N	1989
19	Parque Nacional Viruá	Roraima/N	1988
20	Parque Nacional das Nascentes do Rio Parnaíba	Tocantins/N, Maranhão, Bahia, Piauí/NE	2002
21	Parque Nacional Acari	Amazonas/N	2016
22	Parque Nacional do Araguaia	Tocantins/N	1959
23	Parque Nacional da Chapada Diamantina	Bahia/NE	1985
24	Parque Nacional Grande Sertão Veredas	Bahia/NE, Minas Gerais/SE	1989
25	Parque Nacional da Serra das Lontras	Bahia/NE	2010
26	Parque Nacional de Boa Nova	Bahia/NE	2010
27	Parque Nacional do Alto Cariri	Bahia/NE	2010
28	Parque Nacional do Descobrimento	Bahia/NE	1999
29	Parque Nacional e Histórico do Monte Pascoal	Bahia/NE	1961
30	Parque Nacional Marinho dos Abrolhos	Bahia/NE	1983
31	Parque Nacional do Pau Brasil	Bahia/NE	1999
32	Parque Nacional de Jericoacoara	Ceará/NE	2002
33	Parque Nacional de Ubajara	Ceará/NE	1959
34	Parque Nacional da Chapada das Mesas	Maranhão/NE	2005
35	Parque Nacional dos Lençóis Maranhenses	Maranhão/NE	1981
36	Parque Nacional do Catimbau	Pernambuco/NE	2002
37	Parque Nacional Marinho de Fernando de Noronha	Pernambuco/NE	1988
38	Parque Nacional da Serra da Capivara	Piauí/NE	1979
39	Parque Nacional de Setes Cidades	Piauí/NE	1961
40	Parque Nacional da Serra das Confusões	Piauí/NE	1998
41	Parque Nacional da Furna Feia	Rio Grande do Norte/NE	2012
42	Parque Nacional da Serra de Itabaiana	Sergipe/NE	2005
43	Parque Nacional de Brasília	Distrito Federal, Goiás/CO	1961
44	Parque Nacional da Chapada dos Veadeiros	Goiás/CO	1961
45	Parque Nacional das Emas	Goiás/CO	1961
46	Parque Nacional da Chapada dos Guimarães	Mato Grosso/CO	1989

Nº	Nome	Estados/REGIÃO	Ano de criação
47	Parque Nacional do Pantanal Matogrossense	Mato Grosso, Mato Grosso do Sul/CO	1981
48	Parque Nacional da Serra da Bodoquena	Mato Grosso do Sul/CO	2000
49	Parque Nacional de Ilha Grande	Mato Grosso do Sul/CO, Paraná/S	1997
50	Parque Nacional de Caparaó	Espírito Santo, Minas Gerais/SE	1961
51	Parque Nacional Cavernas do Peruaçu	Minas Gerais/SE	1999
52	Parque Nacional da Serra da Canastra	Minas Gerais/SE	1972
53	Parque Nacional da Serra do Cipó	Minas Gerais/SE	1984
54	Parque Nacional das Sempre Vivas	Minas Gerais/SE	2002
55	Parque Nacional do Itatiaia	Minas Gerais, Rio de Janeiro/SE	1937
56	Parque Nacional da Serra da Bocaina	Rio de Janeiro, São Paulo/SE	1971
57	Parque Nacional da Serra dos Órgãos	Rio de Janeiro/SE	1939
58	Parque Nacional da Tijuca	Rio de Janeiro/SE	1961
59	Parque Nacional da Restinga de Jurubatiba	Rio de Janeiro/SE	1998
60	Parque Nacional de Saint-Hilaire/Lange	Paraná/S	2001
61	Parque Nacional do Iguaçu	Paraná/S	1939
62	Parque Nacional de Superagui	Paraná/S	1989
63	Parque Nacional dos Campos Gerais	Paraná/S	2006
64	Parque Nacional Marinho das Ilhas dos Currais	Paraná/S	2013
65	Parque Nacional Guaricana	Paraná/S	2014
66	Parque Nacional da Lagoa do Peixe	Rio Grande do Sul/S	1986
67	Parque Nacional da Serra Geral	Rio Grande do Sul, Santa Catarina/S	1992
68	Parque Nacional de Aparados da Serra	Rio Grande do Sul, Santa Catarina/S	1959
69	Parque Nacional da Serra do Itajaí	Santa Catarina/S	2004
70	Parque Nacional das Araucárias	Santa Catarina/S	2005
71	Parque Nacional de São Joaquim	Santa Catarina/S	1961
72	Parque Nacional da Serra do Gandarela	Minas Gerais/SE	2014

Fonte: Adaptado pela autora a partir de informações do site do ICMBio (2016).

De acordo com o quadro acima, na década de 1930 foram criados no Brasil os três primeiros Parques Nacionais: em 1937, o de Itatiaia (MG e RJ), e em 1939, o de Iguaçu (PR) e o da Serra dos Órgãos (RJ). Depois da criação desses parques nacionais nas regiões Sudeste e Sul, mais um parque nacional foi criado na década seguinte, agora no Nordeste – o Parque Nacional de Paulo Afonso (AL, PE e BA), em 1948. Interessante notar que este último foi extinto por meio do Decreto Lei nº 605, de 02 de junho de 1969. Em seu artigo 2º, consta:

O Ministério da Fazenda, através do Serviço de Patrimônio da União, fica autorizado a ceder à Companhia Hidroelétrica do São Francisco pelo prazo que durar a concessão de que é beneficiária as áreas e acervo patrimonial do extinto Parque, que forem julgadas essenciais aos seus serviços. (BRASIL, 1969).

Em 1959, foram criados mais três parques nacionais: um no Sul (Parque Nacional de Aparados da Serra), outro no Nordeste (Parque Nacional de Ubajara) e o terceiro na região Norte (Parque Nacional do Araguaia). Na década seguinte são criados mais sete novos parques nacionais, sendo três deles na região Centro Oeste.

De acordo com Barreto Filho (2004, p. 57), até a década de 60, o processo de criação de Parques Nacionais no Brasil acompanhou o deslocamento planejado da sociedade nacional para o interior do país

[...] os primeiros Parques Nacionais e Reservas equivalentes foram criados no urbanizado Sudeste – ou nas proximidades das grandes capitais, na forma de Hortos ou Florestas Protetoras – e acompanharam o deslocamento programado da sociedade nacional para o interior do país [...] o primeiro Parque Nacional criado na região Centro-Oeste, o Parque Nacional do Araguaia, só veio a ocorrer em 1959 [...]. A segunda metade da década de 1950 já reflete as repercussões da construção de Brasília, um marco do movimento geopolítico de continentalização e de deslocamento programado e planejado do ecúmeno nacional para o interior do país. Em parte, isso explica porque boa parte da UCs criadas na virada da década de 1950 para a de 1960 tenha se concentrado na região Centro-Oeste. Pode-se mesmo falar numa segunda geração de Parques Nacionais e Reservas equivalentes no país, dado o número e a magnitude das áreas estabelecidas.

Para Diegues (2008, p. 117), “[...] somente a partir da década de 1960, com a expansão da fronteira agrícola e a destruição de florestas, foram criados parques em outras regiões”. Nesse sentido, na década seguinte (1970), foram criados seis parques nacionais, sendo três na região amazônica (Parque Nacional da Amazônia, AM e PA, Parque Nacional de Pacaás Novos, RO, Parque Nacional da Neblina, AM); dois no Sudeste (Parque Nacional da Bocaina, RJ e SP e o Parque Nacional da Serra da Canastra, MG), e um na região Nordeste (Parque Nacional da Capivara, PI). Diegues (2008) também destaca que os parques nacionais da região amazônica foram propostos pelo Programa de Integração Nacional (PIN), em 1970, e pelo II Plano Nacional de Desenvolvimento (PND), em 1975.

Ainda na década de 1970 do século XX, o Estado brasileiro sob o argumento de “[...] preencher lacunas existentes no então sistema de unidades de conservação” (IBAMA, 2003, p. 5), identificou áreas potencialmente indicadas para a preservação por meio do Projeto RADAM-BRASIL. Esse projeto foi organizado pelo Ministério de Minas e Energia por meio do Departamento Nacional de Produção Mineral, com recursos do Plano de Integração Nacional, e tinha como finalidade executar o levantamento dos recursos naturais das regiões Norte e Nordeste do País, a partir de imagens de radar e outros sensores remotos, para fornecer, em curto prazo, os elementos básicos necessários aos projetos específicos a serem implantados naquelas áreas (BRASIL, 1973).

Esse trabalho recomendou “[...] a criação de um PARQUE NACIONAL, na área dos LENÇÓIS MARANHENSES, de reconhecida beleza natural pela presença de extensos campos de dunas” (BRASIL, 1973, p. 308-309) e de duas Reservas Biológicas, a do Rio Mearim e a do Rio Bacuri (BRASIL, 1973).

De acordo com Barreto Filho (2004, p. 57), na década de 80 do mesmo século, o Estado brasileiro tinha na sua agenda política “[...] preocupações de ordem geopolítica e estratégica”. Assim, a decretação de unidades de conservação, para além de preocupações de preservação ambiental, a exemplo dos Parques Nacionais, também tinha um sentido “estratégico” e de “defesa nacional”.

Ainda na década de 1980, em um contexto de regime militar e de transição à democracia no país, são criados mais dezessete parques nacionais, sendo sete na região Norte, quatro na região Nordeste, um no Sudeste e Nordeste, um no Sudeste, dois na região Centro Oeste e dois no Sul. Para Diegues (2008, p. 118), “[...] a criação dessas unidades era feita de cima para baixo, sem consultar as regiões envolvidas, ou as populações afetadas em seu modo de vida pelas restrições que lhes eram impostas quanto ao uso dos recursos naturais”.

Nas décadas subsequentes, 1990, 2000 e 2010, em que se tem no país uma institucionalidade pública mais consistente em um cenário mais favorável à questão ambiental, foram criados trinta e quatro parques nacionais, sendo que os anos 2000 tiveram o maior número por década, um total de vinte parques nacionais.

Esse processo de criação de Parques Nacionais no Brasil, no entanto, não foi (e nem é) livre de conflitos. Na base deles está a imposição de um modelo que supõe a separação entre homem e natureza, fundamentada na ideologia conservacionista, tendo a natureza como objeto de contemplação.

Segundo Diegues (2001, p. 13), essa noção de conservação da natureza tem origem no que denominou de uma “[...] concepção específica de relação homem/natureza própria de um tipo de naturalismo”. Adeptos dessa corrente de pensamento defendem a proteção da natureza sem a presença humana e para quem

[...] a única forma de proteger a natureza era afastá-la do homem, por meio de ilhas onde este pudesse admirá-la e reverenciá-la. Esses lugares paradisíacos serviriam também como locais selvagens, onde o homem pudesse refazer suas energias gastas na vida estressante das cidades e do trabalho monótono [...]. Esse neomito, ou mito moderno, vem impregnado, no entanto, do pensamento racional representado por conceitos como ecossistema, diversidade biológica etc. (DIEGUES, 2001, p. 13).

É a partir dessa noção de conservação do mundo natural que os agentes do órgão ambiental do Estado, responsáveis pelo monitoramento de parques nacionais, têm pautado as

suas ações. Associam a presença humana a problemas e processos de destruição da natureza. As interferências no cotidiano das famílias por parte desses agentes assentam-se na ideia de que suas práticas econômicas podem contribuir para a destruição da natureza. A partir dessa perspectiva, a intervenção humana é vista negativamente e justifica políticas de proteção ambiental que se chocam com as práticas das famílias.

Tratando sobre temas de “[...] expulsões, remoções, reassentamentos e alterações bruscas no modo de vida dos moradores, resultantes da implantação de área de proteção integral” (DIEGUES et al., 2011, p. 3), pesquisadores do Núcleo de Apoio à Pesquisa sobre Populações Humanas e Áreas Úmidas Brasileiras (NUPAUB/USP) junto com estudantes de pós-graduação de outras instituições, em 2011, a partir do estudo de 61 casos observaram

[...] que todas as unidades de proteção integral apresentam altos níveis de conflitos com as comunidades locais. Os parques nacionais e estaduais, os primeiros a serem criados apresentam conflitos desde a década de 60, que se intensificaram a partir dos anos setenta até hoje, período que concentra cerca de 65,7% do total deles apresentando conflitos (DIEGUES et al., 2011, p. 6).

A pesquisa relacionou períodos de criação das unidades de proteção integral com a existência de conflitos e constatou que

[...] cerca de 73,3% das unidades de conservação de proteção integral com conflitos foram criadas entre 1970 e 1999, e 48% entre 1970 e 1980, durante o regime militar, fator que colaborou para silenciar as vozes dos que sofreram com a criação dessas áreas protegidas (DIEGUES et al., 2011, p. 6).

Relacionando a superfície das áreas com o registro de conflitos, os pesquisadores observaram “[...] que os parques são as unidades com maior superfície, pois cerca de 71% tem mais de 50.000 ha. [E constataram] [...] que o bioma com mais casos de conflitos é o da Mata Atlântica (44,3%), seguido pela Área Costeira (30,3%) e Amazônia (12,6%)” (DIEGUES et al., 2011, p. 8).

Nesse contexto, identificaram como grupos mais atingidos pelos processos de remoção: “[...] caiçaras (20% casos), seguidos pelos caipiras/caboclos não amazônicos (18,5%), quilombolas (12,8%), povos indígenas, pescadores e caboclos/ribeirinhos amazônicos (11,4% cada um), sertanejos (10%), entre outros” (DIEGUES et al., 2011, p. 10).

Esse quadro de conflitos que, inclusive, resultou na remoção de famílias que viviam e trabalhavam em áreas transformadas em parques nacionais, não terminou com a criação do Sistema Nacional de Unidades de Conservação, de acordo com os pesquisadores.

Afirmam que “[...] é de se supor após 2000, com a criação do Sistema Nacional de Unidades de Conservação [que] os casos de remoção de população tradicional tenham diminuído, mas não necessariamente terminado” (DIEGUES et al., 2011, p. 6).

Além dos conflitos gerados pela presença de *comunidades tradicionais* em áreas de unidades de proteção integral, em que legalmente não é admitida presença humana, registraram-se também conflitos gerados pela sobreposição de áreas protegidas, como afirmam Abirached, Brasil e Shiraishi (2010).

De acordo com esses autores, em 2010 foram contabilizados 70 casos de sobreposição de áreas protegidas, das quais 16 entre Parque Nacional e Terras Indígenas, e 3 entre Parque Nacional e Territórios Quilombolas (ABIRACHED; BRASIL; SHIRAISHI, 2010). Dois casos exemplificam tais situações: a primeira envolve o povo indígena Pataxó (na região Sul da Bahia), em cujo território foram criados dois parques nacionais – do Descobrimento e Monte Pascoal; a segunda, comunidades quilombolas de Pedra Branca ou São Roque (Santa Catarina e Rio Grande do Sul), [que] tiveram no seu território a criação de dois parques nacionais – de Aparados da Serra e da Serra Geral.

A existência de conflitos em áreas de Parques Nacionais não ocorre apenas em território brasileiro. A partir de visitas a povos nativos no continente americano, asiático e africano que estavam sendo vítimas da “conservação ocidental”, Dowie (2006, p. 1) diz que

[...] não é nenhum segredo que milhões de povos nativos no mundo inteiro foram expulsos de suas terras para deixar seu lugar para grandes companhias de petróleo, mineração, madeireiras e a monocultura. Mas poucos povos sabem que a mesma coisa aconteceu por uma causa muito mais nobre: a conservação da natureza.

Contraditoriamente, é em nome da conservação da natureza que os Estados Nacionais têm levado a cabo a retirada de inúmeros grupos sociais que estavam nas áreas em que foram criadas unidades de conservação de proteção integral. Dowie (2006, p. 3) chama a atenção para as implicações desse processo quando diz que “[...] os refugiados da conservação existem em cada continente, com exceção da Antártica. E em todos os relatos, vivem de forma muito mais difícil que antes, banidos de territórios que ocuparam por centenas, às vezes milhares de anos”. Destaca também o papel fundamental de agentes sociais privados e estatais para a compreensão do aumento de “refugiados da conservação” no mundo. Para ele,

[...] o apoio financeiro e político para a conservação internacional tem se expandido, nos anos recentes, bem além das fundações individuais e familiares que alimentavam o movimento para incluir fundações muito grandes como a Fundação Ford, MacArthur, Gordon e Betty Moore, assim como o Banco Mundial, o GEF,

governos estrangeiros, USAID, um conjunto de bancos bilaterais e multilaterais, assim como corporações transnacionais (DOWIE, 2006, p. 2-3).

Nessa perspectiva, para Diegues et al. (2011), o processo de remoção e aprofundamento dos conflitos em áreas de proteção integral, a partir dos anos 1980, no Brasil, tem relação com a aliança entre as grandes Organizações Não Governamentais (ONGs) Conservacionistas Transnacionais com setores preservacionistas de órgãos ambientais federais e estaduais. Essa aliança estimulou “[...] a chamada ‘regularização fundiária’, eufemismo para uma política mais agressiva de transferência e migração forçada dos moradores tradicionais” (DIEGUES et al., 2011, p. 6).

As situações vivenciadas por esses moradores, a partir dessa política mais agressiva, são as mais diversas. As *comunidades tradicionais* em unidades de conservação vivem “[...] frequentemente à arbitrariedade das polícias florestais e dos diretores de áreas de proteção nomeados pelos órgãos ambientais, criando cidadãos de segunda categoria e considerados moradores ilegais em suas próprias terras” (DIEGUES et al., 2011, p. 2).

Sistemáticas proibições e restrições das atividades econômicas foram observadas por Diegues et al. (2011, p. 16-210) como consequências da implantação das áreas de proteção integral: a) perda ou restrição drástica dos direitos do cidadão; b) perda de suas terras; c) desorganização do modo de vida tradicional e a migração; d) desrespeito aos direitos e à identidade cultural; e) remoção dos moradores tradicionais; f) falta de política adequada e justa de reassentamento; g) danos morais, sofrimento e traumas. Nesse contexto

Muitos deles foram forçados a abandonar seu território em vista das proibições no exercício de suas atividades tradicionais de subsistência e pela repressão a que foram submetidos. Além disso, ao sair não foram indenizados por serem considerados “posseiros”, apesar de viverem pacificamente em suas terras por dezenas de anos (DIEGUES et al., 2011, p. 13).

Essas situações vivenciadas por *comunidades tradicionais* nos parques nacionais brasileiros não têm sido convertidas em tema de interesse para a maioria dos pesquisadores que investigam em áreas de unidades de proteção integral. Para Diegues et al. (2011, p. 15),

[...] no geral, as pesquisas sobre espécies de flora e fauna são bem vindas e apoiadas pelas autoridades ambientais, o mesmo não ocorrendo com aquelas que pretendem estudar o modo de vida dos moradores e os impactos da criação dessas áreas protegidas sobre as comunidades tradicionais.

No âmbito das Ciências Sociais, cabe destacar os trabalhos de Barreto Filho (2001), Bazzo (2010), Guanaes (2006) e Brustolin (2003). A tese de Barreto Filho (2001, s/p)

teve como objetivo

[...] realizar uma etnografia histórica comparada dos processos de criação e gestão do Parque Nacional do Jaú e da Estação Ecológica das Anavilhanas, situados na microrregião do baixo rio Negro, estado do Amazonas, contextualizando-os no âmbito do desenvolvimento e das sucessivas mudanças de enfoque da política ambiental no Brasil.

Bazzo (2010, s/p), por sua vez, a partir de etnografia se propôs a realizar

[...] uma abordagem da problemática da territorialidade em Barra de Arapira, a partir do traçado de sua “cosmografia”, delimitada por cinco itens: história de ocupação guardada na memória coletiva; vínculos afetivos com o território; regime de propriedade; uso social dado ao espaço e mecanismos de proteção dele.

De acordo com a autora, o trabalho de campo “[...] revelou que os laços de parentesco e a devoção religiosa operam enquanto idiomas nativos para reconstruir, ordenar e refletir sobre um território em constante transformação” (BAZZO, 2010, s/p), e que na defesa territorial esses elementos eram acionados pelos pescadores.

Guanaes (2006, p. 4) refletiu sobre “[...] as políticas de conservação e a gestão de parques nacionais, trazendo a experiência francesa de gestão de parques nacionais para contrapor com as concepções e modelos defendidos no Brasil”.

O trabalho de Brustolin (2009, s/p) investigou “[...] a construção de efetividade dos direitos territoriais assegurados na Constituição Federal de 1988 às comunidades quilombolas”. Segundo a autora, foi verificado “[...] um processo de desqualificação sistemática do reconhecimento de direitos aos quilombolas: a mudança contínua das normas; o lugar menor ocupado pela política; a difusão do medo nos meios de comunicação; a suspeita sobre as identidades dos grupos reivindicantes”.

Inserido no campo da Geografia, o trabalho de Linares (2012, s/p) avaliou o “[...] uso do EVI (Enhanced Vegetation Index) como ferramenta para a seleção de áreas prioritárias de conservação”.

Na área do Desenvolvimento Sustentável foram realizados os trabalhos de Zimmermann (2006), Rodrigues, C. (2009), Souza (2013), Saraiva, R. (2006), Kornijezuk (2012) e Leuzinger (2010), que de modo geral trataram de questões relacionadas à gestão do turismo em Parques Nacionais, analisaram eventos internacionais relativos a essas unidades de conservação e o próprio processo administrativo de criação de unidades de proteção integral, e ainda buscaram dar visibilidade aos saberes tradicionais silenciados no Parque Nacional da Chapada dos Veadeiros.

Nesse quadro, Zimmermann (2006, s/p) estudou “[...] a visitação nos parques nacionais brasileiros à luz das experiências de parques nacionais da Argentina e do Equador”; Rodrigues (2009, s/p) buscou “[...] compreender a dinâmica de prestação de serviços de apoio à visitação pública”; Souza (2013) analisou a documentação proveniente dos congressos mundiais de parques nacionais da UICN entre 1962 a 2003; Saraiva (2006) buscou desvelar saberes tradicionais silenciados de homens e mulheres do cerrado na Chapada dos Veadeiros, Vila São Jorge – GO; Kornijezuk (2012, s/p) objetivou “[...] comparar a gestão de dois parques nacionais: o Parque Nacional do Cabo Orange, no Brasil, e a do Parque Nacional da Vanoise, na França; e o trabalho de Leuzinger (2010, s/p) analisou a “[...] legitimidade dos processos administrativos de criação de unidades de conservação de proteção integral e domínio público das áreas ocupadas por populações tradicionais”.

Vinculado às Ciências Biológicas, o trabalho de Vogliotti (2009, s/p) “[...] avaliou os padrões que determinam a distribuição espacial entre as espécies simpátricas *Mazama americana* e *Mazama nana* ao longo do Parque Nacional do Iguaçu sobre os princípios da exclusão competitiva e da coexistência de espécie ecologicamente próximas”.

No âmbito das Ciências Ambientais e Florestais, foram identificados os trabalhos de Oliveira (2010), Astete Perez (2012) e Dias (2010), cujos focos de análise se associam à presença de animais em Parques Nacionais e questões relativas aos conflitos produzidos em função de sobreposição entre unidade de proteção integral e território quilombola.

Assim, o trabalho de Oliveira (2010, s/p)

[...] relata as estimativas de padrões ecológicos para as comunidades de mamíferos de médio e grande porte no Cerrado como um todo e em cada uma dos diferentes Parques Nacionais amostrados: Serra da Canastra (PNSC), Chapada dos Veadeiros (PNCV), Chapada dos Guimarães (PNCG), Brasília (PNB), e Grande Sertão Veredas (PNGSV).

O objetivo do estudo de Astete Perez (2012, s/p) “[...] foi avaliar as populações de onças-pintadas e onças-pardas nos parques [nacionais Serra da Capivara e Serra das Confusões, Piauí] e as possíveis interações destas espécies”. E o trabalho de Dias (2010) analisou conflitos entre a Comunidade Quilombola São Roque e os Parques Nacionais de Aparados da Serra e da Serra Geral, situados no sul do Brasil, de modo específico “procurou-se analisar este conflito, sob as perspectivas jurídica e ambiental, propondo alternativas para solucioná-lo”.

No âmbito da Engenharia Florestal, foram registrados cinco trabalhos: Tatagiba (2011), Kaniak (1990), Zeller (2008), Hauff (2004) e Oliveira (2012). De modo geral, os

focos de análises trataram sobre dinâmica espacial e temporal de incêndios em Parques Nacionais, voluntariado na gestão de Parques Nacionais, informações contidas nos planos de manejo e sua aplicabilidade e ações de extensão em comunidades localizadas em Parques Nacionais.

O estudo de Tatagiba (2011, s/p) “[...] teve como objetivo analisar a dinâmica espacial e temporal dos incêndios florestais ocorridos no PNCV [Parque Nacional da Chapada dos Veadeiros] e em dez quilômetros de seu entorno, num período de 11 anos (1999 a 2009) utilizando imagens Landsat-5 TM e Landsat-7 ETM”.

Os objetivos do estudo de Kaniak (1990, s/p) foram:

[...] caracterizar a situação dos Parques Nacionais brasileiros com relação a disponibilidade e necessidades atuais de recursos humanos; demonstrar as potencialidades e benefícios do trabalho voluntário nos Parques Nacionais, através das entidades civis não governamentais do Brasil; propor uma estrutura mínima necessária ao IBAMA para implantar um programa de voluntários nos Parques Nacionais do Brasil.

O trabalho de Zeller (2008, s/p) avaliou

[...] a qualidade da informação contida em planos de manejo e documentos correlatos de oito parques nacionais quanto a sua aplicação prática, na busca de um aperfeiçoamento dos processos de planejamento. Foram selecionados oito parques nacionais e diferentes tipos de planos foram avaliados, desde os mais antigos, produzidos pelo IBDF na década de 80, até os mais atuais, totalizando 14 planos.

Hauff (2004, s/p) analisou

[...] as ações de extensão desenvolvidas em comunidades rurais existentes dentro e no entorno de seis unidades de conservação da categoria parque ou manejadas como tal, situadas em quatro dos sete biomas brasileiros: a Reserva Natural Salto Morato (PR) e o Parque Estadual da Ilha do Cardoso (SP), na Floresta Atlântica; o Parque Nacional do Jaú (AM), na Floresta Amazônica; o Parque Nacional da Serra da Capivara (PI), na Caatinga; e os parques nacionais Grande Sertão Veredas (MG) e Chapada dos Veadeiros (GO), no bioma Cerrado.

E Oliveira (2012, s/p) objetivou

[...] apresentar os fatos que nortearam a criação do Parque Nacional dos Campos Gerais e discutir as ações adotadas pelo Governo Federal, através do Ministério do Meio Ambiente, autarquias vinculadas e entidades que o apoiaram, para a proposição da citada Unidade de Conservação e das demais criadas de forma concomitante, além dos desdobramentos ocorridos por conta da proposta e a situação resultante, em especial no que se refere às dificuldades para a sua gestão e implementação.

Vinculado ao campo da Arquitetura e Urbanismo, o trabalho de Vieira Jr (2010, s/p) teve como objetivo “[...] dar visibilidade aos vestígios, inventariando-os por meio da narrativa histórica das sociedades que se relacionaram com os espaços hoje pertencentes ao Parque Nacional de Brasília e a Reserva Biológica de Contagem”.

Na área de Engenharia e Gestão do Conhecimento, a tese de Teixeira (2010, s/p) teve como objetivo “[...] a construção de um modelo tecnológico que dê suporte à gestão do conhecimento do turismo sustentável em Parques Nacionais amparado por ferramentas tecnológicas que permitam a interação e colaboração do conhecimento entre os envolvidos com a prática dessa atividade turística”.

Nos campo da Engenharia da Produção e da Engenharia Civil, foram identificados três trabalhos, um de Pires (2004), outro de Oliveira (2005) e o terceiro de Almeida (2012), cujas análises trataram dos impactos socioculturais do turismo em Parques Nacionais, do modelo de avaliação e gestão de conflitos e ainda, tomando o SNUC como referência, da sustentabilidade de Parques Nacionais.

Nesse quadro, o trabalho de Pires (2004, s/p) tratou da

[...] importância dos Parques Nacionais e da necessidade de sua preservação e conservação ambientais. Considera o interesse pela oferta turística com mínimos impactos socioculturais e ambientais. Objetivando o desenvolvimento ambiental e gerencial de parques, nacionais, estaduais ou municipais, propõe modelo de avaliação para esses tipos de parques ecológicos.

A tese de Oliveira (2005, s/p) buscou

[...] contribuir para a efetiva implantação de parques, com a proposição da gestão dos conflitos ambientais, pela convicção de que é um sistema de gerenciamento capaz de viabilizar e facilitar o manejo das Unidades de Conservação de natureza similar. A discussão centrou-se nos caminhos, que vão dos conflitos à preservação da natureza.

E o trabalho de Almeida (2012, s/p) buscou

[...] estimar o perfil atual e cenários futuros desejados para que uma Unidade de Conservação possa atingir níveis satisfatórios de sustentabilidade. As áreas de investigação foram definidas segundo os critérios estabelecidos pelo Sistema Nacional de Unidades de Conservação, como objetivo básico e atividades permitidas para a Unidade que se pretende trabalhar. Para o estudo de caso foi selecionado o Parque Nacional de Chapada dos Guimarães no Estado de Mato Grosso, totalmente inserido no bioma cerrado, que vem sendo alvo da exploração agrícola e do desenvolvimento do agronegócio, sem a devida preocupação com a conservação da biodiversidade.

Observando essa amostra de dissertações de mestrado e teses de doutorado sobre Parques Nacionais, verifica-se uma variedade de áreas produzindo conhecimento sobre parques nacionais – Ciências Sociais, Geografia, Desenvolvimento Sustentável, Biologia, Ciências Ambientais e Florestais, Arquitetura e Urbanismo, Engenharia e Gestão do Conhecimento, Engenharia da Produção e Engenharia Civil – e uma predominância de estudos com foco de análise em pesquisas vinculadas às ciências biológicas, ambientais e florestais e às práticas associadas à atividade econômica do turismo.

A mesma constatação pode ser feita em relação ao Parque Nacional dos Lençóis Maranhenses. Vários trabalhos produzidos nas áreas de Desenvolvimento Sustentável, Línguas e Cultura, Administração de Empresas e Linguística trataram sobre a prática turística e atividades associadas.

Silva (2008, s/p), em sua dissertação de mestrado, buscou “[...] compreender em que medida a organização da atividade turística no município de Barreirinhas contribui para o desenvolvimento de um turismo sustentável no destino Parque Nacional dos Lençóis Maranhenses”. De acordo com o autor, a partir da análise dos dados foi verificada a existência do que chamou de três racionalidades: “[...] opostas, chocando os propósitos de gestão ambiental dos Lençóis Maranhenses com os do poder público e *Trade local*; diferenciadas, lógica ambiental do órgão gestor do Parque Nacional dos Lençóis Maranhenses e das comunidades residentes na unidade de conservação e complementares, caminhando em linha os ensejos do poder público e do *Trade local*” (SILVA, 2008, s/p).

Carvalho (2005, s/p) analisou

[...] as perspectivas de desenvolvimento sustentável a partir da promoção do turismo na região dos Lençóis Maranhenses. Procurou-se avaliar as cinco dimensões de sustentabilidade - ecológica, econômica, social, espacial e cultural – tomando como base a argumentação dos principais atores que desempenham papel na região. Aplicada como estudo de caso, a pesquisa teve o propósito de discutir a viabilidade dos projetos turísticos direcionados para os Lençóis Maranhenses, não só quanto ao aspecto puramente econômico, de geração de emprego e renda para a região, mas também quanto ao nível de interferência nas relações socioculturais dos habitantes e no impacto provocado ao meio ambiente.

O trabalho de Carvalho, R. (2007, s/p) verificou

[...] as transformações espaciais decorrentes da atividade turística e analisa as possibilidades para o desenvolvimento socioespacial local de Barreirinhas, cidade portal dos Lençóis Maranhenses. Aborda as principais características da atividade turística, faz reflexões sobre o turismo e o desenvolvimento local, e apresenta as características físicas e socioeconômicas da cidade.

Como conclusão do trabalho, o autor destacou “[...] que o turismo pode colaborar com o processo de desenvolvimento socioespacial desde que este seja regulado por políticas públicas e que haja a participação da população local na gestão da atividade que ocorre em seu território” (CARVALHO, 2007, s/p).

A tese de Costa (2009, s/p) tratou das

[...] relações sociais que envolvem micro e pequenas empresas (MPE) no roteiro turístico integrado que perpassa Jericoacoara (Ceará), o Delta do Parnaíba (Piauí) e os Lençóis Maranhenses (Maranhão), também chamado Costa Norte. [Buscou] [...] identificar nas relações sociais os aspectos de cooperação e conflito que produzem condições favoráveis à sustentabilidade nos destinos turísticos da região analisada e os fatores que atuam sobre tais relações.

O objeto de estudo de Graça (2010, s/p) incidiu “[...] na análise de reconstrução de identidades de segmentos sociais que constituíram o público-alvo do processo investigativo: Artesãs, Prestadores de Serviços Turísticos (Condutores Turísticos, *Toyoteiros*, Pilotos de Lancha), Pescadores/as Artesanais e Marisqueiras”.

Apresentando uma discussão sobre turismo, desenvolvimento e sustentabilidade, o trabalho de Câmara (2010, s/p) tomou como ponto de partida

[...] vários discursos, formulados por distintos sujeitos, a partir de mecanismos discursivos, manobras linguísticas, enunciativas e textuais, buscando a emergência de eventos que concorreram para a fabricação do Parque Nacional dos Lençóis Maranhenses como principal atrativo turístico natural do Estado. Investiga-se o processo de construção do discurso sobre sustentabilidade para essa área.

O estudo realizado por Rodrigues (2011, s/p) se propôs a

[...] investigar o discurso da propaganda oficial sobre os Lençóis Maranhenses com o objetivo de identificar que efeitos de sentidos foram produzidos como estratégias discursivas para a divulgação desse lugar. Seu propósito central consiste em identificar as marcas do discurso oficial quanto às suas singularidades, ou seja, descrever, analisar, tentar resgatar efeitos de sentido resultantes dessa construção discursiva a partir das características observadas e aprendidas por meio de uma rede de traços pertinentes cujas relações façam sentido.

Segundo a autora, “[...] os resultados apresentaram um direcionamento para a tradição, isto é, falas oficiais que se utilizaram de questões ligadas à natureza, dizendo respeito ao turismo ecológico, segmento que seria desenvolvido no Parque Nacional dos Lençóis Maranhenses” (RODRIGUES, 2011, s/p).

De acordo com Noronha (2015, s/p), sua pesquisa teve como

[...] objetivo geral analisar a gestão ambiental das hospedarias domiciliares do município de Santo Amaro do Maranhão, e, como específicos: identificar as características geoambientais da área onde se inserem as hospedarias familiares; conhecer a percepção dos proprietários das residências e dos gestores municipais a respeito do turismo e da questão ambiental; identificar quais formas de gestão ambiental são utilizadas pelos proprietários das hospedarias familiares em relação ao consumo da água, de energia e à geração de resíduos sólidos.

Dentre as conclusões a que chegou, a autora destacou que

Os proprietários das hospedagens domiciliares percebem a problemática ambiental, destacando que o município não oferece nenhum tipo de ação comprometida para resolver problemas básicos como o destino lixo, saneamento básico, destino dos resíduos sólidos lançados nos principais recursos hídricos do município, o que pode inevitavelmente comprometer o patrimônio natural e consigo o desenvolvimento socioeconômico para a região (NORONHA, 2015, s/p).

Tendo como foco de análise a natureza da experiência dos visitantes do Parque Nacional dos Lençóis Maranhenses, o trabalho de Fernandes Neto (2005) verificou a pertinência dos indicadores de qualidade para essa prática como meio de monitoramento ambiental para seleção de locais mais adequados para a visitação pública.

A fauna do Parque Nacional dos Lençóis Maranhenses foi objeto de análise do trabalho de Miranda (2007), que investigou a herpetofauna do Parque Nacional, registrando 63 espécies, das quais 21 de anuros, 12 de lagartos, 24 de serpentes, 02 de anfisbenas, 03 de quelônios e 01 de jacaré. Do total de 63 espécies, 52 ocorrem apenas em áreas de restingas e as demais no campo de dunas do Parque Nacional.

Outras produções acadêmicas fizeram análises geográficas e espaciais sobre o território do Parque Nacional dos Lençóis Maranhenses. Castro (2012, s/p) analisou as normas de proteção à natureza a partir da organização do território pela via do poder

[...] ordenando o espaço, conseqüentemente impondo novas territorialidades sobre as pré-existentes. O território político e de poder ao se dedicar à natureza vincula-se mais à proteção que ao convívio entre todos os elementos, permanecendo ainda sob uma visão ecológica na qual o homem é o grande predador dos recursos e dele deve proteger os espaços nos quais ainda há significativa diversidade biológica. O território de poder impõe, um Sistema Nacional de Unidades de Conservação (SNUC) no qual as territorialidades locais são desconsideradas, causando conflitos que podem levar à desterritorialização dos espaços.

De acordo com o autor, “[...] o resultado da pesquisa em 17 comunidades inseridas no parque demonstrou a fragmentação do território simbólico e identitário e o desejo de permanência” (CASTRO, 2012, s/p).

A dissertação de mestrado de Araújo (2015, s/p) buscou “[...] analisar a dinâmica espaço-temporal do Parque Nacional dos Lençóis Maranhenses (PNLM) no período de 1984 a

2014, a partir da análise de imagens de satélite e avaliar a técnica RCEN para a identificação e monitoramento das alterações do parque”. Uma das conclusões do trabalho foi que “[...] a expansão das dunas, do litoral em direção ao interior do continente, ocorre no sentido nordeste - sudoeste, seguindo a circulação dos ventos alísios e que a vegetação ocupou os espaçamentos deixados pelas dunas ou pela água das lagoas” (ARAÚJO, 2015, s/p).

O estudo realizado por Santos (2008, s/p) objetivou “[...] realizar uma análise espacializada das principais entidades e eventos atuais e pretéritos caracterizadores do ambiente deposicional eólico dos Lençóis Maranhenses”. De acordo com o autor,

Os resultados das análises multitemporais, subsidiadas com os dados obtidos em campo, demonstraram que a progressão das dunas no setor sudeste do Parque Nacional dos Lençóis Maranhenses variaram desde 4 m/ano a 25 m/ano em função das condições climáticas e da presença ou não de obstáculos naturais representados pela vegetação, lagoas, áreas alagadas e cômoros limitantes. As idades obtidas por termoluminescência das 14 amostras coletadas nos campos de dunas fixas sugerem que tenham ocorrido pelo menos três fases alternadas de intensa atividade eólica seguidas de elevada umidade, ocorreram na área estudada, resultando na estabilização das formas dunares. Esta deposição arenosa foi identificada principalmente como sendo de idade holocênica. O mapeamento dos diferentes campos de dunas neste setor da planície costeira do Maranhão, assim como uma análise espacializada das principais entidades e eventos atuais e pretéritos, identificados nos Lençóis Maranhenses, são apresentados nesta investigação (SANTOS, 2008, s/p).

O trabalho de Guedes (2012, s/p) teve como foco de análise depósitos eólicos do litoral leste maranhense. De acordo com o autor,

[...] idades por luminescência opticamente estimulada foram obtidas nos depósitos eólicos do litoral leste maranhense. As datações permitiram reconhecer ao menos quatro gerações de dunas eólicas, incluindo a atual. A pesquisa identificou como principal fonte sedimentar do litoral leste maranhense a plataforma continental localizada a leste da foz do rio Parnaíba, alimentada via deriva litorânea longitudinal para oeste.

Articulando geografia, meio ambiente e turismo, o trabalho de Martins (2008, s/p) verificou “[...] as transformações espaciais decorrentes da atividade turística e analisa as possibilidades para o desenvolvimento socioespacial local de Barreirinhas, cidade portal dos Lençóis Maranhenses”. De acordo com a autora, a pesquisa apontou como principais resultados: “[...] a percepção que a população local tem em relação ao turismo, as mudanças no cotidiano ocasionadas pela atividade e as possibilidades de desenvolvimento local a partir desta” (MARTINS, 2008, s/p). E concluiu que “[...] o turismo pode colaborar com o processo de desenvolvimento socioespacial desde que este seja regulado por políticas públicas e que haja a participação da população local na gestão da atividade que ocorre em seu território”

(MARTINS, 2008, s/p).

Comparativamente, em menor número, os trabalhos de D'Àntona (1997), Moura (2012) e Monteles (2009) deram ênfase ao modo de vida dos grupos familiares. A dissertação de mestrado de D'Àntona, de 1997, buscou identificar as mudanças provocadas pelos ritmos naturais, assim como as transformações causadas pelo turismo, urbanização e pesca predatória sobre o modo de vida de comunidades residentes na região do Parque Nacional dos Lençóis Maranhenses.

Importante registrar que, em 1997, o IBAMA era o órgão gestor do Parque Nacional, período ainda não referenciado pelos grupos familiares como sendo de aplicação efetiva das novas regras ambientais de uso dos recursos do PARNA. Ainda assim, já identificava uma aparente desatenção por parte do órgão gestor com “[...] habitantes tradicionalmente locais que se sujeitam à degradação e à necessidade de preservação ambiental, embora não as tenham gerado” (D'ÀNTONA, 1997, s/p). Nesse contexto, D'Àntona (1997, s/p) se propôs a “[...] caminhar em direção à compreensão do modo de vida nos “Lençóis Maranhenses”, através das relações dos indivíduos com a natureza, buscando conhecer as noções locais de degradação / preservação ambiental e criticar a delimitação do Parque Nacional ali existente”.

A extração e a apropriação social de buritizais em localidades no entorno do Parque Nacional dos Lençóis Maranhenses foi o foco da análise do estudo de Monteles (2009, s/p), por meio do qual foram caracterizadas

[...] as formas de acesso, de uso, as regras de apropriação e os regimes de propriedade junto à população do Cantinho, discutindo as práticas de manejo e etnoconservação locais, [assim como examinou] as formas de obtenção, o modo como os buritizais se relacionam à vida social e como reflete as formas de organização e adaptação ao meio natural.

O trabalho de Moura (2012) abordou os conflitos gerados a partir das restrições de uso do espaço e dos recursos do Parque Nacional que foram impostas aos moradores. De modo particular, o estudo analisou as mudanças provocadas pela criação do PARNA sobre o modo de vida dos moradores do distrito de Travosa, Município de Santo Amaro do Maranhão, maior povoado dentro do Parque. Os resultados da pesquisa, de acordo com a autora, mostram que

[...] a criação do PNLN conduziu a mudanças que afetaram o modo de vida dos moradores dentro do parque, que não podem mais realizar novas construções, nem tirar madeira para reconstrução de suas casas e dos barcos de pescaria. Há ainda o

controle do tipo de malha a ser usada na pesca e a caça de pássaros e mamíferos é proibida. A sua subsistência é afetada pelo controle imposto à apropriação dos recursos de uso comum, que torna necessário a busca por alternativas de sobrevivência. Embora eles ainda não tenham sido expulsos da área, precisam agora aprender a conviver com as novas regras de controle definidos pelo Plano de Manejo (MOURA, 2012, s/p).

Essa predominância dos estudos sobre parques nacionais focados em objetos de análise vinculados às ciências biológicas, ambientais, florestais e ao turismo pode ser associada tanto à biologia da conservação como base científica do “culto ao silvestre” (ALIER, 2015), quanto às duas atividades admitidas em unidades de conservação de proteção integral, como pesquisas científicas e atividades de lazer e contemplação.

Examinando essa breve recuperação de alguns trabalhos sobre Parques Nacionais, a presente tese tenta aportar elementos novos à temática na medida em que discute transformações produzidas no modo de vida de *comunidades tradicionais* em nome da conservação da natureza.

No âmbito dos trabalhos sobre o PARNA Lençóis Maranhenses, a presente tese traz à tona questões até então não analisadas e nem visibilizadas, como conflitos gerados a partir da imposição de novas regras de uso dos recursos, das dificuldades vividas pelos grupos familiares de reprodução social, cultural e simbólica e dos processos de resistências desenvolvidas pelas famílias. Sinaliza para um mecanismo estratégico, subjacente às modalidades de intervenção dos agentes do órgão ambiental, qual seja, a desocupação gradual do Parque, sem o reconhecimento de direitos das *comunidades tradicionais*.

A criação do Parque Nacional dos Lençóis Maranhenses

A criação do Parque Nacional dos Lençóis Maranhenses, em 1981, parece ter suas justificativas associadas a um conjunto de fatores vinculados entre si e associados a um contexto mais amplo que fazia parte da agenda do Estado brasileiro, aos objetivos de integração das regiões norte e nordeste à economia nacional e às preocupações com a preservação do meio ambiente.

Foi nesse contexto que a Petrobrás, dentre outras instituições, colaborou com o Projeto RADAM Brasil, na década de 1970, como afirma o Diretor Geral do Departamento Nacional de Produção Mineral (DNPM) em seus agradecimentos a essa empresa quando da publicação do relatório, em 1973: “[...] agradecemos pela participação de seus técnicos em debates e também pela gentileza de haver colocado à disposição todos os dados de que

dispunha, além da cooperação financeira em áreas de seu interesse” (BRASIL, 1973, p. 7). Os dados a que se refere o Diretor Geral são aqueles oriundos dos estudos e trabalhos realizados pela Petrobrás na década de 60, em áreas que depois foram incluídas no perímetro do Parque Nacional.

A criação dessa unidade de conservação ocorreu sem que a presença das famílias que viviam nessa região fosse registrada pelo Estado. Várias versões sobre a sua criação chegavam até os grupos familiares, sem que de fato soubessem o que realmente estava acontecendo. Uma dessas versões nos foi relatada por uma moradora de Tucuns. De acordo com ela, os donos do cartório de Barreirinhas teriam dito ao seu pai, que tentava “tirar posse de terra, pagar o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA)”, que ele não podia fazer isso porque essas terras tinham sido vendidas no mandato do então Governador João Castelo, em 1981, para fazer preservação dos matos e criar raposa, onça, lobo. Teriam dito também a seu pai que iam retirar os habitantes e deixar os animais.

Esse desconhecimento foi expresso também à equipe de pesquisa nas primeiras reuniões realizadas em Tratada dos Carlos. Uma moradora de Cantinho perguntou “quem vendeu? Quem comprou nossos lugares?”. Nesse cenário, a criação da unidade de conservação por parte do Estado brasileiro foi uma imposição que se abateu sobre essas famílias.

De acordo com o IBAMA (2003, p. 4-5), a criação do Parque teve como justificativas “[...] preencher lacunas existentes no então sistema de Unidades de Conservação, bem como atendendo as reivindicações da comunidade científica e instituições que atuam na área ambiental do Estado do Maranhão”.

A origem do nome do Parque está associada à “[...] característica fisiográfica do Parque, devido apresentar uma área de relevo plano, constituído por areias quartzosas marinhas e cordões de imensas dunas de coloração branca, as quais assemelham-se a lençóis jogados sobre a cama” (IBAMA, 2003, p. 5).

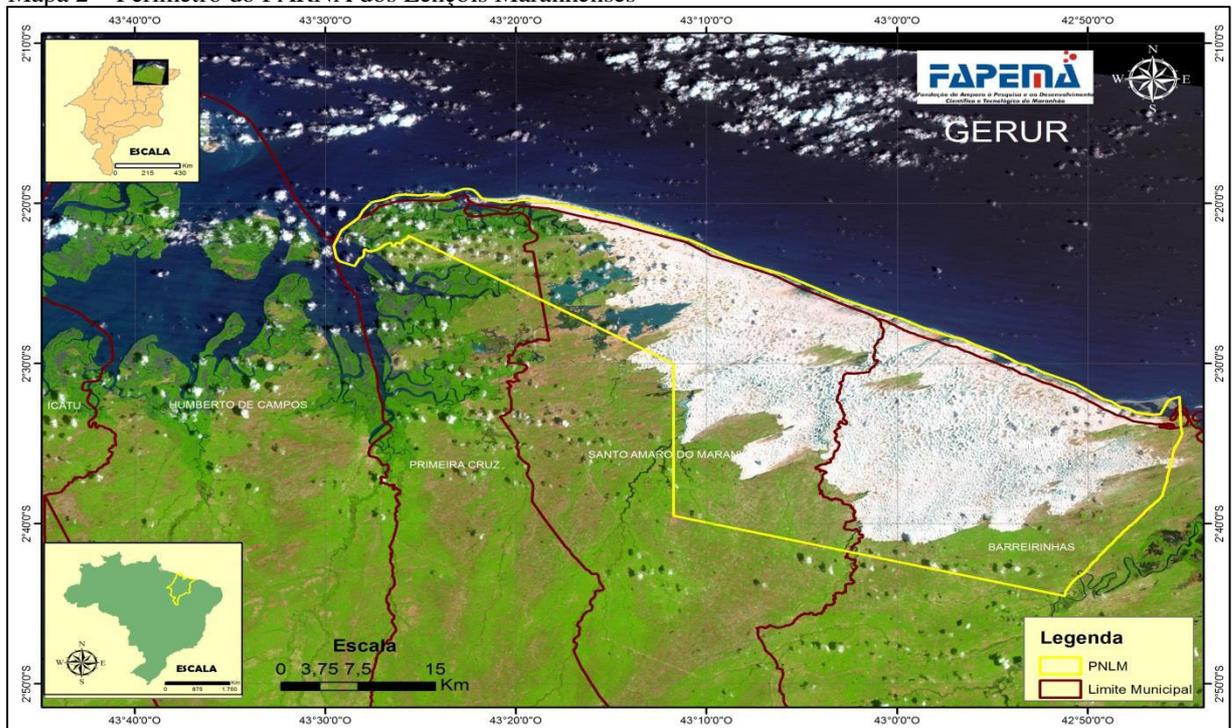
O nome atribuído não fazia parte das categorias nativas para classificar o ambiente. O que o órgão ambiental chamou de “lençóis” as famílias conheciam por “morrarias”, provocando assim algumas incompreensões, como relatou um morador de Tucuns quando esteve em São Luís. Um funcionário do Consórcio de Alumínio do Maranhão (Alumar) lhe teria perguntado se ele era de Barreirinhas e se morava nos Lençóis. Diante da pergunta, pensou que era “lençol da gente se enrolar para ir dormir de noite”.

Foi nesse contexto de completo desconhecimento por parte das famílias que o Parque Nacional dos Lençóis Maranhenses foi criado. De acordo com o decreto de sua

criação, de nº 86.060/81, está localizado no litoral do Estado do Maranhão, possui uma área estimada em 155.000 hectares, constituída de terras da União, e tem por finalidade precípua, segundo o que estabelece a legislação correspondente, proteger a flora, a fauna e as belezas naturais existentes no interior do seu perímetro (BRASIL, 1981).

De acordo com o IBAMA (2003), o Parque possui um perímetro de 270 km; abrange os municípios de Primeira Cruz, com 6,89%, Santo Amaro, com 42,15% e Barreirinhas, com 44,86%. Tem como limites: ao Norte, o Oceano Atlântico; ao Sul, os municípios de Santo Amaro e Barreirinhas; ao Leste, o município de Paulino Neves; e ao Oeste, os municípios de Primeira Cruz e Santo Amaro. Possui como bioma e ecossistemas: Mangue, Cerrado, Restinga e Duna.

Mapa 2 – Perímetro do PARNA dos Lençóis Maranhenses



Fonte GERUR/FAPEMA: Carta Imagem LANDSAT 2014 adaptado por Ulisses Denache.

O Parque Nacional dos Lençóis Maranhenses é considerado pelo Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza como unidade de proteção integral, cujo domínio é da União e onde é permitido “[...] preservar a natureza, sendo admitido apenas o uso indireto dos seus recursos naturais, [permitindo a] [...] realização de pesquisas científicas e o desenvolvimento de atividades de educação e interpretação ambiental, de recreação em contato com a natureza e de turismo ecológico” (BRASIL, 2000), e não admitindo presença humana de modo permanente. Ocorre que nessa área, existiam *comunidades tradicionais* que

desenvolvem atividades agrícolas, extrativas, artesanais, de pesca e de pequena criação de animais, cuja presença remonta ao século XIX (MARQUES, 1970).

Marques (1970, p. 108-109), referindo-se à população da então freguesia de Barreirinhas, em 1860, que estava distribuída em 14 quarteirões²⁴, dentre os quais o de Barreirinhas, o de Santo Antonio, o de Buriti Amarelo e o de Santo Amaro, indica que existia uma população de 7.474 habitantes, sendo 6.843 livres e 631 escravas.

Destaque-se que na época da criação dessa unidade de conservação, em 1981, o perímetro do Parque incluía apenas os municípios de Barreirinhas e Primeira Cruz. A partir de 1994, por meio da Lei nº 6.127, de 10 de novembro de 1994, parte do município de Primeira Cruz é desmembrada e criado o atual município de Santo Amaro (IBGE, 2013; MARANHÃO, 1994).

Após a criação formal do Parque Nacional, a gestão ambiental passou a ser feita pelo Instituto Brasileiro do Desenvolvimento Florestal – IBDF, autarquia federal vinculada ao Ministério da Agricultura, criada em 1967. Em 1989, quando instituído, o Instituto Brasileiro de Meio Ambiente (IBAMA) passou a assumir a gestão do Parque Nacional. Coube a este órgão ambiental iniciar a consolidação territorial do PARNA, isto é, atividades de “[...] regularização da situação fundiária e pela consolidação dos limites das Unidades de Conservação federais, condições essenciais para implantação, planejamento e execução das ações de gestão desses espaços territorialmente protegidos” (ICMBio, 2017b).

Nessa perspectiva, em 2002, ainda sob a gestão do IBAMA, foi realizado o primeiro cadastro fundiário pelo Instituto de Pesquisa, Educação e Meio Ambiente (IPEMA), que identificou 41 localidades com uma população total residente de 3.826 habitantes. Esses dados divergem daqueles produzidos por D’Antona (2000), nos anos 1996 e 1997, que identificou a existência de 53 localidades, com 3.646 residentes no interior da área definida como Parque Nacional dos Lençóis Maranhenses e 46 localidades (zona rural, bairros e sedes municipais) na área do entorno ao Parque, com 13.441 residentes.

Nos anos 2002 e 2003 foi produzido o Plano de Manejo do Parque Nacional dos Lençóis Maranhenses. De acordo com o Decreto nº 84.017, de 21 de setembro de 1979, esse documento tem como objetivo principal

[...] apresentar as diretrizes de gestão da área para assegurar a total proteção dos recursos naturais que nela ocorrem. Constitui um projeto dinâmico que, utilizando técnicas de planejamento ecológico, determina o zoneamento de uma unidade de

²⁴ Quarteirões eram faixas de terra delimitadas que, de acordo com os recursos existentes, caracterizavam-se pelo desenvolvimento de determinadas atividades.

conservação, caracterizando cada uma de suas zonas, propondo seu desenvolvimento físico de acordo com suas finalidades e estabelecendo diretrizes básicas para o manejo da unidade (BRASIL, 1979).

Em 2003, quando ocorreu a homologação do Plano de Manejo do PARNA Lençóis Maranhenses, com base nos dados de 1977, registrava-se um contingente aproximado de 215 famílias residentes na área do Parque na condição de posseiros e mais uma área correspondente a 29%, composta por propriedades com registro definitivo de posse.

Em agosto de 2007, foi criado o Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMBio), que passou a assumir a gestão do Parque Nacional dos Lençóis Maranhenses. Entre setembro de 2007 e abril de 2008, este órgão ambiental realizou o diagnóstico socioambiental de 13 localidades do Parque. Buscou-se identificar o número total de casas não cadastradas em 2002 e o número daquelas ocupadas após 2002. Foram identificadas 2.048 pessoas e 488 residências, sendo 446 pessoas e 110 residências na *região de praia*; 85 moradores e 17 residências na *região de dunas*; 701 moradores e 165 residências na *região de restinga*; e 196 residências na região do Povoado Travosa.

Registre-se que, em 2009, técnicos do ICMBio produziram um documento no qual consideram

[...] urgente a realização de um amplo cadastramento que marque um referencial mais preciso com relação a quem, quantos são e quais as residências ocupadas por famílias que já habitavam a região antes da criação do Parque [...] isto viabilizaria o melhor monitoramento e controle da ocupação da Unidade de Conservação e permitiria maior agilidade no combate a irregularidades e invasões. (ICMBIO, 2009, p. 7).

Para os agentes do ICMBio, o monitoramento e o controle da ocupação no PARNA justifica-se a partir do modelo de parque nacional que orienta suas ações – aquele em que a presença humana não é admitida de forma permanente. Assim, a presença dos grupos familiares nessa região é vista e associada às chamadas “irregularidades e invasões”.

Ocorre que esses grupos territorializaram essa região desde o século XIX (MARQUES, 1970), como assim constatamos por meio de trabalho de campo em 23 localidades no perímetro do Parque Nacional dos Lençóis Maranhenses no âmbito desta pesquisa.

CAPÍTULO 2 – CARACTERIZAÇÃO HISTÓRICA E SOCIOLÓGICA DAS LOCALIDADES PESQUISADAS

Processos de territorialização das localidades pesquisadas e sua dimensão histórica

Nesse capítulo, buscaremos caracterizar histórica e sociologicamente as localidades pesquisadas a partir de uma breve recuperação dos processos de territorialização realizados por diferentes grupos sociais na área que passou a ser reconhecida pelo Estado brasileiro como Parque Nacional dos Lençóis Maranhenses. Em seguida, destacaremos o fenômeno da dispersão de parentes como um aspecto constitutivo da territorialidade dos atuais grupos familiares que nessa área vivem há pelo menos cinco gerações.

Segundo Little (2002, p. 3), territorialidade é definida como “[...] o esforço coletivo de um grupo social para ocupar, usar, controlar e se identificar com uma parcela específica de seu ambiente biofísico, convertendo-a em seu ‘território’ ou *homeland*”. Para ele, “[...] o fato de que um território surge diretamente das condutas de territorialidade de um grupo social implica que qualquer território é um produto histórico de processos sociais e políticos” (LITTLE, 2002, p. 3). Outro aspecto da territorialidade humana, destaca Little (2002, p. 4), é que “[...] ela tem uma multiplicidade de expressões, o que produz um leque muito amplo de tipos de territórios, cada um com suas particularidades socioculturais”.

Com base nessa noção de territorialidade, podemos afirmar que muito tempo antes da criação do Parque Nacional dos Lençóis Maranhenses houve condutas territoriais de distintos grupos sociais em diferentes contextos históricos que produziram territórios com características próprias. A presença de grupos familiares que vivem na área do Parque Nacional dos Lençóis Maranhenses remonta, em alguns casos, ao século XIX, ou pode ser estendido a séculos anteriores, considerando a presença indígena nessa região.

A partir de registros históricos realizados por Nimuendajú (IBGE, 1987), Marques (1970), Simões e Pereira (2009) e Carvalho (2014) pode-se verificar, nos séculos XVII, XVIII e início do século XIX, a presença indígena e escrava no litoral norte do Maranhão, no contexto das disputas em torno da colonização do atual estado.

Nimuendajú, nos anos 1943 e 1944, produziu o Mapa Etno-Histórico no qual identificou inúmeros povos indígenas, dentre os quais os Tremembé e os Tupinambá no litoral norte do Maranhão, ainda no século XVII, conforme mapa a seguir:

A partir do século XVI, integrantes da Companhia de Jesus chegaram ao Brasil e, em solo maranhense, por volta da segunda metade do século XVII. Nesse período, “[...] instalou-se quando essa antiga Capitania já se havia desmembrado do Brasil, formando um Estado independente, abrangendo o Ceará, Piauí, Maranhão e Amazonas” (SIMÕES; PEREIRA, 2009, p. 40). De acordo com essas autoras,

[...] esses padres, utilizando os índios à frente de suas atividades, uma iniciativa da sua Ordem Religiosa, acabaram alojando-se em fazendas, tendo notícia das de Santo Inácio, Alegre, Santo Agostinho e talvez Santo Antônio, onde passaram a viver como legítimos proprietários. [...] Possuíam eles, como sabemos, fazendas nas várias regiões do Maranhão, tais como em Tutóia, Araióses, Barreirinhas, onde se tornou muito conhecida a fazenda Santo Inácio, à margem do rio Preguiças, hoje, localidade de Santo Antonio (SIMÕES; PEREIRA, 2009, p. 42-44).

No âmbito das missões realizadas pelos jesuítas no Estado do Maranhão, junto aos Tremembé, Simões e Pereira (2009, p. 32) destacam a instalação do sistema de aldeamento, situação que alterava e modificava o seu modo de vida, considerando que, antes, “[...] não possuíam casas fixas”. Além disso, os jesuítas teriam também se assenhorado “[...] indevidamente do patrimônio dos seus protegidos, tais como terras e gado” (SIMÕES; PEREIRA, 2009, p. 42), e de forma particular, “[...] para não perderem o trabalho e melhor assenhorearem-se da presa, mandaram marcar esse gado com ferro da Companhia, e como o dos índios era meia-lua, facilmente acrescentaram outra, fecharam o círculo e puseram a cruz no meio” (MARQUES, 1970, p. 622).

Ainda reconhecendo o papel dos jesuítas na luta contra os colonos escravistas, Simões e Pereira (2009, p. 41) destacam o que elas chamam de benefícios para ambos os lados: para os índios,

[...] com o método natural de agrupamento foram catequisados e o meio em que passaram a viver redundou em um ponto estratégico de autodefesa, diante das frequentes ameaças dos seus adversários. No tocante aos jesuítas, a viabilidade na preservação da catequese lhes garantiu operacionalizar seus projetos econômicos, a tão cobiçada mão-de-obra gratuita, com respaldos na Lei Régia de 1655, que lhes concedia o poder temporal sobre os nativos.

Diversos eventos protagonizados pelos Tremembé contra portugueses teriam provocado reações da Coroa que teria, por sua vez, levado à quase extinção desses indígenas. Para Simões e Pereira (2009, p. 31), “[...] do balanço geral que se fez, só não foram extintos todos os índios dessa tribo porque, enquanto um bom número conseguiu escapar optando por lugares que só eles conheciam, outro grupo vivia em recantos de difícil acesso e assim jamais

localizados”.

Marques (1970, p. 318) destaca a violência praticada contra os Tremembé: “[...] os índios aliados [dos portugueses], travando as crianças pelos pés, matavam-nas cruelmente, dando-lhes com as cabecinhas pelos troncos das árvores. De uma maloca de mais de 300, só escaparam 37 índios”.

Após a expulsão dos jesuítas do Maranhão, na segunda metade do século XVIII, os índios Tremembé “[...] passaram a ser cruelmente explorados no trabalho agrícola e maltratados pelos seus senhores, o que ocasionou, muitas vezes, até a morte. Alguns, não suportando os castigos, desgostosos, conseguiram fugir, refugiando-se no Ceará” (SIMÕES; PEREIRA, 2009, p. 44).

Nesse sentido, podemos afirmar que nesse período histórico, que vai do século XVII até o início do século XIX, a conduta territorial (LITTLE, 2002) de colonizadores portugueses e franceses, no contexto da disputa colonial não apenas confrontou, mas extinguiu a presença indígena dessa região.

A violência praticada contra os índios não resultou apenas em sua extinção física, mas também da memória coletiva. A partir da menção feita por alguns poucos interlocutores²⁵ que disseram ter relações de parentesco com indígenas ou identificaram esses como os primeiros povoadores dessa região, a identificação dessa presença neste trabalho só foi possível pelos registros históricos, e não pela memória oral coletiva de grupos familiares atualmente existentes na área do Parque Nacional.

No período que vai da segunda metade do século XIX até a segunda metade do século XX tem-se intervenções do Império Português para colonizar a região norte do Estado do Maranhão. A criação da Freguesia de Barreirinhas insere-se nesse contexto.

Marques (1970), ao mencionar a criação da freguesia de Barreirinhas, em 1858, destaca a presença de pessoas livres e escravas, não fazendo referências aos indígenas nessa região. Segundo esse autor, esta freguesia era composta de 14 quarteirões, que em 1860, tinham “7.474 almas, sendo 6.843 livres e 631 escravas” (MARQUES, 1970, p. 109), distribuídas da seguinte forma:

²⁵ Em Tratada dos Carlos, três mulheres fizeram menção à presença indígena na região – Dona Glória disse ser bisneta de uma indígena que “foi pegada na aldeia”; Dona Mariazinha mostrou o que seria um artefato indígena encontrado nas morrarias que guarda até hoje; Dona Maria Pulu disse ser bisneta de indígena e que aquela região já havia sido ocupada por índios; e em Baixa da Onça, Dona Ribamar disse ser essa região de índios.

Quadro 7 – População da Freguesia de Barreirinhas em 1860

Nº de ordem	Quarteirões	nº pessoas livres	nº pessoas escravas
01	Quarteirão de Barreirinhas	530	20
02	Quarteirão de Santo Antonio	320	150
03	Quarteirão de Santa Cruz	380	160
04	Quarteirão de São José	420	10
05	Quarteirão de Buriti Amarelo	580	150
06	Quarteirões de Cassó ²⁶ – 1.500 habitantes		
07	Quarteirão de Morro Branco ²⁷ – 200 pessoas		
08	Quarteirão de Santo Amaro	430	15
09	Quarteirão de Olho Dágua	348	16
10	Quarteirão de Onça ²⁸ – 340 pessoas		
11	Quarteirão de Bom Jesus	530	50
12	Quarteirão de Buritizinho	360	
13	Quarteirão de Surrão	550	Não há escravos
14	Quarteirão de Campineira	270	Não há escravos

Fonte: Adaptado de Marques (1970).

Marques (1970, p. 107-108) também ressalta algumas características relevantes de alguns quarteirões, destacando ambientes e as atividades econômicas que desenvolviam:

Barreirinhas, por ser a sede da freguesia e a residência do pároco e das autoridades; o de *Santo Antonio*, por ser nele situada a fazenda, tão falada, de S. Inácio, pertencente à Companhia de Jesus; o de *Alto-Bonito*, pelos grandes riachos – [...], os quais desembocam no rio Preguiças, facilitando assim o embarque, em pequenas canoas, de arroz, milho e farinha de mandioca, gêneros estes que dali são exportados; [...] o quarteirão de *São José*, pelos riachos [...] e do *Buriti Amarelo*, pelos riachos [...]; o da *Onça*, pelos riachos [...]; o do *Bom Jesus*, à margem do riacho do mesmo nome, importante pela sua população, uberdade e extensão do terreno e gênio laborioso dos seus habitantes; [...], o quarteirão do *Cassó* é importante por ter em seu centro uma lagoa que fornece peixe para toda a sua população, que não é pequena; o do *Morro Branco*, pela abundância de árvores de construção [...]; o de *Santo Amaro*, em sua máxima parte situado na costa do mar, bem como o do *Buritizinho* e do *Surrão*, pelos seus campos e chapadas tão boas para a criação de gado vacum e cavalariço, muar e lanígero, sendo notável que todos estes estirões tenham margens frescas e apropriadas para a plantação de cana e do arroz.

Essas atividades desenvolvidas para promover a colonização do Norte do Estado do Maranhão se articulavam a outras intervenções com o mesmo fim. Ramos (2008, p. 21) destaca a construção de uma estrada que ligava Campo Maior, no Piauí, a Brejo, no Maranhão, como sendo “[...] um fator de grande importância para a colonização da região Norte do Maranhão”. Segundo o autor, essa estrada provocou “[...] o surgimento de povoados, implantação de fazendas de gado, engenhos de açúcar e o cultivo agrícola” (RAMOS, 2008, p. 22). Além dessa, outra estrada teve papel importante para o povoamento de Barreirinhas.

²⁶ Segundo Marques (1970, p. 108), o Quarteirão do Cassó era composto de 03 quarteirões que totalizavam 1.505 habitantes, sendo “550, no 1º, 425 no 2º e 530 no 3º”, não informando o número de pessoas livres e escravas.

²⁷ Marques (1970) não informa se as 200 pessoas eram livres ou escravas.

²⁸ Marques (1970) não informa se as 340 pessoas eram pessoas livres ou escravas.

Essa estrada “[...] vinha do julgado de São Bernardo da Parnaíba (hoje São Bernardo) à então freguesia denominada São José do Peria (atual cidade de Humberto de Campos)” (RAMOS, 2008, p. 22).

Além do acesso por terra, Ramos (2008) destaca também a importância do transporte marítimo para o processo de povoamento da região Norte, e, de modo específico, a importância do litoral da então freguesia de Barreirinhas. “Dois barcos faziam trajetos para São Luís, capital da província: o Hiate San’José, de propriedade de Manoel Carlos Godinho, e San’Antonio, de Antonio da Silva Costa” (RAMOS, 2008, p. 27). Existiam também as grandes canoas que navegavam pelas águas do Rio Preguiças, e por outros que desaguavam nesse rio. Diz ele: “[...] contam os mais antigos que os engenhos de cana-de-açúcar eram movidos pelas águas do rio Achuí e pelo trabalho dos escravos” (RAMOS, 2008, p.31).

De acordo com Ramos (2008, p. 45), Manoel Carlos Godinho teria chegado à região “[...] antes da criação da Freguesia de Barreirinhas. Adquiriu as terras do quarteirão de Santa Cruz e fundou a Fazenda Santa Cruz em 1834”. Esse proprietário português de terras, de escravos, de engenho de açúcar e aguardente, e agente da Companhia de Navegação a Vapor do Maranhão, foi Juiz de Paz da Província do Maranhão, no período de 1869 a 1873 (ALMANAK, 1861).

A presença desse proprietário é referida por famílias de localidades de Barreirinhas. O avô paterno do Sr. Zé Pulu, de Tratada dos Carlos, que se chamava Pedro Carlos²⁹, e o seu pai, Apolinário, teriam trabalhado como vaqueiros daquele proprietário português, numa fazenda onde atualmente se situa a localidade de Santo Inácio, que possui uma parte dentro e outra fora do Parque Nacional dos Lençóis Maranhenses.

Outra provável referência feita a esse período, e de modo particular a certo inspetor de quarteirão, está associada a Francisco de Souza, ainda que o interlocutor não soubesse informar o nome do quarteirão e em que período exato ele teria desenvolvido essa função. Ele também teria sido proprietário da localidade Bom Passar, limítrofe a Tucuns. Em visita ao antigo cemitério de Tucuns, onde há pessoas sepultadas de diversas localidades, de dentro e fora do Parque Nacional³⁰, identifiquei nas sepulturas do Sr. Francisco Diniz de Sousa e de sua esposa Sra. Mariana Lisboa de Sousa³¹ o registro das datas de seus nascimentos – ele, de 1886, e ela, de 1892.

²⁹ O nome do avô paterno do Sr. Zé Pulu era Pedro Pereira da Silva, mas quando passou a trabalhar como vaqueiro de Manoel Carlos Godinho, passou a ser chamado de Pedro Carlos.

³⁰ Nesse antigo cemitério de Tucuns há pessoas sepultadas de Tratada de Cima, Buritizal, Caboclo 1 e 2, Massangano 1 e 2, Mata Fome, Tratada dos Carlos, Paú, além de moradores de Tucuns.

³¹ Esse casal criou Dona Sebastiana Santos Diniz, de Tucuns, hoje aposentada.



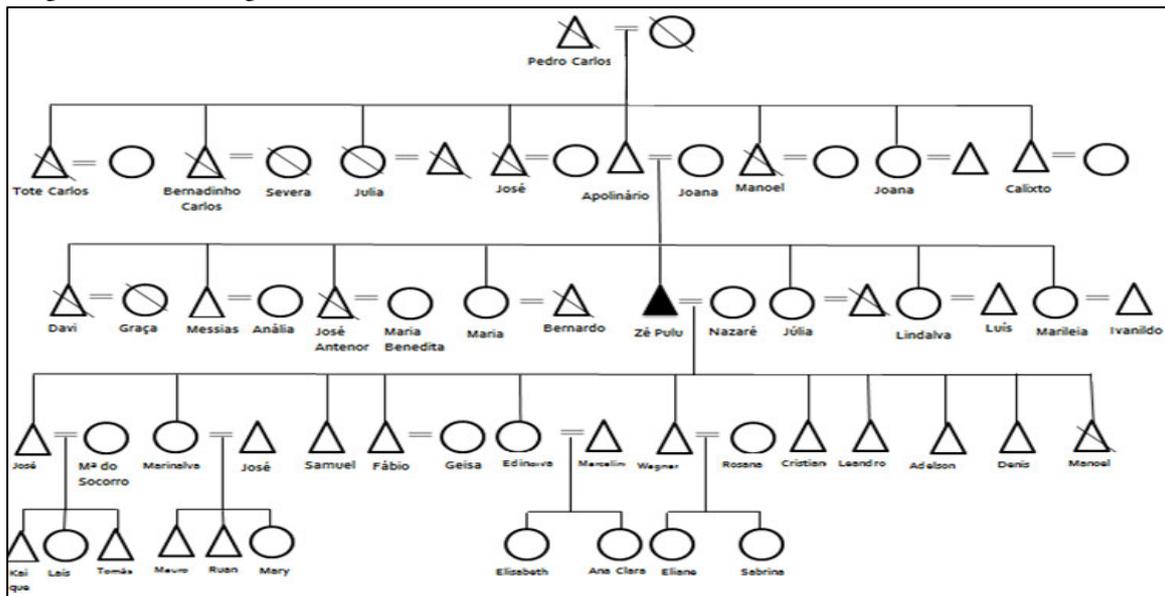
Sepultura de Francisco Diniz de Souza no cemitério de Tucuns.
Foto: Roseane Dias, em 09 de janeiro de 2015.

A lei que instaurou a Abolição da Escravidão no Brasil, em 1888, produziu modificações nas relações que escravos libertos, descendentes de indígenas e escravos e brancos pobres estabeleciam com esse território. Como afirma Oliveira (1998, p. 4), “[...] o processo de territorialização não deve jamais ser entendido simplesmente como de mão única”. Ainda que esse processo não seja automático, a instauração de novas relações nesse território foi mediada tanto pelos aspectos relativos ao contexto histórico, quanto pela incorporação das novas normas construídas pelos grupos sociais que ali viviam.

É a partir desse período histórico, e de modo específico, a partir do início do século XIX, que a territorialidade (LITTLE, 2002) operada pelos descendentes dos grupos familiares que vivem atualmente no Parque Nacional dos Lençóis Maranhenses é alcançada pela memória oral coletiva.

Relatos de vários interlocutores fazem referência, a partir dos seus próprios familiares, à presença de famílias em diversas localidades na região do Parque Nacional no início do século XIX. Identificam essa presença no mínimo há cinco gerações, conforme demonstrado a seguir:

Diagrama 1 - Genealogia dos descendentes de Pedro Carlos



Elaborado por Francyllen Félix a partir de informações do trabalho de campo da autora.

O pai do Sr. Zé Pulu, que se chamava Apolinário Carlos, nasceu em Santo Inácio e lá trabalhava com seu pai (Pedro Carlos) e um tio (José Carlos), vaqueiros do fazendeiro português Manoel Carlos Godinho. Era comum nesse tempo seu avô paterno e seu pai irem a Tratada dos Carlos trabalhar com lavoura, vender os peixes que traziam de Santo Inácio, e comprar farinha. Por volta de 1944, entregaram o gado ao proprietário, e o Sr. Apolinário, nesse momento viúvo, foi morar em Tratada dos Carlos com Dona Joana, cujos familiares eram dessa localidade. O Sr. Apolinário comprou terras de Dona Apolônia, antiga moradora e tia de sua esposa.

A história desse grupo familiar representa uma das principais características da dimensão histórica da territorialidade operada pelas famílias no Parque Nacional. Essa região foi sendo territorializada com o desenvolvimento de atividades como a agricultura, a criação de animais, a pesca, o extrativismo e, por meio delas, foram usando e controlando distintos recursos encontrados em diferentes ambientes, como *mato*, praias, *vargens*, lagoas e, nesse contexto, foram construindo regras próprias de uso dos recursos. A territorialidade desenvolvida pelos grupos familiares desenvolveu-se a partir das características ecológicas dessa região.

Em regiões localizadas mais próximas ao litoral e com maior disponibilidade de recursos hídricos e menor disponibilidade de *matos*, que é como os trabalhadores denominam as áreas propícias ao trabalho agrícola, as principais atividades vinculam-se à pesca. Nas regiões mais distantes do litoral e com maior disponibilidade de *matos*, a agricultura tem sido a principal atividade desenvolvida pelas famílias.

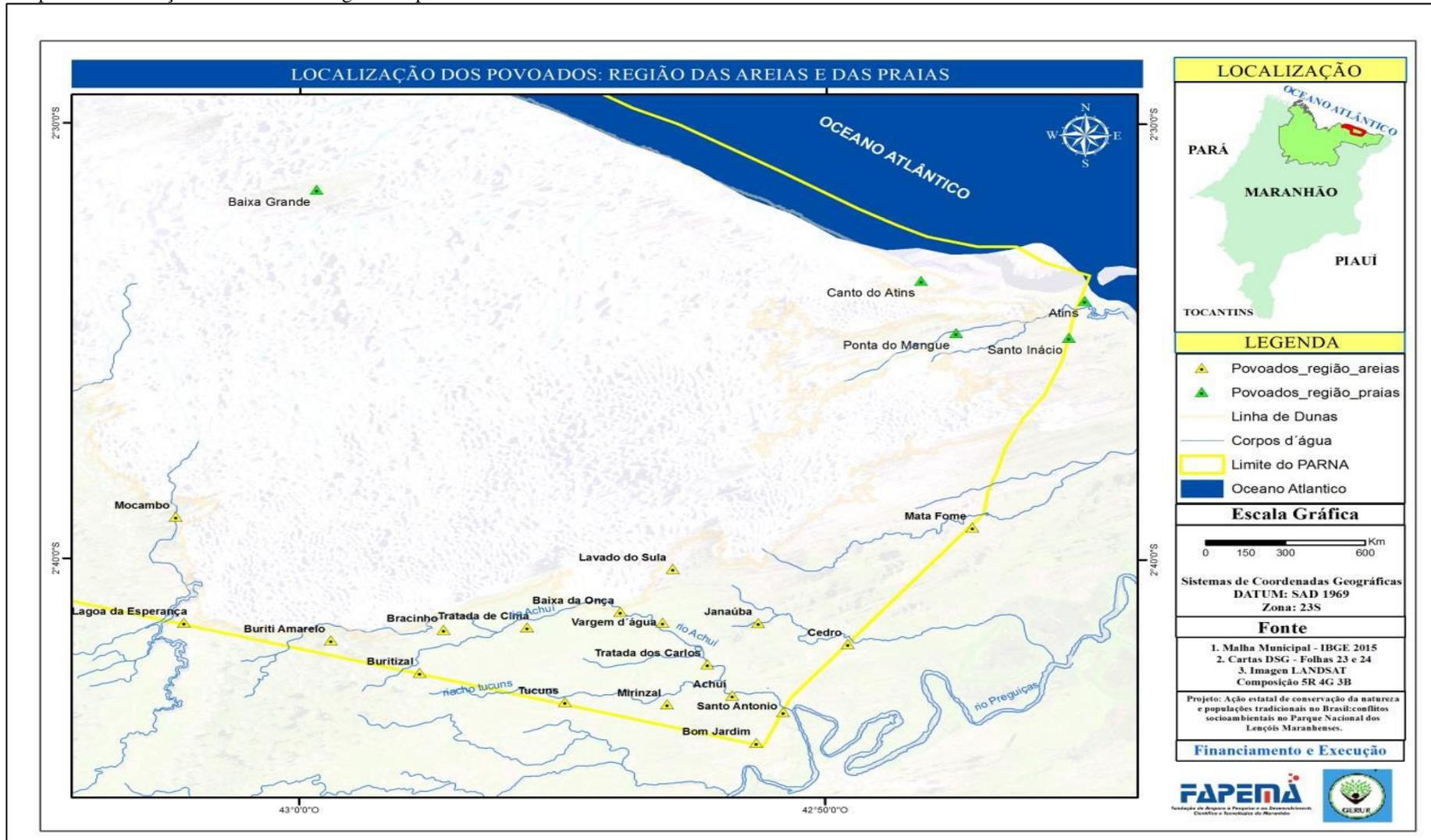
Assim, em Barreirinhas, grupos familiares estão distribuídos em áreas que denominam como *região das praias* e *região das areias* para designar aquelas zonas do Parque que apresentam determinados ecossistemas nos quais, por conta disso, é possível realizar distintas atividades econômicas a partir de formas específicas de manejo.

A distribuição dos grupos familiares nessas regiões não é independente de sua base territorial, como assim destacou Mauss (2003, p. 427) em relação à morfologia das sociedades Esquimós – “[...] é claro que a configuração do solo, sua riqueza mineral, sua fauna e sua flora afetam a organização delas”. Nessa perspectiva,

Para que os homens se aglomerem, em vez de ficar dispersos, não basta que o clima ou a configuração do solo os convidem a isso, é preciso ainda que sua organização moral, jurídica e religiosa lhes permita a vida aglomerada. Longe de a situação propriamente geográfica ser o fato essencial sobre o qual devemos fixar os olhos quase exclusivamente, ela constitui apenas uma das condições de que depende a forma material dos agrupamentos humanos; e, na maioria das vezes, tal situação só produz seus efeitos por intermédio de múltiplos estados sociais que ela começa por afetar, e que são os únicos que explicam a resultante final (MAUSS, 2003, p. 429).

Assim, dependendo da região em que as famílias estejam situadas e dos recursos disponíveis nessas zonas, algumas dessas atividades são mais realizadas que outras.

Mapa 4 – Localização dos Povoados: região das praias e das areias



Fonte GERUR/FAPEMA: Elaborado por Ulisses Denache a partir de informações de trabalho de campo da equipe de pesquisa.

Conforme o Mapa 4, a região das praias é constituída pelas seguintes localidades dentro do perímetro do Parque Nacional: Atins, Canto do Atins, Santo Inácio e Ponta do Mangue; enquanto a região das areias é constituída por Mata Fome, Cedro, Janaúba, Lavado do Sula, Baixa da Onça, Vargem D'água, Tratada dos Carlos, Achuí, Mirinzal, Santo Antonio, Bom Jardim, Tratada de Cima, Bracinho, Tucuns, Buritizal, Buriti Amarelo, Lagoa da Esperança, Mocambo e Baixa Grande.

Ainda que de modo geral se possa afirmar que todas as localidades desenvolvam as mesmas atividades – agricultura, pesca, criação de animais e extrativismo – e que dependendo da região algumas dessas sejam mais referenciadas que as outras, é possível encontrar em localidades da mesma região, com características ecológicas próprias, atividades diferentes daquelas mais referenciadas, como em Mocambo e Baixa Grande, cujas principais atividades são, respectivamente, a criação de animais e a pesca, se diferenciando das demais localidades da região das areias, nas quais a agricultura é a principal atividade.

Essa forma de classificação em duas grandes regiões não é apenas geográfica. Há nelas um conjunto de práticas operadas pelas famílias que orienta o uso e o manejo dos recursos de distintos ambientes, e que são ancoradas nas relações sociais estabelecidas com pessoas de suas próprias localidades e com aquelas de outras.

A associação entre territorialidade e características ecológicas das regiões que compõem o Parque Nacional orientou a ação dos primeiros e antigos moradores de diversas localidades. A disponibilidade de recursos ambientais, a inexistência de grupos familiares manejando os recursos, e maiores condições para o desenvolvimento de determinadas atividades econômicas foram fatores que contribuíram para a territorialização de algumas localidades. Inicialmente eram locais de trabalho e depois, com a fixação de famílias, transformaram-se também em locais de residência fixa. Dessa forma ocorreu em Tucuns, em momentos anteriores à década de 1940.

Os primeiros grupos familiares moravam em localidades como Bracinho, Buriti Amarelo, Buritizal e Tratada de Cima, e trabalhavam em Tucuns. Inicialmente, usavam tais espaços para a realização de atividades agrícolas, depois esses espaços de trabalho foram sendo progressivamente transformados em locais de residência, a partir da fixação das famílias, como fizeram os avós dos moradores mais velhos da localidade.

Aqui primeiro veio um pessoal, eles nem morava aqui, eles eram desse Bracinho, desses lugares, Buritizal, eles vieram pra cá, mas pra negócio de lavoura, que você sabe que nós se vira aqui da agricultura, de trabalhar na roça. E aí o pessoal pegaram a fazer roça pra cá, fazendo casinhas. Primeiro foi o Major, chamava ele de Major, o nome dele era Joaquim [pai do primeiro marido de D Filomena, de 87 anos] [...].

Fez uma casa de forno pra aculá, aí ele trabalhava pra ali, dos primeiros [...]. Dos primeiros também foi o pai do tio Marcelino [...]. Era também pra cá assim um dos primeiros. [...]. Bernardinho Louriano, chamava. E pra cá um dos primeiros também assim com negócio de trabalho, mas também ele era do Buritizal, dessas bandas ali [...]. Tem os pais da tia Fulô [Dona Filomena], os pais que vieram, mas esses vieram já... Tinha um que chamava Zé Anjo, também que era irmão da minha avó. Também ele é dos mais primeiros que já morreram, já faz tempo, vieram aqui pro Tucuns [...]. Ele [Sr. Antonio Reis] também veio assim como esses outros, ele também era do Buritizal, veio pra cá modo assim, tem formação de trabalhar de roça, fazia uma rocinha aqui, aí foram indo, fazia uma casinha, e dessa casinha foi, aí não voltaram mais (Francisco Diniz, de Tucuns, Entrevista, em janeiro de 2015).

Segundo o Sr. José Maria, em Tucuns “[...] se podia trabalhar à vontade porque tinha muito mato”. Essa afirmação é confirmada pelo Sr. Antonio Reis, em Tucuns “[...] a gente roçava o mato assim grande, que a gente fazia roça e os invernos também, não era nem tanto os invernos grande, mas tinha mato assim, velho, e aí a gente plantava” (Entrevista, em janeiro de 2015).

Dona Marli, que foi morar em Tratada dos Carlos depois do seu casamento, lembra do tempo em que seu pai tinha duas casas: uma em Buriti Amarelo, onde tinha *brejo* de arroz, fazia pesca nos campos em janeiro e fevereiro e quando o arroz amarelava, em junho, voltava para apanhar o arroz; e a outra casa era em Tucuns, onde tinha uma área na qual cultivava mandioca, feijão e milho.

A propriedade da terra não era atribuída a uma família específica e por isso se afirmava que “não tinha ninguém que se dizia dono!”. O Estado era reconhecido como dono, o que depois se confirmava na realização de uma demarcação das terras de Tucuns.

[...] depois de já eu entendido, veio umas demarcação de terra, tá vendo! Demarcação de terra...demarcaram, passaram o variante aqui, entre aqui [Tucuns] e o Bom Passar, tá vendo! [...]. Aí passaram o travessão, tirando assim, certo, deixando essa parte pra cá, sem essa demarcação [...]. (José Maria, de Tucuns, Entrevista, em janeiro de 2015).

Tucuns foi um local de trabalho onde produziam mandioca, milho e feijão. Desses produtos agrícolas, o feijão era o único vendido pelas famílias para comerciantes na sede de Barreirinhas. Dona Marli informou que seu pai colocava feijão no canto da casa que ia até em cima, no teto. “Tempo de fartura”, que hoje “se acabou”, disse ela. No início dos anos 1980, a produção de feijão diminuiu e ascendeu a produção de caju, como apontam os relatos abaixo:

Olha, aqui era roça que o povo trabalhava, era só de roça. Aqui, desde que eu me entendi, a história era roça. De certas altura pra cá é que vem tendo história de caju, mas, quando eu me entendi, esse caju aqui, a gente plantava era só pra comer, algum pé na porta aí. O negócio era roça, feijão, que aqui a gente começou era feijão, a produção daqui era feijão. Feijão, milho, quer dizer que hoje essas coisas não dá

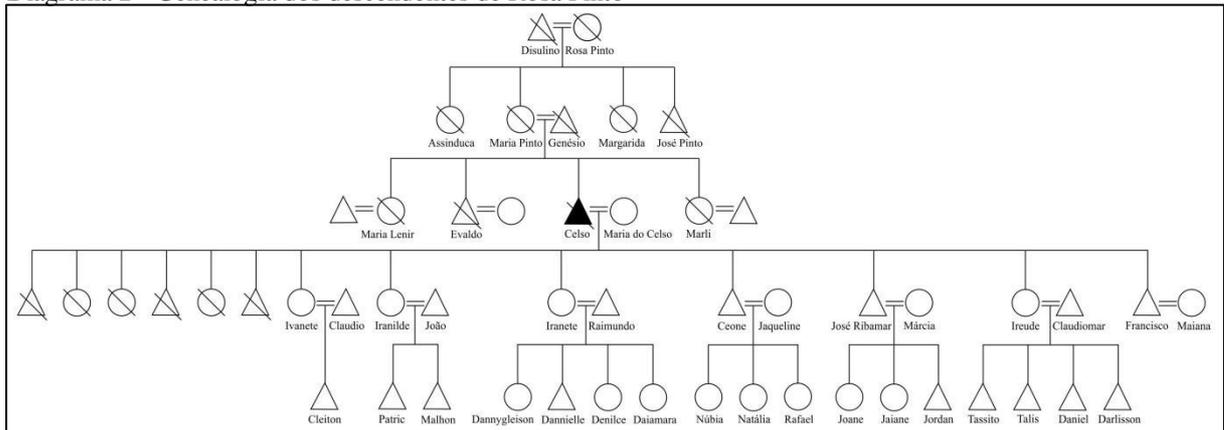
aqui, mas quando eu me entendi isso tinha de fartura aqui. Feijão, quando dava do fim de maio pra junho, quer dizer que era safra de feijão, quer dizer que, era mais de quem dizia: eu apanhei dez paneiros, outros, vinte paneiros, era assim de feijão [...]. Era vendido tudo na Barreirinha [...]. É, tinha quem comprava lá, o velho Antonio Paulo, quer dizer que era comprador de feijão. Comprava essa região todinha aqui de feijão quase e tirava pra fora [...]. Era, era e ele tirava tudo pra fora. Hoje, o feijão vem é de fora, mas nesse tempo ia era daqui [...]. Daqui pra lá, sim senhora! (Antonio Reis, de Tucuns, Entrevista, em janeiro de 2015).

Desses aí [mandioca, milho, feijão, melancia] era o feijão [que mais se produzia] [...]. A gente ia sobrevivendo pra vestir uma camisa, uma coisa, os filhos mesmo era no tempo da colheita do feijão que apanhava pra vender e tinha que comprar roupas, tinha os compradores na Barreira [Barreirinhas]. Era a colheita que a gente tinha nesse tempo, castanha não tinha nesse tempo não! [...]. Plantava no mês de fevereiro [...]. Começava, acho que era em maio, junho [...]. A gente enchia nesse tempo uma casa desse tamanho ficava quase que um tanto assim de feijão com a vagem [...]. Olha, logo nós plantava, começou todo sofrimento mesmo, uma doença que deu no feijão, e aí a gente plantava e aparecia um bicho que vinha e chupava o feijão, era um gorgulhinho [...]. Chupava e o feijão não prestava, não enchia. Nós ainda tentamos, eu, compadre Antonio [Reis], esses, nós mais velhos, tentamos ainda comprar veneno [...] nós comprava, compramos uns aparelhos assim, um pulverizador assim de seringas assim, aí nós seringava a roça todinha, assim, aí matava viu aquele gorgulho [...]. Aí terminou o feijão, aí foi o tempo que entrou a castanha e agora o que está mantendo a gente um pouco é essa castanha do caju (Francisco Diniz, de Tucuns, Entrevista, em janeiro de 2015).

Os relatos acima fazem referência à importância do cultivo do feijão para os grupos familiares, cuja produção era suficiente para que fosse comercializada com comerciantes na sede do município, abastecendo, assim, os mercados de Barreirinhas, como os de outros lugares. Falam também da diminuição da produção desse produto agrícola e como a castanha vai surgindo como alternativa, em substituição ao feijão, revelando as estratégias familiares para reorganizar a sua produção, no sentido de atender às suas necessidades.

A relação entre territorialidade e características ecológicas vinculada ao uso dos recursos também pode ser verificada em outras regiões, como aquelas mais próximas ao litoral e com maior disponibilidade de recursos hídricos, a exemplo Ponta do Mangue, que teria sido de propriedade de dois grupos familiares: Rosa Pinto (que também seria dona da área onde se situam os povoados de Atins, Mata Fome e Sucuruju) e Zé Irineu, cujas terras faziam limites com as de Dona Rosa Pinto. Familiares desses antigos moradores ainda residem em Ponta do Mangue.

Diagrama 2 - Genealogia dos descendentes de Rosa Pinto



Elaborado por Edinir Souza a partir de informações do trabalho de campo da autora.

No início do século XIX, Ponta do Mangue dispunha de uma maior área de pasto para animais, que agora é coberta por dunas³². Situada na parte nordeste do campo de dunas do Parque Nacional dos Lençóis Maranhenses, Ponta do Mangue está mais diretamente vulnerável à ação dos ventos, o que provoca deslocamento de dunas.

Para Feitosa e Souza (2015, p. 49),

[...] este ambiente, submetido ao clima mais seco da atualidade, evidencia uma intensa dinâmica sedimentar cujo ciclo erosão-transporte-deposição compreende a participação de agentes dos fatores oceanográfico, hidrológico, climático e biótico sobre o material sedimentar confere acelerada remodelagem da paisagem local.

O deslocamento de dunas teria contribuído para o aterramento de ambientes muito importantes para as famílias de Ponta do Mangue. De acordo com o Sr. Celso, essa localidade “[...] era a terra do gado, tinha pasto alto [...] há 60 anos não existia dunas de Atins para Ponta do Mangue” (Conversa informal, em maio de 2015). As modificações nesses ambientes, produzidas pelo deslocamento de dunas, podem indicar a agência da natureza na reconfiguração de paisagens. As forças biofísicas (LITTLE, 2006) podem agir como “[...] o sujeito de uma relação social” (DESCOLA, 1997, p. 247) e, nessa condição, podem alterar as práticas humanas e assim, serem compreendidas como coprodutoras de paisagens.

Nesse contexto, a criação de animais se constituía na principal atividade desenvolvida pelas famílias, e a presença de vaqueiros e criadores de animais em Ponta do

³² Ressalte-se que as dunas cobriram não só áreas de pastos, mas também casas das famílias, o que exigiu deslocamento delas para áreas mais altas, como ocorreu com a casa do pai do Sr. Emídio, de 72 anos. A formação de novas dunas represa a água das chuvas provocando alagamentos de áreas residenciais e a destruição de casas, como ocorreu com a de Sra. Luzirene, cuja casa localiza-se no terceiro local; com o Sr. Raimundo, cuja casa caiu nas enchentes de 2013; com o Sr. Domingos Jovina, que perdeu parte da casa em uma enchente; com o Sr. Vanja, cuja casa foi construída em um segundo local e, ainda, com o Sr. Evaldo e com o Sr. Ribamar.

Mangue indicava a predominância dessa atividade econômica. O pai do Sr. Emídio, de 72 anos, que se chamava Mário Diniz dos Santos, nascido em Bracinho, foi ser vaqueiro do pai de sua futura esposa, o Sr. José Lisboa, em Ponta do Mangue. Outros moradores dessa localidade exerceram o ofício de vaqueiro, como o Sr. Celso, que antes cuidava do gado de criadores de outras localidades. O pai adotivo do Sr. Antonio Carlos Nascimento, que se chamava Vitor Aguiar Pinto, era considerado um dos maiores criadores de Ponta do Mangue.

De acordo com o Sr. Celso, como no verão a água seca em algumas localidades, o gado vai para onde tem água. Assim, animais de criadores de outras localidades, como Queimada dos Britos, localizada no município de Santo Amaro, pastam em áreas próximas a Ponta do Mangue durante o inverno, e no verão retornam às localidades de origem.

A maior disponibilidade de *matos* e áreas de pastagens naturais em localidades vizinhas também teria contribuído para que antigos grupos familiares de Tratada dos Carlos tivessem na agricultura e na criação de animais as suas principais atividades econômicas.

As famílias implantavam seus roçados em Tratada dos Carlos e cultivavam arroz em *vargens* localizadas em localidades vizinhas.

Sempre meu sogro trabalhou muito pra cá, pros campos que tem aqui pro rumo da Mata Fome, ali, num lugar que chama Marreca, que é onde é baixo, que alaga no inverno. Essa região plantava arroz e dava, mas eu mesmo depois que cheguei aqui nem ele mesmo trabalhou mais (Afonso, de Tratada dos Carlos, Entrevista, em agosto de 2014).

A criação de animais se constituía numa outra atividade bastante desenvolvida pelos grupos familiares de Tratada dos Carlos. Criavam animais soltos, como gado bovino, suíno, caprino e ovino. Era comum famílias possuírem rebanhos com mais de 100 unidades, como o Sr. Benedito. Outras possuíam um número bem maior, como o Sr. José Domingos, que já teve um rebanho de caprinos entre 200 a 300 unidades.

A pesca era realizada em rios – Braço, Tratada e Achuí, enquanto que a pesca de canoa em mar não fazia parte de suas experiências cotidianas. Tiveram que aprender com pescadores de outras localidades que foram morar em Tratada dos Carlos, como afirma o Sr. Zé Pulu; ou com pescadores de outras localidades, como relata o Sr. Alberico.

Comecei pescar mais meu pai. Papai era pescador, ele nasceu lá em Santo Inácio, quando ele veio pra cá ele já era pescador, mas de tarrafa, de linha, ainda na linha feito, feito manual, ainda naquele tempo, pescava e jogava a linha lá..., aí o peixe beliscava lá, puxava e vinha (Zé Pulu, de Tratada dos Carlos, Entrevista, em agosto de 2014).

[...], quando nós começamos pescar tinha o mestre, não era daqui [de Tratada dos Carlos]. Você tinha uma ponta de rede, eu tinha outra, quando começamos aqui, digo: “rapaz vamos fazer uma canoa pra pescar? Vambora!”. Aí, eu fiz uma ponta de rede, você fazia outra, o vizinho. Porque a média é 5, 4 pra pescar [...]. É, esses 5, nós fizemos cada um uma ponta de rede e fomos pescar. E aí, veio vindo assim só mesmo por curtição pra gente... E aí ninguém sabia, aí nós: “rapaz, nós fala com fulano pra ir pra praia mesmo porque está acostumado”. Aí teve o mestre que pescava mais nós [...]. Era da Ponta do Manguê [...]. Porque pra sair no mar, nós aqui, era brabo, ninguém sabia como era [...]. É, aí foi indo e eu aprendi sair e, às vezes, quando ele não vinha, aí eu mesmo saia mais os outros. Aí, certo tempo, aí eu aprendi na vela ser mestre (Alberico, de Tratada dos Carlos, Entrevista, em agosto de 2014).

Os relatos acima sinalizam tanto para a circulação de conhecimentos e técnicas relativas à atividade de pesca, como também para a transmissão deles, que pode ocorrer no âmbito da própria família, do filho aprendendo com o pai, como também pode ser feita entre pescadores e pessoas que vivem em outros espaços ecológicos. Talvez esse aprendizado também justifique a movimentação dos pescadores de Tratada dos Carlos até as praias no litoral, nos levando a pensar que sem ele esse deslocamento para pescar provavelmente não seria possível.

Ao contrário de Tucuns, onde não se reconhecia nenhum dono, em Tratada dos Carlos o domínio da área era atribuído a particulares, como o Sr. Manuel Carlos Godinho. Para o Sr. Benedito, as terras de Tratada dos Carlos eram de propriedade desse fazendeiro, para quem o seu pai, o Sr. Bernardino, “reparava as terras”, ou seja, era a pessoa que cuidava da propriedade. Ainda de acordo com o Sr. Benedito, depois as terras passaram para o filho de Manuel Carlos Godinho, que se chamava Antonio José Godinho e depois para o genro desse, que foi prefeito de Barreirinhas em 1981.

Com ou sem o reconhecimento de donos das terras dessas localidades, a territorialidade operada pelos grupos familiares da área do Parque Nacional, associada às características ecológicas da região e vinculada à forma de uso dos recursos em ambientes distintos, também tem relação histórica com outro aspecto desse processo: a dispersão de parentes para diferentes localidades.

Dispersão de parentes para outras localidades

A dispersão de parentes entre as localidades do Parque faz parte da dimensão histórica da territorialidade desenvolvida pelos grupos familiares nessa região. A circulação de membros das unidades familiares para outras localidades foi sendo realizada ao longo do tempo em razão de diversos fatores.

Um dos principais fatores que contribui para a mudança de residência é o casamento. O acesso ao trabalho, a adoção de filhos, a separação de casais e o acesso às políticas públicas, de modo particular, educação e saúde, constituíram-se em outros fatores produtores desse fenômeno da circulação de determinados membros das unidades familiares.

Ao enfatizar a ideia de circulação de pessoas, queremos chamar a atenção para o seu caráter dinâmico, que pode contemplar tanto as situações que justificam a fixação de indivíduos em caráter permanente, quanto as situações de passagens destes indivíduos de maneira temporária ou transitória. As duas possibilidades podem ser explicadas pelas uniões via casamento, pela realização de estudos ou tratamentos de saúde, atividades de trabalho ou ainda pelo uso dos recursos encontrados em determinados ambientes. Nesse caso, cada um desses fatores se associa aos laços afetivos, aos vínculos de parentesco e compadrio, ou às relações de amizade estabelecidas entre os membros das localidades no interior das quais esse fenômeno ocorre.

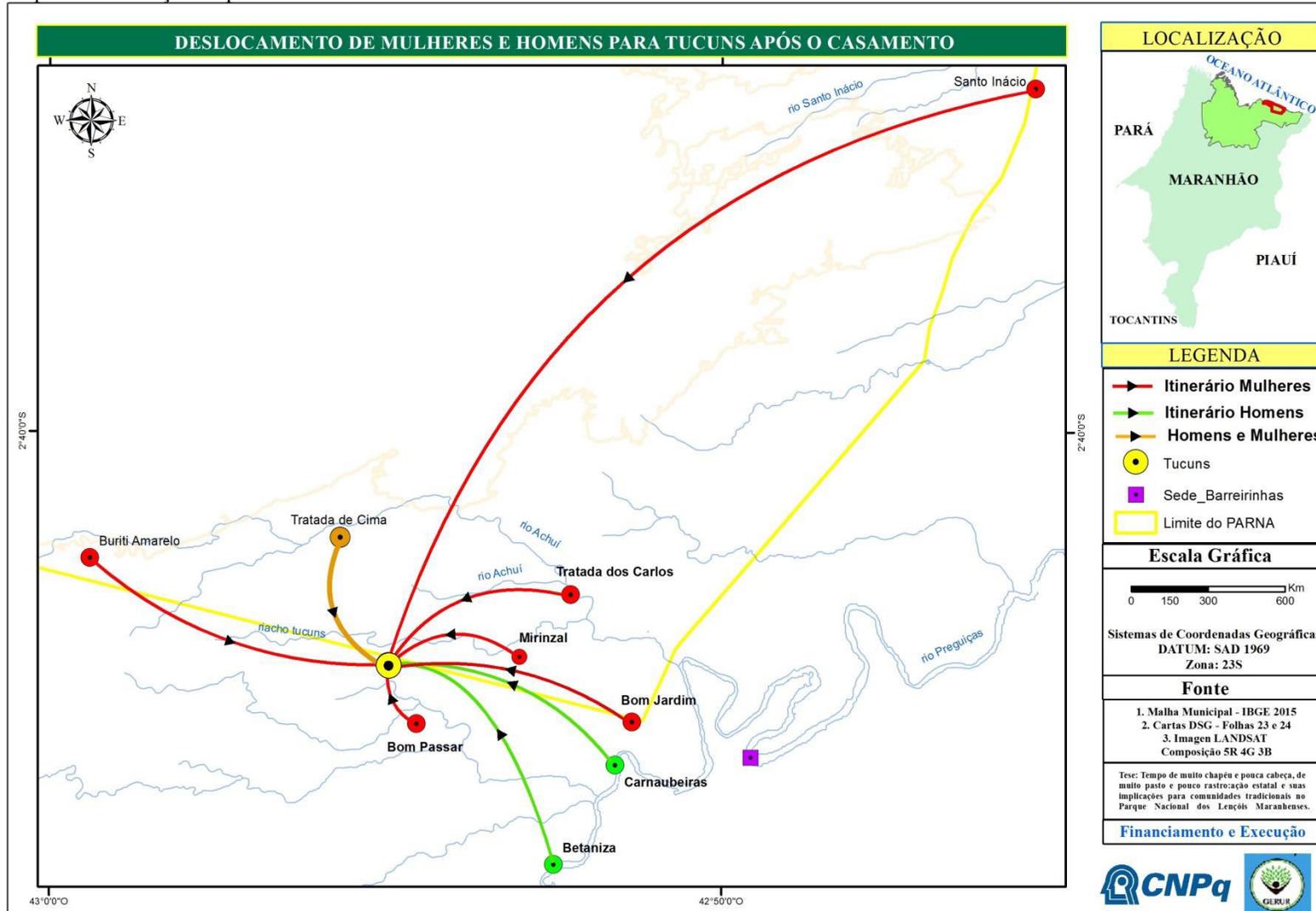
Casamentos estabelecidos entre pessoas de localidades distintas, na sua maioria, produziram o deslocamento de mulheres dos seus locais de residência para aquele dos maridos. Essa regra acaba sendo acomodada ao que é popularmente anunciado por alguns moradores. Segundo seu Alberico, de Tratada dos Carlos, “[...] homem que é homem, puxa a mulher do lugar dela para o lugar dele”. Entretanto, apesar de recorrente, essa regra de residência não é absoluta. Em diversas localidades, os homens também mudaram de residência, passando a viver nos locais onde viviam suas esposas.

Durante o trabalho de campo pudemos identificar situações nas quais homens ou mulheres mudaram-se de Tucuns para outras localidades³³ após o casamento. Entre as localidades estão: Carnaubeira, Cantinho, Buriti Amarelo, Bom Passar, São Luís, Sucuruju, sede de Barreirinhas, Tratada de Cima, Achuí, Massangano II, Tratada dos Carlos, Bom Jardim, Lavado, Juçaral, Buritizal dos Felipe/Santo Amaro.

Em Tucuns existem pessoas que são originárias de outras localidades. Assim, podem ser identificadas mulheres que vieram de Buriti Amarelo, Mirinzal, Bom Passar, Tratada de Cima, Bom Jardim, Tratada dos Carlos e Santo Inácio. Existem também homens que vieram de Tratada dos Carlos, Tratada de Cima, Betânia e Carnaubeira, conforme mostra o mapa a seguir:

³³ A circulação de pessoas das localidades pesquisadas não se verifica somente entre aquelas situadas no interior do Parque Nacional. Ocorre também para municípios do Maranhão ou outros estados, como por exemplo, São José de Ribamar/MA, Anápolis/GO, Belém/PA, Brasília/DF, Picos/PI e Parauapebas/PA.

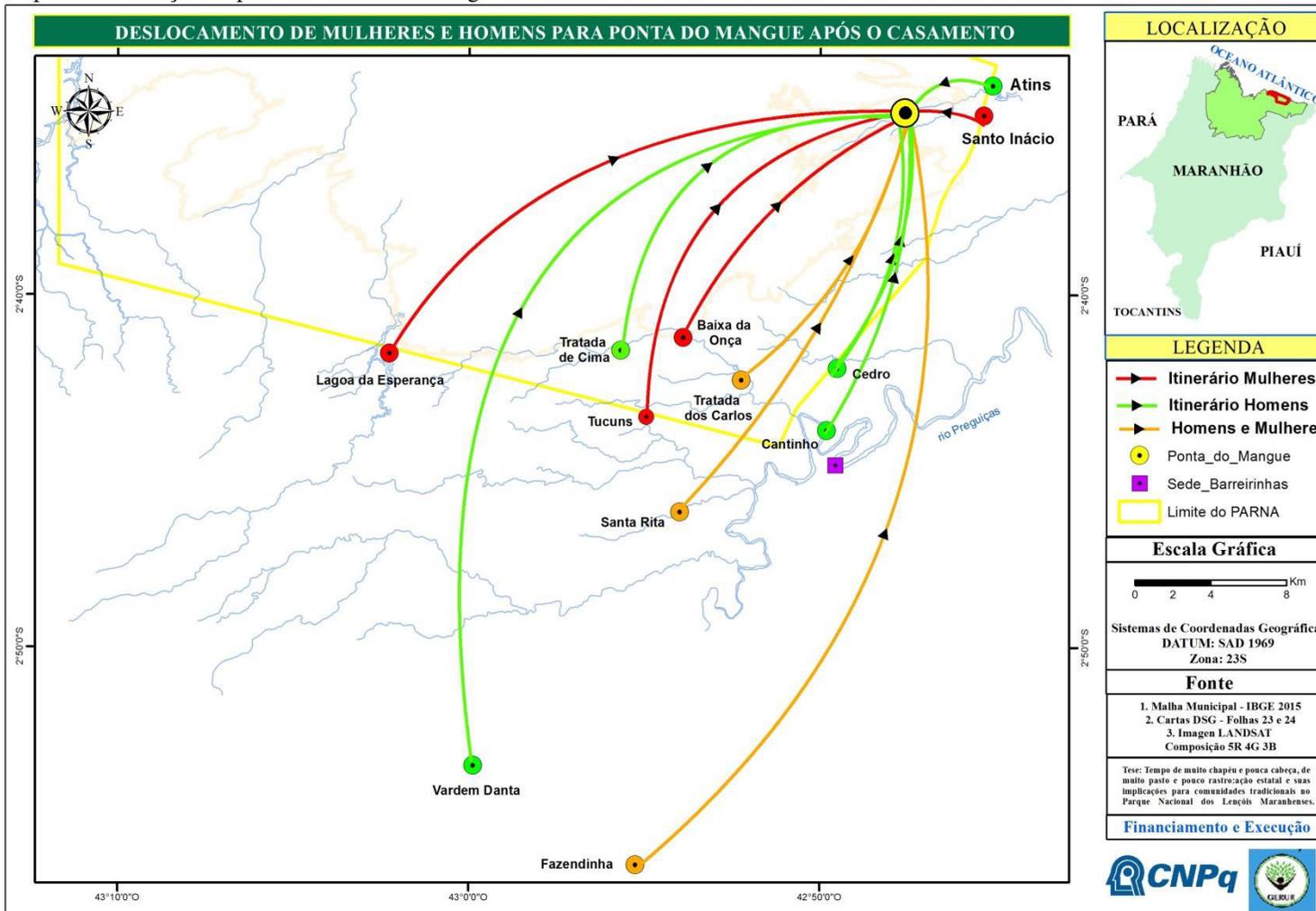
Mapa 5 – Circulação de pessoas – Tucuns



Fonte GERUR/FAPEMA: Elaborado por Ulisses Denache a partir de informações de trabalho de campo da autora.

Da mesma forma, pessoas de Ponta do Mangue passaram a morar em Mata Fome, São Luís, Santo Inácio e Cantinho. Inversamente, pessoas de outras localidades vieram morar em Ponta do Mangue, após o casamento – mulheres de Tucuns, Lagoa da Esperança, Santo Inácio, Santa Rita, Tratada dos Carlos, Cedro e Fazendinha; e homens de Cedro, Santa Maria, Fazendinha, Tratada de Cima, Atins, sede de Barreirinhas, Cantinho, Tratada dos Carlos e Vargem Danta.

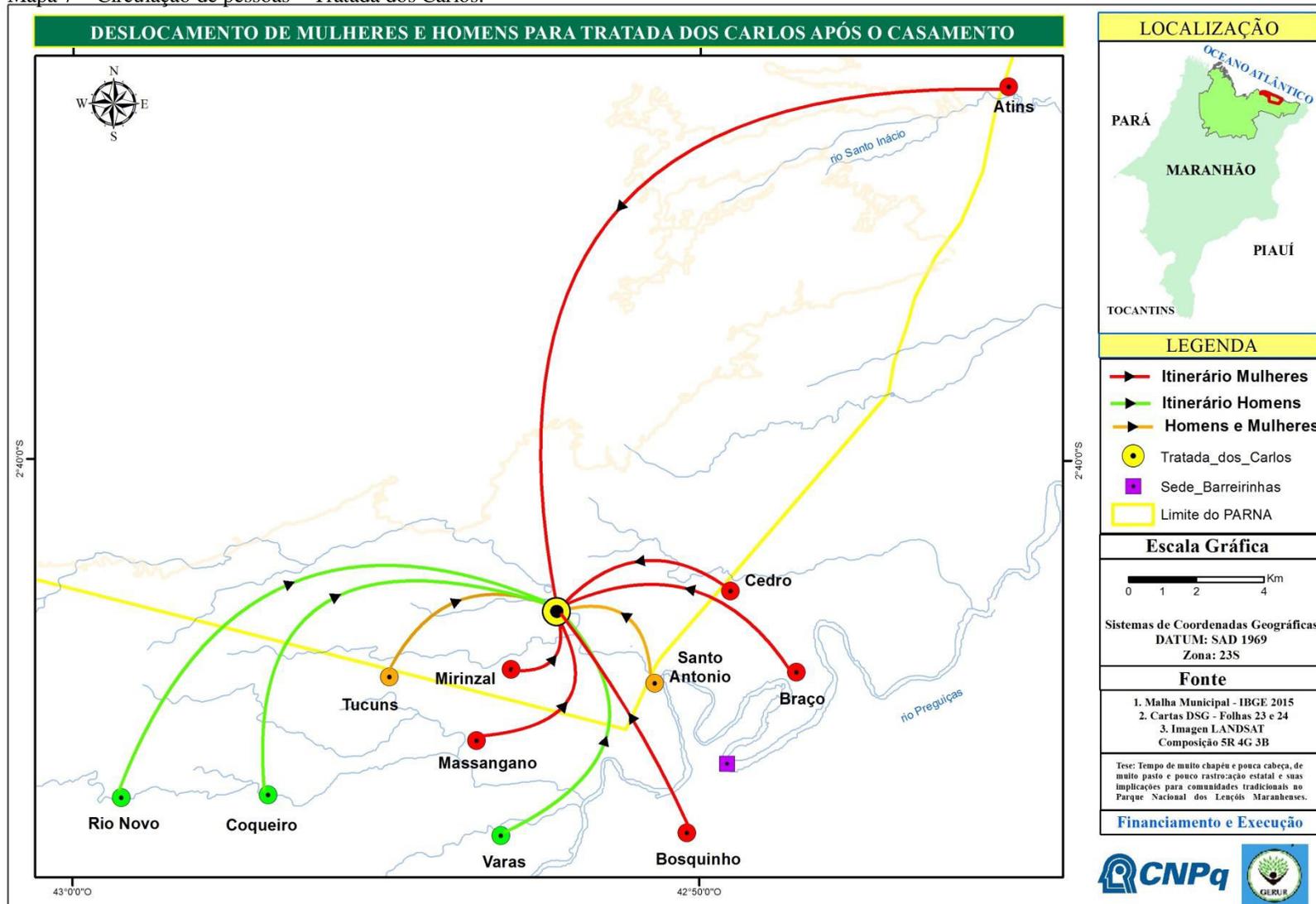
Mapa 6 – Circulação de pessoas – Ponta do Mangue



Fonte GERUR/FAPEMA: Elaborado por Ulisses Denache a partir de informações de trabalho de campo da autora.

Situação semelhante foi verificada em Tratada dos Carlos. Homens e mulheres dessa localidade, após o casamento, passaram a viver em Ponta do Manguê, Braço, Mirinzal, Santo Antonio, Tucuns, Bom Passar, Rio Grande, Atins, Raposa, Cedro, São José das Varas e sede de Barreirinhas. A mudança de residência também ocorreu de outras localidades para Tratada dos Carlos. Vieram morar nessa localidade, após o casamento, mulheres de Santo Antonio, Cedro, Coqueiro, Braço, Mirinzal, Massangano, Atins, Tucuns e Bosquinho. Do mesmo modo, homens do município de Paulino Neves e povoados de Barreirinhas como Santo Antonio, Tucuns, Coqueiro e Varas passaram a viver em Tratada dos Carlos.

Mapa 7 – Circulação de pessoas – Tratada dos Carlos.



Fonte GERUR/FAPEMA: Elaborado por Ulisses Denache a partir de informações de trabalho de campo da autora.

Conforme os Mapas 4, 5 e 6, a circulação de homens e mulheres de suas localidades para Tucuns, Ponta do Mangue e Tratada dos Carlos, assim como homens e mulheres dessas para outras localidades, ultrapassa fronteiras e limites geográficos, ampliando a rede de relações dos grupos familiares para além dos limites do Parque Nacional.

Para além da predominância de qualquer regra, a mudança de residência após o casamento também foi produzida pela presença de parentes (consanguíneos ou não) nessas localidades, possibilitando às famílias de cada um dos cônjuges condições de permanência e também garantia de acesso à terra para morar e trabalhar, por meio de doação, herança ou aquisição.

A dispersão de parentes realizada principalmente pela mudança de residência via casamento também está associada às relações estabelecidas entre as famílias da mesma e de outras localidades em função do uso comum dos recursos, dos vínculos de parentesco e das festas.

Assim, o uso comum das praias por pessoas de diferentes lugares promoveu também a aproximação entre moradores de Ponta do Mangue e de outras localidades, propiciando vários casamentos, como o de Marinete, de Ponta do Mangue, e Luís Carlos, de Santa Maria; de Maria do Socorro, de Tratada dos Carlos, e Emídio, de Ponta do Mangue; Ana Célia, de Ponta do Mangue, e José Carlos, de Tratada dos Carlos; e, ainda, Ivanês Pinto dos Reis, de Ponta do Mangue, e Apolinário dos Santos Aguiar, de Cedro.

As festas realizadas em uma localidade, mas com a participação de pessoas de outras, também foram eventos que produziram casamentos, como aconteceu com Célia, de Bom Passar, e Silvério Neto, de Tratada dos Carlos, que se encontraram em festas na localidade dela e em Mirinzal; se conheceram e ela *fugiu* com ele. Foi também em festas que Pedro Diniz Cabral, de Tucuns, e Milagres, de Santo Inácio, se conheceram e depois casaram. As festas, nesse caso, funcionam como um importante espaço de relações no interior do qual se desenham os encontros afetivos, que se desdobram em novas uniões, consolidadas em casamentos.

De acordo com Prado (2007, p. 117),

Em consequência da distensão das fronteiras humanas é também o espaço físico que se amplia, pois a festa representa um “locus” de aproximação entre povoados, entre interior e capital, entre lugar de origem e destino, nos movimentos migratórios. Se se deseja empreender viagem para visitar pais, irmãos e parentes que ficaram na terra natal se escolhe, preferencialmente, as ocasiões de festas. Ela é o tempo em que o distante vira próximo, tanto no sentido espacial quanto no humano, pois além de reavivar laços antigos ela enseja novas alianças. De fato, a festa é o tempo de escolha do parceiro sexual: do namoro novo, do adultério possível, da transformação

da moça em mulher “solteira”. Sua realização provoca a transcendência dos limites habituais que separam os sexos em grupos distintos. Aqui, o que ocorre não é mais a formação dos bandos de moças ou rapazes, mas a constituição de pares sexuais. E o elemento que está na base desta operação, a dança.

As relações de parentesco, consanguíneas ou não, também contribuíram para a dispersão, como é o caso do Sr. Afonso e Dona Mariazinha, parentes consanguíneos que moravam em localidades próximas, e que depois do casamento, ele foi morar na localidade dela.

Encontros que resultaram em casamentos também foram produzidos por visitas regulares em localidades onde havia familiares, como o de Antonio Reis, de Tucuns, e Dona Sebastiana, de Bom Passar; e como o do Sr. Alberico, de Tratada dos Carlos, e Dona Priscilia, de Braço. Deslocamentos realizados por integrantes de unidades familiares também resultam em novas uniões, como ocorreu com o Sr. Bernardo, de Buritizal, e Dona Nazilda, que se conheceram em Caboclo, onde ela morava com a família.

Após o casamento, os casais costumavam morar um tempo com os pais de um dos cônjuges, ou com outros familiares até terem as condições de adquirir um local e construir sua própria unidade residencial. De acordo com D. Priscilia, de Tratada dos Carlos, “[...] antes, quando um filho ou filha casava era de costume morar um tempo com os pais dela ou dele, e depois o casal fazia sua casa, em terreno doado pelos pais dele ou dela, em um lugar perto da casa dos pais” (Conversa informal, em dezembro de 2015).

Para além da principal motivação da dispersão de parentes - o casamento -, houve outras motivações – acesso às políticas públicas, trabalho, adoção de filhos ou mesmo a separação de casais. O acesso às políticas públicas de saúde e educação exigia e exige constantes deslocamentos das localidades de origem para outras, às vezes, de alguns parentes, às vezes, de grupos familiares.

Problemas de saúde que exigiram tratamentos regulares, na ausência de assistência médica local, provocaram a necessidade de saída das localidades para outros municípios, como ocorreu com Inês, de Ponta do Mangue, que foi buscar tratamento no município de Bacabal.

A falta de disponibilidade de ensino fundamental ou médio nas próprias localidades promoveu e promove o deslocamento diário ou permanente de estudantes ou de grupos familiares para outras localidades, como em Cantinho e sede de Barreirinhas. Essa é uma situação vivida hoje, mas que é antiga, como ocorreu com os pais do Sr. Emídio, de Ponta do Mangue, que em 1962 foram para a sede de Barreirinhas para colocar os filhos na

escola. Ocorreu também com os pais do Sr. Bernardo, que tiveram de morar em Tucuns, depois de 15 anos em Buriti Amarelo, por causa da escola para os filhos. Depois, o Sr. Bernardo repetiu o que já tinha feito antes: saiu de Tucuns, comprou casa na sede de Barreirinhas, onde colocou seus filhos para estudar.

Situação exemplar dos constantes deslocamentos de grupos familiares provocados também pela ausência de escola pode ser demonstrada no relato do Sr. Bernardo, de Tucuns

Meu pai era filho do Bernadino Lauriano, que morava na Tratada de Cima, ele fez um lugar na Tratada [de Cima], no Buritizal, no Buriti Amarelo, mas ele residiu na Tratada [de Cima]. Lá meu pai casou em 1937, no dia de ano de 1937 meu pai casou. Minha primeira irmã nasceu em dezembro de 37 e eu nasci em julho de 1940, na Tratada [de Cima] também. Lá onde é a residência da Dona Maria, que é mãe do Manuel Brasil, mãe do Ivan [Cabral], lá que era a casa do meu avô. Depois disso ele foi pra o Buritizal, fez um sítio no Buritizal, assituô bem aqui nos Tucuns. Essa casa bem aqui, com uns pé de coco que ele plantou, bem aqui, aí meu pai ficou com isso aqui e daí fez Buriti Amarelo... Quando eu era pequeno, papai morou 15 anos lá, Buriti Amarelo, lá no sítio do meu avô, mas nós viemos pra cá por causa da escola, aí pra aprender fazer o nome, minha tia Sebastiana era professora ali onde é [a casa] do Bento. (Entrevista, em janeiro de 2015).

O deslocamento de grupos familiares para outros lugares também ocorreu pela busca de trabalho fora daquelas atividades tradicionalmente desenvolvidas pelas famílias da localidade de origem, como ocorreu com o Sr. Emídio e Dona Socorro, que saíram de Ponta de Mangue para morar em Atins, no período de 1979 a 1983, quando ele trabalhou como vigia de acampamento da Petrobrás³⁴. Ou ainda, de forma exemplar, a experiência vivida por Ângela, de Tratada dos Carlos. Professora contratada pela Prefeitura de Barreirinhas para lecionar em Tucuns desde 2011, durante a semana reside nessa localidade e aos finais de semana retorna para sua casa em Tratada dos Carlos. Em 2001, conseguiu uma vaga de professora em Buriti Amarelo. Ficou nessa localidade de 2001 até 2009. Nesse período, morava em Buritizal e trabalhava em Buriti Amarelo. Em 2009, voltou para Tratada dos Carlos e em 2010 foi morar na sede de Barreirinhas e trabalhou em Carnaubeira.

Outros grupos familiares se deslocaram para outras localidades porque alguns de seus integrantes foram trabalhar em atividades de limpeza pública ou prestando serviços como empregadas domésticas em residências na sede de Barreirinhas e em Cantinho.

A dispersão de parentes também ocorreu pela adoção de filhos. Famílias que moram em determinadas localidades, com ou sem filhos biológicos, adotaram crianças de casais de outras localidades com quem possuíam laços consanguíneos ou não. Assim ocorreu

³⁴ De acordo com a Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis (ANP, 2016), na década de 1980, a Petrobrás realizava o segundo ciclo exploratório da Bacia de Barreirinhas com perfuração de poços, aquisições geofísicas de métodos potenciais e sísmica terrestre e marinha.

com uma família de Ponta do Mangue, que adotou uma criança de Tratada dos Carlos, e uma família dessa localidade que adotou um adolescente de Varas.

A separação de casais também produziu dispersão de parentes. O cônjuge que foi morar na localidade do outro, após a separação, passou a morar em outra localidade, de origem ou não, às vezes, levando os filhos. Uma situação exemplar da dispersão de parentes por separação é o que ocorreu com a mãe de Nilza – Maria José Pereira Santos, de Tratada de Cima, que foi morar em Tratada dos Carlos quando se casou com o Sr. Benedito Aguiar. Quando se separaram e ela casou novamente com um homem de Bom Jardim, ela foi morar nessa localidade. O Sr. Benedito casou novamente com uma mulher de Atins, foi morar lá e depois se separou de novo. Agora ele mora em Mata Fome.

Além dessas motivações para a dispersão de parentes na região do Parque Nacional, houve aquelas específicas de determinadas localidades. Invernos mais rigorosos em Ponta do Mangue provocaram o desmoronamento de casas de alguns grupos familiares, o que resultou na necessidade de deslocamentos para outras localidades como Cantinho e sede de Barreirinhas. O cuidado com familiares idosos também propiciou o deslocamento de grupo familiar que morava em Ponta do Mangue, e que passou a viver em Baixa da Onça para cuidar de uma idosa de 80 anos. Conflitos entre famílias de Mirinzal e Tucuns provocaram a saída de uma família dessa última localidade para outra fora do Parque Nacional.

Esse processo de dispersão de parentes foi aprofundado ou reproduzido com a criação de parentes – irmãos, netos, primos, tios -, por familiares que já tinham se mudado para outras localidades. O Sr. Domingos Rodrigues de Aguiar, 70 anos, nasceu e viveu em Cedro até os 12 anos, depois foi morar em Ponta do Mangue com sua irmã, Inês, casada com Vitor. Nessa localidade, se casou com Maria Zila, tiveram 17 filhos e lá permanecem.

O pai do Sr. Zé Pulu criou uma neta em Tratada dos Carlos, cuja mãe morava em Baixa da Onça. Dona Maria de Nazaré Neves Silva, cujos pais eram de Buritizal e Tratada de Cima, foi criada por uma prima de sua mãe, de Buritizal, que morava em Tratada dos Carlos. Antonio José Martins, nascido em Coqueiro, foi criado desde os 03 meses de idade em Tratada dos Carlos pelo irmão de sua mãe, Bernardino Carlos e sua esposa.

O fenômeno da circulação de parentes também produziu a constituição de outra rede de relações ancorada no compadrio. Isso porque essa rede é configurada em grande parte pelos próprios parentes consanguíneos e por antigos vizinhos. Avós, pais, irmãos, tios e primos podem ser compadres, confirmando a ideia de que onde tem parentes, tem compadres. Assim, quando parentes se deslocam, a rede de compadrio também se move, ou quando compadres se separam, a rede também se amplia.

O compadrio se estabelece a partir de rituais vinculados ao batismo e à fogueira³⁵, ainda que haja uma predominância de compadrio por batismo ou consagração³⁶, o que implica a realização de algumas exigências da Igreja Católica – quem não é casado no religioso não pode ser padrinho. Compadres podem sê-lo duas vezes, e avós que criam netos podem também ser compadres dos padrinhos de seus netos.

De acordo com Arantes (2011, p. 77),

[...] the uniqueness of *compadrio* relations can only be determined when one considers them as a kind of moral contract between adults, that can be understood (1) in terms of the religious meaning of the rituals that establish them, (2) the previous statuses of the people involved as determined by the customary rules for choosing *compadres* (taking into account the kinship system, the social structure of and the values the peasants attached to them) and (3) the reciprocal expectations which they involve.

No contexto da territorialidade operada pelos grupos familiares na região do Parque Nacional dos Lençóis Maranhenses, a circulação de parentes e compadres apresenta estreita relação com uma hiperdinâmica da organização social das famílias em consonância ao modo como esses grupos se apropriaram, usaram, controlaram e se identificaram com esse amplo território que é hoje identificado como o Parque Nacional dos Lençóis, no interior do qual consolidaram complexas redes de relações ancoradas em regras próprias de uso dos recursos.

³⁵ O Batismo de fogueira é estabelecido entre pessoas por ocasião das festas juninas, nas quais se celebram Santo Antonio, São João e São Pedro.

³⁶ O compadrio por consagração é estabelecido após a realização do batismo, envolvendo outras pessoas para além dos padrinhos de batismo. Se a criança for homem terá um padrinho e se for mulher terá uma madrinha de consagração.

CAPÍTULO 3 – REGRAS DE APROPRIAÇÃO DOS RECURSOS

Caracterização ecológica e regras de apropriação

As regras de apropriação e uso dos recursos operadas pelos grupos familiares na região do Parque Nacional dos Lençóis Maranhenses estão relacionadas com as características ecológicas de sua base territorial. Assim, antes de examinar tais regras, é importante destacarmos os principais aspectos que compõem essa caracterização e que ajudam na compreensão da organização social das famílias nessa área.

O Parque Nacional dos Lençóis Maranhenses, localizado no Nordeste brasileiro, “[...] está inserido na região do litoral oriental maranhense, apresentando uma linha de costa regular e tendo parte de sua extensão coberta por uma vasta área de dunas de areia” (IBAMA, 2003, p. 5).

Nessa região do Parque Nacional,

[...] a velocidade dos ventos atinge média de 8,3m/s no período seco e 6,1m/s no período chuvoso, variando de vento regular a moderado. No período seco a velocidade do vento aumenta, podendo alcançar velocidades iguais ou superiores a 14,1m/s, caracterizando-se como ventos fortes (IBAMA, 2003, p.102).

A temperatura média nessa área é considerada alta, de acordo com o IBAMA (2003, p. 102),

Devido às proximidades do equador, a temperatura média anual é relativamente alta, atingindo cerca de 28,5°C com amplitude térmica média de 1,1°C, não havendo oscilações significantes. A influência dos alísios da circulação local contém, em média, 79,4% de umidade relativa do ar que, associado à grande quantidade de nebulosidade durante o ano todo, faz com que a temperatura em grande parte da costa maranhense seja amenizada. No período chuvoso (julho), a temperatura média é de 30°C e no período seco (novembro) é de 31°C, sugerindo a manutenção de temperaturas elevadas durante o ano todo. A umidade relativa do ar para o PNLN alcançou valor médio de 68,4% no período chuvoso e 67,2% no período seco.

Ainda de acordo com esse órgão ambiental, “[...] a parte oriental do litoral assume um caráter de transição para áreas mais secas com regime pluviométrico inferior a 1800mm. As áreas próximas ao PNLN apresentam índices pluviométricos anuais que variam de 1473mm a 1623mm” (IBAMA, 2003, p. 103). Particularmente, na região do Parque “[...] o ciclo anual das chuvas se caracteriza por apresentar os maiores índices pluviométricos registrados nos meses de março e abril com acentuado declínio nos meses subsequentes” (IBAMA, 2003, p. 103). Esses índices pluviométricos acentuados provocam

[...] alagamentos nas principais trilhas de acesso ao Parque, produzidas pelas chuvas que incidem na região, principalmente nos meses de março e abril, quando são registrados os maiores índices pluviométricos. Variações sazonais na precipitação pluviométrica exercem influência sobre a mobilidade dos sedimentos que, no período chuvoso, é reduzida em função do maior teor de umidade e menor velocidade dos ventos (IBAMA, 2003, p. 127).

O relevo do Parque Nacional dos Lençóis Maranhenses é “[...] suave a moderadamente ondulado, representado pelo extenso campo de dunas livres e fixas, lagoas, lagunas, praias e exuberantes manguezais” (IBAMA, 2003, p. 106-107).

Os solos encontrados na região do Parque “[...] caracterizam-se por areias quartzosas marinhas e indiscriminados de mangues” (IBAMA, 2003, p. 105), a hidrografia “[...] pela presença de rios, córregos, lagos, lagoas e lagunas” (IBAMA, 2003, p. 109) e a vegetação é composta por “[...] vegetação com influência marinha (restingas); vegetação de influência fluviomarinha (manguezal) e vegetação com influência fluvial (comunidades aluviais)” (IBAMA, 2003, p. 115).

A restinga é a “[...] vegetação predominante do Parque, representando 89,4%, enquanto os manguezais representam apenas 10,2% e as comunidades aluviais (matas ciliares), 0,4%” (IBAMA, 2003, p. 115).

A existência dessa diversidade de vegetação na região do Parque tem relação direta com a intensa dinâmica sedimentar dessa área o que, por sua vez, implica em modificações constantes na paisagem. De acordo com Feitosa (2015, p. 33),

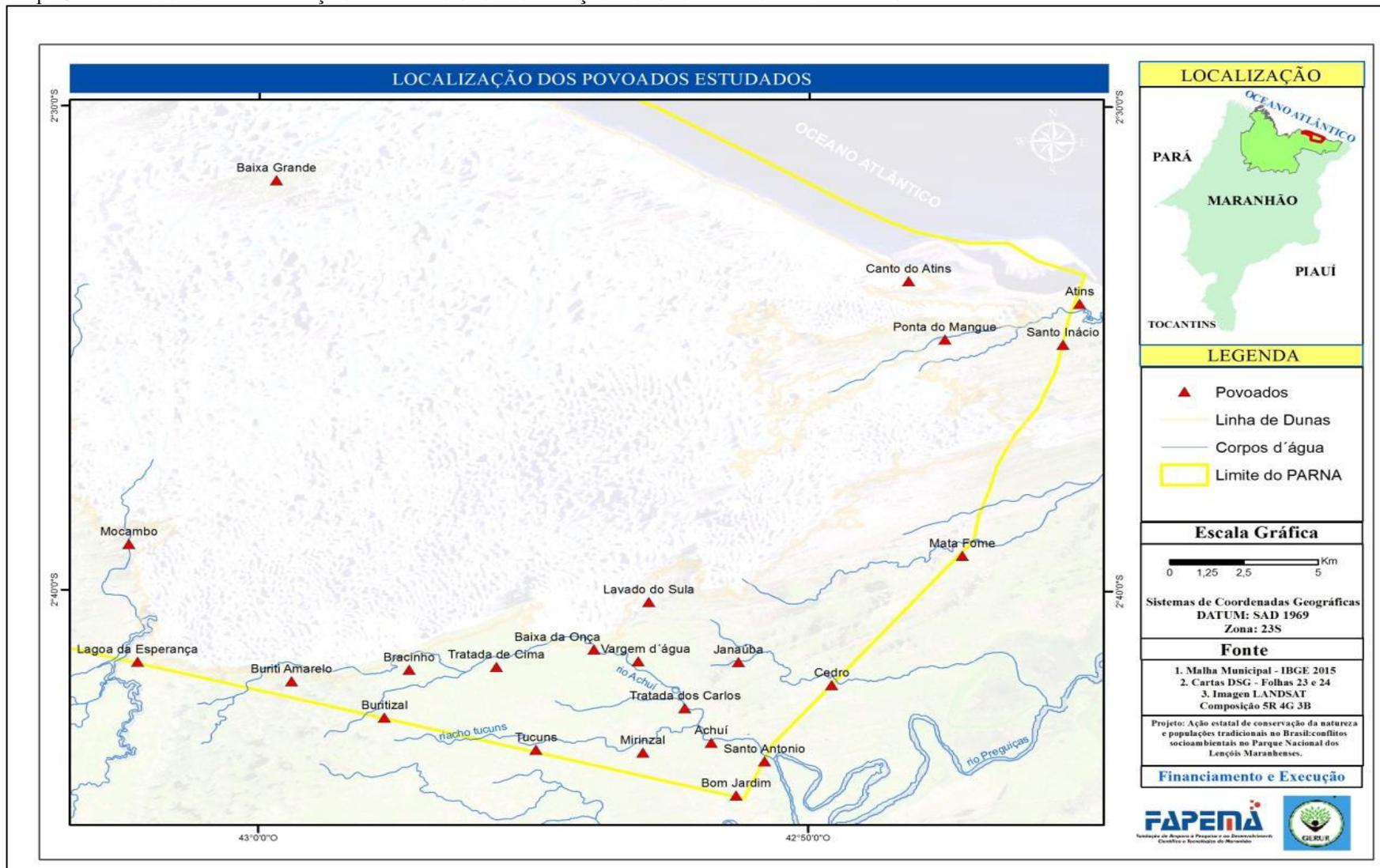
A intensa dinâmica sedimentar condiciona intensa dinâmica à paisagem e alta fragilidade das feições topográficas, dificultando o estabelecimento ou a permanência das formações vegetais da região dos Lençóis Maranhenses. Em consequência, as coberturas vegetais de padrão arbustivo, remanescentes de períodos climáticos mais úmidos, restam nas zonas externas às dunas móveis, com alguns bosques de padrão arbustivo-arbóreo nas margens dos cursos d’água e de lagoas perenes. Nas planícies de deflação eólica, proliferam formações de gramíneas que servem ao pastoreio dos animais criados pelos moradores do entorno do campo de dunas.

Ainda de acordo com Feitosa (2015, p. 36), “[...] nas extremidades leste, sul e oeste, a cobertura vegetal alterna bosques de formações arbustivas sobre as superfícies arenosas e herbáceas nas áreas baixas e alagadas, predominando formações de dunas e restingas”.

Próximos a essas áreas estão situados inúmeros grupos familiares há mais de cinco gerações. Tais grupos, a partir de formas específicas de interação com esse ambiente extremamente dinâmico, desenvolveram e consolidaram sistemas de conhecimento que

permitiram que desenvolvessem suas atividades econômicas em consonância com os efeitos da sazonalidade e das mudanças na paisagem.

Mapa 8 – Perímetro do PARNA Lençóis Maranhenses com localização das 23 localidades de Barreirinhas.



Fonte GERUR/FAPEMA: Elaborado por Ulisses Denache a partir de informações de trabalho de campo da autora.

De acordo com o Mapa 8, em Barreirinhas, os grupos familiares estão distribuídos ao leste e ao sul do perímetro do Parque Nacional, em áreas denominadas localmente de *região das praias* e *região das areias*, respectivamente. Estão situadas nas bordas do campo de dunas, em regiões com vegetação classificadas no Plano de Manejo do PARNA Lençóis Maranhenses como de influência marinha, fluviomarinha e fluvial (IBAMA, 2003).

São 23 localidades onde as famílias realizam, de forma combinada, atividades como agricultura, pesca, extrativismo, artesanato, criação de animais, dentre outras. Dependendo da região na qual estejam situados e dos recursos disponíveis nessas zonas, algumas dessas atividades são mais realizadas que outras.

A *região das praias*, localizada ao leste do perímetro do Parque, mais próxima de praias e do campo de dunas e com maior disponibilidade de recursos hídricos, é composta por localidades como Santo Inácio, Ponta do Mangue, Atins, Canto do Atins e Baixa Grande, estas no interior do Parque e outras fora, como Mandacaru, Bar da Hora, Passa Bem e Canto do Cercado.

A *região das areias*, localizada ao sul e ao oeste do perímetro do PARNA Lençóis Maranhenses e mais distante do litoral e do campo de dunas, é composta por um número maior de localidades como Mata Fome, Janaúba, Tratada dos Carlos, Tratada de Cima, Achuí, Santo Antonio, Bom Jardim, Mocambo, Buritizal, Buriti Amarelo, Bracinho, Tucuns, Mirinzal, Lagoa da Esperança, Vargem D'água, Baixa da Onça e Lavado do Sula, todas dentro do Parque, enquanto que outras localidades como Sucuruju, Massangano e Caboclo se encontram fora do Parque.

Nas localidades da *região das praias*, embora as famílias desenvolvam a agricultura, a criação de animais, o artesanato e o extrativismo, a pesca é a atividade mais referenciada pelos grupos familiares. Nas localidades situadas na *região das areias*, os grupos familiares apontam a agricultura e a criação de animais como sendo as atividades principais, além de desenvolverem outras atividades como a pesca, o extrativismo e a produção de artesanato.

Essa forma de classificação em duas grandes regiões, portanto, não é apenas geográfica. Está relacionada à própria caracterização ecológica e à forma como os grupos familiares se organizam socialmente para desenvolver suas atividades econômicas. Portanto, há nelas um conjunto de práticas operadas pelas famílias que orienta o uso e manejo dos recursos de distintos ambientes, como se pode depreender a partir de dados relativos ao número de associados de Ponta do Mangue, Tratada dos Carlos e Tucuns à organização representativa de categoria de trabalhadores.

Quadro 8 – Atividades Realizadas por Regiões e Vinculação a Entidades de Classe

Localidades	Região de Localização	Atividades Desenvolvidas	Nº de Associados STTR	Nº de associados Colônia de Pescadores
Tratada dos Carlos	Região das Areias	Pesca, agricultura, criação de animais, extrativismo e artesanato	51	04
Tucuns	Região das Areias	Pesca, agricultura, criação de animais, extrativismo e artesanato	20	-
Ponta do Mangue	Região das Praias	Pesca, agricultura, criação de animais, extrativismo e artesanato	06	43

Fonte: Elaborado pela autora a partir dos dados coletados em trabalho de campo (2017).

Os dados acima indicam o desenvolvimento combinado de diversas atividades pelas famílias, mas com a predominância de alguma delas. Nesse caso específico, o maior número de associados no STTR indica a agricultura como a atividade mais referenciada, assim como o maior número de associados na Colônia de Pescadores indica a pesca como principal atividade desenvolvida pelas famílias. A existência de associados no STTR em localidade da *região das praias*, como em Ponta do Mangue, e associados na Colônia de Pescadores em localidade da *região das areias*, como em Tratada dos Carlos justifica-se pelo fato desses associados serem oriundos de localidades em que a agricultura e a pesca, respectivamente, são as principais atividades desenvolvidas, e pelo fato de terem mudado de residência após o casamento.

Além da existência de práticas operadas pelos grupos familiares, há particularidades também nessa forma de classificação em duas grandes regiões.

Em localidades situadas na *região das praias*, como em Ponta do Mangue, onde a velocidade do vento e a dinâmica sedimentar são sentidas com maior intensidade, no período de inverno a formação de lagoas, poços e rios provoca o alagamento de estradas e a inundação de casas. As famílias são obrigadas a mudar suas casas para locais geralmente mais altos em relação ao terreno anterior, e quando precisam se deslocar até a sede de Barreirinhas caminham até a localidade Canto do Atins para pegar o transporte.

Assim como poucas chuvas de maior intensidade podem acumular águas em córregos e rios em volume suficiente que permitam banhos em frente das casas, como ocorre com a de Dona Maria do Celso, a ausência de chuvas e sol forte em um período de aproximadamente três dias pode baixar rapidamente as águas concentradas pelas chuvas.

As modificações na paisagem de Ponta do Mangue são lembradas por um dos antigos moradores da localidade. De acordo com o Sr. Celso, há 60 anos não existiam dunas de Atins até Ponta do Mangue. Nessa área, existiam campos e muito pasto para os inúmeros animais criados pelas famílias. O rio em frente à sua casa, formado com as águas de chuva de

maio de 2016, passava a aproximadamente 2km de distância. As casas da localidade eram situadas na frente da casa da Sra. Luzia e do Sr. Antonio, em Canto do Atins. A praia onde realizavam a pesca ficava acerca de 1 km de distância das casas e era chamada de Praia da Ponta do Manguê.

Canto do Atins também não era no lugar em que hoje se encontra. De acordo com o Sr. Celso, essa localidade situava-se na atual Vargem do Atins, a uma hora de caminhada das barracas de pesca até a praia; “hoje, a distância cresceu”, disse ele.

As modificações na paisagem das localidades não são particularidades daquelas situadas na *região das praias*. Em localidades da *região das areias*, como Baixa da Onça e Tratada dos Carlos, os efeitos da intensa dinâmica sedimentar são identificados pelas famílias por meio de soterramento do rio Achuí, que atravessa tais localidades.

Segundo o Sr. Zé Pulu, esse rio, em invernos de 30 anos atrás, enchia tanto que nenhum animal com carga passava. Faziam uma ponte com o tronco de buritizeiro para atravessar ou passavam por cima de galhos de guajiru, uma fruta nativa. A movimentação das dunas há cerca de 40 anos reduziu consideravelmente a margem do rio em Baixa da Onça, e só há 30 anos veio a atingir o Rio Achuí e o Rio Preguiças. Na foto a seguir apresentada, é possível identificar a copa de um buritizeiro que foi praticamente soterrado pela duna, e observar o aterramento do rio.



Duna soterrando o Rio Achuí, em Baixa da Onça. Foto: Roseane Dias, em 19 de dezembro de 2015.

Há trechos do rio Achuí, como o mostrado nessa foto, em que a largura do leito mede aproximadamente três a quatro metros. De acordo com o Sr. Ribamar, antes da

movimentação da duna por ação dos ventos, o rio tinha 12 *braças*³⁷ de profundidade; hoje, alcança somente 5 *braças*. Ainda segundo o Sr. Ribamar, independentemente do inverno ser bom ou não a duna vai avançar sobre o rio Achuí.

A movimentação das dunas provoca não só o aterramento progressivo do rio Achuí, mas também o da vegetação nativa como cajuí, murici, guajiru, mirim e buriti, que pode ser observado por meio de troncos dessas vegetações nas dunas, o que indica a constante mudança na paisagem, obrigando as famílias a se adaptarem a tais alterações.

Caminhos, lagoas e áreas de criação de animais também são aterrados e desaparecem. Um exemplo desse movimento progressivo é o caso de Dona Ribamar, da localidade Baixa da Onça. As dunas avançaram sobre sua casa, a única dessa localidade. De acordo com Dona Antonia, sua filha, que atualmente mora com ela, esse avanço teria sido algo em torno de 200m que eram usados antigamente pela família. É justamente nesse espaço extremamente dinâmico e sujeito a constantes mudanças que grupos familiares vão construindo formas específicas de apropriação e uso dos recursos disponíveis nos diversos ambientes do Parque Nacional dos Lençóis Maranhenses.

Essa dinâmica pode ser pensada a partir do que Little (2006) chama de inter-relações, que se estabelecem entre os grupos humanos e seus respectivos ambientes biofísicos. Homens e natureza são compreendidos em sua relação, e não separados, apartados, como se fossem duas dimensões incomunicáveis. Segundo Little (2006, p. 85-103), entre o mundo biofísico (a natureza) e o mundo social (a cultura) há um “[...] relacionamento dinâmico e interdependente, [o que para ele implica, dentre outras tarefas, a de] eliminar de vez a distinção entre natureza e cultura”.

Nesses termos, só é possível pensar o Parque Nacional dos Lençóis Maranhenses, relacionando elementos biofísicos e sociais, considerando a relação de interdependência entre o que Little (2006, p. 90) chamou de “principais forças biofísicas”, relacionadas à geologia, fauna, flora, recursos e fluxos hídricos da região, junto com as “principais atividades humanas”, referidas ao conjunto de atividades produtivas, a infraestrutura de transporte e comunicação instalada na região. É da interação entre tais aspectos (forças biofísicas e atividades humanas), afirma Little (2006), que resultam as realidades socioambientais. Portanto, as relações sociais, culturais, ambientais e territoriais existentes no Parque Nacional dos Lençóis Maranhenses devem ser compreendidas como resultantes desse processo de interação.

³⁷ Braça é uma unidade de medida usada pelas famílias para se referir à profundidade, nesse caso, do rio. Equivale a 2,20m.

Tomar essa perspectiva como referência implica também pensar a noção de natureza como algo que é construído tanto de elementos ditos naturais, a exemplo da ação dos ventos e marés sobre os deslocamentos de dunas, quanto da intervenção humana, por meio de processos de produção dos meios de reprodução social dos grupos familiares que vivem no perímetro do Parque Nacional.

Nesse sentido, mesmo enfrentando as adversidades impostas pelas forças biofísicas (LITTLE, 2006), os recursos existentes nessa região – lagoas, lagunas, praias, rios, córregos, vegetação, solos – foram historicamente apropriados e usados pelos grupos familiares para o desenvolvimento de suas atividades.

Distintas formas de apropriação de espaços para residência e trabalho foram produzidas pelas famílias. Uma dessas formas refere-se à compra e venda estabelecida entre duas famílias, ainda que sem documentos que oficializem a transação. Outra forma bastante encontrada refere-se às doações feitas pelos pais aos filhos, consanguíneos ou não, geralmente quando estes se casam. E uma terceira forma identificada de apropriação diz respeito ao uso regular que o grupo familiar faz de uma determinada área para desenvolver alguma atividade econômica como, por exemplo, a agricultura. Nesse caso, quando essa área deixa de ser usada pela família por muito tempo outra pode usá-la. Ou quando usada historicamente por um grupo familiar, pode ser herdado, conforme informou Ezequias, de Ponta do Mangue. Sua casa está situada numa área de *capoeira* que foi do seu avô paterno, depois do seu pai e agora é sua.

Assim, cada família foi construindo nos ambientes os seus limites de uso, que não necessariamente precisam ser demarcados fisicamente, mas ainda assim são reconhecidos pelos demais grupos familiares. Se estes precisarem usar aquela área, necessitarão pedir autorização para a família que detém o direito de uso. O relato do Sr. Zé Pulu, de Tratada dos Carlos, exemplifica essa forma particular de apropriação dos recursos.

Cada morador respeitava a frente e fundo de cada um do povoado. Cada morador tinha seus limites. Se um morador identificasse uma ponta de mato boa na frente ou no fundo do outro morador, ele tinha que pedir para o proprietário e este podia fazer um acordo, negociação, como por exemplo, podia fazer a roça, mas o plantio de castanha de caju era o proprietário que fazia. Se não tivesse essa consideração, esse respeito, o proprietário da frente ou do fundo usado por aquele que desrespeitou, ia lá e suspendia os trabalhos, era suspenso a foice, como se dizia. Hoje, esse respeito diminuiu. Agora o IBAMA diz que é o dono. Pra fazer roça eles dizem que é para pedir autorização pra eles! (Conversa informal, em dezembro de 2015).

De acordo com o relato acima, frente e fundo referem-se aos limites construídos pelos grupos familiares de suas áreas de trabalho, a partir dos usos que fazem dos recursos.

Trata-se de uma regra de uso que implicava o respeito ou sanções, se descumprida.

Essa forma específica de apropriação de recursos pode ser praticada também em relação a ambientes utilizados pelas famílias para o desenvolvimento da pesca e da criação de animais.

As praias são ambientes que pescadores de quaisquer localidades, dentro e fora do perímetro do Parque Nacional, podem utilizar, individualmente ou em grupos, como já foi dito anteriormente. Para permanecerem pescando por mais de um dia, grupos de pescadores constroem barracas que servem como local de descanso, mas também de refeições. Essas barracas são situadas em frente à faixa de praia onde costumam pescar. Não há limites físicos demarcando áreas de pesca de cada grupo. Existe, entretanto, o reconhecimento dessas demarcações por parte deles. Nesse sentido, cada grupo sabe em quais praias os demais pescam.

Também na criação de animais as formas de apropriação dos recursos ocorrem pelo uso que se faz deles. Ambientes e recursos de uma localidade podem ser usados por famílias de outras localidades, como informou o Sr. Emídio, de Ponta Mangue, que tem criação de animais na praia do Canto do Atins.

Essa forma de apropriação, que pode ser compreendida como regime de propriedade comum (MCKEAN; OSTROM, 2001), não vincula reconhecimento legal com direito de uso dos recursos, como dito anteriormente. É o uso que se faz dos recursos que atribui o reconhecimento do direito, ou seja, é o uso que fazem de recursos como lagoas, *vargens* e áreas de implantação de roçados que resulta no reconhecimento de direito pelos demais grupos familiares, de dentro e de fora das localidades. Nesse contexto, é também pela ausência de uso de um recurso por um determinado tempo que outro grupo familiar pode exercer o mesmo direito de uso.

Nessa perspectiva, foi verificada em algumas localidades, como Ponta do Mangue, Canto do Atins e Lagoa da Esperança a prática de manejo de alevinos em lagoas. O grupo familiar que usa mais frequentemente a lagoa coloca os alevinos nesse ambiente em fevereiro, e a partir de julho começam a pescar os peixes. Em Canto do Atins, os alevinos são retirados de *vargens* e colocados em lagoas em abril, para serem pescados em outubro.

Nessa forma de apropriação e uso dos recursos há sinalização de um sentido de preservação ambiental ou de preocupações que podem ser relacionadas ao que Lima e Pozzobon (2005, s/p) chamaram de sustentabilidade ecológica, entendida como “[...] a capacidade de uma dada população de ocupar uma determinada área e explorar seus recursos naturais sem ameaçar, ao longo do tempo, a integridade ecológica do meio ambiente”.

Na extração do *olho* do buritizeiro, preocupações dessa ordem têm orientado o uso operado pelas famílias. Assim, deve ser feita de três em três meses e durante as *luadas*; o linho tirado na lua nova é considerado bom; o linho tirado na lua minguante *sai rasgado*. D. Nazaré, de Tratada dos Carlos, enfatizou esse aspecto como fundamental para a manutenção do buritizeiro:

É só um e é por lua... Por lua, uma lua na outra. Como bem, se eu tirar agora lua cheia... Aí ele só vai ter outro na outra lua cheia, que ele vai sair outro. E aí ninguém pode tirar, toda lua ninguém pode tirar porque senão ele morre, fica sem as palhas... Aí a gente tira, aí deixa passar dois sem a gente tirar que é pra abrir as palhas (Entrevista, em dezembro de 2014).

Na mesma direção, o Sr. Vanja, de Ponta do Mangue, destacou a preocupação com a pesca nas lagoas no tempo certo, do contrário, a reprodução dos peixes e a própria pesca estarão comprometidas. É o que tem acontecido ultimamente nas lagoas de sua localidade por meio da pesca realizada por moradores de outras - “tem gente que não procura pegar no tempo, a gente, aqui, não pesca na água doce antes do tempo, só no tempo, mas o pessoal do interior que vem...” (Entrevista, em setembro de 2015). O pessoal do interior a que se refere o Sr. Vanja vem de Tratada dos Carlos

[...] eles invadem mesmo e pescam, e nós não, às vezes quando nós vamos já tem é pescado muitas vezes [...] É, que acaba um pouco deixando o tempo, às vezes, essa água não tem nem cortado [...] aí, os peixe se muda pra outro lugar, aí quando a gente vai, não acha mais e vai se acabando. (Entrevista, em setembro de 2015).

Em Tucuns, a preocupação com o manejo sustentável se articula com a defesa dos recursos para as próprias famílias da localidade. Diante da diminuição de caça na região, ainda que se encontrem animais como peba, jacu, cutia, paca, veado, aracuã, siricora, mambira e preguiça, as famílias desconfiam que pessoas de localidades vizinhas como Bom Jardim, Mangueira e Carnaubeira cacem à noite em Tucuns. Esse tipo de prática não é vista como correta “porque diminui a caça, que numa hora pode servir para os de Tucuns e eles acabam”.

Tanto as preocupações do Sr. Vanja, em Ponta do Mangue, como as do Sr. Antonio Reis, em Tucuns, podem ser associadas ao que Alier (2015) caracteriza como Ecologismo dos Pobres, isto é, a proteção ambiental dos recursos como fator de condição para a subsistência.

Essa forma de manejo está relacionada com a forma de uso dos próprios recursos pelos grupos familiares, que combina uso comum e apropriação privada familiar.

Uso comum e apropriação privada familiar dos recursos

As formas de apropriação dos recursos pelas famílias que vivem no Parque Nacional dos Lençóis Maranhenses pensadas a partir de regimes de propriedade comum (MCKEAN; OSTROM, 2001) estão vinculadas às formas de uso comum produzidas por elas.

O uso comum dos recursos encontrados em distintos ambientes não significa que são abertos a qualquer pessoa, mas àquelas que fazem parte de um conjunto de relações estabelecidas por um determinado grupo de famílias, a exemplo das relações de parentesco e compadrio.

A partir de regras estabelecidas, manejam os recursos disponíveis em ambientes como lagoas, rios, *praias*, *lavados*, áreas de extrativismo e de agricultura, sendo que o resultado da produção oriunda dessas atividades é de apropriação privada familiar.

Nesse contexto, princípios de solidariedade são praticados por meio da troca de dia de trabalho no desenvolvimento de diversas atividades, sendo muito comum em atividades agrícolas, mas não se restringindo apenas a elas, mas também na implantação de roças, na construção ou reforma de casas, no beneficiamento da castanha e na limpeza de cajuais.

Nesse sistema de trabalho, um grupo familiar convida membros de outros³⁸ para trocar dia de trabalho em alguma etapa do ciclo agrícola, como a roçagem, cercamento da área, plantio, colheita, produção da farinha. Quem convida, que também pode ser chamado de *patrão*, providencia a merenda, a água e o almoço do grupo.

Quem convidou fica com a obrigação de trabalhar um dia para cada convidado. Pode ser logo ou um tempo depois; “às vezes, passa um ano”, afirmou o Sr. Antonio Reis, de Tucuns. Ainda de acordo com seu Antonio, antigamente, levar água e garantir o almoço de todos era obrigação do *patrão*. Hoje é um pouco diferente. Muitos não querem custear tudo. Assim, os convidados acabam levando sua água e almoçam em sua própria casa. Caso um dos convidados leve água ou queira almoçar em casa, o *patrão*, quando for chamado a pagar o dia de trabalho em retribuição a outro, também deverá levar sua água e almoçar por sua conta.

Formas de reciprocidade podem ser verificadas nas diversas etapas da implantação de roçados. Inicialmente, os grupos familiares escolhem a área para implantar o roçado. Essa escolha depende do tipo de *mato*, que deve ser mais velho, fechado. Como comenta seu Coroca, de Tratada dos Carlos, “se for bom, é possível fazer até três roças na mesma área”.

³⁸ Os convidados podem ser amigos, vizinhos, compadres ou parentes da própria localidade ou de outra.

Em seguida, fazem a *roçagem*, retirando o *mato* existente na área. Essa limpeza pode ser feita tanto por meio do corte do *mato* ali existente, quanto por meio de fogo. Essa etapa do trabalho pode ser feita por parentes, compadres ou vizinhos, que se reúnem para fazer a limpeza. Depois de *roçada*, a área é cercada por cada grupo envolvido, conforme afirmou o Sr. Afonso: “como dentro da grande área havia a divisão das áreas de roças de cada um, cada pessoa fazia sua própria cerca, o que diminuía o trabalho de cada um”.

O tamanho da área cultivada, que pode variar de 1 a 4 *linhas*³⁹, tem relação direta com a quantidade de membros da família, o que pode indicar maior ou menor capacidade de cultivo, ou ainda, com as condições financeiras da família.

Com a área cercada, cada grupo familiar inicia seus plantios. Primeiro, o plantio da maniva e milho, e depois das outras culturas, como o feijão, abóbora, melancia, quiabo, maxixe, jerimum. O relato do Sr. Afonso mostra aspectos considerados nessa etapa do trabalho

[...] os plantios eram realizados geralmente no mês de janeiro, dependendo da chegada das chuvas, ou seja, se chovesse mais cedo, em dezembro, se plantava ainda nesse mês; mas, se chovesse apenas em janeiro, era nesse período que se plantava a maniva e o milho e a partir de fevereiro se plantava feijão. Esse período de plantio do feijão não pode ter muitas chuvas. O feijão, se ele desse mais cedo, com muita chuva ainda era arriscado apodrecer, por causa da chuva, que não tinha sol pra enxugar! (Entrevista, em agosto de 2014).

Em março se colhe feijão e milho e se faz a primeira capina/limpeza, em junho a segunda limpeza, quando o inverno acaba. Em dezembro, quando inicia o inverno, se faz a terceira capina. Em junho do ano seguinte se tira a mandioca, e em julho se faz a farinha.

Quanto à roça de *sununga* ou *São Miguel*, ao contrário da roça de inverno, os grupos familiares envolvidos escolhem o *mato* mais novo, e roçam em março e abril, queimam e depois plantam a *maniva* em maio⁴⁰. Em julho é realizada a primeira capina, a segunda em janeiro e a terceira em maio. Em junho tiram a mandioca e em julho fazem a farinha.

Em Tratada dos Carlos são desenvolvidas as seguintes atividades econômicas: agricultura, pesca, pecuária, extrativismo e artesanato. De acordo com informações de famílias, foi montado o calendário abaixo demonstrando a distribuição das atividades desenvolvidas pelas famílias de Tratada dos Carlos durante os meses dos anos.

³⁹ *Linha* é a unidade de medida usada pelas famílias para se referirem às áreas de implantação de roçados. Uma *linha* equivale a três hectares.

⁴⁰ Na roça de verão o plantio pode ser feito até agosto, dependendo das chuvas.

Quadro 9 - Calendário/Meses/Atividades Desenvolvidas pelas Famílias de Tratada dos Carlos

MESES	ANO 1	ANO 2	ANO 3	ANO 4
Janeiro		Roça de Janeiro - plantio de maniva, milho. Pesca na beira da praia. Produção de artesanato.	Roça de Janeiro - 3ª capina Roça de sununga/São Miguel - 2ª capina. Produção de artesanato. Pesca na beira da praia.	Roça de sununga/São Miguel - 4ª capina Produção de artesanato. Pesca na beira da praia.
Fevereiro		Roça de Janeiro - plantio de feijão Pesca na beira da praia.	Pesca na beira da praia.	Pesca na beira da praia.
Março		Roça de Janeiro - plantio de feijão e 1ª capina. Pesca em alto mar e na beira da praia. Produção de artesanato.	Produção de artesanato. Pesca na beira da praia e em alto mar.	Produção de artesanato. Pesca na beira da praia e em alto mar.
Abril		Roça de Janeiro - 1ª capina. Roça de sununga/São Miguel - roçagem. Pesca em alto mar e na beira da praia.	Pesca na beira da praia e em alto mar.	Pesca na beira da praia e em alto mar.
Maiο		Roça de sununga/São Miguel - plantio de maniva e melancia. Limpeza de cajual. Pesca em alto mar e na beira da praia. Produção de artesanato.	Roça de sununga/São Miguel - plantio da maniva e melancia. Produção de artesanato. Limpeza do cajual. Pesca em alto mar e na beira da praia.	Produção de artesanato. Limpeza do cajual. Pesca em alto mar e na beira da praia.
Junho		Roça de Janeiro - 2ª capina Limpeza de cajual. Pesca em alto mar e beira da praia.	Roça de Janeiro - colheita da mandioca e início da farinha. Roça de sununga/São Miguel - 3ª capina. Limpeza do cajual. Pesca em alto mar e na beira da praia.	Roça de sununga/São Miguel - colheita da mandioca e início da farinha. Limpeza do cajual. Pesca em alto mar e na beira da praia.
Julho		Pesca nas lagoas, beira da praia e alto mar. Limpeza de cajual. Produção de artesanato.	Roça de Janeiro - colheita da mandioca e farinha. Produção de artesanato. Limpeza do cajual. Pesca nas lagoas, alto mar e beira da praia.	Roça de sununga/São Miguel - colheita da mandioca e farinha. Produção de artesanato. Limpeza do cajual. Pesca em alto mar, beira da praia e lagoas.
Agosto		Roça de sununga/São Miguel - 1ª capina. Limpeza de cajual. Pesca em lagoas e na beira da praia, menos.	Roça de Janeiro - farinha. Limpeza de cajual. Pesca nas lagoas e beira da praia.	Roça de sununga/São Miguel - farinha. Limpeza do cajual. Pesca nas lagoas e beira da praia.
Setembro		Roça de sununga/São Miguel - 1ª capina. Pesca nas lagoas. Produção de artesanato.	Produção de artesanato. Pesca nas lagoas.	
Outubro		Pesca nas lagoas.	Pesca nas lagoas.	
Novembro	Roça de Janeiro - roçagem	Produção de artesanato.	Produção de artesanato.	
Dezembro	Roça de Janeiro - roçagem, fogo e plantio da castanha (31 de dez para 1º de jan).	Roça de Janeiro - 3ª capina		

Fonte: Elaborado pela autora a partir das informações do trabalho de campo em Tratada dos Carlos, em janeiro de 2015.

De acordo com o Sr. Zé Pulu, é melhor que o plantio da castanha do caju seja realizado na roça de janeiro. Julho a outubro é o melhor período para fazer a pesca nas lagoas. Maio a agosto é o melhor tempo para fazer a limpeza nos cajuais. No período de junho a agosto realizam as chamadas *farinhadas* das roças de janeiro e de sununga/São Miguel. Dependendo do inverno, o plantio da roça de sununga/São Miguel pode ocorrer em julho. No período de janeiro a abril não há produção de farinha, mas de milho e feijão, então, nesse período, se intensifica a atividade de pesca.

Ainda de acordo com o Sr. Zé Pulu, é possível que com dois anos já existam cajueiros produzindo caju, mas no quarto ano todo o cajual já se encontra plenamente desenvolvido e com boa produção. O período que denominam de *flora* e de pleno desenvolvimento do caju é entre julho e agosto. Outubro e novembro é a safra do caju, começa a diminuir a produção. A colheita da castanha começa quando o cajueiro começa a produzir o caju. Por vezes, realizam até três *catas*, que é como denominam a colheita, segundo o Sr. Zé Pulu. A limpeza no cajual pode ser feita em qualquer mês do ano.

Em Tucuns, as famílias desenvolvem atividades semelhantes, mas com algumas particularidades: não fazem roça de verão porque as condições de solo arenoso, com altas temperaturas não permitem o cultivo de produtos como a mandioca, o feijão e o milho, como veremos a seguir, no quadro abaixo:

Quadro 10 - Calendário de atividades desenvolvidas pelas famílias de Tucuns

Meses	Ano 1	Ano 2	Ano 3	Ano 4	Ano 5	Ano 6	Ano 7
Jan	Bovinos, caprinos e suínos estão em Tucuns; Coleta e venda murici na sede de Barreirinhas; Pesca em praias como Guajiru, Bonzinho e Baixo;	Plantio mandioca, milho, feijão, caju Bovinos, caprinos e suínos estão em Tucuns; Coleta e venda murici na sede de Barreirinhas; Alguns moradores pescam em praias como Guajiru, Bonzinho e Baixo;	Bovinos, caprinos e suínos estão em Tucuns; Coleta e venda murici na sede de Barreirinhas; Pesca em praias como Guajiru, Bonzinho e Baixo;	Plantio mandioca, milho, feijão, caju; Bovinos, caprinos e suínos estão em Tucuns; Coleta e venda murici na sede de Barreirinhas; Pesca em praias como Guajiru, Bonzinho e Baixo;	Bovinos, caprinos e suínos estão em Tucuns; Coleta e venda murici na sede de Barreirinhas; Pesca em praias como Guajiru, Bonzinho e Baixo;	Bovinos, caprinos e suínos estão em Tucuns; Coleta e venda murici na sede de Barreirinhas; Pesca em praias como Guajiru, Bonzinho e Baixo;	Venda de castanha Bovinos, caprinos e suínos estão em Tucuns; Coleta e venda murici na sede de Barreirinhas; Pesca em praias como Guajiru, Bonzinho e Baixo;
Fev	Bovinos, caprinos e suínos estão em Tucuns; Coleta e venda murici na sede de Barreirinhas; Pesca em praias como Guajiru, Bonzinho e Baixo;	Bovinos, caprinos e suínos estão em Tucuns; Coleta e venda murici na sede de Barreirinhas; Pesca em praias como Guajiru, Bonzinho e Baixo;	Bovinos, caprinos e suínos estão em Tucuns; Coleta e venda murici na sede de Barreirinhas; Pesca em praias como Guajiru, Bonzinho e Baixo;	Bovinos, caprinos e suínos estão em Tucuns; Coleta e venda murici na sede de Barreirinhas; Pesca em praias como Guajiru, Bonzinho e Baixo;	Bovinos, caprinos e suínos estão em Tucuns; Coleta e venda murici na sede de Barreirinhas; Pesca em praias como Guajiru, Bonzinho e Baixo;	Bovinos, caprinos e suínos estão em Tucuns; Coleta e venda murici na sede de Barreirinhas; Pesca em praias como Guajiru, Bonzinho e Baixo;	Venda de castanha Bovinos, caprinos e suínos estão em Tucuns; Coleta e venda murici na sede de Barreirinhas; Pesca em praias como Guajiru, Bonzinho e Baixo;
Mar	Bovinos, caprinos e suínos estão em Tucuns; Pesca em praias como Guajiru, Bonzinho e Baixo;	Bovinos, caprinos e suínos estão em Tucuns; Pesca em praias como Guajiru, Bonzinho e Baixo;	Segunda capina na roça Bovinos, caprinos e suínos estão em Tucuns; Pesca em praias como Guajiru, Bonzinho e Baixo;	Bovinos, caprinos e suínos estão em Tucuns; Pesca em praias como Guajiru, Bonzinho e Baixo;	Segunda capina na roça Bovinos, caprinos e suínos estão em Tucuns; Pesca em praias como Guajiru, Bonzinho e Baixo;	Bovinos, caprinos e suínos estão em Tucuns; Pesca em praias como Guajiru, Bonzinho e Baixo;	Segunda capina na roça Venda castanha Bovinos, caprinos e suínos estão em Tucuns; Pesca em praias como Guajiru, Bonzinho e Baixo;

Meses	Ano 1	Ano 2	Ano 3	Ano 4	Ano 5	Ano 6	Ano 7
Abr	Bovinos, caprinos e suínos estão em Tucuns; Coleta e venda murici na sede de Barreirinhas; Pesca em praias como Guajiru, Bonzinho e Baixo;	Primeira capina na roça Bovinos, caprinos e suínos estão em Tucuns; Coleta e venda murici na sede de Barreirinhas; Pesca em praias como Guajiru, Bonzinho e Baixo;	Bovinos, caprinos e suínos estão em Tucuns; Coleta e venda murici na sede de Barreirinhas; Pesca em praias como Guajiru, Bonzinho e Baixo;	Primeira capina na roça Bovinos, caprinos e suínos estão em Tucuns; Coleta e venda murici na sede de Barreirinhas; Pesca em praias como Guajiru, Bonzinho e Baixo;	Bovinos, caprinos e suínos estão em Tucuns; Coleta e venda murici na sede de Barreirinhas; Pesca em praias como Guajiru, Bonzinho e Baixo;	Segunda capina na roça Bovinos, caprinos e suínos estão em Tucuns; Coleta e venda murici na sede de Barreirinhas; Pesca em praias como Guajiru, Bonzinho e Baixo;	Venda de castanha Bovinos, caprinos e suínos estão em Tucuns; Coleta e venda murici na sede de Barreirinhas; Pesca em praias como Guajiru, Bonzinho e Baixo;
Maio	Bovinos, caprinos e suínos estão em Tucuns; Coleta e venda murici na sede de Barreirinhas; Pesca em praias como Guajiru, Bonzinho e Baixo;	Colheita milho e feijão Bovinos, caprinos e suínos estão em Tucuns; Coleta e venda murici na sede de Barreirinhas; Pesca em praias como Guajiru, Bonzinho e Baixo;	Bovinos, caprinos e suínos estão em Tucuns; Coleta e venda murici na sede de Barreirinhas; Pesca em praias como Guajiru, Bonzinho e Baixo;	Colheita milho e feijão Bovinos, caprinos e suínos estão em Tucuns; Coleta e venda murici na sede de Barreirinhas; Pesca em praias como Guajiru, Bonzinho e Baixo;	Bovinos, caprinos e suínos estão em Tucuns; Coleta e venda murici na sede de Barreirinhas; Pesca em praias como Guajiru, Bonzinho e Baixo;	Colheita milho e feijão Bovinos, caprinos e suínos estão em Tucuns; Coleta e venda murici na sede de Barreirinhas; Pesca em praias como Guajiru, Bonzinho e Baixo;	Venda de castanha Bovinos, caprinos e suínos estão em Tucuns; Coleta e venda murici na sede de Barreirinhas; Pesca em praias como Guajiru, Bonzinho e Baixo;
Jun	Bovinos, caprinos e suínos estão em Tucuns; Coleta e venda murici na sede de Barreirinhas; Pesca em praias como Guajiru, Bonzinho e Baixo;	Colheita feijão Bovinos, caprinos e suínos estão em Tucuns; Coleta e venda murici na sede de Barreirinhas; Pesca em praias como Guajiru, Bonzinho e Baixo;	Bovinos, caprinos e suínos estão em Tucuns; Coleta e venda murici na sede de Barreirinhas; Pesca em praias como Guajiru, Bonzinho e Baixo;	Colheita feijão Bovinos, caprinos e suínos estão em Tucuns; Coleta e venda murici na sede de Barreirinhas; Pesca em praias como Guajiru, Bonzinho e Baixo;	Bovinos, caprinos e suínos estão em Tucuns; Coleta e venda murici na sede de Barreirinhas; Pesca em praias como Guajiru, Bonzinho e Baixo;	Colheita feijão Bovinos, caprinos e suínos estão em Tucuns; Coleta e venda murici na sede de Barreirinhas; Pesca em praias como Guajiru, Bonzinho e Baixo;	Venda de castanha Bovinos, caprinos e suínos estão em Tucuns; Coleta e vende murici na sede de Barreirinhas; Pesca em praias como Guajiru, Bonzinho e Baixo;

Meses	Ano 1	Ano 2	Ano 3	Ano 4	Ano 5	Ano 6	Ano 7
Jul	Bovinos são levados para locais onde tem capim verde (vargens, campos - Buriti Amarelo, Mata Fome, morrarias, Vila Regina), caprinos e suínos permanecem em Tucuns;	Bovinos são levados para locais onde tem capim verde (Buriti Amarelo, Mata Fome, morrarias, Vila Regina), caprinos e suínos permanecem em Tucuns;	Mandioca é arrancada, farinha Bovinos são levados para locais onde tem capim verde (Buriti Amarelo, Mata Fome, morrarias, Vila Regina), caprinos e suínos permanecem em Tucuns;	Bovinos são levados para locais onde tem capim verde (Buriti Amarelo, Mata Fome, morrarias, Vila Regina), caprinos e suínos permanecem em Tucuns;	Mandioca é arrancada, farinha Bovinos são levados para locais onde tem capim verde (Buriti Amarelo, Mata Fome, morrarias, Vila Regina), caprinos e suínos permanecem em Tucuns;	Flora do cajual Bovinos são levados para locais onde tem capim verde (Buriti Amarelo, Mata Fome, morrarias, Vila Regina), caprinos e suínos permanecem em Tucuns;	Mandioca é arrancada, farinha Bovinos são levados para locais onde tem capim verde (Buriti Amarelo, Mata Fome, morrarias, Vila Regina) caprinos e suínos permanecem em Tucuns;
Ago	Bovinos estão em Buriti Amarelo, Mata Fome, morrarias, Vila Regina e caprinos e suínos em Tucuns; bodes são castrados; Pesca em lagoas;	Bovinos estão em Buriti Amarelo, Mata Fome, morrarias, Vila Regina e caprinos e suínos em Tucuns; bodes são castrados; Pesca em lagoas;	Mandioca é arrancada, farinha Bovinos estão em Buriti Amarelo, Mata Fome, morrarias, Vila Regina e caprinos e suínos em Tucuns; bodes são castrados; Pesca em lagoas;	Limpeza do cajual Bovinos estão em Buriti Amarelo, Mata Fome, morrarias, Vila Regina e caprinos e suínos em Tucuns; bodes são castrados; Pesca em lagoas;	Mandioca é arrancada, farinha Limpeza do cajual Bovinos estão em Buriti Amarelo, Mata Fome, morrarias, Vila Regina e caprinos e suínos em Tucuns; bodes são castrados; Pesca em lagoas;	Limpeza e produção do cajual Bovinos estão em Buriti Amarelo, Mata Fome, morrarias, Vila Regina e caprinos e suínos em Tucuns; bodes são castrados; Pesca em lagoas;	Mandioca é arrancada, farinha Bovinos estão em Buriti Amarelo, Mata Fome, morrarias, Vila Regina e caprinos e suínos em Tucuns; bodes são castrados; Pesca em lagoas;
Set	Bovinos estão em Buriti Amarelo, Mata Fome, morrarias, Vila Regina e caprinos e suínos em Tucuns; Pesca em lagoas;	Bovinos estão em Buriti Amarelo, Mata Fome, morrarias, Vila Regina e caprinos e suínos em Tucuns; Pesca em lagoas;	Bovinos estão em Buriti Amarelo, Mata Fome, morrarias, Vila Regina e caprinos e suínos em Tucuns; Pesca em lagoas;	Limpeza do cajual Bovinos estão em Buriti Amarelo, Mata Fome, morrarias, Vila Regina e caprinos e suínos em Tucuns; Pesca em lagoas;	Limpeza do cajual Bovinos estão em Buriti Amarelo, Mata Fome, morrarias, Vila Regina e caprinos e suínos em Tucuns; Pesca em lagoas;	Limpeza e produção do cajual Bovinos estão em Buriti Amarelo, Mata Fome, morrarias, Vila Regina e caprinos e suínos em Tucuns; Pesca em lagoas;	Bovinos estão em Buriti Amarelo, Mata Fome, morrarias, Vila Regina e caprinos e suínos em Tucuns; Pesca em lagoas;

Meses	Ano 1	Ano 2	Ano 3	Ano 4	Ano 5	Ano 6	Ano 7
Out	Roçagem da área de roça Bovinos estão em Buriti Amarelo, Mata Fome, morrarias, Vila Regina e caprinos e suínos em Tucuns; Pesca em lagoas;	Bovinos estão em Buriti Amarelo, Mata Fome, morrarias, Vila Regina e caprinos e suínos em Tucuns; Pesca em lagoas;	Roçagem da área de roça Bovinos estão em Buriti Amarelo, Mata Fome, morrarias, Vila Regina e caprinos e suínos em Tucuns; Pesca em lagoas;	Bovinos estão em Buriti Amarelo, Mata Fome, morrarias, Vila Regina e caprinos e suínos em Tucuns; Pesca em lagoas;	Roçagem da área de roça Bovinos estão em Buriti Amarelo, Mata Fome, morrarias, Vila Regina e caprinos e suínos em Tucuns; Pesca em lagoas;	Produção do cajual Bovinos estão em Buriti Amarelo, Mata Fome, morrarias, Vila Regina e caprinos e suínos em Tucuns; Pesca em lagoas;	Bovinos estão em Buriti Amarelo, Mata Fome, morrarias, Vila Regina e caprinos e suínos em Tucuns; Pesca em lagoas;
Nov	Fogo na área de roça Bovinos estão em Buriti Amarelo, Mata Fome, morrarias, Vila Regina e caprinos e suínos em Tucuns; Coleta do buriti e venda do doce na sede de Barreirinhas;	Bovinos estão em Buriti Amarelo, Mata Fome, morrarias, Vila Regina e caprinos e suínos em Tucuns; Coleta do buriti e venda do doce na sede de Barreirinhas;	Fogo na área de roça Bovinos estão em Buriti Amarelo, Mata Fome, morrarias, Vila Regina e caprinos e suínos em Tucuns; Coleta do buriti e venda do doce na sede de Barreirinhas;	Bovinos estão em Buriti Amarelo, Mata Fome, morrarias, Vila Regina e caprinos e suínos em Tucuns; Coleta do buriti e venda do doce na sede de Barreirinhas;	Fogo na área de roça Bovinos estão em Buriti Amarelo, Mata Fome, morrarias, Vila Regina e caprinos e suínos em Tucuns; Coleta do buriti e venda do doce na sede de Barreirinhas;	Produção e coleta castanhas Bovinos estão em Buriti Amarelo, Mata Fome, morrarias, Vila Regina e caprinos e suínos em Tucuns; Coleta do buriti e venda do doce na sede de BA;	Bovinos estão em Buriti Amarelo, Mata Fome, morrarias, Vila Regina e caprinos e suínos em Tucuns; Coleta do buriti e venda do doce na sede de Barreirinhas;
Dez	Cercamento área roça Com as primeiras chuvas, bovinos começam a voltar para Tucuns; Coleta do buriti e venda do doce na sede de Barreirinhas;	Com as primeiras chuvas, bovinos começam a voltar para Tucuns; Coleta do buriti e venda do doce na sede de Barreirinhas;	Cercamento área roça Com as primeiras chuvas, bovinos começam a voltar para Tucuns; Coleta do buriti e venda do doce na sede de Barreirinhas;	Com as primeiras chuvas, bovinos começam a voltar para Tucuns; Coleta do buriti e venda do doce na sede de BA;	Cercamento área roça Com as primeiras chuvas, bovinos começam a voltar para Tucuns; Coleta do buriti e venda do doce na sede de BA;	Produção, coleta e venda castanhas Com as primeiras chuvas, bovinos começam a voltar para Tucuns; Coleta do buriti e venda do doce na sede de BA;	Com as primeiras chuvas, bovinos começam a voltar para Tucuns; Coleta do buriti e venda do doce na sede de Barreirinhas;

Fonte: Elaborado pela autora a partir das informações do trabalho de campo em Tucuns, em janeiro de 2016.

Outro aspecto característico da prática desenvolvida pelos grupos familiares é a realização simultânea de roças, como por exemplo, uma família pode ter três roças, sendo uma de verão ou *sununga* e duas de inverno, ou ter duas roças, uma de *sununga* e outra de janeiro. Diferentes formas de uso dos recursos podem ser conjugadas numa mesma área de um grupo familiar. Assim, em uma grande área podem ser encontrados *roças*, *cajual* e *capoeira*.

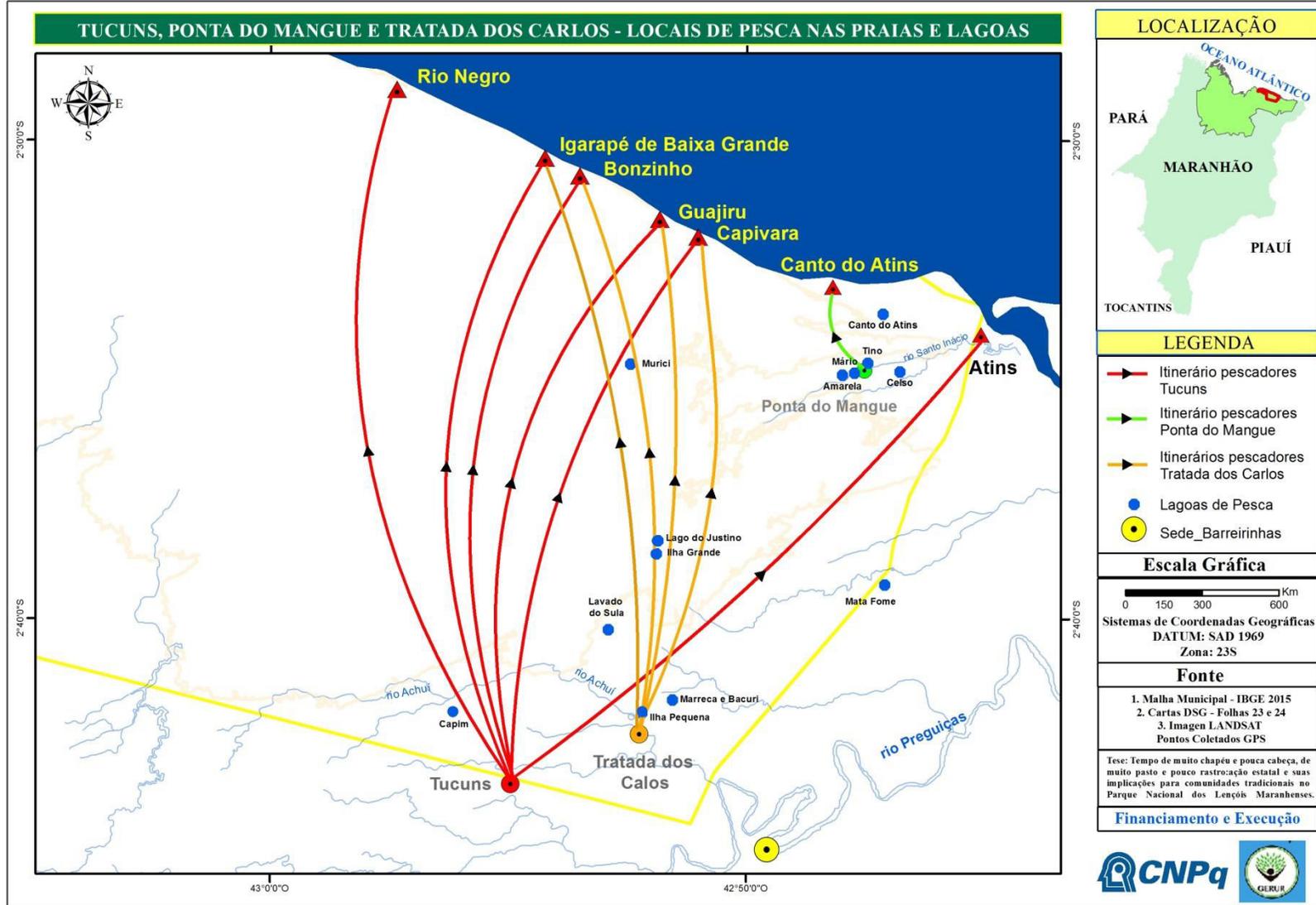
O uso comum com apropriação privada familiar também poder ser verificado na pesca. As famílias situadas em áreas mais próximas e mais distantes do litoral realizam essa atividade em diferentes ambientes - rios, praias e lagoas formadas com águas das chuvas entre as dunas.

A pesca em rios e lagoas é realizada ao final do período chuvoso, que dependendo do volume de chuvas, pode ser entre agosto e outubro, ou de julho a dezembro. Famílias de Tratada dos Carlos pescam nesses períodos em lagoas como a de Vargem Verde, Ponta do Capim, Ilha Grande, Murici, Ilha Pequena, Morrão, Lavado (do Sula), Bacuri, Marreca, Coceira, Tiririca, Patos e Mata Fome.

Mulheres de Ponta do Mangue pescam sarnambi na Lagoa do Canto do Atins. Além delas, outras mulheres de Atoleiro, Gambá, Mata Fome, Tratada dos Carlos e Cedro também pescam nessa lagoa. De acordo com Dona Ana América, elas vão pescar na hora da maré seca, a qualquer hora do dia. Em média passam três horas pescando.

A pesca realizada nas praias pode acontecer durante todo o ano. Assim, em qualquer época do ano, a pesca é feita em praias como a de Atins, Canto do Atins, Capivara, Guajiru, Bonzinho, Baixa Grande e Rio Negro. Dependendo de qual seja a região onde se situa a localidade, a distância percorrida até esses ambientes de pesca pode chegar a até 40km.

Mapa 9 – Tucuns, Ponta do mangue e Tratada dos Carlos – Locais de pesca nas praias e lagoas.



Fonte GERUR/FAPEMA: Elaborado por Ulisses Denache a partir de informações de trabalho de campo da autora.

De acordo com o Mapa 9, as Praias de Capivara, Guajiru, Bonzinho e Baixa Grande são ambientes de pesca dos pescadores de Tucuns e Tratada dos Carlos; Rio Negro e Atins são também locais de pesca de grupos familiares de Tucuns, enquanto que pescadores de Ponta do Mangue usam a Praia de Canto do Atins. As lagoas de Ponta do Capim, Ilha Grande, Ilha Pequena, Murici e Morrão são usadas por famílias de Tucuns e Tratada dos Carlos. Grupos familiares desta localidade também usam as lagoas de Vargem Verde, Lavado do Sula, Bacuri, Marreca, Coceira, Patos e Mata Fome. As lagoas do Mário, Amarela, do Tino, do Celso e do Canto do Atins são usadas principalmente por famílias de Ponta do Mangue.

Andando ou montados em animais, os pescadores de Tratada dos Carlos e Tucuns levam até seis horas para chegar às praias, enquanto que de Ponta do Mangue até Canto do Atins percorrem em torno de meia hora. O percurso realizado pode mudar dependendo do período – verão ou inverno. Barracas de grupos de pescadores também servem para indicar a localização desses ambientes. No percurso até as praias são identificados outros ambientes de pesca nos períodos de julho a outubro, como as Vargens de Ilha Grande, Ilha Pequena e Murici.

O uso comum das praias é compartilhado com pescadores de localidades de dentro e de fora do perímetro do Parque Nacional. Ultrapassam fronteiras impostas pelo Estado, mas possuem limites, que não são físicos, mas reconhecidos pelos pescadores, entre as faixas de praias. Esses limites podem ser igarapés, boca de igarapés e ponta de barro. Assim, a Ponta do Barro do Bonzinho marca o limite entre as Praias de Guajiru e Bonzinho. Cada praia possui uma caída de águas das chuvas que vem do campo de dunas denominada pelos pescadores de igarapé. Assim, existe o Igarapé Baixa Grande, Igarapé do Bonzinho, Igarapé do Guajiru e Igarapé da Pedrona (Praia da Capivara). A pesca nesses ambientes pode ser feita individualmente ou em grupos, mas ao final da pescaria a apropriação é privada familiar. Assim, pescadores de diferentes localidades podem pescar em distintos ambientes, como na Praia do Bonzinho, onde podem ser vistos grupos de Tratada dos Carlos⁴¹ e Ponta do Mangue⁴², e na Praia do Guajiru, pescadores de Atins.

A saída dos pescadores para pescar nas praias e a hora de colocar a rede para fazer a pescaria depende da lua. Se hoje tem lua cheia, só dois dias depois que se deve ir pescar.

⁴¹ De acordo com Genilson, em Tratada dos Carlos, ele, o Sr. Alberico, o Sr. Zé Raimundo e Toinho, filho de Bibiu, formam um grupo. Zé Pulu e José Carlos, seu genro que mora em Cantinho, formam outro, e Manuel Massu pesca sozinho.

⁴² De acordo com o Sr. Zé Pulu, antes, esse grupo não pescava lá. Por causa de muita pescaria na frente de Ponta do Mangue (Canto do Atins) e da pouca produção de peixe nessa área, os pescadores de Ponta do Mangue pescam agora próximo à praia do Bonzinho, onde costumam pescar aqueles de Tratada dos Carlos. Os pescadores de Ponta do Mangue passam 15 dias pescando.

Antes disso, a maré está muito alta. Podem perder a rede. A hora da lua cheia sair indica se a maré está cheia ou vazando. Essa indicação é levada em conta quando o grupo sai de casa. Devem chegar à praia na hora da maré vazante, hora de colocar a caçueira. Devem prestar atenção para não colocá-la em lugar que tem pedras. Deve ser numa área limpa, com areia. Se colocar em lugar de pedras, a rede pode ser arrancada com a força da maré.

Cada pessoa do grupo leva sua rede de pesca e sua tarrafa para pegar peixe enquanto a caçueira está *apoitada*⁴³. Tem que ser em dias de marés altas. Ficam por, geralmente, três marés altas e vazantes na praia. Cada maré alta e vazante dura 12 horas. É esse tempo que a rede fica *apoitada*. Retiram o peixe, limpam, salgam e colocam novamente a rede. No intervalo das 12 horas, o grupo também pega peixe com tarrafa, faz as refeições, cuida dos animais que levou⁴⁴ e descansa.

Dependendo do ambiente onde pescam, as famílias usam determinados apetrechos. Com *anzol*, *caçueira* e *tarrafa* pescam em ambientes considerados mais limpos, como rios e praias; enquanto que com o chamado *choque* pescam em lugares considerados mais sujos e com junco, como lagoas. O tipo de pescado também depende dos ambientes e dos apetrechos utilizados, conforme quadro abaixo:

Quadro 11 – Ambientes, apetrechos de pesca e espécies de peixes

Ambientes	Apetrechos de Pesca	Peixes
Lagoas	<ol style="list-style-type: none"> 1. <i>Tarrafa</i> 2. <i>Caçueira</i> de malha grande 3. <i>Caçueira</i> de malha pequena 4. <i>Choque</i> 5. <i>Landuá</i> e <i>anzol</i> 6. <i>Linha</i> 7. <i>Mosquiteiro</i> 	<ol style="list-style-type: none"> 1. Tilápia, pataca, cará, traíra, piaba, jacundá, iú, cangati, cascudo. 2. Traíra, cará, cangati e iú. 3. Todos esses peixes só que pequenos. 4. Traíra, jacundá, cará e iú. 5. Tilápia, pataca, cará, traíra, piaba, jacundá, iú, cangati, cascudo e o sarapó. 6. Piaba e iú. 7. Só piaba miúda.
Rios	<i>Tarrafa</i> , <i>Caçueira</i> , <i>chiqui</i> e o <i>munzuá</i>	Traíra, cará, cascudo, jacundá e piaba miúda
Praias	<ol style="list-style-type: none"> 1. <i>Caçueira</i> 2. <i>Tarrafa</i> 	<ol style="list-style-type: none"> 1. Camurim, camurupim, bagre, pescadinha, pescada, saúna, tainha, arraia, jaréu, coró, guaravira, arenque, escrivão, barbudo, pardo, carapitanga, curuca, mero, anchova, curvina, carapeba, serra, cavala e siri. 2. Saúna em poças d'água na beira da praia.

Elaborado pela autora a partir de informações do trabalho de campo (2017)

Nesses ambientes são desenvolvidas distintas modalidades de pesca, como a de *espera* e a de *arrasto*. A *pesca de espera* pode ser realizada tanto em água doce como em

⁴³ Pesca *apoitada* refere-se à uma modalidade de pesca, em que os pescadores fixam o apetrecho nas margens na praia, nesse caso, a caçueira, aguardando a subida da maré.

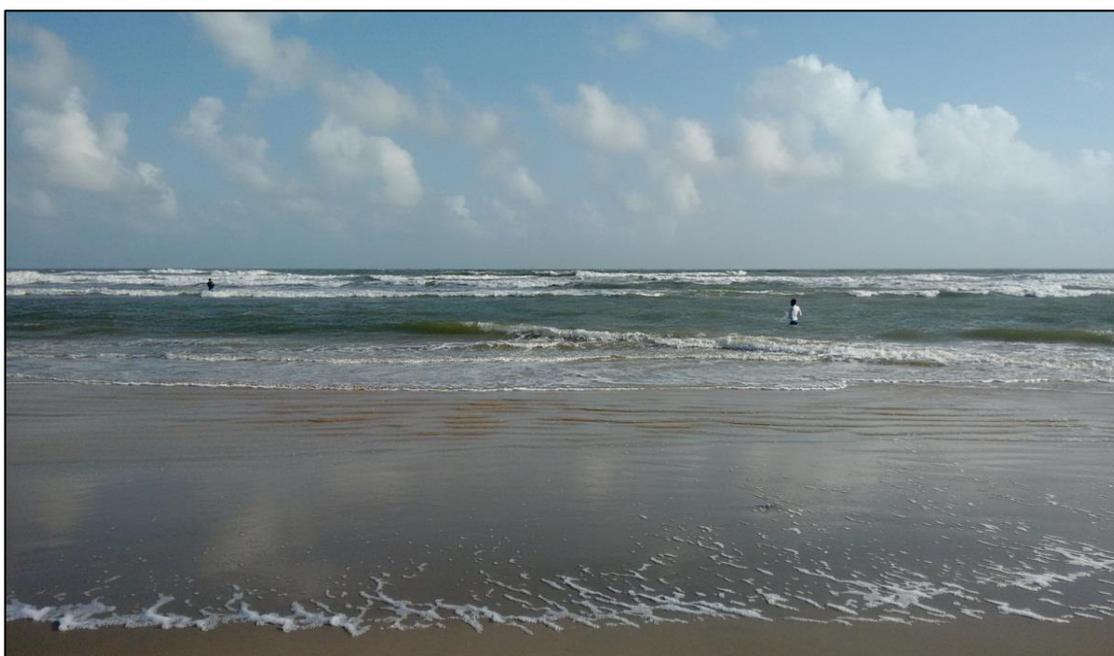
⁴⁴ Indo com animais, o tempo de deslocamento gasto pelos pescadores de Tratada dos Carlos até a Praia do Bonzinho é de aproximadamente 6 horas.

água salgada. Em lagoas e rios, se coloca o apetrecho de pesca e vai buscá-lo no dia seguinte; enquanto que em águas salgadas se faz a pesca de *espera*, colocando o apetrecho na beira da praia de forma que fique *apoitada* e só é retirada após uma maré cheia. Essa modalidade de pesca é realizada geralmente no período de inverno, de janeiro a julho.

Na pesca de *arrasto*, modalidade mais usada em praias, utiliza-se a *caçueira* em áreas mais profundas. A pesca pode ser realizada na beirada da praia e em alto mar. As duas são realizadas por pescadores de localidades próximas e distantes do litoral. Em Ponta do Mangue são realizadas as duas modalidades, como destacou o Sr. Vanja

[...] a pesca aqui, tem dois tipo de pesca: tem a pesca aqui que nós pesca aqui, que é na beiradinha mesmo aqui, arrastando a rede na beirada, que é essa que nós pesca de noite, pesca de dia também e tem a pesca que nós pesca lá fora embarcado. A daqui da beirada é assim como eu estou falando, sai aí depende a hora da maré, depende só da hora da maré, a de fora também depende porque tem a maré grande e, aí, a gente tem que ou sair na vazante alta ou sair na enchente, que na maré seca fica tudo seco, aí logo que se aprumar aí pegou as quebradora afora, aí só quando a maré entra de novo pra dentro do rio de novo que é pra gente entrar (Entrevista, em setembro de 2015).

A pesca da beirada é feita com *caçueira* e envolve mais de um pescador, como afirmou o Sr. Vanja “– Toda rede tem que ter um companheiro, depende de uma pessoa mais a gente direto, ou dois. Eu mesmo mais um, só um não pesca, porque nós não pesca porque a rede é grande”. O comprimento de uma *caçueira* pode chegar a 120 metros, por isso esse tipo de pesca envolve no mínimo dois pescadores.



Pesca de arrasto no Rio Negro. Foto: Roseane Dias, em 27 de dezembro de 2015.

A pesca de *arrasto* pode ser feita durante o dia ou à noite. O Sr. Vanja destacou que preferem o período noturno, porque nesse horário “[...] o peixe sempre procura mais é beirada, fica mais pra perto”. E, para ele, os peixe que mais se aproximam da beirada são os peixes maiores. Outro motivo da preferência em *arrastar* à noite é por causa da ausência do sol.

O melhor período do ano para realização desse tipo de pesca é o inverno⁴⁵. Para o Sr. Vanja, “[...] o peixe melhora ou piora pelas épocas, pelas chuvas, agora o tempo tá mais inumbrado, ele dá mais”. O inverno é a melhor época para arrastar porque depois vêm as *marezadas* que não são favoráveis para esse tipo de pescaria. Para ele, “[...] a melhor maré para se pescar é a maré de lua cheia, que é clarinha [...]. E a de lua nova é escura demais, a escura a gente quase não vai, é muito escuro”.

Em relação à pesca em alto mar, os pescadores pescam a uma distância de até uma milha⁴⁶. Nessa modalidade de pescaria, podem usar canoa ou barco, participando até cinco pescadores, que dividem o resultado da pescaria – metade para os pescadores e a outra metade fica com o dono barco ou canoa. Usam *a rede na espera*. Chegam a um ponto que reconheçam como *canal*⁴⁷ e colocam a rede, esticando-a e identificando a localização da rede com bandeiras. Espera-se até duas horas para depois ser puxada. O movimento de colocar a rede no mar é chamado de *lance*. Uma pescaria desse tipo pode durar um dia ou mais, dependendo do planejamento dos pescadores. O peixe pescado vai sendo tratado e salgado na própria canoa.

De acordo com Diegues (2004, p. 201-202),

A habilidade em identificar zonas produtivas de pesca na imensidade do mar, fora da terra, pode ser chamada de habilidade cognitiva dos pescadores que é o resultado do processo de aprendizado. Existem habilidades específicas ligadas à familiaridade dos humanos com um espaço determinado, intrinsecamente ligadas às atividades, percepções e atitudes, e adquiridas pela socialização, responsáveis pela capacidade dos pescadores em se orientar no meio marinho.

⁴⁵ O período do inverno, período chuvoso, nessa região, ocorre de janeiro a junho, enquanto que o verão, período de estiagem, ocorre de julho a dezembro.

⁴⁶ Uma milha equivale a 1.609344km.

⁴⁷ De acordo com o Sr. Vanja, o canal é o local da pescaria e é conhecido pelos pescadores porque usam instrumentos para identificá-lo - a gente, a gente tem uma pedra numa linha e desce ela, se ela bater duro, aqui quando na queda que ela bater, bater duro, não é lama, se ela bater fofinho, se ela bater fofinha é lama [...]. Aí, que puxa ela, ela vem com a lama na ponta [...]. É o canal, o canal onde o peixe tá comendo mesmo. Ele destaca que ele mesmo não usava dessa forma para localizar o canal - no tempo que eu pescava, eu nunca usava, assim, quase pedra não, era só no canal, só no mar, conhecia pelo mar [...]. Ele tem, diminui as ondas [...]. No lugar que ela pertence mais areias, ela é mais cheia de onda, e no lugar que pertence mais mar, que é mais liso, porque é mais fundo, aí ela passa onda [...]. É, a gente aprende, aprende igual a qualquer outro serviço (Entrevista, em setembro de 2015).

Esse refinado conhecimento pode ser caracterizado como conhecimento tradicional dos pescadores artesanais, segundo Diegues (2004). Para ele, esse conhecimento

[...] é baseado em observação contínua de fenômenos naturais recorrentes que permite ao pescador tomar decisões sobre o momento de ir pescar, sobre o local mais adequado e sobre o uso das técnicas mais apropriadas. Sem esse conhecimento preciso, seria impossível a sobrevivência dessas comunidades e a reprodução de um modo de vida num ambiente marinho sujeito a frequentes e perigosas mudanças de tempo (DIEGUES, 2004, p. 200).

Além da apropriação do espaço marítimo, a criação de animais também envolve uso comum dos recursos e apropriação privada familiar. As famílias até 2006⁴⁸ criavam soltos animais como caprinos, suínos, bovinos e equinos e a roça era cercada para que os animais não entrassem.

Na criação desenvolvida pelas famílias, os animais, grande parte do dia, ficavam soltos e, ao final da tarde, eram recolhidos pelos donos para cercados próximos de suas casas. Quando presos, eram alimentados com ração comprada ou com produtos produzidos pelas próprias famílias como a casca de mandioca, como relata o Sr. Afonso

[...] sempre aqui a criação de porco, a gente criava e era solto aí o bicho, botava no chiqueiro, tinha o chiqueiro pra prender de noite, sempre o porco costumava sair de manhã, quando dava de tardezinha cinco horas ele tava chegando...Prendia e aí botava ração [...] uma mandioca, outro dia soltava de novo e assim ficava. (Entrevista, em agosto de 2014).

Durante o dia, os animais, como bodes, circulavam em áreas de cajueiros, comendo o *mato* que crescia, e nesse movimento pisavam aquela área, revirando o solo e comendo os cajus caídos no chão. Essa movimentação dos animais embaixo dos cajueiros diminuía o trabalho de limpeza dos *matos* que cresciam entre os cajueiros, e o trabalho de *descastanhar* os cajus uma vez que eram comidos pelos animais, deixando só as castanhas.

Ambientes e recursos são compartilhados por humanos e não humanos, isto é, por famílias e pelos animais que criam. As *vargens*, áreas de vegetação rasteira⁴⁹ que alagam durante o inverno, podem servir como local de pesca; quando as águas começam a baixar, após o inverno, podem servir como pastagem para os animais, ou como área de cultivo. Assim, as *vargens* podem ser ambientes de pesca, de pasto e de cultivo.

⁴⁸ Em 2006 entrou em vigor em Barreirinhas a Lei nº 546/2006, que institui áreas prioritárias para criação de animais em povoados situados no limite do Parque Nacional dos Lençóis Maranhenses e/ou na sua zona de amortização.

⁴⁹ Nas *vargens* são encontrados diversos tipos de capim, como agreste, que cresce em moitas, e *patural*, que empasta os campos, rasteiro.

As *vargens* usadas pelas famílias de Tratada dos Carlos estão situadas no interior do campo de dunas, próximas às praias. Dentre elas estão Janaúba, Tucunzal, Mirim, Ilha Grande, Ilha Pequena, Murici, Verde e Lavado do Sula. Em Ponta do Mangue, os grupos familiares usam a Vargem do Bode, localizada na própria localidade.



Vargem do Bode, em Ponta do Mangue. Foto: Roseane Dias, em setembro de 2015.

O uso desses ambientes é aberto a criadores de animais de várias localidades, situadas dentro e fora do Parque Nacional dos Lençóis Maranhenses, como Tucuns, Bom Passar, Massangano e Caboclo. O gado era colocado nas *vargens* nos meses de junho e julho, quando o pasto localizado próximo às casas ficava fraco. O relato abaixo ilustra o uso comum dos recursos por esses grupos familiares.

No inverno, quando a gente vinha pescar, trazia os animais que ficavam numa vargem perto da nossa barraca, na Praia do Guajiru. Já plantamos feijão, melancia, abóbora numa parte dessa área, que hoje é ocupada por essa duna. Antigamente, essa vargem não secava, durante verão e inverno, e dava muito peixe. Pescadores de Atins vinham pescar nela. Os invernos ruins prejudicaram a pesca, porque com muito vento, os peixes não vêm para a beira da praia, e sem canoas os pescadores não vão pescar; e se tivessem canoas, não tinha água doce para os animais e para o consumo deles mesmos. É por esse motivo que as barracas são construídas perto de igarapés (Sr. Zé Pulu, de Tratada dos Carlos, Conversa informal, em dezembro de 2015).

De acordo com o relato acima, as *vargens* possuem múltiplos usos, dentre eles, o plantio de culturas articulado à criação de animais e à atividade de pesca. Nesse contexto, os pescadores, a partir de critérios que considerem esses aspectos, constroem suas barracas

próximas das vargens. Outro aspecto destacado refere-se à agência da natureza por meio tanto do aterramento das vargens pelas dunas, modificando esses ambientes, como dos invernos irregulares, que prejudicam a realização da pesca, considerando as condições desfavoráveis desses períodos: sem água doce acumulada durante as chuvas nas vargens para consumo dos animais e pescadores, e muito vento.

Embora de uso comum, essas *vargens* eram reconhecidas como tendo donos, a exemplo da Vargem do Mirim, Vargem do Tuncunzal e Vargem da Janaúba, cujos donos eram, respectivamente, um filho de um morador de Mata Fome, um ex-prefeito de Barreirinhas e um morador de Janaúba.

Nesse contexto, o gado bovino é mantido durante o verão em suas próprias localidades e no inverno é levado para locais onde tem capim verde. Dentre esses locais que recebem gado de outras localidades durante o inverno encontram-se Buriti Amarelo e Mata Fome, para onde são levados animais de criadores de Tucuns; e Ponta do Mangue, para onde é levado o gado de Queimada dos Britos, Buriti Grosso, Baixa Grande, Rio Velho e Guajiru.

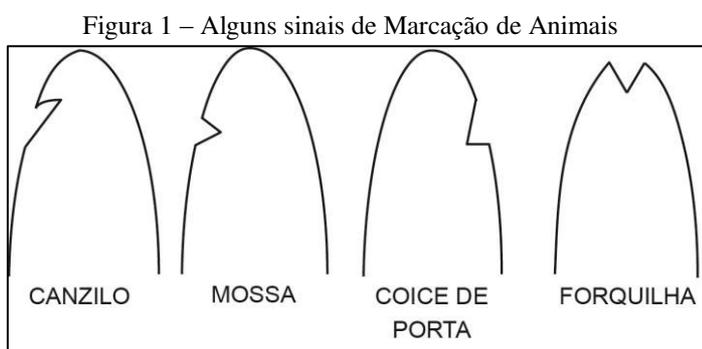
Durante o verão, quando a água seca, o gado bovino de Ponta do Mangue vai para Tratada dos Carlos. De acordo com o Sr. Celso, animais de criadores de Queimada dos Britos, Buriti Grosso, Baixa Grande, Rio Velho, Guajiru pastam nos campos de Ponta do Mangue durante o inverno e no verão eles retornam àquelas localidades.

O uso comum dos recursos por humanos e animais é também verificado nas margens de praias. Com frequência, em períodos de marés baixas, em praias como Guajiru e Capivara, animais como caprinos (de Canto do Atins e de Ponta do Mangue) e aves são vistos comendo folhas e frutos de mangue que se acumulam na beira da praia. De acordo com o Sr. Zé Pulu, “os bodes também sabem das marés”.

Mas, a criação de animais, além de envolver uso comum dos recursos, envolve também aspectos jurídicos e relações de parentesco. A marcação dos animais é feita de forma distinta dependendo do tipo de animal - bovino, caprino, ovino, suíno e equino.

Em bovinos e equinos, a marcação é feita com ferro quente na parte posterior dos animais, enquanto que nos demais a marcação é realizada com cortes na orelha. No gado bovino e equino se usava as iniciais do nome do proprietário. De acordo com o Sr. Celso, de Ponta do Mangue, já não se usa mais, porque o aumento de criadores provocou coincidências de marcações, o que acarretou em muitas confusões. Agora, números são usados em vez de letras para fazer a marcação nos animais. Quando um animal é vendido, o comprador coloca a sua marca ou número na frente daquela de quem o vendeu. Essa posição da marca indica quem é o legítimo dono do animal.

Nos suínos, caprinos e ovinos as marcas são feitas nas orelhas. Na orelha direita se marca o *senal* - *coice de porta*, *forquilha*, *ponta parada*, *garfo*, *canzilo*, *buraco de bala*, *ponta de lança*, *boca de lagarta*. Na orelha esquerda se marca a *diferença* que pode ser *mossa* ou os mesmos símbolos do *senal*. A combinação dessas marcas permite que os animais de cada proprietário sejam identificados facilmente. Todos da localidade sabiam de quem era o *senal* feito em cada animal, isto é, as famílias conhecem a *assinatura* umas das outras. Então, quando um animal entra na roça de alguém ou está perdido é possível identificar o seu proprietário.



Elaborado por Benedito Souza Filho a partir do trabalho de campo da autora.

Quando o criador tem vaqueiro, nos animais que nascem e que ainda não foram objeto de partilha é colocada a *diferença* na orelha esquerda, e depois da partilha, nos animais que serão do vaqueiro é colocado o seu *senal* na orelha direita. As marcas são colocadas aproximadamente seis meses depois de o animal ter nascido.

De acordo com o Sr. Pedro Cabral, de Tucuns, “as marcas não podem se encontrar”, porque criadores não podem ter as mesmas marcas. Quando as marcas coincidem, os criadores devem sentar e um deles deve fazer a *diferença*.

Geralmente, após o casamento, vale o *senal* do marido, embora os animais marcados sejam da família, como assim exemplificou o Sr. Pedro: seu pai, Fortunato, tinha um *canzilo* e *ponta aparada* no lado esquerdo, e no lado direito um *canzilo*; a assinatura do Sr. Pedro repete os *senais* da orelha esquerda, e na orelha direita, além do *canzilo*, colocou uma *forquilha* para estabelecer a distinção com a marca do pai. A *assinatura* do seu filho Ronildo ficou a seguinte: dois *canzilos*, um na orelha direita e o outro na orelha esquerda, *ponta parada* e *forquilha* na orelha esquerda, e uma *diferença* no lado direito, uma *mossa*. O *senal* fica na orelha esquerda e a *diferença* na orelha direita.

Da mesma forma que já houve mudanças na marcação de gado bovino e equino, também já há criador de Carnaubeira, localidade fora do PARNA, substituindo a *assinatura*

por plaquinhas de cores diferentes nas orelhas dos animais. Essas placas são colocadas com uma máquina que fura a orelha do animal. Cada cor é de um criador.



Plaquinhas usadas para marcar animais. Foto: Roseane Dias, em janeiro de 2015.

Essas formas de uso comum dos recursos produzem relações não só entre grupos familiares e os ambientes que manejam, mas também entre si, nas próprias localidades e entre outras.

Assim, na agricultura, famílias se juntam para realizar atividades nos roçados, beneficiar a mandioca, beneficiar a castanha. Na pesca, grupos de pescadores de localidades distintas se juntam para pescar, para construir, usar e fazer a manutenção de barracas em praias. Na criação de animais, criadores de uma localidade se relacionam com outros criadores a partir do uso comum de recursos dos mesmos ambientes.

As relações de parentesco estão na base dessas atividades que garantem a reprodução dos membros dos grupos familiares, se constituindo na medida da capacidade da produção familiar. O tamanho da área a ser cultivada tem relação direta com a quantidade de membros da família, que pode indicar maior ou menor capacidade de cultivo. Para o Sr. José Alves, “se a família era grande, tinha mais força para trabalhar”.

Relações de parentesco podem resultar de encontros entre futuros cônjuges em ambientes cuja forma de uso seja comum, assim como podem ser referência para outras relações, como as de compadrio. Compadres, geralmente, são referências para compor grupos de trabalho nas atividades agrícolas, de pesca e demais atividades desenvolvidas pelas famílias.

A disponibilidade ou não de recursos pode gerar a possibilidade de comercialização de produtos entre grupos familiares de regiões, distintas ou não. Carvão, castanha, pescado, palha, fibra e artesanato de buriti são alguns dos produtos comercializados entre grupos familiares de diferentes localidades.

Em Ponta do Mangue, as famílias se relacionam com outras comercializando produtos: compram carvão em Mata Fome, que possui maior disponibilidade de *mato*; compram castanha em outras localidades, como Cedro, e revendem para compradores da sede do município e de localidades como Mata Fome; pescadores de Ponta do Mangue vendem peixe seco para pessoas da sede de Barreirinhas, Tratada dos Carlos, Tratada de Cima, Mata Fome, Sucuruju e Atoleiro; mulheres de Ponta do Mangue compram linho (a fibra do buriti) em Tratada dos Carlos, Cedro, Santa Maria, Gambá, Santa Rita, Atoleiro, Cantinho e sede de Barreirinhas; também compram tinturas artificiais na sede de Barreirinhas e vendem seus produtos artesanais em Canto do Atins; e algumas famílias de Ponta do Mangue compram palhas de buriti para cobrir casas em Tapuio, sede de Barreirinhas, Atoleiro, Cedro, Aterro e Tratada dos Carlos.

Assim, no uso comum de recursos com apropriação privada familiar, parentes, compadres, antigos vizinhos e amigos constituem uma extensa rede de relações que extrapolam fronteiras entre localidades e mundo material.

O mundo não material, sistema de crenças e saber local

O uso dos recursos é também regulado pelas relações que os grupos familiares estabelecem com aqueles de sua localidade ou de outras, com os ambientes e com elementos do mundo não material, referidos ao imaginário coletivo. Nesse sentido, para Diegues (2004, p. 206), “[...] conceitos e representações do mundo natural e seus recursos são distintas em sociedades tradicionais e sociedades urbano-industriais”.

Para Cunha e Almeida (2009, p. 300), que utilizam outra categoria para conceituar o que Diegues (1999) chama de sociedades tradicionais,

[...] populações tradicionais são grupos que conquistaram ou estão lutando para conquistar (através de meios práticos e simbólicos) uma identidade pública que inclui algumas, não necessariamente todas, as seguintes características: o uso de técnicas ambientais de baixo impacto, formas equitativas de organização social, a presença de instituições com legitimidade para fazer cumprir suas leis; liderança local e, por fim, traços culturais que são seletivamente reafirmados e reelaborados.

A importância das simbologias e crenças em seres do mundo não material é verificada e tem orientado a prática da pesca na região dos Lençóis Maranhenses, conforme relatos abaixo:

Quando os pescadores entram no mar costumam pedir licença para Vovó, a dona do mar. Alguns pescadores oferecem dose, fumo, mesmo quando fazem a pesca com rede apoitada, oferecem dose e pedem licença. Se não pedir licença, a rede pode ser arrancada, enrolada. No mar, ninguém pode chamar nome, palavrão. Não estão em terra; tem de pedir licença para andar no mar (Alberico, de Tratada dos Carlos, Conversa informal, em julho de 2015).

Se os pescadores não respeitarem o mar, a dona do mar, a Vovó, podem sofrer as consequências. O mar é bento, não pode ser desrespeitado. O pescador não pode duvidar, desconfiar da Vovó, senão ele e os outros pescadores sofrem as consequências (Sr. Pelé, de Tratada dos Carlos, Conversa informal, em julho de 2015).

Pedir licença à dona do mar antes de entrar nele, não matar caranguejo *espera maré*, não chamar palavrão no mar, se benzer antes de entrar nele e fazer oferendas à dona do mar são atitudes de respeito e de reconhecimento do poder das forças sobrenaturais que, se obedecidas, podem significar uma boa pescaria. Do contrário, a falta de respeito pode implicar consequências, castigos aos pescadores, como ventanias, tempestades e perda da rede.

Seres sobrenaturais são vistos pelos pescadores durante pescarias. Segundo o Sr. Alberico, “[...] se vê muita coisa: peixe grande, vulcão; em barcos e canoas podem ver alguém sentado na proa” (Conversa informal, em julho de 2015). Para Diegues (2004, p. 206),

Para se entender o processo material de produção é essencial levar em conta os mitos e símbolos usados pelos pescadores para representar o mar e os seres que aí vivem. O processo de produção na pesca tradicional incorpora elementos simbólicos que atuam não sobre a natureza, mas sobre as forças sobrenaturais que garantem uma pesca proveitosa e, por vezes, castigam os pescadores demasiadamente ambiciosos.

Conexões simbólicas com o mundo não-material também podem ser observadas na prática da agricultura dos grupos familiares. Seres sobrenaturais são vistos também por agricultores, mas não em todas as áreas de *matos*.

O pessoal dizia que no capão de mato tinha cobra, assombração de noite e de dia; tinha coisa diferente, que não era coisa da humanidade. Quando a mata é grande e a mata é virgem, ela tem dono, tem Curupira, Iangra, que são invisíveis. A mata virgem tem dono, capoeira, não tem dono. Pra se entrar no mato virgem tem que pedir licença; não se chega lá e entra, sem pedir licença (Sr. Zé Pulu, de Tratada dos Carlos, Conversa informal, em julho de 2015).

O mato, onde se faz a roça tem dono também. O mato, também tem dono, diziam os mais velhos. É o Caipora. Se pedia licença para o mato virgem quando se ia desmatar para fazer uma nova roça,... (Sr. Pelé e o Sr. Afonso, de Tratada dos Carlos, Conversa informal, em julho de 2015).

Para os agricultores, só as matas grandes e virgens possuem donos *invisíveis*, a quem se deve pedir licença para entrar, para desmatar para fazer uma nova roça. *Capoeiras*, áreas que já foram usadas para fazer roças, não possuiriam donos.

Pescadores e agricultores não só temem o castigo de seres sobrenaturais, como se sentem obrigados a respeitar os ritos e os deveres que envolvem tais crenças. Como diria Durkheim (2000, p. 192) em relação aos indígenas sobre seres totêmicos: “[...] não tem apenas temor pelos seres sagrados, mas respeito”.

Esse sistema de crenças funciona articulado a outros, como aquele produzido pelas relações com o ambiente, vinculado às atividades desenvolvidas pelos grupos familiares, notadamente o conhecimento sobre a influência da lua, que tem orientado a realização da agricultura, do extrativismo vegetal e da pesca.

Qualquer plantio pode ter bons resultados de produção se for realizado no período da lua nova. Na lua de quarto crescente não se deve fazer plantios. Mas, em áreas de barro, próximas ao rio Preguiças, dois períodos são bons para plantio: maré enchendo e lua nova. “Se plantar maniva no barro ou na areia, na lua ruim, só dá fiapo, não dá raiz”, disse Dona Severa.

A lua nova é também referenciada como período bom para a retirada do olho do buriti. Este não deve ser tirado na lua minguante. Se for retirado, fica todo rachado, como explicou uma informante. Esse período, que não se deve tirar o olho do buriti, é chamado de lua fraca e dura sete dias. São consideradas luas boas para realizar essa atividade a lua nova, crescente e cheia.

Em se tratando da extração da palha de buriti para cobrir casas, o melhor tempo de tirá-la é na lua escura e não na lua clara (quarto crescente). Se for retirada fora dos períodos certos, a lagarta come a palha, segundo informaram.

Na pesca, a lua, segundo os informantes, interfere nas marés que, por sua vez, influenciam os períodos de realização de pesca. Como na maré grande – produzida na Lua Nova e na Lua Cheia, no verão (julho a dezembro, sendo as maiores em agosto e setembro) -, a força da água é grande, não se faz a pesca em mar aberto de canoa, só a pesca da *beirada*. Na maré pequena, no inverno, tempo de calmaria, se faz os dois tipos de pesca.

A explicação dada pelo Sr. Zé Pulu, de Tratada dos Carlos, associa o domínio das fases da lua ao período de chuvas e de seca. Assim, quando entra o verão é a Lua Cheia que domina a maré, enquanto que no inverno é a Lua Nova que vai dominar - “Se diz que as marés estão trocando”.

O “quebramento de maré grande”, como comentou um informante, acontece depois da Lua Cheia, quando vai baixando, enquanto que o *lançamento da maré pequena* acontece depois da Lua Nova, quando vai crescendo. Essa dinâmica, de acordo com o Sr. Zé Pulu, ocorre em trinta dias, conforme o ciclo da lua: na Lua Nova se tem a *maré grande* que depois de três dias *quebra*; na Quarto Crescente, com três dias a maré dá seu primeiro *lançamento* - vai crescendo; na Lua Cheia se tem *maré grande*, depois de três ou quatro dias vai *quebrando*; na Quarto Minguante, a maré vai *lançando*; e na Lua Nova, se tem novamente a *maré grande*, todo o ciclo recomeça.

O melhor período para pescar, segundo os informantes, é na *maré de lançamento* ou na *maré de quebramento*, quando se faz a pesca de terra. Nas *marés grandes* a força da água é muito intensa.

Outro período crítico para a realização da pesca é o que se identificou como *maré de enrolamento*. De acordo com o Sr. Zé Pulu, “no começo do inverno o mar ronca, se tem uma força muito grande das águas”. Essa maré depende da chuva, nos meses de janeiro, fevereiro e março. Nesse período, pesca só na beirada das praias. Nesse momento não dá para pescar em mar aberto, porque “as redes são arrancadas, a maré cava buracos, o mar fica alto, o mar fica agitado, brabo”.

Esses sistemas de crenças e de conhecimento operados pelos grupos familiares das localidades do Parque Nacional dos Lençóis Maranhenses não só não foram enxergados pelo Estado brasileiro quando da criação dessa unidade de conservação que não admite a permanência de grupos humanos em seu interior, como tem provocado, pela ação de fiscalização dos agentes do órgão ambiental, muitas alterações na organização social e econômica das famílias, o que pode justificar a mudança para outros lugares, esvaziando o Parque.

CAPÍTULO 4 - TEMPO DE MUITO CHAPÉU E POUCA CABEÇA, DE MUITO PASTO E POUCO RASTRO

A expressão “tempo de muito chapéu e pouca cabeça, de muito pasto e pouco rastro” surgiu durante uma conversa com Dona Maria Elísia e o Sr. Antonio Reis, filhos de antigos moradores de Tucuns, quando falavam da história dessa localidade, se referindo ao que os mais velhos previram que iria acontecer, quando souberam, em 1981, que Tucuns e outras localidades tinham sido “vendidas” para fazer “preservação dos matos e criar raposa, onça e lobo e que, para isso, iriam retirar os habitantes e deixar os animais”.

Nesse contexto, lembraram que os mais velhos diziam que no futuro viria “perseguição para cima dos moradores – vai chegar um tempo que aqui vai ser muito chapéu e pouca cabeça, muito pasto e pouco rastro”. Perguntados sobre o significado dessa expressão diziam que os mais velhos explicavam que: “muito chapéu são as casas, e pouca cabeça são as pessoas que vão embora e as casas velhas vão ficar para cobras e maribondos”.

O uso da metáfora, nesse caso, serve para referenciar um contexto histórico de intervenção do órgão ambiental marcado por restrições, proibições e sanções aos grupos familiares que se sentem ofendidos moralmente com a presença de guardas armados circulando nas localidades; perseguidos, porque não podem ter acesso à luz elétrica e outras políticas públicas; e punidos pelo fato de morarem em suas localidades. Para Souza Filho (2013, p. 105),

O sentido metafórico e simbólico de determinados elementos, quando identificados em uma situação de conflito, pode ser inspirador para pensarmos processos sociais nos quais esses significados são utilizados, dando inteligibilidade à apropriação feita pelos agentes sociais.

A alusão a essa metáfora serve de pano de fundo para contextualizar as intervenções dos órgãos ambientais que assumiram a gestão do Parque Nacional dos Lençóis Maranhenses, suas modalidades de intervenção e as implicações para a organização social dos grupos familiares que ali vivem e trabalham.

Os elementos que compõem esse contexto também servem para sustentar a tese defendida neste trabalho, isto é, que a atuação dos agentes do órgão ambiental, ao criar dificuldades para a permanência dos grupos familiares no Parque Nacional, contribui para a desocupação gradual da unidade de conservação, ainda que haja formas de resistência por parte das famílias no sentido de garantir sua permanência.

Recuperação histórica da presença dos órgãos de monitoramento ambiental no PARNA

Desde a sua criação, em junho de 1981, a gestão do Parque Nacional dos Lençóis Maranhenses foi assumida por três órgãos ambientais. Em contextos político-institucionais e assumindo competências específicas esses órgãos estabeleceram diferentes relações com grupos de famílias que já residiam nessa área.

Em junho de 1981, o Parque Nacional dos Lençóis Maranhenses foi criado, ficando subordinado ao Instituto Brasileiro de Desenvolvimento Florestal (IBDF), órgão vinculado ao Ministério da Agricultura, criado em 1967, e que tinha como finalidade “[...] formular a política florestal bem como a orientar, coordenar e executar ou fazer executar as medidas necessárias à utilização racional, à proteção e à conservação dos recursos naturais renováveis e ao desenvolvimento florestal do País” (BRASIL, 1967, Art. 2).

Na administração da grande área formada pelos 155 mil hectares, o IBDF tinha como principal atribuição o cumprimento da finalidade do Parque Nacional dos Lençóis Maranhenses: “[...] proteger a flora, a fauna e as belezas naturais, existentes no local” (BRASIL, 1981). Essa finalidade se subordinava expressamente ao Código Florestal instituído em 1965, que considerava essas áreas como sendo “[...] bens de interesse comum a todos os habitantes do país (Art. 1) [e proibida expressamente] qualquer forma de exploração dos recursos naturais nos Parques Nacionais, Estaduais e Municipais” (BRASIL, 1965, Parágrafo Único do art. 5).

Ocorre que até 1989, quando o IBDF foi extinto, essa administração foi feita à distância, nunca presencialmente no Parque Nacional. No mesmo ano foi criado o Instituto Brasileiro de Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (IBAMA), vinculado ao Ministério do Meio Ambiente, que passou a assumir a gestão da unidade de conservação.

Segundo Graça (2010, p. 58), passaram-se 17 anos entre a data da criação do Parque e a chegada de representantes do órgão ambiental em Barreirinhas.

De acordo com informações obtidas junto ao referido órgão [IBAMA], percebe-se que houve uma lacuna no intervalo de tempo entre o marco de criação do Parque Nacional dos Lençóis Maranhenses e o período da chegada do órgão gestor na área. O fato é justificado por deficiências na própria estrutura do IBAMA, no que se refere ao quadro de pessoal. Assim, de fato, a gestão do Parque Nacional dos Lençóis Maranhenses tem início a partir de 1998, período em que o gestor passou a residir em Barreirinhas.

Foi somente no final da década de 1990 que o IBAMA chegou ao município de Barreirinhas como órgão gestor do Parque Nacional. Em 2000 foi construída a sede do Parque

e no período de 2000 a 2003 foi elaborado o Plano de Manejo, demarcado o perímetro do PARNA e se assistiu à chegada de técnicos concursados na sede do município.

Analisando documentos e tomando por base os relatos das famílias das localidades pesquisadas, é possível afirmar que em dezoito anos de gestão dessa unidade de conservação, o IBAMA atuou mais na realização de ações relativas à organização administrativa do Parque, do que propriamente na fiscalização do cumprimento da finalidade do PARNA.

Em 2002 foi realizado o primeiro cadastro fundiário pelo Instituto de Pesquisa, Educação e Meio Ambiente (IPEMA)⁵⁰, que identificou 41 localidades em um total de 681 núcleos residenciais inseridos na área do Parque Nacional dos Lençóis Maranhenses. Com base nos dados de 1977⁵¹, o IBAMA aprovou o Plano de Manejo, por meio da Portaria n.º 48, de 15 de setembro de 2003.

De acordo com o IBAMA, esse Plano foi elaborado tendo como base “informações obtidas na Avaliação Ecológica Rápida, bem como na Oficina de Planejamento, ocorrida em março de 2011, com a participação da comunidade dos municípios do entorno da Unidade de Conservação e dos vários segmentos da sociedade” (2003, p. 147).

Orientados por uma ideologia conservacionista, os elaboradores do Plano de Manejo do Parque Nacional dos Lençóis Maranhenses identificaram como “principais conflitos” processos associados à intervenção humana: “[...] questões fundiárias; residentes na área; presença de animais domésticos; existência de espécies exóticas/domésticas; desmatamento e caça; atividades agrícolas; atividade agropecuária extensiva” (IBAMA, 2003, p. 146). De outro lado também destacaram “a riqueza da fauna marinha, a presença de ambientes ainda bem conservado” (IBAMA, 2003, p. 152) como um dos fatores indicados na Oficina de Planejamento como importantes para o Parque Nacional, contradizendo, assim, a

⁵⁰ Esse levantamento foi feito através de convênio IBAMA/CHESF/IPEMA, com fonte de recursos de compensação ambiental da linha de transmissão 500kV – Presidente Dutra/MA – Fortaleza II/CE. A maioria das localidades é formada por menos de 10 casas (54%). Cerca de 27% das localidades possuem menos de 05 casas e apenas uma possui mais de 50 estabelecimentos (Travosa, Município de Santo Amaro). Número de habitantes residentes nos limites do PARNA – representa cerca de 22,5% da população total do município de Santo Amaro (9.663) e 3,7% do município de Primeira Cruz (10.668) e 3,2% de Barreirinhas (39.260). A maior parte das famílias declarou residir no local entre 20 e 29 anos (21%) e entre 40 a 49 anos (18%) – esse tempo de residência está diretamente relacionado com a idade dos moradores, não sendo referencial para inferir há quanto tempo as localidades existem. A área total ocupada pelos estabelecimentos cadastrados foi de 9.767ha. Desta, 62% estão no município de Barreirinhas, 34% em Santo Amaro e 4% em Primeira Cruz. O que corresponde a 6,3% da área total do PARNA.

⁵¹ Em 1977, foi elaborado o documento Levantamento Fundiário do Parque Nacional dos Lençóis Maranhenses (levantamento cartorário, questionários e plantas baixas das propriedades e posses) pela empresa AGRITOPPO, através do convênio com o IBDF. O IBAMA registrou um contingente aproximado de 215 famílias residentes na área do Parque, na condição de posseiros e mais uma área correspondente a 29% do Parque Nacional dos Lençóis Maranhenses, composta por propriedades com registro definitivo de posse (ICMBio, 2009).

associação da presença das famílias a processos de destruição da natureza.

A partir do Plano de Manejo, o Estado brasileiro atribuiu novas classificações aos ambientes, finalidades e usos da área territorializada pelos grupos familiares. Por meio desse instrumento técnico, o perímetro do Parque foi dividido em zonas – “[...] espaços específicos para administração, aplicação de alternativas de manejo e medidas de proteção dos valores naturais, históricos e sociais” (IBAMA, 2003, p. 139). A partir do zoneamento foram estabelecidas quatro Zonas: Primitiva, de Uso Extensivo, de Uso Intensivo e de Uso Especial; e determinado os objetivos, limites e normas gerais de uso dessas áreas, conforme o quadro abaixo:

Quadro 12 – Caracterização geral do zoneamento do Parque Nacional dos Lençóis Maranhenses.

Zonas	Critérios de Zoneamento	Caracterização Geral				
		Meio físico	Meio biótico	Meios socioeconômico	Principais conflitos	Uso permitido
Zona Primitiva - Baixa Grande; - Queimada dos Britos; - Lagoas Interdunares.	Representatividade: alta; Riqueza de espécies: alta; Suscetibilidade: alta; Variabilidade ambiental: média; Grau de conservação: médio alto; Acessibilidade: baixa.	Dunas e lagoas interdunares.	Mata de restinga.	Presença humana.	Questão fundiária; Residentes na área; Visitantes eventuais; Presença de animais domésticos.	Pesquisa científica; Proteção; Uso público restrito.
Zona de Uso Extensivo Maior área do Parque, abrangendo: - Praia dos veados; - Estuário da Baleia; - Lago de Travosa; - Parte do Lago de Santo Antonio; - O litoral: Praia dos Lençóis Pequenos e dos Lençóis Grandes; - A maior parte do campo de dunas livres, com as lagoas interdunares; - Lagoas Azul, Bonita e da Esperança; - Buriti Amarelo; - As paleodunas dentro do limite do Parque.	Representatividade: média alta; Riqueza de espécies: média; Suscetibilidade: média alta; Variabilidade ambiental: alta; Grau de conservação: médio; Acessibilidade: baixa.	Litoral; Planícies fluviomarinhas ; Campos de dunas livres e fixas; Lagos e lagoas interdunares; Planície de deflação eólica.	Mata de restinga e manguezal.	Presença humana esparsas, disposta em pequenos núcleos; Visitação nas áreas das lagoas consolidadas.	Questão fundiária; Residentes na área; Existência de espécies exóticas/domésticas; Desmatamento e caça; Atividade agrícola.	Pesquisa científica; Proteção; Uso público controlado.
Zona de Uso Intensivo - Cantinho; - Santo Antonio; - Atins/Santo Inácio.	Representatividade: média; Grau de conservação: médio; Potencial de uso público: alta.	Planícies fluviomarinhas ; Campo de dunas livres com lagoas interdunares.	Mata e campo de restinga.	Moderado uso público.	Questões fundiárias; Residentes; Atividades agrícolas; Espécies exóticas.	Instalação de equipamentos para uso público e pesquisa; Estacionamento; Administração e Proteção.
Zona de Uso Especial - Distrito de Travosa; - Todos os Postos de Fiscalização.	Grau de conservação: baixo; Acessibilidade: baixa-média; Proteção: baixa; Presença de infraestrutura: média-alta; Ocorrência de núcleo populacional: alta.	Planície fluviomarinhas ; Dunas e Lagos.	Manguezal; Mata e campo de restinga.	Ocorrência de núcleo populacional; Presença de energia elétrica. e meios de comunicação.	Questão fundiária; Atividade agropecuária extensiva; Espécies exóticas.	Proteção; Pesquisa científica; Trânsito dos moradores.

Fonte: IBAMA (2003).

De acordo com o quadro acima, foram permitidos estudos e pesquisas científicas sobre a dinâmica ambiental e cultural em duas zonas - Primitiva e de Uso Extensivo - e atividades de visitação, lazer e educação ambiental em todas as demais. De modo específico, foram proibidas a implantação e a manutenção de qualquer infraestrutura nas localidades de Queimada dos Britos e Baixa Grande (na Zona Primitiva); seriam erradicadas as espécies exóticas em 69,85% da área total do Parque (Zona de Uso Extensivo); e seria impedido o estabelecimento de novos moradores na área do povoado Travosa.

Esse conjunto de normas se baseia em uma ideia de proteção ambiental que não admite presença humana. Para Diegues (2001, p. 13), trata-se de uma “[...] concepção específica da relação homem/natureza própria de um tipo de naturalismo”, para a qual

[...] a única forma de proteger a natureza era afastá-la do homem, por meio de ilhas onde este pudesse admirá-la e reverenciá-la. Esses lugares paradisíacos serviriam também como locais selvagens, onde o homem pudesse refazer suas energias gastas na vida estressante das cidades e do trabalho monótono [...]. Esse neomito, ou mito moderno, vem impregnado, no entanto, do pensamento racional representado por conceitos como ecossistema, diversidade biológica etc. (DIEGUES, 2001, p. 13).

O mesmo Plano de Manejo prevê que enquanto não forem reassentados os grupos de famílias do Parque (IBAMA, 2003), serão erradicadas espécies de plantas exóticas e será impedido o estabelecimento de novos moradores, assim como de novas edificações (IBAMA, 2003).

Assim, podemos afirmar que o processo de imposição de novas regras de uso dos diferentes ambientes nos limites do Parque Nacional dos Lençóis Maranhenses foi reafirmado com a elaboração do Plano de Manejo, em 2003, e se deu efetivamente com a chegada de agentes ambientais vinculados ao ICMBio, a partir de 2007.

Alteração na relação do Estado com as famílias das localidades: a criação do ICMBio

Em 28 agosto de 2007, por meio da Lei nº 11.156, foi criado o Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMBio), autarquia federal vinculada ao Ministério do Meio Ambiente, tendo como finalidade a execução da política nacional de unidades de conservação da natureza, inclusive exercendo o poder de polícia ambiental para a proteção dessas unidades instituídas pela União. Nesse contexto, o ICMBio passou a fazer a gestão de todas as áreas federais de proteção ambiental, a exemplo do Parque Nacional dos Lençóis Maranhenses.

Ao contrário do que ocorreu no período em que o IBAMA geriu o Parque Nacional dos Lençóis Maranhenses, a partir de 2007, com a chegada de fiscais do órgão ambiental à sede do Parque, foi verificada a predominância da fiscalização do cumprimento das novas regras de uso dos recursos, além de um conjunto de ações que visavam preparar as condições para a retirada das famílias do Parque.

A predominância da fiscalização, bastante referenciada pelos grupos familiares, contrasta com aquilo que, de acordo com o Plano de Manejo, deveria ser também atribuição dos fiscais ambientais, ou seja, além da fiscalização, exercerem “atividades educativas e de orientação aos visitantes e residentes do Parque” (IBAMA, 2003, p. 160).

Entre setembro de 2007 e abril de 2008, o ICMBio (2008, p. 6) realizou o diagnóstico socioambiental de 13 localidades presentes no PARNA⁵² visando “[...] caracterizar o modo de vida de algumas populações residentes no interior do PNLM, identificar as pressões existentes e o grau de ocupação e consolidação de cada povoado visitado”. A perspectiva era que esse diagnóstico servisse como subsídio para a implementação de ações no Parque, como “[...] formulação de Termo de Compromisso [e] medidas conservacionistas embasadas na realidade cultural local” (ICMBio, 2008, p. 6).

A realização desse diagnóstico estava relacionada a eventos como “[...] o advento da pavimentação da rodovia MA-402 [e a] implantação de políticas públicas, tais como Luz para Todos, a construção de escolas e postos de saúde, [que poderiam contribuir para] consolidar os povoados no interior do PNLM” (ICMBio, 2008, p. 4), o que de acordo com a Lei nº 9985/00, que institui o SNUC, seria incompatível com o objetivo da unidade de proteção integral.

Em 2009, técnicos do ICMBio (2009, p. 1-7) analisando

[...] o histórico e o estado atual do processo de consolidação territorial do PARNA Lençóis Maranhenses, visando apontar perspectivas futuras que venham articular a consolidação territorial com a gestão participativa da UC, [consideraram] [...] urgente a realização de um amplo cadastramento que marque um referencial mais preciso com relação a quem, quantos são e quais as residências ocupadas por famílias que já habitavam a região antes da criação do Parque Nacional dos Lençóis Maranhenses.

⁵² Esse diagnóstico identificou 2.048 pessoas e 488 residências, sendo 446 pessoas e 110 residências na região das praias (Atins, Santo Inácio, Canto do Atins e Ponta do Mangue); 85 moradores e 17 residências na região das dunas (Queimada dos Britos e Baixa Grande); 701 moradores e 165 residências na região de restinga (Betânia, Buritizal dos Felipes, Avenca, Queimada Grande, Baixão e Baixinha); e 816 moradores e 196 residências na região de Travosa (Travosa) (ICMBio, 2009, p. 4).

Articulada a essas ações vinculadas ao processo de consolidação territorial da unidade de conservação que tem como perspectiva o reassentamento das famílias, os agentes do ICMBio desenvolveram outras atribuições específicas como fiscalização e responsabilização em função de denúncias formais ou informais.

É a partir desse momento que grupos familiares fazem referência a um conjunto de restrições, proibições e sanções aplicadas pelo órgão ambiental, sinalizando assim para uma aplicação efetiva das novas finalidades e formas de uso dos ambientes e recursos do território, e associando essa presença a um conjunto de conflitos manifestos em situações, conforme relatos abaixo:

Outro dia apareceram aqui na minha casa [fiscais do ICMBio], perguntaram pelo meu filho. Disseram que receberam uma denúncia de que ele tinha roçado uma roça grande. Pediram para eu mostrar a roça; fui com eles e disseram que a roça não era grande, mas que para roçar a gente tinha de pedir a licença; depois multaram meu filho em R\$ 600,00 e me disseram que a gente tinha 20 dias para se virar (Sr. José Alves, de Tratada dos Carlos, Conversa informal, agosto de 2014).

Tinha uma casa de palha e barro, e quando, em 2009, fomos reformar, os fiscais do ICMBio vieram e nos multaram em mais ou menos R\$ 200,00 e barraram o serviço da construção da casa. A Associação de Ponta do Mangue, Colônia de Pescadores e o STTR chamaram o ICMBio e fizeram reunião em Ponta do Mangue. Depois o ICMBio liberou a construção da casa e não pagaram a multa. Nessa reunião foi tratado também a reforma da casa de Vanúzia (Ana Célia, de Ponta do Mangue, Conversa informal, em novembro de 2014).

Os relatos acima sinalizam para modalidades de intervenção dos fiscais do ICMBio nessas duas localidades, isto é, a de proibições e restrições de práticas que fazem parte da vida cotidiana dos grupos familiares. O não cumprimento das normas impostas também implicou a aplicação de multas e embargos, como veremos no próximo item.

Modalidades de intervenção do órgão ambiental

Orientados por uma noção de conservação do mundo natural, os agentes do órgão ambiental têm pautado as suas ações associando a presença das famílias e suas práticas à problemas e processos que destroem a natureza. A partir dessa noção, a intervenção humana, vista negativamente, justificaria a implementação de políticas de proteção ambiental autoritárias que se chocam com as práticas das famílias.

Nesse contexto, os agentes de fiscalização têm desenvolvido suas ações em diferentes modalidades de intervenção, seja na liberação de atividades consideradas de uso indireto, seja na proibição e sanções em função de atividades não admitidas numa unidade de

proteção integral.

Analisando informações oficiais do ICMBio, disponíveis em seu sítio na internet, verificou-se uma diversidade de eventos sobre os quais incidem a ação de fiscalização dos agentes denominadas de infrações administrativas ambientais, entendidas como “[...] toda ação ou omissão que viole as regras jurídicas de uso, gozo, promoção, proteção e recuperação do meio ambiente, conforme o disposto no Decreto nº 6.514, de 22 de julho de 2008” (Art. 3º, inciso I, da Instrução Normativa (IN) do ICMBio nº 06, de 01 de dezembro de 2009) (BRASIL, 2009).

O registro dessas infrações administrativas ambientais, a formalização e a certificação aos interessados são feitos por meio do Auto de Infração, que de acordo com a citada IN ICMBio nº 06, Art. 3º, inciso V, é o

[...] documento lavrado em formulário próprio por meio do qual o agente de fiscalização registra, formaliza e certifica a prática de infração administrativa ambiental, aplicando, quando necessário, medidas administrativas cautelares, e indicando as sanções administrativas aplicáveis à espécie (BRASIL, 2009).

De acordo com a “Relação de Processos de Autos de Infração para Julgamento” (ICMBio, [2010]), observou-se a ausência do período de 2007 a 2009, indicando que o número de processos oriundos de infrações administrativas ambientais é mais amplo do que o publicizado pelo ICMBio. Registre-se que nessa relação é especificado o número do processo, o interessado (que pode ser pessoa física ou jurídica), CPF/CNPJ e número do Auto de Infração, não especificando o município onde ocorreu, localidade de origem das pessoas físicas e de qual infração ambiental são acusadas de terem cometido.

Assim, no período de 2010 a 2016 foram verificados 179 processos de Autos de Infração no Parque Nacional dos Lençóis, conforme quadro abaixo:

Quadro 13 – Número de processos de Autos de Infração no PARNA Lençóis Maranhenses, no período de 2010 a 2016.

Ano	Número de Auto de Infração
2010	02
2011	36
2012	31
2013	27
2014	19
2015	50
2016	14
Total	179

Fonte: Elaborado pela autora a partir de dados do site ICMBio (2017).

Outro documento oficial do ICMBio especifica áreas embargadas, por município, no Parque Nacional dos Lençóis Maranhenses, no período de 2009 a 2014, conforme o quadro abaixo:

Quadro 14 – Áreas Embargadas no Parque Nacional dos Lençóis Maranhenses, no período de 2009 a 2014.

Nº Auto de Infração	Autuado	Descrição da Infração	Município	Data Auto de Infração	Área
022519	Adriano Cabral Garcia	Adotar conduta em desacordo com os objetivos da UC, construindo uma casa de alvenaria sem autorização do órgão.	Barreirinhas	25/07/2014	
007286	Ivanelio Almeida dos Santos	Causar dano direto à UC por meio da limpeza da vegetação nativa para estabelecimento de roça.	Santo Amaro do Maranhão	19/11/2013	
034954	Hytec Construções & Terraplanagem	Construir rodovia na zona de amortecimento do parque sem anuência do órgão gestor.	Santo Amaro do Maranhão	03/09/2014	
000363	José Clodoaldo Rodrigues	Destruir vegetação natural de restinga em área de preservação permanente (mangue de curso d'água).	Barreirinhas	19/08/2009	0,36 hectares
003802	Jucelino da Conceição Santos	Causar dano direto ao PARNA Lençóis Maranhenses pela supressão da vegetação nativa em uma área de 500 m ² e construção de palha de 50 m ² .	Santo Amaro do Maranhão	26/11/2009	500 metros quadrados
003803	José Ribamar Sousa Conceição	Causar dano direto ao PARNA Lençóis Maranhenses pela supressão da vegetação nativa em uma área de 1000 m ² .	Santo Amaro do Maranhão	26/11/2009	1000 metros quadrados
005123	Ailton Cabral de Souza	Causar dano ao PARNA Lençóis Maranhenses através da construção de 1 residência de alvenaria.	Barreirinhas	20/11/2009	
005124	José Carlos dos Santos Aguiar	Causar dano ao PARNA Lençóis Maranhenses através da construção de 1 residência de alvenaria.	Barreirinhas	21/11/2009	
005126	José Carlos Lopes Menezes	Causar dano ao PARNA Lençóis Maranhenses através do corte localizado de 1,45 ha de floresta nativa.	Santo Amaro do Maranhão	26/11/2009	1,45 hectares
011644	Maria Leônia Dias Mendes	Destruir floresta e demais formas de vegetação natural, em APP na zona de amortecimento de UC.	Barreirinhas	16/03/2010	4858,76 metros quadrados
011647	José Raimundo Ribeiro da Silva	Realizar construção de uma igreja na UC sem a devida autorização do órgão competente.	Santo Amaro do Maranhão	14/09/2011	não especificada

Nº Auto de Infração	Autuado	Descrição da Infração	Município	Data Auto de Infração	Área
014647	Francisco Rocha Silva	Danificar vegetação nativa sem aprovação do órgão ambiental competente no entorno do PARNA Lençóis Maranhenses - área danificada: 02 hectares. Obs: houve uso de fogo.	Santo Amaro do Maranhão	03/09/2010	2 hectares
014654	Maria Zélia Nascimento Sousa	Promover construção em solo não edificável (app), assim considerado em razão de seu valor ecológico, sem autorização da autoridade competente, na zona de amortecimento do PARNA.	Barreirinhas	15/02/2011	não especificada
014657	Prefeitura Municipal de Santo Amaro	Realizar atividade (obra de urbanização no povoado Travosa) em desacordo com os objetivos do parque nacional.	Santo Amaro do Maranhão	02/03/2011	não especificada
014665	Segisnando Diniz da Silva	Impedir a regeneração natural de vegetação ciliar nativa em área de preservação permanente na zona de amortecimento do parque nacional.	Barreirinhas	06/07/2011	não especificada
017762	Gilderan Conceição Santos	Danificar 0,2 hectares de vegetação natural em área considerada de preservação permanente (margem do rio), no interior do parque nacional.	Barreirinhas	20/08/2009	0,2 hectares
017761	Antonio Carlos Alves Catarino	Danificar 0,3 hectares de vegetação natural em área considerada de preservação permanente (fixadora de duna), no interior do parque nacional.	Barreirinhas	19/08/2009	0,3 hectares
023561	Obdi Ferreira Azevedo Júnior	Construção de residência em área de preservação permanente inserida na zona de amortecimento do PARNA sem autorização do órgão competente.	Barreirinhas	12/01/2010	não especificada
027779	Sérgio Ricardo da Costa Pelúcio	Vide auto de infração nº 000369- A (promover construção em solo não edificável às margens da lagoa da esperança, no interior do PARNA).	Barreirinhas	11/03/2011	não especificada
027782	Josilene Silva Araújo	Promover construção em solo não edificável. Construção de um flutuante dentro do rio preguiça, no interior da zona de amortecimento do parque nacional.	Barreirinhas	25/03/2011	não especificada

Nº Auto de Infração	Autuado	Descrição da Infração	Município	Data Auto de Infração	Área
027792	Igreja Adventista do Sétimo Dia	Construir uma igreja sem qualquer tipo de licença ou autorização às margens do rio Preguiça (44m), no interior da zona de amortecimento do parque nacional, em área de preservação permanente.	Barreirinhas	20/07/2011	não especificada
027793	Igreja Adventista do Sétimo Dia	Descumprir o embargo de nº AI027792-A continuando a construção da igreja.	Barreirinhas	20/07/2011	não especificada
036373	Rosidete Menezes dos Santos	Causar dano ao parque nacional através da construção de uma igreja, sem autorização do ICMBio.	Barreirinhas	03/03/2011	não especificada
035751	Antônio José Batista	Ter em depósito 48,07m³ de madeira sem licença.	Barreirinhas	08/06/2012	não especificada
022484	Reginaldo Aguiar Sousa	Causar dano direto ao parque nacional por meio da construção de edificação em alvenaria não autorizada pela chefia.	Barreirinhas	24/12/2012	não especificada
034923	Joseta Brusaca Pereira	Destruir vegetação natural em área de preservação permanente às margens da lagoa da Betânia, no interior do parque nacional.	Santo Amaro	19/02/2012	5000m²
034932	José Alves Ferreira	Agir em desacordo com os objetivos da unidade de conservação ao fazer roça sem autorização do ICMBio no interior do PNLM.	Barreirinhas	09/01/2013	não especificada
034933	Manoel dos Santos Nunes	Causar dano ao parque nacional ao abrir uma trilha sem autorização do ICMBio no interior da unidade.	Barreirinhas	09/01/2013	não especificada
034936	Infrator não identificado	Destruir/impedir a regeneração natural de vegetação em área de preservação permanente.	Barreirinhas	26/03/2013	não especificada

Fonte: Elaborado pela autora a partir da “Tabela de áreas embargadas”, produzida pelo ICMBio.

De acordo com o quadro acima, de 2009 a 2014, na área do Parque Nacional 29 áreas foram embargadas, das quais, 20 em Barreirinhas e 09 em Santo Amaro. Das vinte (20) áreas embargadas pelos agentes ambientais, doze (12) referem-se à construção de edificações e oito (08) são relativas ao que o órgão ambiental denomina de destruição de vegetação. O ano de 2011 concentrou o maior número de autos de infração (07), enquanto que 2014 o menor número (01).

Em vinte áreas embargadas em Barreirinhas, seis (06) se referem aos eventos ocorridos em Ponta do Mangue (02) e em Tratada dos Carlos (04). Registre-se que algumas áreas embargadas, cujos Autos de Infração foram lavrados de 2007 a 2009, não estão incluídas na Relação de Processos de Autos de Infração para Julgamento.

Para além da ação de fiscalização do cumprimento da finalidade do Parque Nacional, os agentes ambientais desenvolvem outras modalidades de intervenção, dentre elas a de liberação de práticas de uso indireto no Parque Nacional.

Liberação de práticas admitidas pela legislação ambiental brasileira em lagoas e praias de um Parque Nacional

A liberação de atividades consideradas de uso indireto pela legislação ambiental é admitida em áreas de Parques Nacionais e tem sido verificada no PARNA Lençóis Maranhenses. Dentre essas práticas se destacam o turismo e práticas a ela vinculadas, como visitação em lagoas e a modalidade esportiva do *kitesurf* em praias.

O turismo e suas atividades associadas começaram a ser fomentados no Parque Nacional ainda nos anos 80, quando de sua criação. Ramos (2008, p. 276-278) destacou alguns eventos locais e estaduais que já divulgavam Barreirinhas, tendo como atração turística os Lençóis Maranhenses: a Vaquejada Regional, a partir de 1984; a política de divulgação turística do Parque Nacional desenvolvida na década de 1990 por meio da Empresa Maranhense de Turismo (MARATUR), e a inclusão dos Lençóis Maranhenses no Plano Maior⁵³ – Plano Turístico do Estado como um dos polos turísticos maranhenses; e a construção da rodovia MA-402, interligando Barreirinhas a São Luís, em 2002.

Para Graça (2010, p. 6), a organização do turismo no PARNA Lençóis Maranhenses se inicia a partir de “uma série de propostas interventivas” que foram objetos de “[...] acordos de cooperação técnica e parcerias entre Governos Federal, Estadual e Municipal, inclusive com a parceria de um organismo internacional, e do setor privado, como o SEBRAE” (GRAÇA, 2010, p. 62). Nesse sentido, destacou o Programa de Desenvolvimento do Turismo no Nordeste – PRODETUR I e II, o Plano de Desenvolvimento Turístico do Estado do Maranhão – Plano Maior, o Projeto de Desenvolvimento Sustentável do Turismo na Região dos Lençóis Maranhenses, o Projeto Roteiro Turístico Integrado MA-PI-CE, e o Programa Turismo nos Parques (GRAÇA, 2010, p. 62-67). Para essa autora, os Lençóis Maranhenses são uma

⁵³ O Plano Maior foi elaborado por uma empresa espanhola contratada pela Gerência de Turismo, que incluiu também São Luís, Delta das Américas, Chapada das Mesas e Floresta dos Guarás como polos turísticos do Maranhão.

[...] construção midiática em que o Estado e o empresariado articulam-se, em uma poderosa investida de *marketing*, difundindo imagens e propagando discursos no sentido de mercantilizar esse patrimônio da natureza incitando a demanda do turismo, inserindo assim o local na dinâmica global do capital. Em verdade, efetiva-se a produção de um “lugar turístico” conseguindo fetichizar o grande e singular espetáculo dos Lençóis Maranhenses (GRAÇA, 2010, p. 49).

Convertido numa “[...] mercadoria *sui generis*, vendida sob os signos do exótico, do pitoresco” (GRAÇA, 2010, p. 49), o Parque Nacional dos Lençóis Maranhenses deve, ao mesmo tempo, cumprir finalidades de proteção integral dos recursos ambientais. Em outros termos, ao passo que o Estado criou o PARNA, cuja finalidade foi a proteção integral dos recursos, ele fomentou a mercantilização daquilo que foi justificado como seu maior atributo, isto é, sua beleza cênica. Para Silva (2008, p. 17), trata-se de “[...] racionalidades conflitantes [porque a] racionalidade capitalista [...] opõe-se aos propósitos preservacionista e conservacionista da biodiversidade”.

Analisando a atividade turística no Parque Nacional, Silva (2008, p. 19) afirma que

O turismo “bate-volta”, característico da localidade, aparentemente não tem gerado muitos benefícios socioeconômicos à região, tampouco proporcionado o conhecimento do *modus vivendis* das suas populações. Além disso, o notório incremento da infraestrutura urbana, da expansão de equipamentos e serviços turísticos, da especulação imobiliária e da circulação intensa de turistas advindos de vários lugares do mundo, atesta a preocupação com o futuro do destino.

A intensa circulação de turistas no Parque a que se refere Silva (2008, p. 116) foi identificada pelo IBAMA, em 2006, por meio de controle do tráfego de veículos em direção às Lagoas Azul e do Peixe

Constatou em todos os meses uma demanda acima da lograda, com destaque para os meses de janeiro e julho. Segundo os dados colhidos, na época considerada de maior fluxo de visitantes, os toyoteiros transportaram 8.668 e 11.187 pessoas, respectivamente, somente para as duas lagoas citadas, sem incluir o trecho Lagoa Bonita. Desse modo, a média respectiva da visitação diária, 279,6 e 360,9 pessoas, extrapola, significativamente, o contingente permitido em um único roteiro turístico dos Lençóis Maranhenses.

Essa intensa circulação de turistas incide sobre algumas áreas usadas por grupos familiares que vivem no Parque Nacional, como as lagoas do Peixe e Bonita. De acordo com esses grupos, o uso intenso das lagoas pelos turistas provoca o aterramento delas, além da poluição das águas por protetores solares, situação contrária ao que está previsto no Plano de Manejo do PARNA Lençóis Maranhenses – “conferir maior grau de proteção às Lagoas Azul, Bonita, Esperança e do Peixe, diminuindo a intensidade de visitação” (IBAMA, 2003, p. 143).

Algumas famílias deixaram de usá-las por terem pescado peixes com forte odor de cremes e terem encontrado preservativos em suas vísceras.

O grande trânsito de visitantes nas praias afeta também grupos de pescadores que usam Atins, Canto do Atins e Capivara como ambientes de pesca. A liberação da prática esportiva do *kitesurf* nessas praias afugenta os peixes e assim, gradativamente, vão deixando de ser usadas pelos pescadores, que vão se deslocando para outros ambientes.

É nesse contexto que se insere o Programa de Turismo nos Parques, de iniciativa do Ministério do Meio Ambiente, ICMBio, Ministério do Turismo e EMBRATUR. Criado em 2006 e baseado em estudos realizados no Plano de Ação para Estruturação e Promoção do Turismo nos Parques Nacionais, esse Plano foi elaborado pelo Grupo de Trabalho Interministerial (GTI), que estabeleceu prioridades para 25 Parques Nacionais, dos quais foram selecionados 06 e, entre esses, o PARNA Lençóis Maranhenses.

Tendo como perspectiva ampliar a visitação pública nessas unidades de conservação, foram previstos investimentos no interior dos Parques e nos municípios dos entornos. Nesse cenário, em abril de 2017, o ICMBio publicou chamada pública relativa à “concessão de prestação de serviços de apoio à visitação pública e cobrança de ingresso no Parque Nacional dos Lençóis Maranhenses”, e em 18 de maio de 2017 foi assinada a Portaria nº199, pelo Ministro de Meio Ambiente, que estabeleceu critérios para cadastramento e autorização dos serviços de condução de visitantes e transporte, com fins turísticos, no Parque Nacional. Destaque-se que essa proposta de concessão de prestação de serviços, em 2003, já era prevista como terceirização de alguns serviços⁵⁴ no Plano de Manejo do Parque Nacional dos Lençóis Maranhenses.

Nesse contexto de promoção do turismo pelo Estado brasileiro no PARNA Lençóis Maranhenses, grupos familiares, especialmente de localidades de maior trânsito de turistas, denunciam impactos negativos produzidos por essa prática, como contaminação das águas de lagoas e dos peixes, redução de ambientes manejados como praias e lagoas, ao mesmo tempo em que participam de atividades associadas ao turismo, como a produção e comercialização de castanha do caju e de produtos artesanais, que abastece o mercado turístico, da construção de restaurantes para recepção de turistas ou ainda a prestação de serviço de guia turístico para agências de turismo.

⁵⁴ Os serviços a serem terceirizados, por meio de licitação, serão: estacionamento, transporte no interior da UC, aluguel de bicicleta, lanchonetes, restaurantes, passeios de barco e outras atividades aquáticas, trilhas guiadas, lojas de souvenir, áreas de acampamento, atividades de interpretação e demais atividades de uso público, recolhimento e transporte do lixo produzido no interior do Parque (IBAMA, 2003, p. 167).

Nesse sentido, verificou-se em Ponta do Mangue a construção de 05 pequenos restaurantes com venda de artesanato produzido localmente, além de venda de produtos para proprietários de restaurantes e pousadas em Canto do Atins, enquanto que em Tratada dos Carlos e Tucuns confeccionam produtos artesanais que são vendidos para lojas situadas na sede de Barreirinhas ou para comerciantes que revendem para outros municípios, como São Luís, ou para outros estados.

Num quadro de comprometimento das condições materiais de vida dos grupos familiares, a venda do artesanato, para algumas famílias, especialmente nos períodos de maior presença de turistas, pode significar uma melhoria da renda familiar, ainda que, de acordo com as mulheres que confeccionam, não seja pago a elas valores justos pelos comerciantes.

Interesses recreativos, econômicos e de sustentabilidade ecológica coexistem num cenário de disputas territoriais entre distintos agentes - população urbana que busca no Parque Nacional a natureza para contemplação e lazer, os empresários do setor de turismo que transformam atributos estéticos em mercadoria, e grupos familiares que manejam recursos ambientais para a sua reprodução social.

As *comunidades tradicionais*, ainda que participem de algumas atividades associadas ao turismo, disputam com os agentes privados, com a sociedade urbana e com o próprio Estado em condições desiguais o direito de permanência em suas localidades, haja vista que, de acordo com a legislação ambiental, não é admitida a presença de moradores em Parques Nacionais, ao contrário da prática do turismo.

Proibições de atividades relativas à agricultura, pesca e criação de animais

As proibições de atividades econômicas desenvolvidas pelos grupos familiares como agricultura, criação de animais e pesca são justificadas pela legislação ambiental, que não admite presença humana permanente em unidade de proteção integral.

Nesse contexto, foram verificados em Tratada dos Carlos alguns eventos em que houve a proibição, a aplicação de multas e a autorização para implantação de roçados, conforme veremos nos eventos elencados abaixo:

Em 2009, Gildevan foi multado porque havia roçado uma área sem autorização do ICMBio. Foi multado em R\$ 10.000,00 (dez mil reais). A família pagou uma advogada que lhes disse que tinha retirado a multa. Depois, quando foi fazer uma compra à crédito, descobriu que seu CPF estava com restrições de crédito. Provavelmente foi incluído na Dívida Ativa da União.

Em 2012, o Sr. Josimar encontrou os agentes do ICMBio perto de sua roça. Perguntaram a ele se não sabia que era proibido *roçar*. Que iriam reunir as famílias de Tratada dos Carlos para informar dessa proibição. O Sr. Josimar disse que eles nunca voltaram para fazer isso.

No período de 2012 a 2013, em Tratada dos Carlos, houve mais dois casos já citados anteriormente, envolvendo o Sr. José Alves, 76 anos, e Dona Nazaré Lisboa, 68 anos, que resultaram em multa, no caso dele, e em proibição da implantação do roçado, no caso dela. Destaque-se que nos dois eventos houve implantação dos roçados. No mesmo ano o Sr. José Alves implantou seu roçado, e no ano seguinte, Dona Nazaré e seu neto implantaram o seu.

Em junho de 2015, quando um agente do ICMBio foi verificar a casa de Gilson que estava sendo construída, teria visto sua roça em frente à sua casa e perguntou de quem era aquela roça. Gilson disse que era sua e o agente lhe disse que a próxima roça precisava ter autorização do ICMBio.

De acordo com os informantes, a fiscalização pelos agentes ambientais, *in loco*, seria feita a partir de denúncias recebidas pelo órgão ambiental. Os próprios agentes comentavam que a presença deles se justificava pelas denúncias feitas, o que servia para criar desconfianças sobre quem teria feito a denúncia contra os demais moradores da localidade.

Por outro lado, durante a fiscalização *in loco*, os agentes abordavam os moradores para lhes lembrar de que a prática tradicionalmente realizada por todos os grupos familiares era proibida e que precisavam de autorização do órgão ambiental para fazê-la.

Essa fiscalização incide sobre antigas e novas, grandes e pequenas áreas agricultáveis, não fazendo diferença para os agentes ambientais o menor e o maior impacto produzidos pelos roçados sobre o solo e sobre a cobertura vegetal.

Outro aspecto importante das ações de fiscalização dos agentes do ICMBio é a forma de abordagem dos supostos denunciados. O evento que envolveu Dona Nazaré Lisboa é exemplar. Os agentes se apresentaram armados e estabeleceram um diálogo marcado pelo desrespeito a uma senhora idosa que naquele momento se encontrava sozinha, o que causou nela medo e nervosismo.

A atuação dos agentes do ICMBio também inclui a autorização para a implantação dos roçados, como ocorreu com os senhores Zé Ricardo, Gilson e Josimar, em Tratada dos Carlos.

A fiscalização pelo órgão ambiental também incide sobre as áreas onde realizam atividade da pesca, atingindo grupos familiares de diferentes localidades, que tenham ou não a

pesca como sua principal atividade.

Foram verificadas proibições de algumas condições materiais para desenvolvê-la, como 1) uso de quadriciclo, meio de transporte utilizado por muitas pessoas para irem até os locais de pesca, 2) cercamento e construção de barracas em praias, como veremos nos eventos abaixo:

Para uma moradora de Tratada dos Carlos, quem pesca em lagoas realiza essa atividade com muito medo, porque se os fiscais do ICMBio os encontrarem podem apreender os apetrechos de pesca.

Dona Maria do Celso, de Ponta do Mangue, tem uma barraca de pesca na Praia de Canto do Atins. Quando foi reformá-la, em abril de 2016, um agente do ICMBio apareceu e ameaçou multá-la. Ela argumentou que se tratava de uma reconstrução e não uma nova construção, e ele teria liberado.

Os eventos acima sinalizam para uma modalidade de intervenção orientada para o estabelecimento de restrições ao conjunto de atividades que constituem a prática da pesca tradicionalmente realizada pelas famílias.

Em relação à criação de animais, para além das proibições impostas pelo órgão ambiental gestor do Parque Nacional, foi instituída a lei municipal nº 546, de 17 de abril de 2006, pelo município de Barreirinhas, que dispôs sobre “[...] áreas prioritárias para criação, onde as roças deverão ser protegidas por cercas” (BARREIRINHAS, 2006).

De acordo com essa lei, as referidas áreas seriam aquelas que compõem o que é denominado localmente como *região das areias* – Santa Rita, São Pedro Massalino, Fura Braço, Santa Maria II, Engenho, Canoas, Juçaral das Canoas, São José dos Sacos, Roça do Meio, Maricão, Lagoa da Esperança, Mucambo, Final da Pedra, Massangano dos Maçus, Aníbal, Buriti Amarelo, Vargem Danta, Baixa Grande, Vargem D’água, Buritizal, Bracinho, Tratada de Cima, Caboclo I, Caboclo II, Massangano I, Massangano II, Guarimã dos Pregos, Bom Passar, Tucuns, Tratada dos Carlos, Achuí, Cedro, Atoleiro, Gambá, Sucuruju, Mata Fome, Paú, Carnaubeira, Bom Jardim e Mirinzal. Algumas localidades estão situadas nos limites do Parque Nacional dos Lençóis Maranhenses ou em sua zona de amortecimento. Ainda de acordo com essa lei, ficaria proibida a realização dessa atividade por parte de criadores que não residissem nessas áreas (BARREIRINHAS, 2006).

Assim, em algumas localidades a criação de animais seria solta, com cercamento das roças, em outras, os animais seriam criados presos, com roças abertas, isto é, sem cercas.

Para o Ministério Público Federal (MPF), a lei municipal seria inconstitucional porque o município não poderia legislar em áreas da União. A partir desse entendimento, no

mesmo ano foi ajuizada uma Ação Civil Pública contra o município de Barreirinhas, que ainda tramita na Justiça Federal.

O Juiz de Direito e o Promotor de Justiça da Comarca de Barreirinhas, quando provocados, referenciavam suas atuações no Código Civil brasileiro, de modo particular em seu art. 936, que trata da responsabilidade civil do dono de animais – “O dono, ou detentor, do animal ressarcirá o dano por este causado, se não provar culpa da vítima ou força maior” (BRASIL, 2002c). Orientados por essa norma, teriam se manifestado pelo não cercamento de roças e pela criação de animais presos.

No contexto de divergências entre Município, MPF, Ministério Público Estadual e Judiciário local, algumas localidades como Tratada dos Carlos, Bom Jardim e Achuí decidiram não cercar mais suas roças e criar animais presos, enquanto que criadores de outras localidades resolveram continuar criando animais soltos, como Caboclo, Bom Passar, Tucuns, Massangano II, Carnaubeira e Cedro.

De outro lado, os agentes do ICMBio, orientados pela legislação que não admite a presença dos grupos familiares em Parques Nacionais, e conseqüentemente o desenvolvimento de suas práticas, proíbem a criação de animais. A fiscalização sobre essa atividade é intensa especialmente em localidades de maior presença e trânsito de turistas, como em Ponta do Mangue e Tratada dos Carlos, respectivamente.

Grande parte das famílias de Ponta do Mangue solta seus animais durante o dia e à noite os prendem. Mas, há aqueles que ainda os criam soltos, contrariando assim às restrições impostas pelo ICMBio. “Os porcos dormem em chiqueiro e nos morros. Nos campos ainda tem muitos porcos das próprias famílias”. A presença desses animais não seria bem vista especialmente por visitantes interessados em suas belezas cênicas.

O Sr. Emídio viveu dois eventos que revelam a atuação dos agentes ambientais em relação à proibição da criação de porcos e bodes. No primeiro evento, um agente teria ido até à Lagoa do Mário, próximo à casa do Sr. Emídio e perguntado se ele era o dono dos porcos que se encontravam naquele local e ele teria dito que não sabia de quem eram os animais.

No segundo evento, a atuação dos agentes teve como foco construções de estruturas para criação de caprinos em Canto do Atins. O Sr. Emídio cria caprinos nessa localidade, onde tem um chiqueiro e um vaqueiro que olha seus animais. Os agentes do ICMBio proibiram o cercamento e a construção de uma barraca nessa localidade. Diante dessa proibição, ele conversou com um agente ambiental, que foi lá no local e liberou as construções.

Em Tratada dos Carlos, área de trânsito de turistas para a Lagoa Bonita, foram verificadas outras restrições à criação de animais. De acordo com o Sr. José Domingos, “[...] o ICMBio não quer que se cave um poço para ter água para os animais da criação familiar beberem. Por isso, tenho que trazer minhas cabeças de gado bovino de dois em dois dias para beber”.

Proibições e sanções também foram verificadas em relação à construção de novas edificações em localidades de grande trânsito de turistas, seja próxima das praias, seja no trajeto rumo às lagoas.

Autorização para construção de novas edificações como casas, igrejas ou campos de futebol

Articulada às proibições e restrições ao uso dos recursos no Parque Nacional, outra modalidade de intervenção dos agentes do ICMBio refere-se à exigência de autorização por parte do órgão ambiental para construção de novas edificações pelos grupos familiares, como casas, igrejas, barracas e cercados em praias, campo de futebol, dentre outras.

Essa exigência não é aplicada efetivamente em localidades mais distantes das áreas de passagem ou de concentração de turistas, como em Tucuns, em que várias casas foram construídas sem que as famílias pedissem autorização e nem por isso foram objeto de fiscalização. O mesmo não se observa em localidades de maior trânsito e presença de atividades turísticas, como Tratada dos Carlos e Ponta do Mangue.

Nessas localidades foram verificadas várias situações. Nem todas as construções ou reformas de casas foram objeto de fiscalização do ICMBio. Há casos em que houve a construção de novas residências em locais antes usados para realizar suas atividades agrícolas e, no entanto, os fiscais não apareceram e nem a família foi pedir autorização para fazê-las.

Há famílias que dizem nunca terem tido nenhum problema com o ICMBio, o que pode sinalizar tanto para a submissão às novas regras, ainda que não concordem com elas, quanto para a inexistência de alguma prática que fosse objeto de denúncia e fiscalização. Assim, foram verificados vários pedidos de autorização pelos grupos familiares ao ICMBio para construir casas e até campo de futebol.

O Sr. Zé Pulu pretendia construir uma nova casa ao lado da sua antiga. Ele foi à sede do ICMBio, que já tinha fotos de sua casa. O agente que o atendeu teria pedido a ele que assinasse um documento sem texto; sobre isso, explicou que depois passaria a limpo e levaria para o mesmo. Isso ocorreu em outubro de 2014 e até no dia 06 de dezembro do mesmo ano o

agente não tinha aparecido.

Em Junho de 2015, Gilson foi ao ICMBio buscar autorização para construir uma casa. A construção foi autorizada pelo agente que lhe pediu que voltasse para buscar a autorização escrita. Gilson foi três vezes ao escritório do ICMBio, mas não conseguiu receber o documento.

Em Ponta do Mangue, algumas famílias, antes de construírem suas casas, foram à sede do ICMBio e solicitaram autorização para fazê-lo. Mas há também grupos familiares que não se submeteram às novas regras impostas pelo órgão ambiental. Em alguns casos, o não cumprimento de tais normas resultou em multas.

Em 2009, Joisiane e Gildevan quiseram construir sua casa próximo à do tio dele, Zé Maria, em Tratada dos Carlos. Fiscais do ICMBio os proibiram e eles não construíram. Segundo o casal, houve denúncia. Por outro lado, houve eventos em que mesmo com a proibição novas edificações foram feitas, ainda que com auto de infração.

Agentes de fiscalização do ICMBio, em 2013, tentaram impedir a construção de uma igreja Católica em Tratada dos Carlos. As famílias resistiram, construíram e um morador foi autuado pelos agentes, além de embargarem a área. Antes desse evento, outras famílias da mesma localidade tentaram construir uma igreja Adventista e foram impedidos pelos agentes.

Em Ponta do Mangue, duas famílias foram multadas e tiveram as áreas de suas casas embargadas pelo ICMBio. A partir da intervenção da Associação local, STTR e Colônia de Pescadores as construções das casas foram liberadas.

Analisando as razões alegadas pelos agentes do ICMBio para a aplicação das proibições, restrições e sanções, verifica-se que as novas finalidades estabelecidas pelo Estado brasileiro no território do Parque Nacional não são respeitadas e cumpridas. Não se constituíram assim, em regras de uso formais (TUCKER; OSTROM, 2009).

Para Tucker e Ostrom (2009, p. 111), “[...] se regras formais são amplamente ignoradas ou desconhecidas, elas não são consideradas efetivamente regras *em uso*”. O não cumprimento das novas regras estabelecidas pelo Estado produziu conflitos e acabou colocando em evidência situações de antagonismos com as famílias de diferentes localidades. Esses contextos possibilitaram a emergência do dissenso, da ruptura e da mudança como constitutivos do que se pode definir como conflito.

O conflito, nesse caso, expressa um tipo de relação social reveladora de posições convergentes e antitéticas (SIMMEL, 1983). Segundo Simmel (1983), essas posições são constituídas de elementos de repulsa e também por elementos de cooperação e de convergência de interesses. Em decorrência disso, o conflito acaba tornando evidente a

posição dos oponentes, assim como os interesses em jogo.

Nesse contexto de conflitos, em abril de 2013, representantes de grupos familiares se articularam com organizações locais de representação e de apoio e com duas Secretarias Municipais, e recorreram ao Ministério Público Federal (MPF) para denunciar práticas autoritárias dos fiscais do ICMBio, assim como a centralização da gestão do Parque.

A partir dessa denúncia, o MPF cobrou do ICMBio a criação do Conselho Consultivo do Parque Nacional. Esse mecanismo, de acordo com a Instrução Normativa nº 11, de 08 de junho de 2010, do ICMBio, tem como uma de suas diretrizes “garantir os objetivos de criação da unidade, suas normas e procedimentos específicos”.

No mesmo ano, 2013, iniciaram as discussões para a criação desse Conselho. A perspectiva era de que essa instância se colocasse como alternativa para discussão dos problemas envolvendo os grupos familiares e o Estado.

Em junho de 2014, os conselheiros foram empossados, foi aprovado o Regimento Interno do Conselho e composta a Coordenação por dois fiscais do ICMBio – o Chefe do Parque passou a ser o Presidente e o analista ambiental assumiu a Secretaria Executiva - e definiu-se a primeira Câmara Técnica para propor ações para o Plano de Ação do biênio 2015 – 2016.

Em maio de 2015, na segunda reunião do Conselho Consultivo, foram apresentados os resultados das reuniões realizadas no segundo semestre de 2014 nos três municípios a fim de elaborarem o Plano de Ação. De acordo com o ICMBio (2015, s/p),

[...] as principais demandas que surgiram nas reuniões públicas foram: proibição da pesca no Parque para pessoas de fora da UC e alternativas de renda; regularização fundiária, em virtude do cadastro e da abertura dos processos administrativos previstos na Instrução Normativa IN 02/2009 em dois povoados da unidade (Baixa Grande e Canto dos Lençóis) e; proibição da criação de animais soltos por moradores do Parque.

Nesse contexto, foram criadas quatro Comissões Técnicas (CT): a) Suínos, que “[...] visa diagnosticar e propor alternativas à criação de porcos soltos com o objetivo emergencial de eliminar essa prática nos povoados de Ponta do Mangue, Mairzinho (Primeira Cruz) e Baixa Grande e Queimada dos Britos (Santo Amaro, Zona Primitiva do PNLN)” (ICMBio, 2015, s/p); b) CT Travosa ficou de formar um GT para “[...] acelerar o processo de cadastro das famílias e vistoria nos imóveis para instrução dos processos administrativos previstos na IN 02 de 2009” (ICMBio, 2015, s/p); c) CT Pesca tem como objetivo “[...] identificar locais de pesca, os pescadores e encontrar soluções para os moradores de fora do

Parque” (ICMBio, 2015, s/p); e d) CT de Uso Público vai revisar a Portaria nº 63/2010, que “[...] cria critérios para cadastro e autorização dos serviços de condução e transporte de visitantes em veículo 4X4 na unidade (ICMBio, 2015, s/p)”.

Importante registrar que a coordenação do processo de governança territorial do PARNA Lençóis Maranhenses é assumida pelo próprio ICMBio, e que dos 22 conselheiros que representam os municípios de Barreirinhas, Santo Amaro e Primeira Cruz, apenas 04 são moradores do Parque. Os demais são agentes públicos (municipais, estaduais e federais) e agentes privados ligados ao turismo e a organizações da sociedade civil de defesa de direitos.

Os grupos familiares disputam com o Estado brasileiro e demais agentes, privados e públicos, a continuidade do uso que fazem da área definida como de proteção integral. Trata-se de uma disputa territorial na qual estão em jogo diversos interesses, pautados em concepções distintas sobre a natureza.

Analisando o funcionamento, assim como pautas discutidas nas duas únicas reuniões realizadas até 2016, o Conselho Consultivo do PARNA Lençóis Maranhenses na prática tem funcionado como um instrumento normativo, destinado a atender ao que estabelece o SNUC, sem que isso represente um espaço de discussão coletiva destinado a buscar alternativas para superação dos problemas atualmente enfrentados pelas famílias. Nesse sentido, tem como horizonte a remoção das famílias e a permanência dos operadores do turismo na área do Parque. A participação de representantes das localidades situadas nos limites do Parque Nacional é provisória e mais formal, e servirá para legitimar a retirada das famílias.

Assim, a criação do Conselho Consultivo do Parque Nacional se traduz numa governança territorial marcada por uma dimensão fortemente normativa e atravessada por vários desafios, dentre os quais, a gestão de um território incluindo três municípios, cujos representantes não dialogam entre si.

Essa falta de diálogo é proposital, pois o ICMBio não convoca regularmente as reuniões do Conselho; as pautas não contemplam questões de interesse das famílias. Noticiam *rally*, filmagens e outros eventos. Essa instância de governança tem servido mais como espaço de notificação das decisões do órgão do que, propriamente, como espaço de consulta. O conselho consultivo, nos moldes em que funciona, serve mais como um espaço figurativo do que como uma instância de discussão dos problemas do Parque e das famílias. Não discutem, por exemplo, a questão da instalação da energia elétrica.

Cabe destacar que essa alternativa de constituição de mecanismos de governança é bastante recente e pode ensejar novas formas de conflito, pois implica em levar em

consideração as concepções em jogo: aquela definida pelas famílias das distintas localidades e a sustentada pelo órgão gestor dessa unidade de conservação.

A criação desse Conselho, articulada com as demais modalidades de intervenção dos agentes ambientais do ICMBio tem produzido implicações para a organização social dos grupos familiares e para a continuidade do uso que fazem desse território.

Implicações da ação estatal para a reprodução do modo de vida de grupos familiares no Parque Nacional dos Lençóis Maranhenses

O conjunto de restrições e proibições ao uso de recursos imposto pelo Estado aos grupos familiares que vivem na área decretada como Parque Nacional dos Lençóis Maranhenses produziu implicações para a reprodução do modo de vida das famílias, como a redução de ambientes para o desenvolvimento de atividades realizadas, a diminuição de práticas tradicionalmente desenvolvidas, a perda de autonomia, a desorganização do sistema de autoridade tradicional e a modificação na dinâmica de práticas de usos dos recursos.

Essas implicações, por sua vez, criam e aprofundam dificuldades para a reprodução desses grupos nesse território, e assim provocam a desocupação gradativa dos grupos familiares da área do Parque. Os principais impedimentos à reprodução social das famílias têm sido a proibição de construção de novas casas; proibições de ampliação ou melhoria de estruturas relacionadas com as atividades econômicas; ameaças de multas por conta das atividades agrícolas; restrições às atividades de pesca, assim como restrições ao acesso à energia elétrica, conforme indicam os relatos abaixo:

Os adventistas [de Tratada dos Carlos] querem construir a Igreja de tijolos, mas o ICMBio diz que não (Zé Ricardo, de Tratada dos Carlos. Conversa informal em abril de 2015).

Mais da metade da Lagoa [do Berto] já sumiu. É usada por turistas. Moradores [de Tratada dos Carlos] já encontraram absorventes na Lagoa. Hoje, não se pesca mais. Os moradores têm nojo de comer o peixe de lá (Reginaldo, de Tratada dos Carlos. Conversa informal, em dezembro de 2015).

Em Ponta do Mangue, hoje os moradores não fazem mais roças, porque o ICMBio não deixa. Vontade de fazer todos têm (Maria do Celso, de Ponta do Mangue. Conversa informal, em fevereiro de 2017).

Há duas semanas que o motor [gerador de energia] não funciona. Falta as condições para mandar concertar. Será que só o povo da cidade tem direito a ter luz elétrica? Nós, não? (Maria do Celso, de Ponta do Mangue. Conversa informal, em fevereiro de 2017).

Os relatos acima indicam a experiência diária de grupos familiares, especialmente de localidades de maior presença de turistas, com proibições e restrições quanto à construção de novas edificações, inclusive as religiosas; quanto à realização de atividades como implantação de roçados; assim como restrições de acesso a algumas políticas públicas, a exemplo da de energia elétrica, gerando não só uma condição de desigualdade entre esses grupos familiares e os demais, como também um custo financeiro a eles por permanecerem em suas localidades.

Redução de ambientes para o desenvolvimento de atividades realizadas pelos grupos familiares

O desenvolvimento de atividades ligadas ao turismo consideradas de uso indireto e, nessa condição, autorizadas pela legislação ambiental em unidades de proteção integral, tem produzido no Parque Nacional a redução de ambientes usados pelos grupos familiares.

De modo particular, a liberação pelo ICMBio de práticas esportivas como *kitesurf* em Atins, Lagoa do Canto e Praia da Capivara, assim como atividades de visitação pública nas Lagoas Bonita e do Peixe comprometem sobremaneira a continuidade do uso dos recursos disponíveis nesses ambientes pelos grupos familiares.

Com o grande fluxo de turistas, as lagoas não podem mais ser usadas porque deixam a água com grossa camada de protetor solar, contaminando os peixes. Deixam também lixo e provocam aterramentos pela intensa movimentação de pessoas. Essa grande circulação de turistas acaba afugentando os peixes, especialmente das praias.

Nas Lagoas Bonita e do Peixe os turistas tomam banho, vão pisando e vão aterrando as lagoas (Dona Nazaré, de Tratada dos Carlos, Conversa informal, em agosto de 2014).

A organização econômica das famílias é também comprometida pela pesca de arrastão. Essa modalidade de pesca é caracterizada pelo uso de grandes barcos de pesca de camarão que utilizam redes que arrastam crustáceos e peixes, não selecionando tamanhos dos mesmos.

O arrastão já estragou muita praia e acabou com a metade do peixe, já matou muito. Arrastam, levam a caçueira, pau que prende [...], perde e perde feio [...]. Já acabaram com rede de eu ficar só com uma malha (Sr. Vanja, de Ponta do Mangue, Entrevista, em setembro de 2015).

O relato acima informa eventos decorrentes da atuação dos arrastões em relação à pesca desenvolvida pelos pescadores das localidades no Parque Nacional, provocando matança de peixes. A ação dos arrastões colabora para a redução do pescado e para a destruição de apetrechos de pesca, causando enormes prejuízos que inviabilizam a própria atividade dos pescadores.

Diminuição ou desaparecimento de práticas tradicionalmente desenvolvidas pelas famílias

As proibições relativas às atividades de criação de animais ou a imposição de criar animais presos têm alterado consideravelmente a organização econômica e modificado outras atividades associadas a esta atividade, conforme relatos abaixo:

Estou largando o plantio do caju; antes, o bode comia a rama, a massaranduba; hoje, sem os bodes, o cajual fica sujo e precisa de despesa para limpar; a limpa está muito puxada. A produção da castanha caiu; antes, apanhava até 3 mil quilos de castanha (José Alves, de Tratada dos Carlos, Conversa informal, em agosto de 2014).

Em janeiro a gente botava a roça e ao mesmo tempo plantava o caju nela; quando tirava a mandioca, ia zelando o caju; quando a terra era boa, plantava mais uma vez o caju. Hoje, nos lugares dos cajueiros velhos a gente faz a roça de novo (Dona Marli, de Tratada dos Carlos, Conversa informal, em agosto de 2014).

Antes, se criava bode, gado, porco; criei meus filhos com leite de cabras; hoje, não se cria mais, ou se criar, tem que ser presos (Maria José, de Tratada dos Carlos, Conversa informal, em agosto de 2014).

Hoje, aqui na Baixa da Onça, eu tenho mais ou menos 25 cabeças de bode; estamos teimando em criar, porque agora tem uma lei que proíbe a criação dos animais soltos (Maria Antonia, de Tratada dos Carlos, Conversa informal, em agosto de 2014).

Quando cai alguém doente, como vamos fazer, se não criamos? Como a gente pode sobreviver? A gente come, vende e dá um pedaço para um vizinho (Dona Dalva, de Ponta do Mangue, Conversa informal, em novembro de 2014).

Os relatos acima sinalizam para a articulação da criação de animais com outras atividades desenvolvidas pelos grupos familiares, como o cultivo de caju. A importância dessa atividade é reafirmada na própria reprodução material das famílias, na medida em que funciona como fonte de alimentação, além de representar uma reserva de valor que pode cobrir gastos em situações emergenciais. Essa atividade serve igualmente para reforçar as relações de reciprocidade entre as pessoas da localidade, já que pode mobilizar trocas de dias de trabalho nas tarefas demandadas por essa atividade.

Além dessas finalidades, a criação de animais também contribui para que o grupo familiar desenvolva a multiplicidade de suas práticas. Animais como cavalos, burros e jumentos são utilizados como meio de transporte, seja de pessoas ou de cargas.

Nesse contexto, os animais podem ser associados ao que Pantoja (2010) chama de “poupança de quatro patas”, isto é, funcionam como uma reserva para responder a adversidades como doenças na família, ou mesmo atender a necessidade de ajuda a um familiar que se encontra distante. É por essa razão que Dona Dalva pergunta: “como vamos fazer, se não criamos? Como vamos sobreviver?”.

Importante destacar que não se trata apenas de uma atividade complementar, mas constitutiva daquilo que Ploeg chamou de “capital” da unidade camponesa (2016, p. 31), ou seja, os animais, assim como casas, instalações, a terra e outras benfeitorias compõem as condições para que o grupo familiar se reproduza enquanto tal.

A diminuição da prática de criação de animais soltos é materializada pela redução da quantidade de animais criados e do número de famílias que continuaram criando. Nesse cenário, as fontes de renda dos grupos familiares foram comprometidas na medida em que as áreas de cultivo de caju e produção de castanha foram reduzidas, porque sem os animais soltos, o custo de manutenção dessas áreas passou a ser superior às condições financeiras e à mão de obra das famílias.

Outro aspecto destacado nos relatos refere-se às modificações na dinâmica das atividades realizadas pelas famílias. Não tendo mais os animais, as áreas agricultáveis utilizadas para a implantação de roçados e cultivo de caju são usadas agora apenas para a implantação de roças, como afirmou Dona Marli.

A proibição relativa à criação de animais soltos no Parque Nacional dos Lençóis Maranhenses tem gerado muitas reclamações pelo principal efeito que gerou: a diminuição de animais, considerando que as famílias não possuem condições de alimentá-los presos.

Depois da lei que proíbe a criação de animais soltos, piorou o sofrimento das famílias. Quando tinha minhas criações, resolvia minhas coisas; hoje, tenho que esperar 18 meses para produzir a farinha (Sr. Antonio Benedito, de Tratada dos Carlos, Conversa Informal, em agosto de 2014).

É comum grupos familiares fazerem referência à quantidade de animais que antes possuíam e que agora não possuem mais.

Já tive disse 200 a 300 cabeças de cabras; hoje, só crio gado [bovino] preso, galinhas e bode só para comer (Sr. Zé Domingos, de Tratada dos Carlos, Conversa informal, em agosto de 2014).

A quantidade de animais criados soltos em algumas localidades pode oferecer elementos para o dimensionamento da diminuição dessa atividade na área do Parque Nacional. Aproximadamente três famílias em Tratada dos Carlos ainda criam animais, só que presos, enquanto que outras acabaram com suas criações de gado, bode e porcos. Em Ponta do Mangue, aproximadamente 05 famílias possuem mais de 40 cabeças de animais, dentre eles bovinos, caprinos, suínos e avinos. As demais famílias só criam avinos como galinhas, perus e patos. Dentre aqueles que possuem uma quantidade maior de animais, há famílias que ainda os criam soltos, contrariando assim às restrições impostas pelo ICMBio. Os porcos dormem no chiqueiro e nos morros. Em Tucuns, menos de 05 famílias ainda criam bois, bodes e porcos, estes últimos são criados presos. Há famílias com 5 cabeças de caprinos e há outras com mais de 170 cabeças. A criação de suínos é bem menor. Em média, as famílias que criam possuem 5 cabeças.

Nesse contexto de proibição, alguns grupos familiares se colocam contrários ao que denominam de aprisionamento dos animais. O argumento colocado é que sempre criaram animais e nem por isso a natureza ficou destruída. Essa discordância está inserida em um contexto maior de questionamentos quanto à própria autoridade do ICMBio em sua localidade.

A discordância em relação às normas do órgão ambiental implicou também na elaboração de estratégias para continuarem criando seus animais, conforme relato abaixo:

Cheguei a criar até 15 cabeças de bodes, hoje não tem mais. Tenho cabeças de gado [bovino] em Santo Antonio, onde meu pai mora. A casa do meu pai fica perto do limite do Parque, dentro da área do Parque. Eu mesmo olho meus animais lá. (Sr. Josimar, de Tratada dos Carlos, Conversa informal, em julho de 2015).

Em Tucuns, as estratégias são outras. As famílias que têm criação de bodes o fazem em áreas próximas de outras localidades que continuam criando os animais soltos e com roças cercadas, longe daquelas que criam os animais presos e fazem roça sem cercamento.

Outra forma de evitar conflitos, inclusive com criadores de localidades que decidiram roçar no aberto, como Tratada dos Carlos, Achuí e Mirinzal, foi criar os animais soltos evitando que atravessassem o rio de Tucuns e cheguem até aquelas localidades. Foi o que fez o Sr. Pedro. Consultou as demais famílias e colocou cancelas na ponte existente no rio durante o dia, impedindo assim os animais de atravessarem e seguirem para outras localidades.

Destaque-se que é por meio dessa ponte que turistas e agentes ambientais passam para chegar até às dunas ou até a algumas lagoas, a exemplo da Lagoa Bonita ou Lagoa da Esperança. Embora ainda não tenha sido procurado por esses fiscais, temem problemas com o ICMBio. De acordo com o Sr. Pedro

[...] a ponte serve mais para os turistas do que para as próprias famílias do lugar. Para atravessarem o rio nunca precisaram de ponte; cada família que tem a sua “fonte” no rio (local onde a família toma banho, lava roupas) e quem precisa atravessar, colocou troncos de buriti de um lado para o outro do rio, permitindo a travessia (Entrevista, em janeiro de 2015).

Ao lado das proibições relativas à criação de animais, se somam algumas regras construídas por aqueles que têm suas roças destruídas por animais de outros, como fez referência D. Antonia

[...] aqui tem uma perseguição; isso não está certo, porque diziam que não tinha mais mato para cercar roça e tiveram apoio de alguns. Mas, em outras comunidades, como em Tratada de Cima, não tem essa lei. Por conta dessa lei, tenho que ter o máximo de cuidado com os animais [bodes e 04 cavalos], para não entrarem em roças dos vizinhos; porque senão, eles metem o cacete e matam (Dona Antonia, de Baixa da Onça, Conversa informal, em agosto de 2014).

Em localidades como Ponta do Mangue, é verificada, não só a diminuição de animais, mas também de novos roçados. Atualmente, a agricultura é uma atividade econômica desenvolvida por poucas famílias, especialmente por aquelas constituídas por pessoas mais velhas. Duas razões ajudariam a explicar essa diminuição: uma, relativa às próprias características ecológicas que não seriam favoráveis, e a outra, se refere às proibições do ICMBio de implantação de novos roçados.

Assim, nessa localidade, as roças das famílias que ainda fazem agricultura são entre 1 a 2 *linhas*, consideradas por elas como pequenas, e normalmente feitas em um cercado próximo de suas casas. Atualmente, só duas famílias possuem roças em áreas mais distantes de suas casas, além de não fazerem roças de verão. Menos da metade das famílias possui cajuais, outras não possuem cajuais.

Perda de autonomia dos grupos familiares para realizar algo que fazia parte de suas decisões

Em um contexto de tantas restrições e proibições, os grupos familiares perderam a autonomia para decidir sobre sua própria forma de organização social, isto é, sobre as práticas

que definem o seu modo de vida.

O Estado brasileiro, por meio do órgão gestor do Parque Nacional, passou a decidir sobre o uso e finalidades dos recursos do território, que possuía limites e regras próprias, construídas pelos grupos familiares.

A decisão de onde morar, quando construir e reformar não são decisões que podem ser assumidas sem o risco de sanção pelos agentes ambientais. O mesmo pode ser afirmado em relação a quais recursos e em que ambientes usar. Nem mesmo a escolha de qual meio de transporte será usado passa mais pela decisão familiar.

A abertura e a limpeza de caminhos, a construção de um campo de futebol deixaram de ser decisões dos grupos familiares. Passaram a ser do órgão gestor do Parque Nacional. Não só as decisões familiares passaram a ser objeto da submissão ao ICMBio, como as decisões de comunidades religiosas também passaram a ser objeto de fiscalização dos agentes.

A perda de autonomia por parte dos grupos familiares também está relacionada a atuação de outros agentes que, autorizados pela legislação ambiental e de modo específico pelo ICMBio, passaram, a partir da criação do Conselho Consultivo, a também decidir sobre as formas de uso dos recursos do Parque Nacional, ou seja, outros agentes públicos e privados vinculados à atividade turística.

Foi precisamente a busca pela autonomia em decidir sobre regras de acesso, controle e uso dos recursos desse território que conformou a organização social dos grupos familiares. Ao contrário do que foi avaliado pelo IBAMA, em 2003, quando da elaboração do Plano de Manejo, no território do Parque Nacional já existiam regras que orientavam um conjunto de práticas desenvolvidas pelas famílias que ali viviam. E foram precisamente essas regras, que contribuíram para que o próprio IBAMA constatasse que o perímetro da área decretada como Unidade de Proteção Integral estivesse em bom estado de conservação.

Falta de acesso à política pública de energia elétrica e condições de saúde

A proibição relativa à implantação de energia elétrica dentro do Parque Nacional atinge a grande maioria das famílias que vivem em localidades situadas em Barreirinhas, mesmo aquelas de localidades que estão parcialmente incluídas no seu perímetro.

Por causa dessa situação, alguns grupos familiares construíram alternativas que não contemplam a todos e nem garante que tenham energia elétrica 24h por dia. Em várias localidades foi verificado o uso de placas solares ou geradores que funcionam a óleo diesel,

usados individualmente ou de forma compartilhada e, em outras ainda, foi verificada energia elétrica em localidades que estão parcialmente dentro do perímetro do Parque Nacional, conforme quadro abaixo.

Quadro 15 – Localidades e modalidades de geração de energia

Localidades	Energia elétrica	Energia solar	Gerador
Achuí	X	X	X
Atins	X	X	-
Baixa da Onça	-	-	-
Baixa Grande	-	-	X
Bom Jardim	X	-	-
Bracinho	-	-	X
Buriti Amarelo	-	-	-
Buritizal	-	-	X
Canto do Atins	-	X	X
Cedro	X	-	-
Janaúba	-	X	-
Lagoa da Esperança	X	-	-
Lavado do Sula	-	-	-
Mata Fome	-	-	X
Mirinzal	-	-	-
Mocambo	X	-	X
Ponta do Mangue	-	X	X
Santo Antonio	X	-	-
Santo Inácio	X	-	-
Tratada de Cima	-	X	X
Tratada dos Carlos	-	X	X
Tucuns	-	-	X
Vargem D'água	-	-	-

Fonte: Elaborado pela autora a partir de informações da equipe de pesquisa do projeto

De acordo com a tabela acima, das 23 localidades situadas no perímetro do Parque Nacional, somente 8 são servidas de energia elétrica, incluindo aquelas que estão parcialmente dentro da unidade de conservação, como Atins, Bom Jardim, Cedro, Santo Antonio e Santo Inácio.

Diante do não acesso à política pública de energia elétrica, os grupos familiares criaram estratégias de acesso a equipamentos próprios de geração de energia, como aquisição de placas de energia solar e geradores movidos a óleo diesel, como é verificado em treze localidades.

Foi verificado que o uso de geradores pode ser feito individualmente por uma família, que mora na mesma casa, ou compartilhado com familiares de casas próximas, como verificado em Tucuns em 2016, onde 13 casas eram beneficiadas com energia das 18 às 21hs.

Quando é compartilhado com parentes, geralmente o gerador é de propriedade e instalado na casa dos pais, beneficiando filhos, irmãos que são vizinhos, como observado em Tratada dos Carlos e Ponta do Mangue. Quando compartilhado por um grupo de famílias será

de responsabilidade de uma delas, como foi verificado em Tucuns.

O uso compartilhado do gerador implica a divisão igualitária entre as famílias beneficiadas dos custos, com o combustível, e com a manutenção. Em Tucuns, cada família contribuía, mensalmente, com 8 litros de óleo, que custava em média R\$ 22,80 (vinte e dois reais e oitenta centavos) por família ao mês, mais o custo com a manutenção dos equipamentos, que também eram divididos.

O acesso à energia elétrica, nessas condições, pelos grupos familiares, possibilita a recarga de aparelhos celulares e o funcionamento de alguns eletrodomésticos, com uso restrito, pois, normalmente, o motor gera energia, em média, três horas por dia, o que permite também o funcionamento de televisores no horário das 18 às 21hs. Em que pese essas famílias terem alguns benefícios, a falta de acesso a políticas públicas de energia elétrica produz implicações negativas para todas elas.

Não ter condições de conservar alimentos em refrigeradores por falta de energia elétrica obriga as famílias a usarem cotidianamente carnes e peixes salgados. O consumo diário de alimentos conservados com sal tem significado danos à saúde das famílias.

Ocorre que esse consumo frequente de alimentos salgados tem gerado graves problemas a diversas pessoas. É comum encontrar pessoas hipertensas nas famílias e também notícias de parentes ou antigos moradores relacionando as mortes por derrame vascular cerebral ou sequelas decorrentes dessa doença, pelo alto consumo de sal oriundo da conservação dos alimentos. Ademais dos problemas de hipertensão, outro grave problema de saúde tem afetado as famílias pela falta de acesso à energia.

Nas localidades pesquisadas, é significativa a quantidade de diabéticos, inclusive crianças, que precisam de tratamento, como o uso de insulina. Ocorre que as famílias não dispõem de condições de refrigeração do medicamento, gerando assim improvisações que comprometem o uso adequado da insulina. Muitos chegam a comprar gelo para tentar conservar o medicamento, mas não conseguem fazê-lo de forma adequada e constante. Em função dessa situação de precariedade, muitas mortes já ocorreram e outros, com receio de complicações de saúde, acabam sendo obrigados a mudar para localidades onde têm energia elétrica.

As famílias ainda vivem a precarização da política pública de saúde. Diabéticos e hipertensos recebem medicação da Secretaria Municipal de Saúde de Barreirinhas. O que deveria acontecer com regularidade, às vezes, falta. A medicação deveria ser entregue nas visitas mensais das equipes do Programa Saúde da Família. Porém, essas equipes, às vezes, passam mais de um mês sem ir às localidades, o que se torna um problema porque a

medicação deve atender a um mês de uso. Essas situações obrigam as famílias a comprarem as medicações ou mesmo a se mudarem buscando localidades onde tenham assistência médica com regularidade.

Essas dificuldades vivenciadas pelas famílias se agravam com a redução da renda familiar que resulta de um quadro mais amplo de restrições de uso dos recursos impostas pelo ICMBio.

Em Tucuns, restrições relativas à criação de animais e à outras atividades desenvolvidas pelas famílias, têm gerado a necessidade dos homens mais jovens procurarem trabalho longe de suas famílias.

Eles são mobilizados por agentes de Barreirinhas ou de fora do município, também chamados de capatazes ou topógrafos, que providenciam a contratação deles, com carteira de trabalho assinada, por empresas que prestam serviço à Petrobrás, em estados como Amazonas, Rio Grande do Sul, Bahia, Espírito Santo, Sergipe e em outros municípios maranhenses, como Presidente Dutra, Barra do Corda, Bacabal, São Domingos, Peritoró, Coroatá, Pedreiras, Lima Campos e São Mateus.

Contratados, passavam 40 dias trabalhando, sem feriados e finais de semana e 20 dias em casa. Nesse período, tentavam dar continuidade às várias atividades desenvolvidas pela família. Enquanto trabalhavam fora, parentes próximos ajudavam suas esposas a cuidarem de roças, de cajuais e criação de animais. Com os salários obtidos nas contratações, muitas famílias puderam construir casas de alvenaria e comprar quadriciclos.

Desorganização dos sistemas de autoridade tradicional

O descumprimento de algumas regras tradicionalmente estabelecidas por membros de famílias da localidade sempre existiu, mas eram tratados por meio de mecanismos internos assumidos por alguns agentes da própria localidade, como os mais velhos que gozavam de respeito pelos demais ou por aqueles que desempenhavam funções de coordenações ou direção de comunidades religiosas ou ainda da própria associação local.

Quando os mecanismos internos de resolução de problemas ou conflitos não conseguiam dar conta deles, essas situações eram encaminhadas a outras autoridades externas, de segurança pública, de justiça ou, mesmo, a entidades de representação.

Algumas situações podiam se converter em conflitos, a exemplo do uso sem autorização de áreas usadas por um determinado grupo familiar ou a entrada de animais (suínos, caprinos, bovino e outros) em áreas de *roças* cercadas nas próprias localidades ou em

vizinhas. Tais situações, no mais das vezes, eram resolvidas por esses mecanismos internos de resolução desses episódios, seja através de acordos, indenizações ou tomadas de decisão coletiva mediante assembleias promovidas por associações de moradores ou delegacias sindicais.

Com a criação do Parque Nacional e a instituição de novas finalidades para esse território sob responsabilidade de um órgão com poder de polícia, o Estado brasileiro provocou alterações no sistema de autoridade tradicional.

Normalmente, quando os agentes ambientais vão fazer fiscalização *in loco*, sempre alegam que foram motivados por uma denúncia. Só fiscalizam se houver denúncias. Isso tem gerado desconfianças de famílias que foram denunciadas em relação a outras que as teriam denunciado, prática identificada por eles como de “dedo duro - se se roçar e não tiver quem dedure, o IBAMA não viria”, comentou o Sr. Zé Domingos, de Tratada dos Carlos.

Deixei de roçar por conta do IBAMA e depois pelos problemas de saúde. Hoje, não tenho mais criação na Ponta do Mangue. Atualmente tenho duas linhas de caju, que estão no mato; se limpar vão avisar o IBAMA (Ribamar, de Ponta do Mangue que agora mora em Baixa da Onça, Conversa informal, em agosto de 2014).

O tratamento dos conflitos internos, que antes eram mais controlados pelos mecanismos internos ganharam outros contornos a partir da intensificação da presença do ICMBio. Passaram a remeter a resolução de determinados problemas internos ao órgão ambiental, como forma de tratar situações específicas que o sistema de autoridade tradicional não podia solucionar ou não oferecia resposta satisfatória às partes envolvidas.

Em 2013, Raimundo, que é de fora do Povoado, comprou um terreno com a casa, do filho do João Pinto, Josiel. Choveu muito e atingiu a casa dele. Vanúzia doou um pedaço de terra perto da casa dela para ele ficar com a família enquanto ele reconstruía a casa. Luzia, do Canto do Atins, que já tinha morado lá, concordou com Vanúzia para deixar Raimundo construir, mas aí apareceu a cunhada de Luzia, Nólia, que é casada com Antonio, e reagiu dizendo que aquele terreno era dela e de Riba, o seu pai. Chamaram o ICMBio, que proibiu a construção da casa (Sr. Emídio, de Ponta do Mangue, Conversa Informal, em novembro de 2014).

O uso de denúncias ao ICMBio contra os desafetos dificulta, assim, ainda mais as relações estabelecidas entre famílias. Mais do que preocupações ambientais ou de proteção dos recursos do Parque, são as relações conflituosas entre famílias que orientaram a realização de denúncias. Nesse sentido, os denunciados desconfiam de que pessoas do próprio povoado os denunciaram e, em alguns casos, chegaram a desconfiar de quem se tratava, conforme relatos abaixo:

Em 2013, o ICMBio veio em minha casa porque tinha recebido uma denúncia de que eu tinha estragado o mato, que era mirim verde, mas essa denúncia não foi constatada (Luís Carlos, de Ponta do Mangue, Conversa informal, em novembro de 2014).

Tivemos problemas com o ICMBio, quando nós fomos construir nossa casa. A antiga era de palha e barro e quando fomos reformar, eles, o ICMBio, vieram e multaram em mais ou menos R\$ 200,00 (duzentos reais) e barraram o serviço. A associação, a Colônia [de Pescadores] e o Sindicato [de Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais] fizeram reunião com o ICMBio, aqui no Povoado e discutiram a minha casa e a da Vanúzia e eles decidiram liberar e nós não pagamos a multa. Nós achamos que teve denúncia feita por morador, mas nós não temos certeza (Célia, Conversa informal, em novembro de 2014).

Os fiscais do ICMBio, em 2013, tentaram impedir a construção de uma igreja católica no Povoado. Os moradores resistiram e estão concluindo a construção. Antes da construção da igreja católica, evangélicos tentaram construir uma igreja e foram impedidos pelos funcionários do ICMBio. Alguns moradores católicos acham que foram os evangélicos que denunciaram a construção da igreja católica (Viviane, de Tratada dos Carlos, Conversa informal, em dezembro de 2015).

Situações como essas fomentam crises internas e podem compelir famílias a sair de suas localidades para morar em outras como a que envolveu um grupo familiar de Tucuns, cuja denúncia ao ICMBio foi assumida por um outro da localidade vizinha. Fizeram acordos para dar fim ao conflito, mas resultou na saída de grupo familiar denunciado para outra localidade fora do Parque Nacional. Situações semelhantes produziram o mesmo resultado, como trataremos a seguir.

Saída de famílias para outras localidades fora do Parque Nacional

O cenário de constantes proibições, restrições, sanções e ausência de políticas públicas tem levado muitas famílias a sair de suas localidades para outras fora do perímetro do Parque Nacional, como Cantinho, Santo Antonio, Santa Maria, Carnaubearas, sede de Barreirinhas e outros municípios e estados.

Algumas famílias construíram casas para seus filhos em outras localidades fora do Parque, como na Vila São José, como alternativa caso sejam obrigadas a se retirarem pelo ICMBio. Foi o que fizeram algumas famílias de Tratada dos Carlos e Ponta do Mangue.

Há famílias em que um dos cônjuges, oriundo de localidade fora do Parque, diante de restrições ao uso de recursos, deixou sua casa e voltou a morar na localidade de origem. Em outros casos, o cônjuge oriundo de localidades fora do Parque construiu e mantém casa também nesse lugar, onde tem segurança e tranquilidade para morar, ainda que tenha outras dificuldades.

Diante das restrições de acesso às políticas públicas como educação, grupos familiares compraram casas fora da sua localidade para possibilitar acesso à escola para seus filhos, o que obriga um dos pais a acompanhá-los e o outro a permanecer na casa em localidade dentro do Parque.

Há também situações em que os pais, por terem passado por sanções pelo ICMBio, recomendam que seus filhos não construam casa em sua própria localidade, como aconteceu com o Sr. Manuca, de Tratada dos Carlos. Em 2012, ele foi abrir um caminho e foi multado pelos fiscais do ICMBio. Chegou a pagar uma multa de R\$ 250,00 (duzentos e cinquenta reais). Depois disso, aconselhou seus filhos a não construírem casas em Tratada dos Carlos, porque, se fizessem, teriam problemas. Por essa razão, eles moram fora.

De outro lado, novos casais em que um dos cônjuges é de localidade fora do Parque, os pais facilitaram a construção da casa nessa localidade, como ocorreu com Rosiane e Elias, que desde março de 2014 moram juntos e residem com os pais dele em Tratada dos Carlos. Ela disse ter o desejo de continuar morando em Tratada dos Carlos, mas como os agentes do ICMBio falam em retirar as famílias e, como não tem energia elétrica, não podem criar e vão construir sua casa fora do povoado. Seu pai deu um terreno para ela e já construíram uma casa no povoado Bosquinho e pretendem morar lá.

Foram também verificadas situações em que grupos familiares que foram obrigados a deixar suas casas desocupadas para irem morar em outras localidades, porque algum dos seus membros precisava de assistência médica, a exemplo de diabéticos que precisam de insulina, que deve ser armazenada em geladeira. Em outros casos, pais viúvos e idosos, cujos filhos já haviam saído das localidades, deixaram suas casas e foram morar com os filhos.

Em outras situações, a partir do falecimento dos pais, os filhos foram saindo da localidade restando apenas *taperas*. Foram morar e trabalhar em localidades fora do Parque. Embora manifestem desejo de voltar, condicionam esse retorno a quando nessas localidades não existirem mais tantas proibições. Ou ainda, os filhos saem para trabalhar fora de suas localidades e vão ficando nos locais de origem somente os pais idosos.

Considerando esse quadro adverso, é possível afirmar que a medida em que o Estado brasileiro passa a proibir ou restringir o uso dos ambientes e recursos disponíveis aos grupos familiares na área do Parque Nacional dos Lençóis Maranhenses, é produzido um conjunto de fatores que comprometem a reprodução material e social das famílias. As restrições e proibições funcionam como uma forma de pressão, de modo a fazer com que desistam de viver nos seus lugares e, assim, desocupem gradualmente a área do Parque

Nacional.

Voltando à metáfora referida no início deste capítulo e tomando como referência as dificuldades que compelem as famílias a desocuparem gradativamente esse território, apresento o diálogo entre Dona Maria Elísia e o Sr. Antonio Reis, onde ambos afirmam que o “[...] tempo de muito chapéu e pouca cabeça, muito pasto e pouco rastro chegou” (Conversa Informal, em janeiro de 2015). Acham que já está se realizando o que os mais velhos diziam.

Dona Maria Elísia: Em Tucuns já tem casas que não tem mais gente, está só a arapuca – já tem muito chapéu e pouca cabeça, as casonas de bodes estão se acabando, caindo – muito pasto, quando chove, cadê os bichos? Morrendo os mais velhos, como fica essa geração? Só Deus para ter compaixão! Tenho pena das crianças que estão nascendo! (Conversa informal, em janeiro de 2015).

Sr. Antonio Reis: E o ICMBio quer isso, que os novos saiam para ficar só os velhos, porque sabem que os velhos estão para morrer e aí... (Conversa informal, em janeiro de 2015).

Dona Maria Elísia: Morreu! E os novos também desembestam, vão se acabar muito longe...

Sr. Antonio Reis: A vontade deles, do ICMBio, é isso, não quer que ninguém faça casa é para isso, porque eu, tu [se referindo a Dona Maria Elísia] morre, os filhos não podem fazer casa e aí, morreu, acabou... (Conversa informal, em janeiro de 2015).

O diálogo sinaliza para a compreensão de que o órgão ambiental opera com uma série de mecanismos de poder, que funcionam como pressão sobre os grupos familiares para que desistam de viver em seus lugares. Essa estratégia tem atingido especialmente os mais jovens, e resultado na permanência dos mais velhos nas localidades, como ocorre em Tucuns.

O exercício desses mecanismos de poder pelos agentes do Estado mesclam formalidade e informalidade, isto é, alguns são efetivamente orientados por protocolos legais, outros não são compreendidos à luz da legislação ambiental, como em uma situação em que o chefe de uma família foi à sede do ICMBio solicitar autorização para construir sua casa. O agente que o atendeu teria pedido que assinasse um documento sem texto, informando que aquele era um borrão e que depois o trabalhador seria chamado para assinar o documento definitivo. Ou ainda, um representante de um grupo familiar foi à sede do ICMBio solicitar autorização para construir uma casa e o agente que o atendeu pediu que voltasse uma outra data; quando voltou, não teve novamente sua demanda atendida pelo agente.

Eventos como os citados acima, nos quais a autorização parece não ter regulamentação em uma norma, se somam a outras modalidades de atuação, nas quais os procedimentos burocráticos parecem não ficar claros para as famílias. Dois grupos familiares

foram multados pela construção de suas casas. Depois de uma reunião com organizações representativas dos trabalhadores e trabalhadoras rurais e dos pescadores, associação dos moradores e agentes do ICMBio, as construções foram liberadas, mas as áreas das casas oficialmente foram embargadas pelo órgão ambiental. Ou ainda, a regra de não poder construir edificações em algumas situações foi flexibilizada e em outras, não, sinalizando para o fato de que dar ou não a autorização não se fundamenta necessariamente na norma, mas sim na intenção proposital do agente do órgão ambiental, dependendo da situação e da sua vontade.

Ampliando o exame sobre o contexto de proibições, restrições e sanções sobre as práticas dos grupos familiares pelo órgão ambiental é possível verificar processos mais amplos do que poderíamos chamar de atuação do Estado nas margens (DAS; POOLE, 2008), ou seja, práticas públicas desenvolvidas pelos agentes ambientais para além do que lhe foi efetivamente atribuído, em termos de competência, pelo Estado.

A maioria dos agricultores, pescadores, extrativistas que vivem há pelo menos cinco gerações nessa área em que foi criado o Parque Nacional, não possuem propriedade jurídica dessas terras. São posseiros que não têm registros em cartórios em seus nomes e que esse fato não lhes impediu de construir formas de uso comum dos recursos e, por meio delas, um modo específico de organização social, como *comunidades tradicionais*, também amparadas por dispositivos normativos.

A anterioridade dessa presença não só não foi levada em conta quando o Parque Nacional foi criado, como é negada por alguns documentos produzidos pelos agentes ambientais sobre os grupos familiares, a exemplo do Plano de Manejo, no qual os grupos familiares são vistos a partir do que o IBAMA concebe como práticas irregulares, nocivas à natureza. Em nome da conservação ambiental, são justificadas uma série de intervenções, como proibições, restrições e sanções aos grupos familiares.

Essas intervenções são desenvolvidas pelos agentes ambientais em um contexto em que nenhuma família recebeu qualquer pagamento por suas posses ou propriedades, ou nenhum grupo familiar tenha sido reassentado, ou ainda sem que tenha sido feito nenhum Termo de Compromisso entre o ICMBio e as *comunidades tradicionais*, conforme prevê a legislação ambiental, como a Lei nº 9.985/2000 que institui o SNUC, Instrução Normativa/ICMBio nº 02/2009, que regulamenta os procedimentos técnicos e administrativos para a indenização de benfeitorias e desapropriação de imóveis rurais localizados em unidades de conservação federais de domínio público, Instrução Normativa/ICMBio Nº 26/2012 que estabelece e regulamenta os procedimentos para a elaboração, implementação e

monitoramento de termos de compromisso entre o ICMBio e populações tradicionais residentes em unidades de conservação, onde a sua presença não seja permitida.

Para além das proibições, restrições e sanções impostas aos grupos familiares, o órgão ambiental cria dificuldades para esses grupos acessarem algumas políticas públicas, como a de energia elétrica, impedindo que essas famílias tenham acesso a direitos básicos, contrariando mais uma vez outras normas legais, que reconhecem direitos às *comunidades tradicionais*.

É nesse cenário que se pode falar que está em curso no Parque Nacional dos Lençóis Maranhenses um processo sistemático, pelas dificuldades impostas às famílias, de desocupação gradual, pelo próprio Estado, sem que este tenha cumprido o que está previsto em lei, podendo assim associarmos à atuação do órgão ambiental nas margens. De acordo com Das e Poole (2008, p. 25), esse tipo de atuação caracteriza-se por “[...] formas y prácticas através de las cuales el estado está constantemente siendo experimentado y deconstruido mediante la ilegibilidad de sus propias prácticas, documentos y palabras”.

Nessa perspectiva, quando as distintas modalidades de intervenção realizadas comprometem a reprodução da vida e produz deslocamentos, a atuação dos agentes ambientais está indo além do que a legislação ambiental autoriza, isto é, para se cumprir as finalidades de uma unidade de proteção integral, de acordo com a lei, existe um trâmite que precisa ser respeitado pelos agentes do Estado.

Na prática não é isso que está ocorrendo no PARNA Lençóis Maranhenses. A desocupação do Parque Nacional em curso, verificada em algumas localidades do município de Barreirinhas, não está ocorrendo pelas vias legais, mas por mecanismos sutis decorrentes de interpretações ou aplicações casuísticas dos mecanismos normativos.

Esse processo de desocupação gradual, no entanto, não ocorre de forma absoluta. Há também formas cotidianas de resistência (SCOTT, 2002) em curso, desenvolvidas pelos grupos familiares no sentido de garantir sua permanência em suas localidades, a exemplo da continuidade de suas práticas, ainda que de forma restrita ou modificada. Apesar dessas limitações e dos constrangimentos impostos, as práticas das famílias, enraizadas nos seus locais de residência e trabalho, têm servido como elemento de resistência, e essa forma dissimulada de exclusão social, levada a cabo pelo órgão ambiental do Estado.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A partir do exame de diversos trabalhos produzidos sobre Parques Nacionais, é possível destacar que o modelo adotado no país, isto é, sem presença de moradores e baseado na concepção de natureza para contemplação, foi implantado, majoritariamente, em áreas onde já existia presença humana e em nome da conservação ambiental. Essa opção propiciou, por outro lado, a emergência de inúmeros conflitos.

Sob inspiração desse modelo norte americano de Parques Nacionais, a legislação ambiental brasileira foi construída. Unidades de proteção integral no Brasil foram criadas onde já existiam moradores que passaram a viver situações cotidianas de proibições, restrições e sanções, porque insistem em permanecer em suas localidades. Nesse sentido, os Parques Nacionais brasileiros nunca foram apenas para visitação pública.

Trata-se de uma decisão política marcada por interesses estratégicos do Estado, que contribui para a emergência de situações de conflito. Nesses contextos, tem-se observado uma aparente polarização entre os interesses de agricultores, pescadores, extrativistas, ribeirinhos, indígenas, quilombolas que acionam a anterioridade de sua presença para reivindicar o direito de permanecer em seus espaços de residência e trabalho, e aquele do Estado, justificado por um discurso de bem comum: a conservação da natureza.

Ocorre que nessa polarização outros interesses estão presentes. A legislação ambiental proíbe a presença de moradores, mas permite atividades de visitação pública. É nesse cenário que empresários do setor turístico, autorizados pelo Estado, também participam das disputas.

É em nome da conservação da natureza que o órgão responsável pela gestão de Parques Nacionais justifica a sua atuação no sentido de garantir a proteção integral dos recursos ambientais. Essa justificativa não se sustenta, considerando o fato de que não existia natureza intocada, porque nessas áreas já havia presença humana que, mesmo depois de criados os Parques, permaneceram nessas unidades de conservação.

Assim ocorreu no Parque Nacional dos Lençóis Maranhenses. Desde o século XVII existe presença humana na área em que foi criado o PARNA, que por meio de práticas de agricultura, pesca, criação de animais e extrativismo manejaram os recursos da natureza.

Esse manejo foi orientado por princípios de sustentabilidade que garantiram, ao longo de quatro séculos, a preservação dos recursos ambientais, resultando na produção de paisagens reconhecidas pelo próprio Estado como conservadas.

Trata-se de outro modo de preservação que, ao contrário da noção de conservação defendida pelo Estado, inclui a presença permanente de moradores e é graças a essa presença que os recursos ambientais ainda continuam preservados.

Contra essa noção de preservação que inclui o homem que não conseguiu se universalizar, a perspectiva de conservação integral da natureza é defendida pelo Estado, que, por meio dos agentes ambientais, submetem os grupos familiares não só a um quadro de restrições de uso dos recursos, mas também de direitos. Muitas localidades são privadas do direito de ter energia elétrica e serviços de saúde.

No conjunto dessas dificuldades impostas pela aplicação de novas regras em um território em que os grupos familiares produziram paisagens (BALÉE, 2008) é possível verificar tanto a fragilização de acesso a direitos, impostos pelo Estado, como formas de resistência cotidiana (SCOTT, 2002) que buscam afirmar o direito de permanência no Parque Nacional.

A aquisição de equipamentos próprios de geração de energia por parte de alguns grupos familiares, assim como a obtenção de renda por meio da inserção no mercado de trabalho fora de suas localidades, e outras formas de resistir, têm garantido a elas a permanência em suas localidades, ainda que não lhes seja permitido o acesso a direitos básicos. Em outros termos, “[...] essas famílias que constituíram, ao longo do tempo, um modo de vida em distintos lugares do Parque Nacional dos Lençóis acabaram sendo alcançadas pelo Estado e experimentado uma situação de ameaça denominada de *terra nullius*” (DIAS; SOUZA FILHO, 2016).

De acordo com Balée, *terra nullius* é um conceito referido a *territórios nominalmente inabitados* (DANNENMAIER apud BALÉE, 2008, p. 12) que foi produzido no contexto das descobertas das novas terras pelos europeus, nos séculos XV e XVI.

Este conceito pode ajudar na compreensão do que ocorre hoje com as famílias no PARNA Lençóis Maranhenses. O não reconhecimento pelo Estado brasileiro da territorialidade (LITTLE, 2002), que conformou uma organização social própria dos grupos familiares associada à imposição de novas regras, tem produzido uma desocupação gradual do território.

A transformação de paisagens produzidas pelas populações tradicionais do Parque Nacional em *terra nullius* tem sido em alguns casos dramáticos, mas sutil em outros. Diferentemente do caso dos índios Shoshone⁵⁵, o território das famílias foi sendo

⁵⁵ O caso dos índios Shoshone foi referido por Balée (2008) quando menciona o posicionamento favorável da Suprema Corte Americana ao argumento dos Estados Unidos de que o título de propriedade Shoshone teria

garantido por ocupação gradual e pela dispersão de parentes para diferentes zonas do Parque. Essa territorialização realizada pelas famílias ao longo do tempo começa agora a ser atacada por uma série de restrições e proibições impostas pelo ICMBio (DIAS; SOUZA FILHO, 2016).

Semelhante ao que ocorreu nos Estados Unidos, quando a Suprema Corte sustentou que a “ocupação gradual” extingue direitos produzidos por “tempos imemoriais”, aqui no Brasil, a legislação ambiental baliza um conjunto articulado de proibições à permanência de grupos familiares no Parque Nacional dos Lençóis Maranhenses, contribuindo para sua desocupação gradual.

A proibição da pesca em determinados lugares e a apreensão dos instrumentos de trabalho têm sido intensificadas de modo a dificultar sobremaneira a vida dos pescadores. O mesmo se aplica aos animais. As famílias são proibidas de criá-los soltos, o que as obriga a se desfazerem dos mesmos pelo alto custo de manutenção.

A proibição de construção de novas casas, ou mesmo de repará-las quando apresentam problemas, acaba criando problemas para a reprodução social das famílias. Esse conjunto de restrições e proibições funciona como uma forma de pressão, de modo a fazer com que desistam de viver nos seus lugares historicamente ocupados. Para o caso dos Lençóis, e segundo a estratégia adotada pelo órgão ambiental do Estado, o sentido de *terra nullius* pode ser assegurado não por processos de “ocupação gradual”, mas por mecanismos de poder para a desocupação gradual.

Nesse contexto, preocupações como para onde irão depois que forem obrigados a sair de suas localidades fazem parte do cotidiano de algumas famílias. Dona Maria Elisa, de Tucuns, numa certa ocasião, sem saber que falava com agentes do ICMBio, foi questionada por um deles porquê queria permanecer em sua casa, e respondeu:

Porque esse clima de nosso interiorzão é um paraíso, muito bom, porque nós vivemos aqui à vontade, este ar que nós respiramos, isso é muito bom e aí para onde nós vamos? Vamos pra esse negócio de cidade, para morrer de calor e de fome? Porque a gente não tem dinheiro para viver em cidade (Conversa informal, em janeiro de 2015).

O relato acima demonstra não só as razões para a permanência das famílias em suas localidades, mas também manifesta a preocupação sobre o futuro delas, caso tenham que deixar suas localidades. Preocupação que associa a sobrevivência à permanência em suas localidades e a não sobrevivência fora delas.

vido extinto por ocupação gradual. Assim, as duas irmãs Shoshone não tinham direito de usar as pastagens no Great Basin que seus ancestrais tinham usado desde tempos imemoriais.

Examinando os conflitos produzidos em nome da conservação da natureza no Parque Nacional dos Lençóis Maranhenses e as implicações geradas para a reprodução da vida das *comunidades tradicionais* que ali vivem desde muito antes da criação da unidade, é possível dizer que o modelo de Parque Nacional importado e implantado pelo Estado brasileiro não apenas nega, mas desqualifica outra forma de preservação da natureza praticada por agricultores, pescadores, criadores e extrativistas no PARNA Lençóis Maranhenses.

Essa forma de preservar a natureza tem vinculação orgânica com a própria sobrevivência desses grupos, isto é, preservam os recursos ambientais porque sem eles não teriam as condições para se reproduzirem. Quanto mais preservados os recursos, maiores condições terão de continuar existindo. Assim, a preservação da natureza tem valor de vida. Possuem direitos, como afirmou Diegues, por ocasião de uma Roda de Conversa realizada pelo GERUR, em 23 de junho de 2015: “[...] as comunidades tradicionais devem ser reconhecidas pelos direitos anteriores à questão da conservação”.

São necessárias mudanças na política ambiental no sentido de assegurar direitos às *comunidades tradicionais* que já viviam em áreas em que foram criadas unidades de proteção integral, inclusive o de permanência delas em suas localidades. Ao contrário de restringir direitos desses grupos, que sejam garantidas condições de acesso a todos os direitos como deveria ter qualquer cidadão brasileiro.

REFERÊNCIAS

ABIRACHED, Carlos Felipe de Andrade; BRASIL, Daniel; SHIRAIISHI, Juliana Costa. Áreas protegidas e populações tradicionais: conflitos e soluções. In: ENCONTRO NACIONAL DA ANPPAS, 5., 2010, Florianópolis. **Anais...** Florianópolis: [s.n.], 2010.

ACSELRAD, Henri. **Sobre os usos sociais da cartografia**. 2010. Disponível em: <conflitosambientaismg.Icc.ufmg.br/producaoacademica/categoria/textos-analíticos-do-mapa-de-conflitos-ambientais>. Acesso em: 02 jan. 2015.

AGÊNCIA NACIONAL DO PETRÓLEO, GÁS NATURAL E BIOCOMBUSTÍVEIS (ANP). **Bacias de Barreirinhas**. 2016. Disponível em: <http://www.brasilrounds.gov.br/arquivos/Seminarios_r11/tec_ambiental/Bacia_de_barreirinhas.pdf>. Acesso em: 16 jul. 2017.

ALIER, Joan Martínez. **O ecologismo dos pobres: conflitos ambientais e linguagens de valoração**. Tradução de Maurício Waldman. 2 ed., 2 reimp. São Paulo: Contexto, 2015.

ALMANAK 1861 INDEX. Disponível em: <http://objdigital.bn.br/acervo_digital/div_periodicos/almanak/al1861/00001349.html>. Acesso em: 02 jan. 2015.

ALMEIDA, Geraldo Antonio Gomes. **Proposta metodológica para estimar o desenvolvimento sustentável de unidades de conservação**. 2012. Tese (Doutorado em Engenharia Civil) – Centro Tecnológico, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2012.

ARANTES, Antonio A. Compadrio in rural Brazil: structural analysis of a ritual institution. **Vibrant, Virtual Braz. Anthr.**, Brasília, v. 8, n. 2, jul/dec. 2011. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1809-43412011000200005>. Acesso em: 02 jan. 2015.

ARAÚJO, A. A. **Comunidade fitoplanctônica de um sistema lacustre em curto período de tempo (estação seca e chuvosa) – no Parque Nacional dos Lençóis Maranhenses**. 2000. Dissertação (Mestrado), USP, São Carlos, 2000.

ARAÚJO, Thiago Diniz. **Análise espaço-temporal dos lençóis maranhenses com o uso de imagens de satélite para o planejamento ambiental**. 2015. Dissertação (Mestrado em Sensoriamento Remoto) – Centro Estadual de Pesquisas em Sensoriamento Remoto e Meteorologia, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Rio Grande do Sul, 2015.

ARRUDA, Rinaldo. “populações Tradicionais” e a proteção dos recursos naturais em unidades de conservação. **Ambiente e Sociedade**, ano 2, n.5, 2. sem. 1999.

ASTETE PEREZ, Samuel Enrique. **Ecologia e conservação da onça-pintada e da onça-parda no Parque Nacional Serra da Capivara, Piauí**. 2012. Tese (Doutorado em Ecologia) – Instituto de Ciências Biológicas, Universidade de Brasília, Brasília, 2012.

BALÉE, William. Sobre a indigeneidade das paisagens. **Revista de Arqueologia**, v. 21, n. 2, p. 09-23, 2008.

BARREIRINHAS. Lei Municipal nº 546, de 17 de abril de 2006. Dispõe sobre áreas prioritárias para criação, onde as roças deverão ser protegidas por cercas. Barreirinhas, 2006.

BARRETO FILHO, H. T. Notas para uma história social das áreas de proteção integral no Brasil. In: RICARDO, F. (org.) **Terras Indígenas e Unidades de Conservação**. São Paulo: Instituto Socioambiental, 2004. p. 53-63.

_____. Populações Tradicionais: introdução à crítica da ecologia política de uma noção. In: ADAMS, Cristina; MURRIETA, Rui; NEVES, Walter. **Sociedades Caboclas Amazônicas: modernidade e invisibilidade**. São Paulo: Annablume, 2006.

_____. **Da nação ao planeta através da natureza**: uma abordagem antropológica das unidades de conservação de proteção integral na Amazônia brasileira. 2001. Tese (Doutorado em Antropologia Social), FFLCH/USP, São Paulo, 2001.

BAZZO, Juliane. **Mato que vira mar, mar que vira mato**: o território em movimento na vila de pescadores da Barra de Ararapira (Ilha do Superagüi, Guaraqueçaba, Paraná). 2010. 291 f. Dissertação (Mestrado em Antropologia Social), Universidade Federal do Paraná, Paraná, 2010.

BOURDIEU, Pierre. Compreender. In.: _____. **A miséria do mundo**. Petrópolis: Vozes, 1997.

_____. “A força da representação”. In: _____. **A economia das trocas linguísticas**: o que falar quer dizer. Prefácio Sérgio Miceli. 2.ed., 1. reimp.-São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2008.

BRASIL. Lei nº 4.771, de 15 de setembro de 1965. Institui o novo Código Florestal. Brasília, DF, 1965. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L4771.htm>. Acesso em: 30 jun. 2016.

_____. Decreto nº 58.054 de 23 de março de 1966. Promulga a Convenção para a proteção da flora, fauna e das belezas cênicas dos países da América. Brasília, DF, 1966. Disponível em: <<http://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1960-1969/decreto-58054-23-marco-1966-398707-norma-pe.html>>. Acesso em: 30 jun. 2016.

_____. Decreto Lei nº 289, em 28 de fevereiro de 1967. Cria o Instituto de Desenvolvimento Florestal Brasileiro e dá outras providências. Brasília, DF, 1967. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/1965-1988/De10289.htm>. Acesso em: 10 mar. 2015.

_____. Decreto Lei nº 605, de 02 de junho de 1969. Extingue o Parque Nacional de Paulo Afonso e dá outras providências. Brasília, DF, 1967. Disponível em: <<http://legis.senado.gov.br/legislacao/ListaTextoIntegral.action?id=94071&norma=118960>>. Acesso em: 10 mar. 2015.

_____. Departamento Nacional de Produção Mineral. **Projeto Radam**: Folha SA. 23 São Luís e parte da folha SA.24 Fortaleza; geologia, solos, vegetação e uso potencial da terra. Rio de Janeiro, 1973.

_____. Decreto nº 84.017, de 21 de setembro de 1979. Aprova o Regulamento dos Parques Nacionais Brasileiros. Brasília, DF, 1979. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/1970-1979/d84017.htm>. Acesso em: 26 nov. 2014.

_____. Decreto nº 86.060, em 02 de junho de 1981. Cria, no Estado do Maranhão, o Parque Nacional dos Lençóis Maranhenses, com os limites que especifica e dá outras providências. Brasília, DF, 1981. Disponível em: <<http://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1980-1987/decreto-86060-2-junho-1981-435499-publicacaooriginal-1-pe.html>>. Acesso em: 02 jan. 2015.

_____. Constituição da República Federativa do Brasil de 1988. Brasília, DF, 1988. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm>. Acesso em: 02 jan. 2015.

_____. Decreto nº 2.519, de 16 de março de 1998. Promulga a Convenção sobre Diversidade Biológica, assinada no Rio de Janeiro, em 05 de junho de 1992. Brasília, DF, 1998. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/D2519.htm>. Acesso em: 02 jan. 2015.

_____. Lei nº 9.985, de 18 de julho de 2000. Regulamenta o art. 225, § 1º, incisos I, II, III e VII da Constituição Federal, institui o Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza e dá outras providências. Brasília, DF, 2000. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L9985.htm>. Acesso em: 02 jan. 2015.

_____. Decreto nº 4.339, de 22 de agosto de 2002. Institui princípios e diretrizes para a implementação da Política Nacional da Biodiversidade. Brasília, DF, 2002b. Disponível em: <<http://www.icmbio.gov.br>>. Acesso em: 15 out. 2014.

_____. Decreto nº 4.340, de 22 de agosto de 2002. Regulamenta artigos da Lei nº 9.985, de 18 de julho de 2000, que dispõe sobre o Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza - SNUC, e dá outras providências. Brasília, DF, 2002a. Disponível em: <<http://www.mma.gov.br/port/conama/legiabre.cfm?codlegi=374>>. Acesso em: 15 out. 2014.

_____. Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002. Institui o Código Civil. Brasília, DF, 2002c. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2002/L10406.htm>. Acesso em: 15 out. 2016.

_____. Decreto nº 4.703, de 21 de maio de 2003. Dispõe sobre o Programa Nacional da Diversidade Biológica - PRONABIO e a Comissão Nacional da Biodiversidade, e dá outras providências. Brasília, DF, 2003. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/2003/D4703.htm>. Acesso em: 15 out. 2014.

_____. Decreto nº 5.092, de 21 de maio de 2004. Define regras para identificação de áreas prioritárias para a conservação, utilização sustentável e repartição dos benefícios da biodiversidade, no âmbito das atribuições do Ministério do Meio Ambiente. Brasília, DF, 2004. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2004/decreto/d5092.htm>. Acesso em: 15 out. 2014.

_____. Decreto nº 5.758, de 13 de abril de 2006. Institui o Plano Estratégico Nacional de Áreas Protegidas - PNAP, seus princípios, diretrizes, objetivos e estratégias, e dá outras providências. Brasília, DF, 2006. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2006/decreto/d5758.htm>. Acesso em: 15 out. 2014.

_____. Decreto nº 6.040, de 07 de fevereiro de 2007. Institui a Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais. Brasília, DF, 2007b. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2007/decreto/d6040.htm>. Acesso em: 15 out. 2014.

_____. Lei nº 11.516, de 28 de agosto de 2007. Dispõe sobre a criação do Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade - Instituto Chico Mendes... Brasília, DF, 2007a. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2007/lei/11516.htm>. Acesso em: 15 out. 2014.

_____. Instrução Normativa ICMBio nº 06, de 01 de dezembro de 2009. Dispõe sobre o processo e os procedimentos para apuração de infrações administrativas por condutas e atividades lesivas ao meio ambiente. Brasília, 2010. Disponível em: <<http://www.icmbio.gov.br/portal/images/stories/servicos/in062009.pdf>>. Acesso em: 15 out. 2014.

_____. Instrução Normativa ICMBio nº 11, de 08 de Junho de 2010. Disciplina as diretrizes, normas e procedimentos para a formação e funcionamento dos Conselhos Consultivos em unidades de conservação federais. Brasília, 2010. Disponível em: <<http://www.icmbio.gov.br>>. Acesso em: 15 out. 2014.

_____. Instrução Normativa ICMBio nº 26, de 4 de Julho de 2012. Estabelece diretrizes e regulamenta os procedimentos para a elaboração, implementação e monitoramento de termos de compromisso entre o Instituto e populações tradicionais residentes em unidades de conservação onde a sua presença não seja admitida, ou esteja em desacordo com os instrumentos de gestão. Brasília, 2012. Disponível em: <<http://www.icmbio.gov.br>>. Acesso em: 15 out. 2014.

_____. **Meio Ambiente**. Brasília, DF, 2016. Disponível em: <http://www.mma.gov.br/cadastro_uc>. Acesso em: 09 ago. 2016.

BRUSTOLIN, Cíndia. **Lutas pela definição de concepções de justiça na construção do Parque Nacional dos Aparados da Serra – RS/SC**. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Rural), Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Faculdade de Ciências Econômicas, Porto Alegre, 2003.

CÂMARA, Roselis de Jesus Barbosa. **Parque Nacional dos Lençóis Maranhenses: olhares transversos sobre sustentabilidade e turismo**. 2010. Tese (Doutorado, em Linguística e Língua Portuguesa), Universidade Estadual Paulista (UNESP), São Paulo, 2010.

CARVALHO, João Conrado de Amorim. **Desenvolvimento sustentável e turismo: o caso Lençóis Maranhenses**. 2005. Dissertação (Mestrado em Administração de Empresas), Fundação Getúlio Vargas, São Luís, 2005.

CARVALHO, João Rênor Ferreira de. **Ação e presença dos portugueses na Costa Norte do Brasil no século XVII: a guerra no Maranhão (1614-1615)**. Brasília: Senado Federal, Conselho Editorial, 2014.

CARVALHO, Rossane Cardoso. **Turismo nos Lençóis Maranhenses: estudo das representações sociais de atores sobre a situação atual e futura do turismo nos municípios de Barreirinhas e Santo Amaro do Maranhão, MA**. 2007. Tese (Doutorado) – Centro de Desenvolvimento Sustentável, Universidade de Brasília, Brasília, 2007.

CASTRO, Claudio Eduardo. **A política nacional de proteção da natureza e seus desdobramentos no território do Parque Nacional dos Lençóis Maranhenses**. 2012. Tese (Doutorado em Geografia), Universidade Estadual Paulista (UNESP), São Paulo, 2012.

COSTA, Helena Araújo. **Mosaico da sustentabilidade em destinos turísticos: cooperação e conflito de micro e pequenas empresas no roteiro integrado Jericoacoara – Delta do Parnaíba – Lençóis Maranhenses**. 2009. Tese (Doutorado) – Centro de Desenvolvimento Sustentável, Universidade de Brasília, Brasília, 2009.

CUNHA, Manuela Carneiro da; ALMEIDA, Mauro W. B de. Populações tradicionais e conservação ambiental. In: _____. **Cultura com aspas e outros ensaios**. São Paulo: Cosac Naify, 2009.

D'ANTONA, Álvaro de Oliveira. **O verão, o inverno e o inverso: sobre o modo de vida de comunidades residentes na região do Parque Nacional dos Lençóis Maranhenses**. 1997. Dissertação (Mestrado em Antropologia Social), Universidade Estadual de Campinas, UNICAMP, São Paulo, 1997.

_____. Tempos e lugares nos Lençóis Maranhenses: considerações sobre o modo de vida de comunidades residentes junto a um Parque Nacional. In: DIEGUES, Antonio Carlos. (Org.). **A imagem das águas**. São Paulo: Editora HUCITEC, NUPAUB/USP, 2000.

DAS, Veena, y POOLE, Deborah. El estado y sus márgenes: Etnografías comparadas. **Cuadernos de Antropología Social**, n. 27, p. 19-52, 2008.

DESCOLA, Philippe. “Ecologia e cosmologia”. In: CASTRO, Edna; PINTON, Florence. (Orgs.). **Faces do trópico úmido**. Belém: Cejup, 1997.

DIAS, Darlan Airton. **Conflitos socioambientais decorrentes da presença humana em unidades de conservação: estudo de caso da Comunidade Quilombola São Roque, nos Parques Nacionais de Aparados da Serra e da Serra Geral**. 2010. Dissertação (Mestrado em Ciências Ambientais), Universidade do Extremo Sul Catarinense, Santa Catarina, 2010.

DIAS, Roseane; SOUZA FILHO, Benedito. Disputa pela natureza e a natureza da disputa: o problema da governança no Parque Nacional dos Lençóis Maranhenses. In: TEISSERENC, Maria José; SANT'ANA JUNIOR, Horácio; ESTERCI, Neide. **Territórios, mobilizações e conservação socioambiental**. São Luís: EDUFMA, 2016.

DIEGUES, Antonio Carlos. **Ilhas e Mares: simbolismo e imaginário**. São Paulo: NUPAUB/USP; Ed. HUCITEC, 1998.

_____. As áreas naturais protegidas, o turismo e as populações tradicionais. In: SERRANO, Célia M. Toledo; BRUHNS, Heloísa T. (Orgs). **Viagens à natureza**: turismo, cultura e ambiente. São Paulo: Papirus Editora, 1999.

_____. **O mito moderno da natureza intocada**. 3. ed. São Paulo: NUPAUB/USP; Ed. HUCITEC, 2001.

_____. **A pesca construindo sociedades**: leituras em Antropologia Marítima Pesqueira. São Paulo: NUPAUB/USP, 2004.

_____. **O mito moderno da natureza intocada**. 6. ed. São Paulo: NUPAUB/USP; Ed. HUCITEC, 2008.

_____; et al. **Povos/comunidades tradicionais e áreas protegidas no Brasil**: conflitos e direitos. São Paulo: NUPAUB, USP, 2011. Disponível em: <<http://nupaub.fflch.usp.br/sites/nupaub.fflch.usp.br/files/capa%20conflito25.03.pdf>>. Acesso em: 07 abr. 2016.

DOWIE, Mark. **Refugiados da conservação**. Tradução de Antonio Carlos Diegues. São Paulo: NUPAUB/USP, 2006.

DURKHEIM, Émile. **As formas elementares da vida religiosa**: o sistema totêmico na Austrália. Tradução de Paulo Neves. São Paulo: Martins Fontes, 2000.

FEITOSA, Antonio Cordeiro. (Org.). Lençóis Maranhenses: da referência à navegação ao patrimônio turístico. In: _____. **Lençóis Maranhenses**: relação homem-ambiente na Comunidade Ponta do Mangue, Barreirinhas-Maranhão. São Luís: EDUFMA, 2015.

_____; SOUZA, Ulisses Denache Vieira. Ponta do Mangue: motivação toponímica, localização e situação geográfica. In: FEITOSA, Antonio Cordeiro. (Org.). **Lençóis Maranhenses**: relação homem-ambiente na Comunidade Ponta do Mangue, Barreirinhas-Maranhão. São Luís: EDUFMA, 2015.

FERNANDES NETO, Jose Antonio Silvestre. **Indicadores de qualidade da experiência do visitante no Parque Nacional dos Lençóis Maranhenses**. 2005. Dissertação (Mestrado em Engenharia Ambiental) – Centro Tecnológico, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2005.

FOOTE-WHYTE, William. **Sociedade da esquina**: a estrutura social de uma área urbana pobre e degradada. Tradução, Maria Lúcia de Oliveira; revisão técnica, Karina Kuschnir; apresentação de Gilberto Velho. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2005.

GRAÇA, Irlene Menezes. **Barreirinhas em tempo de mudança**: reconstrução de identidades nas rotas do turismo. 2010. Tese (Doutorado), Departamento de Línguas e Culturas, Universidade de Aveiro, Portugal, 2010.

GUANAES, Senilde Alcântara. **Meu quintal não é parque**: populações locais e gestão ambiental no Parque Nacional da Chapada Diamantina-Ba. 2006. Tese (Doutorado), Universidade Estadual de Campinas – UNICAMP, São Paulo, 2006.

GUEDES, Carlos Conforti Ferreira. **Cronologia e sedimentologia dos depósitos eólicos quaternários da Costa Leste Maranhense**. 2012. Tese (Doutorado), USP, São Paulo, 2012.

HALBWACHS, Maurice. **A memória coletiva**. Tradução de Beatriz Sidou. São Paulo: Centauro, 2003.

HAUFF, Shirley Noely. **Relações entre comunidades locais e administrações de parques no Brasil**. 2004. Tese (Doutorado em Engenharia florestal) – Setor de Ciências Agrárias, Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2004.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). **Mapa etno-histórico de Curt Nimuendajú**. Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística em colaboração com a Fundação Nacional Pró-memória. Rio de Janeiro: IBGE, 1987.

_____. **Santo Amaro do Maranhão – MA**. 2013. Disponível em: <<http://ibge.gov.br/cidadesat/painel/historico.php?lang=&codmun=211027&search=maranhao%7Csanto-amaro-do-maranhao%7Cinfograficos:-historico>>. Acesso em: 15 out. 2016.

INSTITUTO BRASILEIRO DO MEIO AMBIENTE (IBAMA). **Plano de Manejo do Parque Nacional dos Lençóis Maranhense**. 2003. Disponível em: <<http://www.icmbio.gov.br>>. Acesso em: 15 out. 2014.

INSTITUTO CHICO MENDES DE CONSERVAÇÃO DA BIODIVERSIDADE (ICMBio). **Diagnóstico socioambiental de 13 povoados inseridos nos limites do PARNA Lençóis Maranhenses**. Brasília, 2008.

_____. **Relatório Técnico PARNA Lençóis Maranhenses nº 01/2009**. Brasília, DF, 2009.

_____. **Relação de Processos de Autos de Infração para Julgamento**. Brasília, DF, [2010]. Disponível em: <www.icmbio.gov.br/portal/julgamento-de-autos-de-infração>. Acesso em: 20 out. 2016.

_____. **Conselho de Lençóis Maranhenses define plano de ação**. Brasília, DF, 2016. Disponível em: <<http://www.icmbio.gov.br/portal/ultimas-noticias/20-geral/6838-conselheiros-de-lencois-maranhenses-definem-plano-de-acao-para-2015-2016>>. Acesso em: 20 dez. 2016.

_____. **Centros de Pesquisa e Coordenações Regionais, Unidades de Conservação Federais, RPPNs**. 2017a. Disponível em: <http://www.icmbio.gov.br/portal/images/stories/servicos/geoprocessamento/DCOL/dados_vetoriais/MapaUCS_janeiro_2017.pdf>. Acesso em: 08 fev. 2017.

_____. **Consolidação Territorial**. 2017b. Disponível em: <<http://www.icmbio.gov.br/portal/consolidacaoterritorial>>. Acesso em: 09 fev. 2017.

KANIAK, Vitor Carlos. **Trabalho de voluntários na proteção e manejo dos parques nacionais do Brasil**. 1990. Dissertação (Mestrado em Engenharia Florestal) – Setor de Ciências Agrárias, Universidade Federal do Paraná, Paraná, 1990.

KORNIJEZUK, Nádia Bandeira Sacenco. **Cultura e biodiversidade**: uma comparação entre a gestão do Parque Nacional do Cabo Orange, no Brasil, e a do Parque Nacional da Vanoise, na França. 2012. Tese (Doutorado) – Centro de Desenvolvimento Sustentável, Universidade de Brasília, Brasília, 2012.

LEITE LOPES, José Sérgio. Sobre processos de “ambientalização” dos conflitos e sobre dilemas da participação. **Horizontes antropológicos**, Porto Alegre, v. 12, n. 25, jan./jun. 2006.

LEUZINGER, Márcia Dieguez. **Natureza e cultura**: direito ao meio ambiente equilibrado, e direitos culturais diante da criação de unidades de conservação de proteção integral e domínio público habitadas por populações tradicionais. 2010. Tese (Doutorado) – Centro de Desenvolvimento Sustentável, Universidade de Brasília, Brasília, 2010.

LIMA, Deborah; POZZOBON, Jorge. “Amazônia socioambiental. Sustentabilidade ecológica e diversidade social”. **Estudos Avançados**, v. 19, n. 54, p. 45-76, 2005.

LINARES, Jimmy Alexander Hernández. **Análise multitemporal de imagens modis dos parques nacionais do cerrado**: EVI como uma das ferramentas para seleção de áreas de conservação. 2012. Dissertação (Mestrado) – Instituto de Ciências Humanas, Departamento de Geografia, Universidade de Brasília, 2012.

LITTLE, Paul E. **Territórios sociais e povos tradicionais no Brasil**: por uma antropologia da territorialidade. 2002. Disponível em: <www.unb.br/ics/dan/serieantro.htm>. Acesso em: 21 nov. 2012.

_____. Ecologia política como etnografia: um guia teórico e metodológico. **Horizontes Antropológicos**, Porto Alegre, ano 12, n. 25, p. 85-103, jan./jun. 2006. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/ha/v12n25/a05v1225.pdf>>. Acesso em: 15 out. 2016.

MARANHÃO. Lei nº 6.127 de 10 de novembro de 1994. São Luís, 1994. Disponível em: <<http://santoamaro.ma.gov.br/cidades/cidades>>. Acesso em: 15 set. 2016.

MARQUES, César Augusto. **Dicionário Histórico-Geográfico da província do Maranhão**. 3 ed. São Luís: SUDEMA, 1970.

MARTINS, Érica Mantovani. **Desenvolvimento local e atividades turísticas em Barreirinhas – cidade Portal dos Lençóis Maranhenses**. Dissertação (Mestrado em Geografia), Universidade Estadual de Londrina, Londrina, 2008.

MAUSS, Marcel. **Sociologia e Antropologia**. São Paulo: Cosac Naify, 2003.

MCKEAN, Margaret A., OSTROM, Elinor. Regimes de propriedade comum em florestas: somente uma relíquia do passado?. In: DIEGUES, Antonio Carlos; MOREIRA, André de Castro C. (Orgs). **Espaços e recursos naturais de uso comum**. São Paulo: NUPAUB-USP, 2001.

MIRANDA, Jivanildo Pinheiro. **Ecologia e conservação da herpetofauna do Parque Nacional dos Lençóis Maranhenses, Maranhão, Brasil**. 2007. Tese (Doutorado), UNICAMP, São Paulo, 2007.

MIRANDA, Ana Caroline Pires. “**Povos e Comunidades Tradicionais**”: análise do processo de construção sociológica e jurídica de expressão. 2012. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) – Universidade Federal do Maranhão, Maranhão, 2012.

MONTELES, Ricardo André Rocha. **Etnoconservação e apropriação social dos buritizais no entorno do Parque Nacional dos Lençóis Maranhenses**. 2009. Dissertação (Mestrado em Agriculturas Amazônicas), Universidade Federal do Pará, Belém, 2009.

MOURA, Jaciel dos Ramos. **A criação do parque Nacional dos Lençóis Maranhenses e as mudanças no modo de vida dos moradores de Travosa**. 2012. Dissertação (Mestrado) – Programa de Pós-graduação em Ciências Sociais, Universidade Federal do Pará, Belém, 2012.

NORONHA, Gabriela Silva. **Gestão ambiental das hospedarias domiciliares de Santo Amaro do Maranhão – Parque Nacional dos Lençóis Maranhenses**. 2015. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento e Meio Ambiente), Universidade Federal do Piauí, Teresina, 2015.

OLIVEIRA, Emerson Antonio de. **O Parque Nacional dos Campos Gerais**. 2012. Tese (Doutorado em Engenharia Florestal) – Setor de Ciências Agrárias, Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2012.

OLIVEIRA, João Pacheco de. Uma etnologia dos "índios misturados"? Situação colonial, territorialização e fluxos culturais. *Mana*, Rio de Janeiro, v. 4, n. 1, apr. 1998. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-93131998000100003>. Acesso em: 15 out. 2016.

OLIVEIRA, Isabella Moreira de. **Riqueza, abundância de espécies e uso de habitat por mamíferos de médio e grande porte em cinco unidades de conservação no cerrado**. 2010. Dissertação (Mestrado em Ecologia) – Instituto de Ciências Biológicas, Universidade de Brasília, Brasília, 2010.

OLIVEIRA, Ivone Adelina de. **Gestão de conflitos em parques**. 2005. Tese (Doutorado em Engenharia de Produção) – Centro Tecnológico, Universidade Federal de Santa Catarina, Santa Catarina, 2005.

OSTROM, Elinor. **Understanding the diversity of structured human interactions**. 2005. Disponível em: <<http://press.princeton.edu/chapters/s8085.pdf>>. Acesso em: 15 out. 2016.

PARAJULI, Pramod. **Revisiting Gandhi and Zapata: Motion of Global Capital, Geographies of Difference and the Formation of Ecological Ethnicities**. Indigenous Peoples, Life Projects and Globalization. Zed Books: London & New York, 2008.

PEREIRA, Márcio Mota. **A descoberta do meio ambiente: Itatiaia e a política brasileira de parques nacionais**. 2013. Dissertação (Mestrado), Fundação Getúlio Vargas, Rio de Janeiro, 2013.

PIRES, Fernanda. **Modelo de avaliação para parques nacionais**. 2004. Dissertação (Mestrado em Engenharia da Produção) – Centro Tecnológico, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2004.

PRADO, Regina de Paula Santos. **Todo ano tem**: as festas na estrutura social camponesa. São Luís: EDUFMA, 2007.

RAMOS, Baial. **História de Barreirinhas**: portal dos Lençóis Maranhenses. São Luís, 2008.

RODRIGUES, Camila Gonçalves de Oliveira. **O uso público nos parques nacionais**: a relação entre as esferas pública e privada na apropriação da biodiversidade. 2009. Tese (Doutorado) – Centro de Desenvolvimento Sustentável, Universidade de Brasília, Brasília, 2009.

RODRIGUES, Linda Maria. **O segredo do Brasil**: os sentidos do lugar turístico no discurso da propaganda oficial sobre os Lençóis Maranhenses. 2011. Tese (Doutorado em Linguística e Língua Portuguesa – FCLAR), Universidade Estadual Paulista (UNESP), São Paulo, 2011.

SANTOS, Jorge Hamilton Souza dos. **Lençóis Maranhenses atuais e pretéritos**: um tratamento espacial. 2008. 248p Tese (Doutorado), Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2008.

SARDAN, Jean-Pierre Olivier de. “La politique du terrain. Sur la production des données en socio-anthropologie”. In: _____. **La rigueur du qualitatif: les contraintes empiriques de l'interprétation socio-anthropologique**. Louvain-la-Neuve: Academia Bruylant, 2008.

SARAIVA, Nicholas Allain. **Manejo sustentável e potencial econômico da extração do buriti nos Lençóis Maranhenses, Brasil**. 2010. Dissertação (Mestrado) – Centro de Desenvolvimento Sustentável, Universidade de Brasília, Brasília, 2010.

SARAIVA, Regina Coelly Fernandes. **Tradição e sustentabilidade**: um estudo dos saberes tradicionais do cerrado na Chapada dos Veadeiros, Vila São Jorge – GO. 2006. Tese (Doutorado) – Centro de Desenvolvimento Sustentável, Universidade de Brasília, Brasília, 2006.

SCOTT, James C. Formas cotidianas da resistência camponesa. **Revista Raízes**, Campina Grande, v. 21, n. 01, p. 10-31, jan./jun.2002.

SIMMEL, Georg. **Sociologia**. São Paulo: Ática, 1983.

SIMÕES, Célia Maria Braid Ribeiro; PEREIRA, Maria Esterlina Mello. **Santo Amaro**: história, vida e magia. São Luís: Fort Gráfica com. Gráfica e Editora, 2009.

SILVA, David Leonardo Bouças da. **Turismo em unidades de conservação**: contribuições para a prática de uma atividade turística sustentável no Parque Nacional dos Lençóis Maranhenses. 2008. Dissertação (Mestrado) – Centro de Desenvolvimento Sustentável, Universidade de Brasília, Brasília, 2008.

SILVA, Jorge Xavier da. **Lençóis Maranhenses atuais e pretéritos**: um tratamento espacial. 2009. Tese (Doutorado em Geografia), Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2009.

SOUZA, João Vitor Campos de. **Congressos mundiais de parques nacionais da UICN (1962-2003): registros e reflexões sobre o surgimento de um novo paradigma para a conservação da natureza.** 2013. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Sustentável) – Centro de Desenvolvimento Sustentável, Universidade de Brasília, Brasília, 2013.

SOUZA FILHO, Benedito. **Os novos capitães do mato: conflitos e disputa territorial em Alcântara.** São Luís: EDUFMA, 2013.

TATAGIBA, Marilú Milanez Alves. **Estudo da dinâmica espacial e temporal dos incêndios florestais no Parque Nacional da Chapada dos Veadeiros.** 2011. Dissertação (Mestrado) – Faculdade de Tecnologia, Departamento de Engenharia Florestal, Universidade de Brasília, Brasília, 2011.

TEIXEIRA, Fernanda Pires. **Gestão do conhecimento aplicada à gestão sustentável do turismo em Parques Nacionais.** 2010. Tese (Doutorado em Engenharia e Gestão do Conhecimento), Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2010.

TUCKER, Catherine M.; OSTROM, Elinor. Pesquisa Multidisciplinar relacionando instituições e transformações florestais. In: MORAN, Emílio F.; OSTROM, Elinor. (Orgs.). **Ecosistemas florestais: homem-ambiente.** Tradução de Diógenes S. Alves e Mateus Batistella. São Paulo: Ed. Senac; Edusp, 2009.

VIEIRA JR, Wilson Carlos Jardim. **Vestígios no Parque Nacional de Brasília e na Reserva Biológica da Contagem: do campo da invisibilidade aos lugares de memória.** 2010. Dissertação (Mestrado) – Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade de Brasília, Brasília, 2010.

VOGLIOTTI, Alexandre. **Partição de habitats entre os cervídeos do Parque Nacional do Iguaçu.** 2009. Tese (Doutorado), USP, São Paulo, 2009.

WEBER, Florence. **Trabalho fora do trabalho: uma etnografia das percepções.** Rio de Janeiro: Garamond, 2009.

WOORTMANN, Ellen F. **Herdeiros, parentes e compadres: colonos do Sul e sitiantes do Nordeste.** São Paulo: HUCITEC; Brasília: Edunb, 1995.

ZELLER, Rodrigo Hencht. **Aplicabilidade dos planos de manejo de oito parques nacionais do sul e sudeste do Brasil.** 2008. Dissertação (Mestrado em Engenharia Florestal) – Setor de Ciências Agrárias, Universidade Federal do Paraná, Paraná, 2008.

ZHOURI, Andréa; LASCHEFSKI, Klemens. **Conflitos Ambientais.** 2014. Disponível em: <http://conflitosambientaismg.lcc.ufmg.br/wp-content/uploads/2014/04/ZHOURI_LASCHEFSKI_-_Conflitos_Ambientais.pdf>. Acesso em: 30 maio 2017.

ZIMMERMANN, Andrea. **Visitação nos parques nacionais: um estudo à luz das experiências do Equador e da Argentina.** 2006. Dissertação (Mestrado) – Centro de Desenvolvimento Sustentável, Universidade de Brasília, Brasília, 2006.